Configurações

ISSN 1646-5075

REVISTA DE SOCIOLOGIA

N.º 11 | Junho de 2013

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

LÚNUS

configurações 11 novo.indb 1 10-01-2014 11:24:50

Título: CONFIGURAÇÕES 11 / DEZEMBRO 2013

Diretor: Manuel Carlos Silva

Diretoras-adjuntas: Johanna Schouten e Alice Delerue Matos

Conselho Consultivo: Ana Nunes de Almeida (Univ. Lisboa), António Colomer (Univ. Politécnica de Valência), António Lucas Marín (Univ. Complutense), Carlos Alberto da Silva (Univ. Évora), Claude-Michel Loriaux (Univ. Católica de Lovaina), Daniel Bertaux (CNRS, Paris), Elísio Estanque (Univ. Coimbra), François Dubet (Univ. Bordéus), Hermínio Martins (St. Antony's College, Univ. Oxford), Ilona Kovács (Univ. Técnica de Lisboa), James R. Taylor (Univ. Montreal), João Arriscado Nunes (Univ. Coimbra), João Ferreira de Almeida (ISCTE-IUL, Lisboa), João Teixeira Lopes (Univ. Porto), John Law (Univ. Lancaster), José Bragança de Miranda (Univ. Nova Lisboa), José Carlos Venâncio (Univ. Beira Interior), José Madureira Pinto (Univ. Porto), José Manuel Sobral (Univ. Lisboa), José Maria Carvalho Ferreira (Univ. Técnica Lisboa), Loïc Wacquant (Univ. Califórnia, Berkeley), Luís Baptista (Univ. Nova Lisboa), Maria Beatriz Rocha Trindade (Univ. Aberta), Manuel Villaverde Cabral (Univ. Lisboa), Manuela Ribeiro (Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro), Michel Maffesoli (Univ. Paris V, Sorbonne), Ramón Máiz (Univ. Santiago de Compostela), Renato Lessa (Univ. Fluminense), Veit Bader (Univ. Amesterdão).

Conselho Científico: Alice Delerue Matos (UM), Ana Maria Brandão (UM), Ana Paula Marques (UM), António Cardoso (Instit. Politec.Viana do Castelo), António Joaquim Costa (UM), Carlos Veloso da Veiga (UM), Catarina Tomás (Instit. Politec. Lisboa), Daniel Seabra (Univ. Fernando Pessoa), Dina Peixoto (ISCET - Porto), Domingos Santos (Instit. Politec. Castelo Branco), Eduardo Duque (UCP), Eugénia Rodrigues (Univ. Edimburgo), Helena Machado (UM), Ivo Manuel Domingues (UM), João Areosa (Metropolitano de Lisboa), Joel Augusto Felizes (UM), José Fernando Bessa Ribeiro (UTAD), José Machado (UM), Laurentina Vareiro (IPCA), Manuel Carlos Silva (UM), Manuel da Silva e Costa (Univ. Lusíada), Maria João Simões (UBI), Maria Johanna Schouten (UBI), Maria Paula Mascarenhas (UM), Paula Remoaldo (UM), Paulo Nuno Nossa (Univ. Coimbra), Rita Gonçalves Ribeiro (UM), Sheila Khan (UM), Teresa Mora (UM), Vera Duarte (ISMAI).

Conselho de Redação: Adelina Correia (CICS-UM), Ana Jorge (CICS-UM), Ana Maria Duarte (UM), Antónia do Carmo Barriga (UBI), Baltazar Ricardo Monteiro (Instit. Politec. de Leiria), Daniela Craveiro (CICS-UM), Diana Miranda (CICS-UM), Emília Araújo (UM), Esser Jorge da Silva (CICS-UM), Fernanda Maria Nogueira (UTAD), Fátima Barbosa (CICS-UM), Filipe Santos (CICS-UM), Francisco de Azevedo Mendes (UM), Hélder da Costa Machado (UCP, Braga), Isabel Ventura (CICS-UM), José Pinheiro Neves (UM), Manuel Carvalho da Silva (Univ. Lusófona), Manuel José Sarmento (UM), Manuela Ivone Cunha (UM), Maria de Fátima Ferreira (UM), Maria de Guadalupe Lamy (Univ. Tec. Lisboa), Maria Norberta Amorim (UM), Miguel de Melo Bandeira (UM), Rafaela Granja (CICS-UM), Rita Borges (CICS-UM), Rita Moreira (CICS-UM), Rosa Adriana da Silva (CICS-UM), Rui Cruz (CICS-UM), Sílvia Gomes (CICS-UM), Telmo Caria (UTAD), Vítor Ribeiro (UM), Victor Terças Rodrigues (UM).

Secretariado: Ângela Matos (cics@ics.uminho.pt)

Propriedade, redação e administração: CICS – Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho, 4710-057 Braga – Portugal. Telef.: 253 601 752. Fax: 253 604 696.Site: www.cics.uminho.pt

Coordenadores deste número: Joel Felizes, Paula Remoaldo e Eduardo Duque

Normas para apresentação e avaliação de artigos:

Apresentação de originais: os textos propostos para publicação devem seguir as normas sugeridas na parte final da revista.

Avaliação de artigos: os artigos propostos serão submetidos a parecer de especialistas das áreas respetivas, em regime de anonimato. A listagem de avaliadores será publicada cumulativamente a cada dois anos. A decisão final cabe ao(s) coordenador(es) de cada número e, em última instância, à Direção do CICS.

Os textos podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês.

Correspondência (incluindo assinaturas): Revista *Configurações*, a/c Dra. Ângela Matos, Centro de Investigação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga.

Apoios: A edição deste número foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Edição: *Configurações* é editada semestralmente (2 números/ano ou 1 número duplo) pelo CICS – Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, 4710-057 Braga, em colaboração com Edições Húmus, Lda., Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão, V. N. Famalicão. Tel. 252 301 382/ Fax. 252 317 555/ *E-mail*: humus@humus.com.pt

Assinatura anual: Portugal, países de expressão portuguesa e Espanha: 20 euros (2 números ou número duplo). Outros países: 25 euros.

Preço deste número: 12 euros.

Capa: Furtacores design; fotografia da capa: Abigail Ascenso

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão: Papelmunde SMG, Lda. – V. N. Famalicão

ISSN: 1646-5075

Depósito legal n.º: 246289/06

Solicita-se permuta. Exchange wanted. On prie l'échange. Sollicitamos cambio.

Esta revista prossegue a série de Sociologia (6 números) de *Sociedade e Cultura* da revista *Cadernos do Noroeste.*

Índice

Nota prévia 5
Manuel Carlos Silva

Introdução – A atualidade dos problemas do desenvolvimento 7
Paula Remoaldo, Joel Felizes e Eduardo Duque

Ainda e sempre uma "classe-objeto"? Breve reflexão crítica sobre o papel consignado às populações locais pelas políticas de promoção da "multifuncionalidade" dos territórios rurais 11
João Queirós

Reestruturação territorial e mobilidade em contexto de baixa densidade: a região da Beira Interior em Portugal 25
Domingos M. Vaz

Dinâmicas globais e arranjos produtivos para agricultura familiar: o caso do polo de fruticultura Juazeiro-Petrolina no território do Vale do Submédio do Rio São Francisco, Região Nordeste do Brasil 43
Celso Franca

As políticas de modernização e desenvolvimento na Amazónia brasileira: olhares sobre o discurso e a questão ambiental contemporânea 61
Pedro Rapozo
Manuel Carlos Silva

O Ecomuseu como forma de preservação do modo de vida dos faxinais e como vetor de desenvolvimento sustentável dos seus territórios 77
Tulio Barbosa
António de Sousa Pedrosa

Ecoaldeias: práticas de cuidado a nível global e local 99
Cristiana Vale Pires
Antónia Lima

A importância da educação ambiental no processo de defesa do patrimônio natural e cultural: o caso de Piraí da Serra – Paraná, Brasil 113
Edina Schimanski
Jasmine Cardozo Moreira
Paulo Rogério Moro

configurações 11 novo.indb 3 10-01-2014 11:24:51

Revitalización urbana y especialización del centro histórico de Pontevedra 129
Sara María Torres Outón

Responsabilidad social y territorio: 143
Hoteles de tres estrellas ubicados en la Eurorregión
María Dolores Sánchez-Fernández

A importância do tempo no desenvolvimento: esboço de uma problemática 161
Emília Araújo
Arcília Barreto

Resistências e mudanças no "sistema político" local português: 175
proposta de análise a partir de uma comparação internacional
Joel Felizes

Capital social como instrumento de desenvolvimento sustentável 189
Eduardo Duque

Medidas para la sustentabilidad, con metodologías participativas 203
Tomás R. Villasante

Recensão

João Areosa, *O lado obscuro dos acidentes de trabalho:* 225
um estudo de caso no setor ferroviário
Fernando Bessa Ribeiro

Abstracts / Résumés 231

configurações 11 novo.indb 4 10-01-2014 11:24:51

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 5-6

Nota prévia

Manuel Carlos Silva*

Este número 11 da revista *Configurações*, intitulado "Desenvolvimento e Território ", sob a coordenação de Paula Remoaldo, Joel Felizes e Eduardo Duque, visa trazer ao conhecimento e ao debate alguns artigos sobre a relação entre sociedade e espaço-tempo, mas orientados para uma utilização eficiente e justa dos recursos naturais e, com esta, a potenciação de um desenvolvimento sustentável, amigo do ambiente e suscetível de assegurar o bem-estar para as populações presentes e gerações futuras.

O território não só é condicionado pela estrutura social como é um fator que configura e confere sentido, quer no que concerne as relações sociais de inclusão-exclusão, proximidade-distância, solidariedade-oposição, quer relativamente aos processos de (sub)desenvolvimento, nos quais pontificam os diversos modelos teóricos sobre o desenvolvimento e correlativas estratégias sociopolíticas em confronto. O espaço (e o tempo), embora estejam condicionados pelas estruturas sociais, não são, portanto, simples recipientes passivos das diversas formas sociais mas constituem recursos materiais específicos e, enquanto fatores relativamente autónomos e coexplicativos, comportam constrangimentos e possibilidades da (inter)ação social e produzem efeitos próprios do meio social e ambiental, sobre o qual atuam as diversas forças económicas, as instâncias político-administrativas e os diversos atores sociais coletivos e individuais.

De facto, os temas em torno do território e desenvolvimento, que têm sido objeto de estudos empíricos e de reflexão por parte de membros da linha de investigação Organização, Território e Desenvolvimento, estão na ordem do dia, quer no debate científico e académico, quer na agenda mediática e nas preocupações dos cidadãos, pelas repercussões que têm nas suas vidas quotidianas. Os organizadores deste número dão conta dos diversos contributos e evidenciam como estes, não obstante a diversidade de olhares, se integram e

configurações 11 novo.indb 5 10-01-2014 11:24:51

complementam num todo coerente, pelo que me dispenso de fazer mais considerandos a este respeito.

A Direção do CICS congratula-se com a edição deste número temático de *Configurações*, o qual congrega prestimosas colaborações de especialistas nacionais e estrangeiros. Resta-nos agradecer aos autores dos artigos e aos avaliadores dos mesmos o seu trabalho e colaboração e, em especial, aos colegas Paula Remoaldo, Joel Felizes e Eduardo Duque pela cuidada coordenação deste número da revista.

configurações 11 novo.indb 6 10-01-2014 11:24:51

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 7-

Introdução
A atualidade dos problemas do desenvolvimento

Paula Remoaldo, Joel Felizes e Eduardo Duque

Pretendeu-se com a publicação deste número dar uma maior visibilidade à atualidade e pertinência das questões relativas ao modo como as dinâmicas do desenvolvimento são apreendidas e geradas pelas sociedades na relação que estabelecem com os seus territórios. Num momento em que as consequências dos processos da globalização se tornam cada vez mais evidentes, também a nível local e regional ocorrem importantes mudanças no quadro das dificuldades sentidas e das áreas de intervenção dos agentes envolvidos.

Do conjunto de textos que aqui se reuniram, ressalta uma preocupação com a análise de algumas das respostas que as administrações públicas (e outras entidades) têm procurado dar a estes problemas, seja ao nível da articulação entre políticas e agentes à escala internacional, nacional, regional e local, seja no âmbito de algumas medidas concretas de planeamento e desenvolvimento. É o caso das políticas e das medidas que decorrem da necessidade de intervir a favor da melhoria do ambiente e da utilização regrada dos recursos naturais, ou das que procuram intervir no domínio do urbanismo ou do espaço rural.

Procurámos assim reunir um conjunto de artigos que, alicerçados em diferentes enfoques disciplinares, teóricos e metodológicos, proporcionem ao leitor a ampliação da sua capacidade crítica e conhecimento comparado acerca destas questões em torno das dinâmicas sociais e territoriais que têm no seu horizonte o desenvolvimento. Esta capacidade crítica é cada vez mais importante, na medida em que julgamos que um dos resultados desta publicação é o de mostrar que em muitos casos estamos perante territórios e políticas em disputa, ainda que o objetivo último do desenvolvimento seja consensual. Quanto à natureza comparativa do conhecimento que podemos aqui obter, cremos que ela resulta da pluridisciplinaridade das perspetivas que são apresentadas nos vários artigos, indo da Sociologia à Economia, passando também pela Antropologia,

configurações 11 novo.indb 7 10-01-2014 11:24:51

pela Geografia e pela Filosofia. Igualmente de destacar será o facto de nos textos haver referências a casos localizados em diferentes países, como Portugal, Espanha (Galiza) ou diferentes regiões do Brasil.

Em termos mais específicos, esta publicação também se destaca pelo facto de apresentar vários textos em que se reflete acerca do desenvolvimento de territórios onde os modos de vida ligados à ruralidade ainda têm forte presença. É o caso do texto de João Queirós, questionando as políticas de promoção da "multifuncionalidade" dos territórios rurais, onde as populações rurais se vêm remetidas a um papel secundário, pois tende a prevalecer a "dominação do espaço social rural pelo espaço social urbano". Reportando-se à região portuguesa da Beira Interior, o texto de Domingos Vaz explora as relações de interdependência entre os segmentos territoriais desta região, mostrando a importância de se constituir e reforçar uma rede regional policêntrica que, entre outros aspetos, é essencial para evitar o despovoamento rural. Com uma orientação mais crítica face aos modelos dominantes de desenvolvimento e tendo como pano de fundo o Nordeste brasileiro, o texto de Celso Franca mostra o efeito disruptivo do tecido social trazido pela modernização da fruticultura, advogando o reforço da agricultura familiar. Numa lógica similar, mas tendo como terreno o vasto território da Amazónia brasileira, o texto de Pedro Rapozo e Manuel Carlos Silva sublinha as contradições sociais implicadas nos modelos de desenvolvimento adotados nestas regiões, já que a crescente utilização das terras tradicionalmente ocupadas pelas sociedades locais, com a exploração sem controlo dos recursos naturais, a abertura de estradas e rodovias para a ligação com as grandes cidades, a sobre-exploração dos recursos pesqueiros ou a pecuária extensiva, são exemplos claros de uma sujeição à racionalização dos modelos económicos de desenvolvimento capitalista instituídos na região.

Destacamos igualmente um conjunto de três textos que, partilhando com os contributos atrás mencionados uma preocupação com os destinos de um mundo com fortes marcas de ruralidade, apontam e analisam três respostas relativamente recentes que podem servir de exemplo para situações similares. Falamos da criação de ecomuseus, em que o caso dos faxinais (Paraná) é visto por Túlio Barbosa e António Pedrosa como um espaço a criar por ser necessário para a preservação e valorização do modo de vida de uma população rural, "um espaço de memória, mas vocacionado para o desenvolvimento". Também no caso das ecoaldeias, uma rede global analisada por Cristiana Pires e Antónia Lima, nota-se essa mesma revalorização de um sentido mais comunitário de convivência, a que se soma um impulso de resistência a um modo de vida e modelo dominante, que tem no meio urbano o seu território privilegiado. Neste texto são apresentados mais em detalhe os casos de Tamera (Beja) e de Los Angeles Ecovillage. O terceiro exemplo vem ainda do Paraná (Brasil), onde Edina Schimanski, Jasmine Moreira e Paulo Moro, com base em questionários e entrevistas realizados com professores da região, sublinham a importância da

educação ambiental no processo de defesa do património natural e cultural, procurando assim uma rutura com práticas sociais que não levem em conta valores éticos e sociais relacionados com essa defesa do património da região.

Os territórios do desenvolvimento também são urbanos e nesta publicação também há lugar ao debate de algumas questões das políticas urbanas ou de problemas que afetam em especial estes espaços. Ao analisar o fenómeno da revitalização dos centros urbanos, partindo do caso de Pontevedra, Sara Torres Outón explora as modificações nos usos e na especialização territorial, bem como mais especificamente o contributo dos comerciantes para essa revitalização da cidade. Já no caso de um sector económico estratégico como o do turismo, e especificamente o do subsector da hotelaria na região Minho-Galiza, o texto de María Dolores Sánchez-Fernández, ao abordar o tema da responsabilidade social das empresas, mostra, a partir da análise estatística de um inquérito, que há variações na forma como os gestores dos hotéis nos dois países abordam as dimensões social, económica e relativa ao ambiente, da responsabilidade social dessas empresas.

Podemos considerar como de alcance mais geral as propostas de outros três artigos, que se centram em temas que implicam aspetos das dimensões simbólico-culturais, políticas e sociais do desenvolvimento. No caso da relação entre tempo cultural e desenvolvimento, analisado por Emília Araújo e Arcília Barreto, são expostos alguns dos efeitos das temporalidades globais (em especial do "tempo económico", característico do capitalismo) nos modos de vida e nas temporalidades locais, propondo as autoras que esse impacte dê lugar a "novas formas de gerir e gerar identidades locais com potencial de fixação das populações e com capacidade distintiva face às temporalidades hegemónicas e aceleradas". Na vertente mais política, o texto de Joel Felizes ensaia uma caracterização do poder local português a partir de estudos comparativos internacionais, mostrando as dificuldades que subsistem em Portugal nos casos da qualificação dos recursos humanos e da adoção da Agenda 21 Local para o desenvolvimento sustentável. Olhando o problema do desenvolvimento numa vertente mais próxima das atitudes dos cidadãos, o artigo de Eduardo Duque reflete sobre a valia e a utilização que tem sido dada ao conceito de capital social. Tendo por base os resultados do inquérito do *European Values Survey*, o autor mostra que "os portugueses não estão ainda sensibilizados para a problemática do desenvolvimento sustentável, revelando posturas muito fechadas, pouco ou nada preocupadas com a construção de uma sociedade mais ativa e comprometida com o bem comum".

Enfim, numa reflexão mais desafiante e inspirada num acervo de contributos muito diversificados (Félix Guattari, Paulo Freire, Boaventura S. Santos, Norbert Elias, Johan Galtung, entre outros), o texto de Tomás Villasante aparece como um notável exercício de associação entre uma reflexão teórica e uma proposta de passos concretos para a construção de "processos participativos",

tendo em vista um objetivo geral de "viver melhor" ou um "bom viver", que afinal é comum a muitos contextos sociais e se aplica à tentativa de resolução de diversos problemas. Começando por desmontar algumas falácias que são impostas pelos poderes vigentes, que lançam raízes na forma como as sociedades se "medem" constantemente (*e.g.,* a velocidade das tecnologias, a quantidade de capital acumulado), o autor contrapõe-lhes as múltiplas ramificações de vários movimentos sociais lutando por bens "pró-comuns" e por ecossistemas sustentáveis. Partindo da sua experiência, em especial no quadro do CIMAS (Observatorio Internacional para la Ciudadanía y el Medio Ambiente Sustentable), Villasante vai propor uma metodologia de intervenção social que parte da lógica de uma desconstrução dos próprios problemas, procurando gerar "transbordamentos reversivos", sublinhando que "há muitas formas de se romper com o estabelecido que não passam unicamente pela mudança de mãos do poder, mas sim por mudar as próprias formas do poder-dominação e do poder-fazer".

Chegados aqui, facilmente nos apercebemos da problemática que interrelaciona o modo de vida das pessoas, o território e o desenvolvimento sustentável, que não é mais do que uma reflexão sobre a afetação de recursos com fins múltiplos e, muitas vezes, desigualmente valorados na construção de uma sociedade que se desejaria mais justa e mais integrada, tendo como matriz o desenvolvimento sustentável.

O acervo de textos que aqui se dão a conhecer toma por objeto a racionalização das escolhas operadas em vários modelos sociais, o que significa que as preferências por este ou aquele modelo de desenvolvimento determinam a mutação das estruturas sociais e culturais. Deste modo, cada modelo de desenvolvimento leva em si um sem-fim de distintivos, de atitudes e motivações dos agentes envolvidos no próprio processo de desenvolvimento. Por isso, e partindo da premissa de que todo o ser humano, onde quer que se encontre, deseja aumentar os seus níveis de bem-estar, organizando-se para o efeito do modo mais adequado, e certo de que determinados modelos de desenvolvimento induzem uma rutura catastrófica e inoperante quer do território quer da estrutura social, admite-se que as sociedades modernas tenham de procurar novas formas de produzir, viver e pensar, não como quem pretende apagar a lousa dos modelos antigos por serem antigos e escrever nelas as nossas equações técnicas, mas antes pela consciência de que o território e a sociedade têm linguagens próprias que têm de ser entendidas nos seus contextos e no horizonte de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

configurações 11 novo.indb 10 10-01-2014 11:24:52

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 11-23

Ainda e sempre uma "*classe-objeto*"? Breve reflexão crítica sobre o papel consignado às populações locais pelas políticas de promoção da "multifuncionalidade" dos territórios rurais

João Queirós*

Resumo: Partindo da análise de alguma informação sobre a evolução da agricultura em Portugal, o que este artigo propõe é uma reflexão crítica muito breve acerca das transformações que a noção de "ruralidade" tem vindo a conhecer e do papel que, no quadro dessas transformações, é hoje consignado às populações locais, designadamente àquelas que mantêm relação com a atividade agrícola, pelo discurso da "multifuncionalidade", que nos últimos anos se vem assumindo como narrativa dominante no que ao "futuro", "viabilidade" e "desenvolvimento sustentável" dos territórios rurais diz respeito.

Palavras-chave: Abandono agrícola, multifuncionalidade, espaço social rural, pós-ruralidade.

1. Introdução

Apesar da fraca produtividade que sempre evidenciou, a agricultura portuguesa deteve, até mais tarde do que a maioria das suas congéneres europeias, incluindo da Europa do Sul, uma forte importância empregadora, por um lado, e uma grande relevância na estruturação da economia e sociedade de vastas regiões do território nacional, por outro[1].

Com efeito, o abandono da atividade agrícola é, em Portugal, um fenómeno relativamente recente. Em 1960, o número de total de explorações rondava

* Instituto de Sociologia – Universidade do Porto (jqueiros@letras.up.pt).

[1] Este artigo retoma uma reflexão iniciada no âmbito do projeto POCI/SOC/58668/2004, *Transformações sociais numa coletividade local do Noroeste português*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e sediado no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, sob coordenação científica de José Madureira Pinto. Em Pinto e Queirós (2010) podem encontrar-se alguns dos principais resultados desta pesquisa, incluindo informação exaustiva sobre transformações da agricultura e do espaço social rural no Noroeste português ao longo das últimas décadas, para além de diversas referências bibliográficas adicionais sobre este tema.

configurações 11 novo.indb 11 10-01-2014 11:24:52

ainda 830 000 e a agricultura mantinha o estatuto de principal atividade empregadora, ocupando cerca de 44% dos ativos com profissão do país.

A situação começará a alterar-se a partir dessa altura. O fortíssimo crescimento da emigração e do êxodo rural – este último associado ao progresso (muito "litoralizado") da industrialização do país – reduzirá, ao longo dos dez anos subsequentes, em cerca de 450 mil indivíduos o efetivo de ativos agrícolas e levará ao desaparecimento de cerca de 5% do total de explorações – um fenómeno com especial incidência no Norte e Centro do país, onde se localizava a maioria das explorações *abandonadas nos anos 1960*.

As décadas seguintes, em especial os últimos vinte anos, serão de generalizado aprofundamento deste processo. O facto de, na maior parte dos casos, a agricultura portuguesa estar estruturada com base em sistemas de produção tradicionais, que se revelam desajustados face aos rigores e exigências de mercados de bens agrícolas funcionando em condições de crescente produtividade e concorrência, associado aos incipientes esforços de reorganização e modernização da atividade, redundou na inviabilização económica de milhares de explorações. Com efeito, a agricultura foi-se transformando, de dia para dia, numa atividade cada vez menos rentável e, por isso, menos atrativa, levando os mais jovens a abandonar o trabalho nos campos e a integrar as fileiras da indústria ou do cada vez mais relevante setor dos serviços.

O período compreendido entre 1989 e 2009 foi, sem surpresa, de fortíssimo abandono da atividade. Perto de 250 mil explorações desapareceram, de um total de 550 mil, e a população agrícola familiar diminuiu 37,5% entre 1989 e 1999 e 36% entre 1999 e 2009, correspondendo no ano terminal do período considerado a cerca de 790 mil pessoas. O seu peso no total da população portuguesa ronda agora os 7%; em 1989, esse valor ascendia a 20%. Tomando em consideração já não os dados referentes aos membros das famílias residentes em explorações agrícolas, mas apenas os números dos ativos com profissão, verificamos que, em 2011 (dados do *Recenseamento Geral da População*), apenas 3% da população portuguesa empregada exerciam atividade no chamado "setor primário" da economia. O facto de, em 2009, perto de metade dos produtores agrícolas recenseados ter mais de 65 anos diz bem do fraco potencial de renovação da mão de obra agrícola portuguesa e dos limitados horizontes de desenvolvimento com que esta atividade parece ter de se confrontar. E apesar de a área agrícola utilizada não ter diminuído significativamente, verificando-se inclusivamente um aumento da dimensão média das explorações, o crescimento do peso das pastagens pobres indicia a extensificação ou abandono de vastas áreas outrora consagradas às culturas arvenses[2].

[2] Os dados mencionados nesta secção são dos Recenseamentos Agrícolas realizados entre 1968 e 2009 e dos Recenseamentos Gerais da População realizados entre 1960 e 2011. Toda a informação está devidamente organizada e pode ser consultada *online* no Portal do Instituto Nacional de Estatística, em http://www.ine.pt. Uma análise detalhada das séries cronológicas de dados de que aqui se oferecem alguns números pode ser encontrada em Queirós (2010).

Neste quadro de "incontornável" ou "irreversível" declínio da agricultura, emergem novos discursos remetendo para configurações dos territórios rurais não exclusivamente ou não diretamente ligadas à produção agroflorestal. No "mosaico de atividades do mundo rural" cabem ainda a agricultura e a pecuária, sobretudo se desenvolvidas de forma "biológica", mas o protagonismo é cada vez mais do turismo, da gastronomia, dos serviços de animação e lazer, do artesanato e das atividades de preservação e gestão do património natural (Neves, 2008).

Retomando a linha de raciocínio *proposta por Pierre* Bourdieu num artigo publicado originalmente no final da década de 1970 – um texto entretanto tornado clássico da sociologia no qual o sociólogo francês discorre sobre o carácter heteronomamente determinado da produção e difusão das imagens, representações, identidades e projetos associados aos campos e aos camponeses (Bourdieu, 1977) –, o que neste artigo se propõe é uma reflexão crítica muito breve acerca das transformações que, num cenário crescentemente "pós-agrícola", a noção de "ruralidade" tem vindo a conhecer e do papel que, no quadro dessas transformações, *é* consignado às populações locais, designadamente àquelas que mantêm relação com a agricultura, pelo discurso da "multifuncionalidade", que nos últimos anos se vem assumindo como narrativa dominante no que ao "futuro", "viabilidade" e "desenvolvimento sustentável" dos territórios rurais diz respeito.

2. O abandono da atividade agrícola e as transformações na noção de "ruralidade"

Ainda que recentemente os discursos em torno de um "desejável" ou mesmo "inevitável" *regresso à agricultura* tenham adquirido algum espaço político-mediático[3], a verdade é que não será de esperar nos próximos tempos uma inversão das tendências que têm caracterizado a evolução deste setor nas últimas décadas. A estrutura fundiária característica da maior parte do espaço agrícola português, o elevado grau de envelhecimento dos produtores, os baixos níveis de produtividade, a feroz concorrência internacional e os condicionamentos impostos pelas políticas comunitárias no que concerne quer à produção, quer à própria definição das políticas nacionais são fatores que ajudam a sustentar tal prognóstico.

Apesar de se ouvir falar frequentemente em "apoios" e "incentivos" à agricultura e de as referências aos "fundos comunitários" destinados a este setor da economia fazerem parte do imaginário nacional *há mais de* vinte anos, a

[3] Ver, por exemplo, o artigo (não assinado) "Pais devem voltar a incentivar filhos a regressar à agricultura", publicado no *Jornal de Notícias* de 2 de junho de 2011, ou o artigo de Filipa Dias Mendes, "Ministro da Economia defende 'regresso à agricultura e à indústria'", publicado no jornal *Público* de 28 de fevereiro de 2013.

verdade é que as diversas medidas destinadas a contrariar o abandono da atividade agrícola – entre as quais avultam as medidas da Política Agrícola Comum (PAC) – não têm surtido o efeito desejado. O que não surpreende, isto se se pensar que qualquer medida com esta finalidade tende a ser, na prática, contraditória com os princípios fundamentais da própria PAC, sobretudo depois da reforma de 1992. Como poderia a aposta na limitação da oferta de bens agrícolas, suportada na generalização de limites à produção, na redução dos preços de garantia e na generosa disponibilização de verbas para a retirada de terras e a cessação da atividade, típica da PAC, não redundar na inviabilização económica de um grande número de explorações agrícolas, em particular das explorações de menor dimensão, mais fragmentadas e menos produtivas?

Nestes casos, qualquer apoio à manutenção da atividade tende a ter um peso económico irrisório. Com efeito, o que a avaliação destas medidas constata é que os montantes atribuídos dificilmente melhoram de forma substantiva o rendimento dos agricultores, porquanto o seu valor fica geralmente muito abaixo das despesas adicionais ou perdas de rendimento resultantes da observância dos compromissos previstos pelas medidas. Mesmo no caso das ajudas diretas, que não implicam o cumprimento de compromissos demasiado exigentes, os montantes atribuídos tendem a falhar no objetivo de desincentivação do abandono da atividade. Este facto é particularmente evidente nas regiões de minifúndio, onde as ajudas médias são bastante reduzidas (em 2000, a ajuda média por exploração foi, no Entre Douro e Minho, de cerca de 550 euros; no Alentejo, foi de 3600 euros) (Alves, 2003).

Para o Grupo de Trabalho Agroambiental criado no dealbar do milénio pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território para avaliar o impacto do abandono da atividade agrícola, este fenómeno *só poderia vir a ser* sustentadamente contrariado se a viabilidade das explorações pudesse ser efetivamente assegurada (Alves, 2003). Ora, para que tal fosse possível, seria necessário apostar de forma decidida no redimensionamento das explorações, em especial no Noroeste e no Centro do país, regiões onde o risco de abandono da agricultura era – e continua a ser – mais elevado (precisamente pela reduzida dimensão física e económica da esmagadora maioria das unidades agrícolas). A principal proposta do estudo publicado em 2003 pelo supramencionado Grupo de Trabalho apontava, por isso, para a criação de uma estrutura técnica exclusivamente vocacionada para o apoio às iniciativas de redimensionamento das explorações, fossem elas iniciativas de emparcelamento, integração de parcelas abandonadas em explorações cujos produtores pretendessem aumentar a superfície cultivada, fixação de jovens agricultores ou florestação.

Indispensável à viabilização das explorações seria também o reconhecimento da "multifuncionalidade" das unidades agrícolas e do seu papel decisivo na "proteção *do ambiente, da biodiversidade e das paisagens*", na "promoção

do turismo" (associado à natureza, à gastronomia e às produções de qualidade) e, em geral, na "dinamização do tecido económico" (não agrícola) dos territórios rurais (Alves, 2003). O princípio na base desta nova forma de encarar a atividade agrícola é o de que o desenvolvimento rural não passa só – nem talvez principalmente – pelo desenvolvimento da agricultura, mas impõe antes a rentabilização das "novas oportunidades" que as transformações nas procuras urbanas dos espaços rurais hoje colocam ao dispor dos agricultores.

O princípio da *multifuncionalidade do espaço rural*, a que o estudo de 2003 dá eco, na senda do discurso subjacente à reforma da PAC de 1992 e às propostas da *Agenda 2000* para o "desenvolvimento rural", é retomado e amplificado num estudo publicado três anos depois, em janeiro de 2006, por investigadores da Universidade de Évora, sob os auspícios de um protocolo assinado entre esta instituição de ensino e o Ministério da Agricultura, com vista à elaboração de uma tipologia de áreas rurais e à promoção de ações de combate ao abandono da atividade agrícola e do espaço rural (Correia, 2006).

Se o primeiro estudo citado refletia já algumas das transformações que se vinham verificando nas representações dominantes sobre a atividade agrícola e o espaço rural, o estudo de 2006 traduz claramente a incorporação desta nova forma de perspetivar a "ruralidade". Na verdade, ocupam agora menos espaço as propostas de reconfiguração das estruturas fundiárias e de modernização técnica e organizacional das explorações; perante a intensidade do fenómeno de abandono da atividade agrícola, atestada por diversos indicadores estatísticos, ganha peso a tese da "disjunção entre o rural e o agrícola". Responsáveis político-administrativos e especialistas coincidem no diagnóstico do problema e na forma de garantir a sua superação: dada a aparente irreversibilidade do declínio da agricultura tal como a conhecemos, o rural está obrigado a diversificar as suas funções. Abre-se, assim, lugar a uma alteração de fundo na avaliação do papel dos espaços rurais na organização dos territórios e, consequentemente, na própria conceptualização das relações entre cidade e campo.

No estudo da Universidade de Évora – e apesar do título escolhido: *Estudo sobre o* Abandono *em Portugal Continental* –, o enfoque na ideia de multifuncionalidade do espaço rural leva os autores a sugerirem a substituição da noção de "abandono", habitualmente eivada de um certo "fatalismo", pela noção de "dinâmica territorial", que visa dar conta da existência de níveis diferenciados de dinamismo de ocupação do espaço, dinamismo do setor agrícola e dinamismo socioeconómico das comunidades. De acordo com os autores do estudo, pode haver dinâmica de abandono da atividade agrícola e, ao mesmo tempo, dinâmica de substituição da agricultura por novas atividades ou mesmo manutenção da agricultura por via das suas "funções não produtivas" (Correia, 2006).

Segundo esta visão pós-produtivista da agricultura, as funções não produtivas da atividade são externalidades da função de produção que, todavia, podem tornar-se mais importantes do que esta, dada a atual fraca rentabilidade

de grande parte das produções agrícolas e os significativos acréscimos de rendimento que podem ser obtidos através da diversificação funcional da agricultura. O novo papel do setor agrícola na organização do espaço rural, conclui-se, não só abre novas perspetivas à atividade, ao justificá-la para além da sua função "meramente produtiva" (cuja viabilidade aparece resumida, cada vez mais, às produções ditas "especializadas", "biológicas" e "de qualidade"), como permite convocar novos atores para o processo de desenvolvimento rural, em resultado do alargamento das funções consignadas a estes territórios.

Neste contexto, os agricultores são "convidados a 'protagonizar as dinâmicas do território', evoluindo para empresários rurais de atividades diversificadas, acrescentando à sua vocação produtiva tradicional uma componente de atividade e iniciativa centrada numa nova oferta de bens e serviços" (Neves, 2008).

3. Uma operação de "alquimia simbólica"?

Num artigo publicado na revista *Économie rurale*, Nicole Mathieu sistematiza e discute, a partir do caso francês – caso particularmente relevante, por corresponder ao "centro" da agricultura europeia (pelo menos da agricultura europeia pós-PAC) e, por isso, constituir o principal polo de produção ideológica de discursos sobre a "atividade agrícola" e o "mundo rural" –, as transformações recentes nas representações dominantes sobre a ruralidade e as relações cidade-campo (Mathieu, 1998).

Destacando a ligação entre o declínio da importância económica e social da atividade agrícola em França e a mudança de conteúdo a que os discursos sobre o rural assistiram na década de 1990, Mathieu fala na consolidação de uma ideologia de ruralidade assente nas noções de "património", "paisagem", "ambiente" e "espaço natural" – um rural essencialmente não produtivo, portanto, em que o papel da agricultura é, sobretudo, o de "atividade gestionária da natureza" (Mathieu, 1998: 13).

A esta mudança nas representações dominantes sobre a ruralidade corresponde, inevitavelmente, uma mudança nas representações em torno das relações cidade-campo. Perante a consolidação de uma certa ideia de "crise urbana" (ou "crise do modo de vida urbano"), o rural emerge como "ponto de fuga", espaço de refúgio face aos "males da cidade" e fator de equilíbrio e sustentabilidade ambiental e territorial, para não dizer de "equilíbrio pessoal", "físico e psíquico". Como noutras alturas, o rural define-se essencialmente por oposição ao urbano, mas a visão tradicional da relação entre cidade e campo, assente nos conceitos de desigualdade, antagonismo, dominação (do segundo pela primeira), vai paulatinamente sendo substituída, sugere Mathieu, por um modelo de relação em que a "complementaridade" se torna a palavra-chave. A tónica centra-se agora, cada vez mais, na questão da "mobilidade", cujo crescimento é encarado como condição fundamental do estreitamento das relações entre

populações urbanas e populações rurais e da consequente promoção da complementaridade entre cidade e campo. Ao proporcionar a convergência entre os sistemas de referências simbólicas tipicamente "rurais" e os sistemas de referências simbólicas tipicamente "urbanos", o crescimento da mobilidade estará, segundo Nicole Mathieu, a contribuir para a consolidação de uma visão mais "pacífica", mas também mais "complexa", das relações cidade-campo e para uma diminuição do hiato entre as representações dominantes acerca do tema e a realidade das dinâmicas socioterritoriais recentes (Mathieu, 1998: 19-20).

Apesar de ser uma sistematização útil do "estado da arte", a leitura que Nicole Mathieu faz das transformações a que a noção de ruralidade tem sido sujeita nos últimos tempos falha no que seria talvez mais interessante do ponto de vista sociológico, que seria a objetivação dos processos sociais na génese da mudança ideológica verificada.

Como a maioria dos autores que se vem debruçando sobre este tema, Mathieu concorda que o declínio da importância económica e social da agricultura na Europa está a impor um consenso em torno da inevitabilidade da aposta na multifuncionalidade dos espaços rurais e na diversificação do papel dos agricultores. Sem poder socorrer-se da atividade agrícola, outrora fundamento da organização socioeconómica camponesa, a viabilidade dos territórios rurais passa a estar dependente da capacidade que estes demonstrem para gerar as "novas ofertas" capazes de responder às "novas procuras". O que Mathieu não explicita é que problemas aparentemente "irreversíveis" como o abandono da atividade agrícola – apresentados geralmente sem referência a quaisquer responsáveis (a não ser, talvez, a "*concorrência internacional*" ou a "*evolução dos mercados*"…) e sem alternativa senão a que é proposta como única solução realista – são, na verdade, *construções políticas* – ou, se preferirmos, efeitos do funcionamento de mercados, como os mercados de bens agrícolas, cuja estruturação decorre largamente da aplicação de medidas de política que traduzem, por um lado, o estádio das relações e os resultados das lutas no interior dos campos económico e político (entre protecionistas e liberais, entre agriculturas – e Ministérios da Agricultura – nacionais, entre multinacionais do setor agrícola, entre estas e os produtores tradicionais, etc.) e, por outro lado, as lutas entre grupos sociais pela imposição da visão "*legítima*", consentânea com os seus interesses, sobre o modo como os espaços rurais devem ser apropriados e utilizados.

A análise do caso europeu (e, dentro deste, da situação particular do nosso país) é particularmente útil ao esclarecimento do que acaba de se afirmar. Na Europa, sob os auspícios da PAC, as medidas que direta ou indiretamente contribuíram e contribuem para a inviabilização de vastos sectores da atividade, sobretudo nos países onde a agricultura tradicional predomina e onde mais insistentemente se tem incentivado a retirada de terras e a abertura de fronteiras à entrada de bens agrícolas, fornecem agora a solução "inevitável" para o problema que elas próprias geraram ou ajudaram a gerar.

Verdadeira "operação de alquimia simbólica", como lhe chamaria Gérard Mauger[4], a passagem para uma visão pós-produtivista, pós-agrícola, do rural tende a promover a amnésia da génese política do próprio declínio da agricultura, aparecendo, por conseguinte, aos olhos de todos, como natural, inevitável, autoevidente. Se a agricultura "*não dá*", o que haveremos de fazer senão agarrarmo-nos ao que "*pode dar*"?

A verdade, contudo, é que a agricultura portuguesa não se confronta com problemas decorrentes de produção excedentária ou de ausência de possibilidades de escoamento de produtos, a não ser pontualmente e em certas produções. Basta pensar na crónica situação deficitária da balança comercial agrícola do país para concluir que haveria margem de manobra para uma aposta decidida no "rural agrícola"[5]. Todavia, como membro da União Europeia, Portugal não ficou à margem, bem pelo contrário, do sistema de quotas, da redução dos preços de garantia dos produtos, das limitações à produção animal, das medidas de *set aside*, etc.

Por outro lado, a "desagriculturização" da representação dominante do rural tende a gerar indiferença face aos problemas dos agricultores e, em geral, dos grupos sociais cujo modo de vida permanece direta ou indiretamente ligado ao setor agrícola – categorias sociais agora "residuais", quase exóticas, reminiscências de um passado económico e social cujo desaparecimento se tornou (*foi tornado*?) inevitável.

4. A nova ideologia do rural e o espírito do neoliberalismo

A mudança ideológica representada pela passagem da representação do rural enquanto "espaço agrícola" à representação do rural enquanto "território multifuncional", passagem *tornada* "inevitável" pelo abandono agrícola *tornado*

[4] Gérard Mauger usa a expressão para se referir à mudança ideológica que se vem verificando recentemente a propósito das formas de tratamento social do desemprego. Em concreto, Mauger refere-se à passagem da noção de "desemprego" à de "empregabilidade" e aos novos instrumentos de intervenção social que a ela estão associados, que significam, para o autor, uma redefinição – com efeitos potencialmente perversos – da visão legítima do desemprego e do desempregado. Desviando a atenção das estratégias de gestão neoliberais (despedimentos, deslocalização de empresas, precarização das relações contratuais), dos efeitos de uma massificação escolar não acompanhada por uma elevação generalizada do nível de qualificação dos postos de trabalho e dos níveis de exigência do tecido produtivo, enfim, demitindo-se da crítica do modelo de desenvolvimento socioeconómico dominante, a passagem para a noção de "empregabilidade" coloca a tónica nas "vítimas" e nos seus "défices", o que representa uma inversão do modo de perspetivação do problema do desemprego e, na verdade, a elisão da sua génese social e do seu carácter estrutural (ver Mauger, 2001).

[5] De acordo com dados apresentados em maio de 2006 pelo Gabinete de Planeamento e Política Agroalimentar do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o saldo comercial do complexo agroflorestal português foi, em 2003, de -2661 milhões de euros. Mais de metade deste montante (-1573 milhões de euros) correspondeu ao saldo comercial do setor da agricultura e silvicultura (ver GPPAA/MADRP, 2006: 70). Dados mais recentes revelam uma ligeira atenuação deste défice, para valores na ordem dos dois mil milhões de euros, fruto do comportamento muito positivo da fileira florestal, que viu crescer os seus excedentes de cerca de mil milhões de euros, em 2006, para valores rondando os 2500 milhões de euros, em 2011. Em contraciclo com esta evolução, o agroalimentar viu o seu défice aumentar para valores superiores a quatro mil milhões de euros (dados provisórios relativos a 2011; ver GPP/MAMAOT, 2012: 8).

"inevitável", parece corresponder, entretanto, à inauguração, nas economias contemporâneas, de uma nova etapa de penetração do capitalismo nos campos, etapa estruturada em torno de duas modalidades fundamentais de apropriação capitalista do espaço rural. Uma, minoritária, corresponde à aposta na reconversão da atividade agrícola, através da modernização dos processos produtivos e da opção por produções especializadas, vocacionadas sobretudo para nichos de mercado cuja procura se estrutura em torno dos princípios da "qualidade" e "diferenciação". Outra, predominante, é a que se funda na visão pós-agrícola do rural e no princípio da multifuncionalidade destes territórios. "*Nova oportunidade*" – ou até, como por vezes se ouve, "*única oportunidade*" – de desenvolvimento dos territórios rurais, a multifuncionalidade do rural significa a multiplicação das atividades e do número de agentes económicos (locais e não locais) que nele podem figurar e, nesse sentido, representa o alargamento das formas de apropriação e "rentabilização" deste espaço abandonado ou em vias de abandono[6].

Estas novas formas de aprofundamento da presença capitalista nos campos traduzem aquela que é considerada por muitos autores como uma das características fundamentais do neoliberalismo, sobretudo em anos mais recentes, a saber, o seu carácter *difusivo*, isto é, a sua extraordinária capacidade de alastramento geográfico e de penetração nos mais diversos redutos da vida económica e social, capacidade potenciada invariavelmente por inovações ideológicas que visam a consolidação de imaginários económicos tendencialmente hegemónicos (Pierre Bourdieu chamar-lhes-ia "*doxas*"), os quais adquirem força constitutiva no mundo material sempre que são institucionalizados e incorporados com sucesso pelos agentes sociais. A convergência semântica entre a nova representação dominante de ruralidade e o discurso do capitalismo neoliberal, visível no recurso a termos comuns como "flexibilização", "diversificação", "multifuncionalidade", "adaptação" (à procura), "especialização" ou "competitividade", não pode, neste sentido, ser considerada uma coincidência, mas deve antes ser compreendida como decorrência da difusão do imaginário económico tendencialmente hegemónico associado ao neoliberalismo.

A *neoliberalização dos campos* representada por algumas destas novas formas de apropriação económica do espaço rural (construção de residências

[6] Tanto nos campos como nas cidades, a "obsolescência" tornou-se "o álibi neoliberal para a destruição criativa e, por isso, um importante elemento dos atuais processos de acumulação espacializada de capital" (WEBER, 2002: 532). Nos campos, as velhas casas agrícolas dão belos "chalés" para turismo de habitação; nas cidades, os edifícios obsoletos podem ser transformados em condomínios privados, antigos blocos de escritórios podem tornar-se *lofts* ou estúdios, armazéns e fábricas abandonadas podem ser demolidas para incrementar a oferta de área edificável ou para disponibilizar espaço para projetos de desenvolvimento urbano de larga escala. A "obsolescência" das formas espaciais desloca para essas mesmas formas o ónus das intervenções tendentes à sua reabilitação ou reconfiguração, elidindo o papel dos agentes (políticos, económicos, imobiliários) empenhados na sua promoção – papel que, em muitos casos, foi decisivo para que se chegasse ao estado de "abandono" e "obsolescência" entretanto avançado como pretexto para a intervenção. Fenómenos de génese social são reduzidos assim ao estatuto de assuntos de aparência meramente técnica.

secundárias, turismo rural e de habitação, reabilitação de tradições e festividades, parques temáticos, festivais gastronómicos, percursos pedestres, atividades radicais) tem sido impulsionada, entretanto, em grande medida, pelo Estado, cuja presença no mundo rural se tem consolidado tanto ou mais que a do mercado. Sob o signo da PAC, o nosso país assistiu, ao longo das duas últimas décadas, a um reforço assinalável da proatividade das políticas públicas direcionadas para o "desenvolvimento rural" e a um alargamento da regulação estatal a domínios – como a forma de utilização das terras, as opções em matéria de produção e de organização dos métodos e ritmos de trabalho, os mercados de trabalho agrícolas ou até, imagine-se, as práticas de transmissão sucessória das explorações familiares – outrora exclusivamente subordinados à lógica de estruturação da economia e modo de vida camponeses.

Ao criar condições favoráveis à materialização de um modelo de desenvolvimento assente no princípio da multifuncionalidade dos territórios rurais, por via do aprofundamento do seu papel (des)regulador, o Estado favorece objetivamente a diversificação e intensificação da apropriação capitalista dos campos. Tal articulação entre Estado e apropriação capitalista do espaço (rural ou urbano) constitui, segundo vários autores, outro dos traços distintivos do neoliberalismo[7].

A forma a-histórica e eufemizada como a nova ideologia do rural se apresenta, como se de uma decorrência lógica, incontestável, do irreversível abandono agrícola se tratasse, como se a ação estatal nada tivesse que ver com a sua constituição e com o que lhe está a montante, como se não fosse resultado de um trabalho de imposição de uma representação do mundo conforme aos interesses de determinados grupos sociais, gera um efeito de ecrã que faz com que a maior parte dos especialistas que se debruçam (tanto na esfera político-administrativa, como na esfera académica) sobre a temática das funções que hoje devem caber ao mundo rural dispense pouco tempo à análise crítica da génese social dos conceitos em que assenta a perce*ção e a representação dominante daquele mundo. Por outras palavras, o que acontece é que estes* especialistas tendem a não objetivar as condições sociais que tornaram não só *possível*, como *necessária* a "multifuncionalização" dos territórios rurais "desagriculturizados".

Por isso, o que Nicole Mathieu vê, porventura algo ingenuamente, como uma tendência para a "pacificação" da visão dominante acerca das relações cidade-campo, resultado da revalorização simbólica e funcional dos espaços rurais, cada vez mais contrapostos aos (ou complementares dos) espaços

[7] Ver, a propósito, a esclarecedora síntese de Peck e Tickell (2002). Com as devidas distâncias, a análise que estes autores fazem do processo de "neoliberalização" do espaço urbano pode ser transferida para o estudo das propostas que hoje se colocam aos espaços rurais. Não é, afinal, a pressão para a diversificação das funções dos territórios rurais e para a sua adaptação às "novas procuras urbanas" uma estratégia, o mais das vezes conduzida pelas instâncias estatais, de "gentrificação" – idêntica, neste sentido, à que subjaz à maioria das propostas de revitalização dos espaços degradados e abandonados do centro das cidades visando a respetiva apropriação por grupos sociais cada vez mais afluentes?

configurações 11 novo.indb 20 10-01-2014 11:24:52

urbanos e suburbanos "em crise", e da aproximação entre as hierarquias de valores de citadinos e aldeãos, crescentemente unidos por uma aparente complementaridade de necessidades e interesses, pode bem ser visto como o triunfo de uma nova e particularmente eufemizada – logo especialmente poderosa – forma de dominação do espaço social rural pelo espaço social urbano. Se os campos são agora, fundamentalmente, espaços "não produtivos" (pense-se, desde logo, nas implicações deste termo e na forma como os camponeses, se pudessem, devolveriam ao remetente tal "*injúria*"…), pontos de "refúgio" para os que pretendem escapar dos "males urbanos", não continuará o seu desenvolvimento subordinado aos princípios do modelo de desenvolvimento prescrito pelo mundo urbano dominante? Apesar de abandonarem as suas funções enquanto produtores de bens alimentares e, eventualmente, enquanto fornecedores de força de trabalho para o crescimento urbano-industrial, não continuarão os camponeses e os seus filhos, agora "protetores da natureza", "guardiães da paisagem", representantes da "tradição" e dos modos de vida "autênticos", dominados na produção da sua imagem social e, consequentemente, da sua identidade social?

Colocadas perante um cenário sem alternativas "realistas", confrontadas com uma objetivação que lhes anuncia o que lhes cabe ser, às populações rurais, designadamente aos seus segmentos dominados – e, em particular, aos camponeses, essa "classe-objeto" incessantemente convidada a tomar sobre si própria o ponto de vista dos outros, como diria Bourdieu (1977), não restam, de facto, grandes hipóteses senão participar mais ou menos empenhadamente nas estratégias políticas e económicas de reconfiguração dos seus espaços de origem – estratégias a cuja génese permanecem, todavia, geralmente alheios e cuja rejeição, a acontecer, corresponderia, muito provavelmente, a um inevitável definhamento social[8].

Apresentada como "inevitável", mas não como "fatal", antes como "oportunidade" facilmente transformável em "vantagem competitiva", a reorganização do mundo rural prescrita pelo princípio da multifuncionalidade que está no cerne da conceção hoje dominante de ruralidade tem todas as propriedades de uma solução sem vencidos: com a diversificação das funções consignadas aos territórios rurais, ganham as populações urbanas, que podem finalmente encontrar nestes espaços as comodidades necessárias à recuperação da "tranquilidade perdida" ou ao usufruto de momentos de diversão e enriquecimento cultural, e ganham as populações locais, que beneficiarão, também elas, dos investimentos

[8] Como sublinha Bourdieu (1977: 4), "a folclorização, que coloca o campesinato no museu e que converteu os últimos camponeses em guardiães de uma natureza transformada em paisagem para citadinos, é o acompanhamento necessário da desapossessão e da expulsão. São, com efeito, as leis do lucro diferencial, a forma fundamental do lucro de distinção, que atribuem aos camponeses as suas reservas, onde eles terão todo o tempo livre para cantar e dançar as suas modas e gavotas, para grande satisfação de etnólogos e de turistas citadinos, e assim a sua existência será durante muito tempo económica e simbolicamente rentável".

realizados, passando a ter ao seu dispor novas infraestruturas, equipamentos e, sobretudo, empregos e fontes de rendimento até então inexistentes[9].

A realidade, porém, é que, tal como as reorganizações e exigências que, no passado, se colocaram ao mundo rural, também a reorganização e as exigências previstas pela nova ideologia da ruralidade, que tem o "abandono agrícola" como pretexto e a "multifuncionalidade" como mote, são impostas a partir do *exterior*, isto é, do espaço social urbano ou, para sermos mais precisos, do espaço social ocupado pelas classes dominantes – que maioritariamente se radicam nos centros urbanos, mas que também podem ser encontradas nos meios rurais, onde não deixarão de partilhar com as suas congéneres urbanas uma visão tendencialmente comum acerca do modo como devem (re)organizar-se os territórios (com a vantagem de poderem colher diretamente os benefícios económicos decorrentes da rentabilização do seu património, fundiário designadamente).

Levados pela lógica dos seus interesses específicos, os agentes produtores e divulgadores desta nova ideologia da ruralidade – membros das classes dominantes ou das "classes médias urbanas" entre os quais avultarão certamente muitos intelectuais "bem intencionados" – assumem o papel de veículos de legitimação local da tendência transnacional de diversificação das formas de apropriação capitalista do espaço rural (tendência de que são, de resto, beneficiários) – e assim reproduzem, sob formas renovadas e particularmente eficazes, porque impostas como inevitabilidades, com a força do que é dito com autoridade, a autoridade de quem sabe que é assim porque "*tem de ser*", a dominação material e simbólica do espaço social rural e das suas populações, ainda e sempre privadas da possibilidade de definir e controlar a sua própria identidade social e o seu projeto de futuro.

Referências bibliográficas

ALVES, António Lobo (coord.) (2003), *O Abandono da Actividade Agrícola*, Lisboa: Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas/Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

[9] Em Neves (2008) é apresentada uma lista de "profissões em emergência" no território rural "multifuncional". Integram-na as seguintes profissões: "Animador rural"; "Consultor comercial"; "Consultor de *marketing* turístico"; "Controlador de qualidade dos produtos agrícolas"; "Empresário-gestor de empresa de prestação de serviços"; "Fiscal de boas práticas agrícolas"; "Gestor de montados"; "Gestor de recursos hídricos"; "Gestor de produtos agrícolas e/ou pecuários"; "Gestor de propriedades rurais"; "Guia agroturístico"; "Monitor turístico"; "Operador agroturístico"; "Promotor de eventos no espaço rural"; "Técnico de energia"; "Técnico de *marketing* territorial"; "Técnico de sistemas de rega"; "Técnico de turismo"; "Vigilante da natureza". A esta lista segue-se uma outra, correspondente às "profissões em crescimento", mas que repete algumas das "profissões em emergência: "Agricultor biológico"; "Apicultor"; "Empresário-gestor de unidade de turismo rural"; "Empresário-produtor florestal"; "Fiscal de rega"; "Agricultor" [*sic*]; "Operador agrícola"; "Operador de máquinas e equipamentos"; "Prestador de serviços agropecuários"; "Sapador florestal"; "Técnico de qualidade e segurança alimentar"; "Trabalhador florestal"; "Técnico/consultor agropecuário e florestal – assistência e apoio técnico"; "Técnicos de manutenção de máquinas e equipamento agrícola"; "Tirador de cortiça".

BOURDIEU, Pierre (1977), "Une classe objet", *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 17-18: 2-5.

CORREIA, Teresa Pinto (coord.) (2006), *Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental. Análise das dinâmicas da ocupação do solo, do sector agrícola e da comunidade rural. Tipologia de Áreas Rurais*, Évora: Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico da Universidade de Évora.

GPP/MAMAOT [Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território] (2012), *Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 – Documento de Orientação*, Lisboa: GPP/MAMAOT.

GPPAA/MADRP [Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas] (2006), *Agricultura Portuguesa. Principais indicadores 2005*, Lisboa: GPPAA/MADRP – Divisão de Divulgação e Relações Públicas.

MATHIEU, Nicole (1998), "La notion de rural et les rapports ville/campagne en France: les années quatre-vingt-dix", Économie *rurale*, n.º 247: 11-20.

MAUGER, Gérard (2001), "Les politiques d'insertion. Une contribution paradoxale à la déstabilisation du marché du travail", *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 136: 5-14.

NEVES, António Oliveira das (2008), "Multifuncionalidade e renovação do trabalho agrícola", *Anuário Janus 2008*, disponível em http://janusonline.pt/2008/2008_4_2_2.html [acedido em 14 de dezembro de 2012].

PECK, Jamie, TICKELL, Adam (2002), "Neoliberalizing space", *Antipode*, vol. 34, n.º 3: 380-404.

PINTO, José Madureira, QUEIRÓS, João (2010), *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste Português*, Porto: Edições Afrontamento.

QUEIRÓS, João (2010), "Transformação e resistência da agricultura e da economia camponesa", *in* José Madureira Pinto e João Queirós (2010), *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste Português*, Porto: Edições Afrontamento.

WEBER, Rachel (2002), "Extracting value from the city: neoliberalism and urban redevelopment", *Antipode*, vol. 34, n.º 3: 519-540.

configurações 11 novo.indb 24 10-01-2014 11:24:52

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 25-42

Reestruturação territorial e mobilidade em contexto de baixa densidade: a região da Beira Interior em Portugal

Domingos M. Vaz*

Resumo: Este texto equaciona algumas das principais transformações da área de influência do eixo Guarda-Castelo Branco. Pretende-se conhecer a evolução destes territórios em termos de dinâmica demográfica, de evolução habitacional e das relações de interdependência entre segmentos territoriais, considerando os desafios para o futuro. As principais cidades do eixo constituíram-se desde cedo como pontos nodais que estruturaram o território regional e são perspetivadas como elementos decisivos para o reequilíbrio do território, no quadro do policentrismo regional.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; fluxos; policentrismo; sustentabilidade.

Introdução

Este texto é uma contribuição para equacionar algumas das principais transformações territoriais da região da Beira Interior, aqui definida como o conjunto das três sub-regiões NUT III (Beira Interior Sul, Cova da Beira e Beira Interior Norte). Pretende-se, fundamentalmente, conhecer a evolução deste território em termos de dinâmica demográfica, de evolução habitacional e de movimentos pendulares, considerando os desafios para o futuro. A informação estatística dos Censos 2011 e a consulta de dados existentes de trabalhos publicados permitiram analisar indicadores de avaliação da situação demográfica, de mobilidade regional e da evolução do parque habitacional, evidenciando que a região se encontra confrontada com velhos e novos problemas, todos eles a exigir reflexão nas novas questões que colocam, tendo em vista assegurar um futuro sustentável.

Assente numa abordagem qualitativa dos indicadores, identificam-se debilidades e realçam-se aspetos intrínsecos ao eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco, e equaciona-se o papel prospetivo das suas cidades, podendo

* Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior & investigador integrado do CesNova (Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa) (dmvaz@sapo.pt).

configurações 11 novo.indb 25 10-01-2014 11:24:52

Figura 1. Região da Beira Interior no País



estabelecer-se a partir delas uma visão estratégica, uma coordenação de instrumentos de ordenamento e desenvolvimento, com parcerias e contratualização entre atores públicos, associativos e privados. Para enquadrar o problema em análise, procede-se a uma breve reflexão em torno dos conceitos de policentrismo, de rede, de competitividade territorial, sustentabilidade e de região funcional, com as suas dimensões e implicações de política. Finalmente, procedemos a algumas considerações finais, em termos de análise estratégica, económica e político-institucional.

1. Demografia e estruturação habitacional

No último decénio intercensitário a Beira Interior perdeu em média cerca de três mil habitantes ao ano, registando a maioria dos concelhos perdas acima dos 10%. As perdas de maior incidência percentual ocorreram nos concelhos de perfil essencialmente rural, onde as variações populacionais negativas foram superiores a 10%. No distrito de Castelo Branco a quebra geral foi de 5,8%. Apenas dois concelhos, os de Castelo Branco e de Vila de Rei, ganham

população, cerca de um e três por cento, respetivamente. As perdas no distrito da Guarda são mais acentuadas (10,5%); apenas na Guarda e em Trancoso a descida foi inferior a 10%, já que todos os restantes concelhos têm descidas demográficas superiores. Neste contexto geral excetuam-se os concelhos que têm como sede as principais cidades, onde a população estabilizou ou registou perdas demográficas menos acentuadas: Castelo Branco cresce 1%, a Covilhã perde 5%, o Fundão perde 7,2% e a Guarda perde 2,9%. São estes os principais focos de alguma resistência à tendência estrutural de despovoamento que grassa em toda a região. Maior densidade económica e acesso a uma rede de serviços públicos de saúde e de ensino têm feito a diferença para que o declínio se atenue nestes espaços urbanos.

Os resultados dos censos de 2011 evidenciam, em paralelo com a perda de população, o envelhecimento populacional: a quebra de nascimentos e o aumento da esperança de média de vida, com muitos jovens entre os 20 e os 30 anos a deixarem o interior, preferindo fixar-se no litoral.

Quadro 1. Taxas de Crescimento da População Regional

	1991-2001			2001-2011		
Sub-Regiões	Tx. Cresc. Efetivo	Tx. Cresc. Natural	Tx. Cresc. Migratório	Tx. Cresc. Efetivo	Tx. Cresc. Natural	Tx. Cresc. Migratório
Beira Interior Norte	-2,70%	-5,80%	3,10%	-9,50%	-7,60%	-1,90%
Beira Interior Sul	-3,60%	-7,50%	3,90%	-4,20%	-8,40%	4,20%
Cova da Beira	0,50%	-4,00%	4,50%	-6,20%	-4,40%	-1,90%

Fonte: Censos, 2001 e 2011.

Em 1981, 17,8 % da população regional era constituída por pessoas com 65 ou mais anos. Em trinta anos esta proporção subiu dez pontos percentuais, passando a ser de 27,5% em 2011. A proporção dos idosos ultrapassou e mais do que duplicou a dos jovens com menos de 15 anos (11,7%). Mais grave ainda, o índice de envelhecimento é elevadíssimo. Existem municípios na Beira

Interior Sul, caso de Vila Velha de Ródão, com 529 idosos para 100 jovens, e Idanha-a-Nova, onde essa relação é de 453 idosos para 100 jovens. Nos municípios urbanos e devido à polarização regional que exercem, esse índice é menos acentuado: Guarda (152,1), Castelo Branco (187,9), Covilhã (192,3) e Fundão (235,7) (Fonte: Pordata e Censos, 1981 e 2011). Os indicadores relativos à fecundidade e à estrutura da população evidenciam que a região se encontra confrontada com a baixa fecundidade e um envelhecimento acentuado da população. Importará refletir nas novas questões que estes desafios colocam, com vista a assegurar um futuro sustentável.

Na Beira Interior existem oito cidades nas três NUTS III sub-regionais, onde se estima que se concentrem cerca de 42% da população residente na região. Destacam-se deste conjunto as cidades da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco por atingirem valores de população residente mais elevados e que fazem impulsionar os valores de população residente nas três sub-regiões. A Cova da Beira concentra a população urbana mais numerosa, com quase metade (49,1%) dos seus residentes a viver nas suas duas cidades: Covilhã e Fundão. Na situação intermédia encontra-se a Beira Interior Sul, com cerca de 47,5% da população residente a viverem na sua única cidade, Castelo Branco, que se aproxima dos 35 000 habitantes. A Beira Interior Norte detém cerca de um terço da sua população residente em cidades. Esta é das três sub-regiões a que detém as cidades menos populosas (Pinhel, Sabugal, Trancoso e Meda) que, em nenhum dos casos, ultrapassa o limiar dos três mil habitantes.

Quadro 2. População Residente nas Cidades da Beira Interior, 2011

NUT III	População Residente		Variação (%)	Cidades	População Residente nas Cidades	
	2001	2011	2001-2011	N.º	2011	%
Beira Interior Norte	115 325	104 417	-9,5	5	34 039	32,6
Cova da Beira	93 579	87 869	-6,1	2	43 143	49,1
Beira Interior Sul	78 123	75 028	-3,9	1	35 638	47,5
TOTAL	287 027	267 314	-6,8	8	112 820	42,2

Fonte: INE, Censo de 2011 e apuramento próprio.

Apesar da diminuição geral da população, o parque habitacional da Beira Interior manteve a trajetória de crescimento. O número de alojamentos cresceu no último decénio e de forma generalizada na região, assim como o número de edifícios. A região dispõe de mais 7% de edifícios e 9% de alojamentos destinados à habitação. O acréscimo de alojamentos familiares nas quatro cidades principais foi: Castelo Branco (9,5%), Covilhã (15,3%), Fundão (5,8%) e Guarda (6,9%).

O número de famílias ao nível da região é de 109 880, registando uma ligeira subida (0,7%) face a 2001, muito aquém da média nacional que foi de 12% na década. No plano dos quatro principais municípios da região, o número de famílias registou acréscimos principalmente na Covilhã (4,4%), Castelo Branco (8%) e Guarda (2,4%), e diminuiu no Fundão (-0,9%). Por seu turno, o número médio de pessoas por família assume o valor de 2,4 em Castelo Branco, Fundão e Covilhã e de 2,6 na Guarda (Quadro 3).

Quadro 3. Evolução dos alojamentos e das famílias entre 2001 e 2011

Principais Municípios	Alojamentos			Famílias		
	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação
Guarda	26 070	27 894	6,9%	16 064	16 444	2,4%
Covilhã	30 627	35 303	15,3%	20 353	21 256	4,4%
Fundão	20 849	22 058	5,8%	12 120	12 011	-0,9%
Castelo Branco	35 027	38 382	9,5%	21 555	23 277	8%

Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011.

A tendência da dinâmica construtiva em alta estava já presente num estudo do INE e da DGOTDU do fim da década de noventa (2000), que evidenciava a dinâmica construtiva de habitação, com base em dados oficiais de licenças concedidas pelas cidades médias. Em relação ao concelho da Guarda, o maior dinamismo construtivo verificava-se nas três principais freguesias urbanas, sendo evidenciada uma maior tendência para construção em altura, com menos fogos mas de maior dimensão. No concelho da Covilhã, apesar de as construções novas serem o principal tipo de obra, a sua percentagem regista um valor significativamente inferior à média das cidades médias, sendo mesmo um

dos mais baixos de toda a região centro. Da mesma forma, os prédios mais altos concentram-se nas freguesias mais centrais. Simultaneamente o número de reconstruções é o mais elevado da região centro, sobretudo em muitas das freguesias limítrofes do concelho. Algumas freguesias não nucleares (Boidobra, Canhoso, Teixoso e Tortosendo) cresceram de forma determinante, expandindo a cidade para este, oeste e sul. Por sua vez, Castelo Branco tinha sido uma das cidades que cresceram sobretudo em área dos fogos. Castelo Branco e Alcains eram as freguesias urbanas com mais acentuado crescimento, e a expansão fez-se na direção norte-noroeste do concelho.

Um outro estudo de Carvalho (2008), tendo por amostra territorial um conjunto de 27 municípios do norte e centro interiores do País, dava conta de que entre 1981 e 2001 o número de fogos tinha aumentado 34%, e a população diminuído 14%; enquanto o número de agregados familiares quase não se modificava (-1%), o que implicitamente significava uma tendência para um menor número de pessoas em cada agregado familiar. Em termos da oferta e procura de habitação, através de apuramentos estatísticos baseados em dois indicadores (a variação do número de pessoas comparado com o do número de fogos existentes), foi possível ponderar, através da média de indivíduos por agregado, o aumento/diminuição do excesso/*deficit* de fogos. Os municípios mais populosos (Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco) continuavam a registar uma incidência forte do fenómeno de urbanização, embora na Covilhã ela se verificasse de forma dispersa pelas freguesias limítrofes do tradicional perímetro urbano. Nos restantes municípios, com cidades médias, as taxas de variação da população urbana entre as duas décadas indicavam um fenómeno de concentração no antigo centro urbano, ao contrário do que sucedia na Covilhã. Admitia-se, a partir da informação estatística, que nas duas últimas décadas do século XX a população e a construção de habitação tinham evoluído em sentido oposto, construindo-se (aparentemente) mais habitações que o necessário.

O fenómeno era particularmente evidente nos maiores municípios – Castelo Branco, Guarda, Covilhã e Fundão – que já entre 1995 e 2001 revelavam a mais significativa variação populacional positiva (urbanização e despovoamento da parte rural do concelho), o que pode explicar, de alguma forma, o excesso de oferta de habitação como resultado da criação de fortes expectativas nos agentes e promotores imobiliários. Em termos geográficos todos eles são contíguos nos distritos de Castelo Branco e da Guarda, o que não deixa de indiciar o efeito polarizador da autoestrada (A23). Os municípios com maior número de habitações vagas são também os mais populosos, com Castelo Branco no *top ranking* (3093) confrontado com um total de novas construções de 2808 unidades. Segue-se a Guarda (3563) para 1763 novas habitações, e depois a Covilhã numa posição intermédia (2653) apesar das cerca de duas mil novas habitações.

2. Dinâmica regional

A aferição dos movimentos pendulares quotidianos merece especial atenção, uma vez que através da sua análise é possível aceder à dinâmica das relações intermunicipais determinadas por razões de trabalho ou estudo da população residente. Em termos relativos, a análise da informação do INE evidencia que, no contexto da região, os movimentos pendulares registavam os valores mais elevados entre os municípios internos à respetiva sub-região (NUT III) na qual estão inseridos, como era expectável. A este nível de agregação espacial os dados evidenciam a centralidade da Cova da Beira e o efeito de contiguidade geográfica entre as sub-regiões. Verifica-se que os fluxos da Beira Interior Norte assumem valores na ordem dos 12,5% com a Cova da Beira e de cerca de 3% com a Beira Interior Sul. Os fluxos da Cova da Beira detêm um valor de 16,7% com a Beira Interior Sul e de cerca de 10% com a Beira Interior Norte. Por sua vez, a Beira Interior Sul tem os valores mais significativos com a Cova da Beira (14,5%) e apenas 2,5% com a Beira Interior Norte (Quadro 4).

Quadro 4. Movimentos pendulares entre as sub-regiões da Beira Interior (2011)

Origem / Destino	Beira Interior Norte	Cova da Beira	Beira Interior Sul	Outro Município País	Estrangeiro	Total
Beira Interior Norte	3583 (36,7%)	1226 (12,5%)	275 (2,8%)	4011 (41,1%)	652 (6,7%)	9747 (100%)
Cova da Beira	842 (9,8%)	3462 (40,4%)	1436 (16,7%)	2321 (27%)	504 (5,8%)	8565 (100%)
Beira Interior Sul	124 (2,5%)	725 (14,5%)	1089 (21,7%)	2713 (54,2%)	354 (7%)	5005 (100%)

Fonte: Censos 2011, Ativos mais Estudantes.

Se tomarmos como unidade espacial de análise o município, tendo em vista analisar as relações entre os quatro municípios urbanos principais, a primeira constatação em termos relativos respeita ao efeito polarizador das

cidades nos respetivos municípios que, nos casos de Castelo Branco e da Guarda, se traduz por elevados valores percentuais das deslocações pendulares internas. Denota-se que os municípios da Covilhã e do Fundão registam as trocas de movimentos pendulares mais significativos. Castelo Branco detém valores semelhantes com o Fundão e um valor mais residual com a Guarda. A Guarda detém um valor de cerca de 2% (437 deslocações maioritariamente por razões de estudo) com a Covilhã, e de menor significado com o Fundão, que regista um valor inferior ao verificado com Castelo Branco. O Fundão detém valores já com algum significado com a Covilhã (cerca de dois terços das 1168 deslocações são por razões de trabalho), com Castelo Branco (4,4%) e mais residual com a Guarda. A Covilhã detém o fluxo maioritário com o Fundão, sobretudo por razões de trabalho (4,5%), sendo os valores com Castelo Branco e a Guarda bastante inferiores mas de algum significado em termos absolutos e equilibrados (Quadro 5).

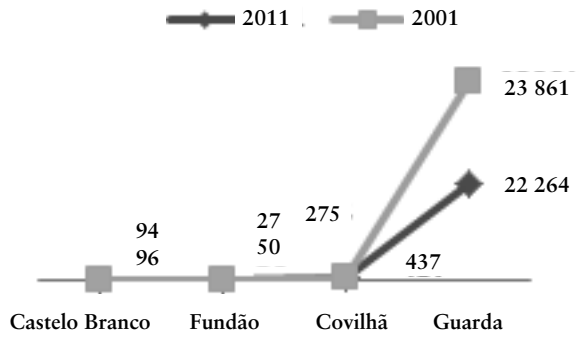
Quadro 5. Movimentos pendulares entre municípios com cidades da Beira Interior (2011)

Origem / Destino	Castelo Branco	Fundão	Covilhã	Guarda	Total
Castelo Branco	**28 888** (97,7%) [A-69,5%; E-30,5%]	**268** (0,9%) [A-90; E-10]	**335** (1,1%) [A-55; E-45]	**66** (0,2%) [A-68; E32]	**29 557** (100) [A-69;E31]
Fundão	**626** (4,4%) [A-70; E-30]	**12 201** (86,6%) [A-68; E-32]	**1168** (8,3%) [A-71; E-29]	**93** (0,6%) [A-58; E-42]	**14 088** (100) [A-68;E32]
Covilhã	**555** (2%) [A-65; E-35]	**1182** (4,5%) [A-90; E-10]	**24 372** (92%) [A-67; E-33]	**360** (1,4%) [A- 84; E-16]	**26 469** (100) [A-68;E32]
Guarda	**96** (0,4%) [A-55; E-45]	**50** (0,2%) [A-82; E-18]	**437** (1,9%) [A-48; E52]	**22 264** (97,4%) [A-67; E-33]	**22 847** (100) [A-67;E33]

Fonte: Censos 2011, Ativos [A] mais Estudantes [E].

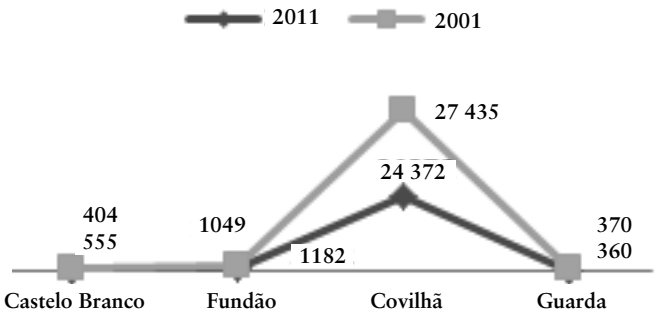
A análise da comparação intercensitária (Censos de 2001 e 2011) dos quatro municípios com cidades médias pode ser realizada a partir da informação representada nos **Gráficos** (**1 a 4**) que se seguem. Assim, é possível aferir e comparar os movimentos pendulares quotidianos, por razões de trabalho ou estudo, internos e com origem em cada um dos principais municípios e com destino nos restantes três (os valores do Censo de 2011 estão marcados a bold).

Figura 2. Município da Guarda



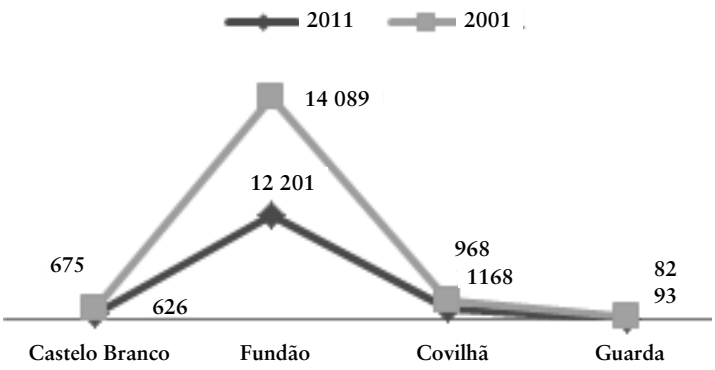
Fonte: Censos 2001, 2011

Figura 3. Município da Covilhã



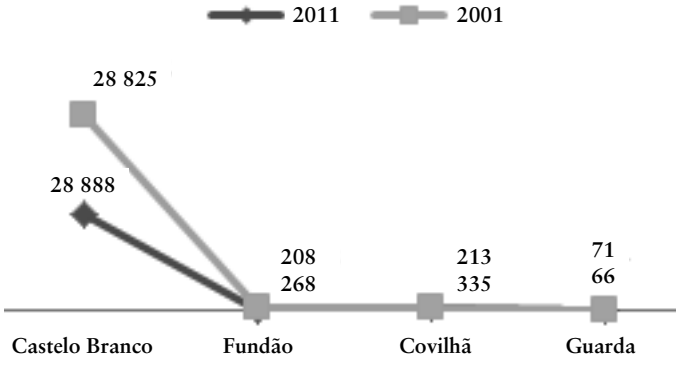
Fonte: Censos 2001, 2011

Figura 4. Município do Fundão



Fonte: Censos 2001, 2011

Figura 5. Município de Castelo Branco



Fonte: Censos 2001, 2011

A informação evidencia que no conjunto destes quatro municípios os ativos e os estudantes registaram um decréscimo global de -6% no último decénio. Para este decréscimo contribuíram em primeiro lugar a Covilhã (que decresceu -18%), o Fundão (-11%) e a Guarda (-6%). Castelo Branco excetua-se desta tendência, denotando estabilidade dado o ligeiro acréscimo que regista (+0,8%). Os fluxos com origem na Guarda (Gráfico 1) com destino a Castelo Branco denotam estabilidade, observando-se que para o Fundão duplicaram

e para a Covilhã cresceram cerca de 60%. Da Covilhã para Castelo Branco e para o Fundão o fluxo observou acréscimos, respetivamente, de 37% e de 13%, enquanto para a Guarda decresceu ligeiramente (Gráfico 2). Por sua vez, verifica-se que o fluxo do Fundão em direção à Covilhã cresceu 21%, para a Guarda 13% e para Castelo Branco baixou -7% (Gráfico 3). Finalmente observa-se (Gráfico 4) que o fluxo de Castelo Branco registou com algum significado um acréscimo em direção à Cova da Beira. Assim, este fluxo teve o maior acréscimo com a Covilhã (57%) e de seguida com o Fundão (29%), decrescendo ligeiramente com a Guarda.

3. Policentrismo regional

Os princípios gerais para uma política de ordenamento do território com base na noção de policentrismo foram apresentados em 1999 pelo Conselho Europeu de Ministros responsáveis pelo ordenamento do território e o desenvolvimento institucionalizado da União Europeia (no âmbito do Desenvolvimento do Espaço Comunitário, CEC, 1999). É uma perspetiva que preconiza o desenvolvimento de uma plataforma para a conexão e integração de cidades (especialmente pequenas e médias) e para o incremento do desenvolvimento socioeconómico regional e que contribui para mitigar as disparidades (inter e intrarregionais), mas também para criar as condições adequadas à internacionalização em mercados globais e redes (Carmo, 2013).

É importante referir não só a importância das cidades propriamente ditas, mas a sua integração no território envolvente, como é desenvolvido por Alves (2007) em relação ao continente português. De facto, não é possível compreender a dinâmica de uma cidade sem atender à região e ao sistema urbano-regional em que a mesma se insere. Um relatório da UE (CE, 2004) sustenta que as cidades lideram a competitividade económica e que os sistemas urbanos são os motores do desenvolvimento regional. De acordo com este raciocínio, podemos enfatizar que as regiões ganhadoras integram habitualmente as cidades mais competitivas.

A mundialização e o declínio do Estado-nação induziram as condições para a emergência de novos territórios estratégicos: as regiões e as cidades. É reconhecido que estas escalas espaciais se tornaram importantes arenas do desenvolvimento e que os níveis subnacionais se traduzem nas unidades geográficas mais apropriadas para a afirmação da competitividade territorial.

As cidades são ainda os espaços com a maior responsabilidade para contribuir para a prossecução da sustentabilidade global do planeta. De acordo com a "Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias" (Aalborg, 1994), a cidade é a maior unidade com capacidade para gerir os numerosos desequilíbrios urbanos que afetam o mundo moderno: arquitetónicos, sociais, económicos, políticos, de recursos naturais e ambientais; mas são também a menor unidade na

qual se poderão resolver estes problemas, de uma forma eficaz, integrada, global e sustentável. Daí que se devam integrar os princípios da sustentabilidade em todas as políticas e fazer das especificidades de cada cidade a base de estratégias de desenvolvimento regional e local. O conceito de cidade sustentável tem como objetivo principal o bem-estar da população de longo prazo, o que compreende a satisfação das suas necessidades económicas e materiais, mas também as de ordem cultural, social e ambiental.

As cidades médias podem assumir-se como âncoras das regiões envolventes, contribuindo para a organização de territórios mais equilibrados, assumindo a função de instrumentos de desenvolvimento regional. Mas, pela sua dimensão demográfica e funcional, continuam a ser demasiado pequenas para assegurarem o seu papel no sistema urbano e para se afirmarem nacional e internacionalmente. Contudo, a hierarquia urbana tradicional está a dar lugar à hierarquia de uma rede de cidades ou de um território em rede, e os processos de inovação e de mundialização exigem às cidades e aos territórios a sua integração económica, social e cultural em "redes de cidades" com vocações funcionais semelhantes ou complementares. A questão das redes é importante devido à ausência de dimensão crítica de grande parte destas cidades. Os espaços mais amplos detêm frequentemente ativos significativos em termos de infraestruturas materiais e imateriais, o que lhes atribui maior potencial de atratividade e competitividade.

De notar, no entanto, que, de acordo com a CE (2004), uma análise das redes de cooperação entre cidades indica a existência de uma forte rede de grandes metrópoles no centro da Europa e uma débil, ou mesmo ausente, cooperação estratégica entre pequenas e médias cidades europeias deficitárias quanto a acessibilidades e, ao mesmo tempo, em posição de marginalização do ponto de vista do desenvolvimento. A Europa caracteriza-se "por uma estrutura urbana mais policêntrica e menos concentrada"; só 7% das pessoas vivem em cidades com mais de cinco milhões de habitantes, contrariamente a 25%, nos EUA; e só cinco cidades da UE se incluem na lista das cem maiores metrópoles do mundo (CCE, 2011: 5).

Em territórios de baixa densidade esta questão é decisiva devido à ausência de dimensão crítica de grande parte destas cidades, pelo que se torna importante promover o apoio à estruturação de redes urbanas e de sistemas urbanos de proximidade para a valorização partilhada de recursos, potencialidades e conhecimento.

Justifica-se, assim, a adoção de conceitos que procuram entender territórios transversais a delimitações político-administrativas; espaços com características morfológicas idênticas, mas sobretudo de índole funcional (espaços integrados através de relações, fluxos e sistemas, naturais ou humanos, físicos ou imateriais). Um conceito abrangente suscetível de ser utilizado para estes territórios é o de "região funcional", que tem vindo a ser alvo de valorização crescente

por parte da União Europeia e da OCDE. É-lhe reconhecido um interesse tanto analítico (formulação de diagnósticos e cenários prospetivos), como ao nível da intervenção (estratégias de desenvolvimento, políticas públicas). No domínio das políticas públicas, o "conceito de 'região funcional' implica quatro ideias-chave: uma base territorial pertinente para integrar políticas sectoriais; uma estratégia integrada de desenvolvimento; cooperação entre diferentes actores; sistemas de governança específicos" (Ferrão, 2012: 10).

Dada a sua polissemia, pode assumir diversos significados. Como instrumento de análise pode adotar um foco urbano (relações urbano-rurais), rural (relações rural-urbano) ou transversal (no caso, uma visão holística dos diversos sistemas biofísicos que cruzam áreas urbanas e rurais). E será interessante refletir sobre a conceptualização mais adequada ao caso da Beira Interior, que permita englobar espaços polarizados por cidades de média dimensão – por isso, regiões funcionais urbano-rurais, que se caracterizam pela intensidade, real ou desejável, das relações entre uma ou mais cidades de média dimensão e os pequenos centros e espaços rurais da área envolvente.

Importa considerar e refletir a escala supralocal numa lógica de cooperação intrarregional, bem como procedimentos de atuação facilitadores de estratégias de inovação e desenvolvimento para as cidades e para os territórios de baixa densidade, onde emergem temas que ganham uma relevância renovada. Desde o papel das cidades e o futuro dos espaços rurais, no âmbito de uma nova relação entre as cidades e os campos; ao processo de urbanização que os atravessa, combinando cidades com diferentes dimensões, e às vezes espaços rurais com populações urbanas; sem esquecer que a própria reestruturação do espaço rural que envolve os principais centros urbanos está muito dependente das mudanças que ocorrerem nessas mesmas cidades (Ferrão, 1997, 2003; Couto, 2007; Reigado, 2007; Vaz e Alves, 2012).

Na Beira Interior, sob um pano de fundo de decréscimo demográfico geral, temos hoje centros urbanos relativamente estabilizados, sobressaindo algumas cidades relativamente importantes à escala regional, das quais se destacam Castelo Branco, Covilhã, Fundão e Guarda, cujos perímetros urbanos foram completamente alterados, dando lugar a uma dispersão geográfica das funções, nomeadamente a residencial nas áreas suburbanas e periurbanas. O resultado deste processo, particularizado pela terciarização, pelo despovoamento rural e pela melhoria das acessibilidades regionais e nacionais, conduziu a uma configuração polinucleada de cidades de média dimensão e na estruturação de nós e eixos urbanos, sendo da maior relevância o seu protagonismo no quadro global de interioridade onde se localizam (PROT, 2011).

A visão polinucleada surge como podendo ancorar uma estratégia de desenvolvimento regional pelos seguintes motivos: trata-se de uma região periférica, e por isso encontra-se desprovida de muitas das características das regiões centrais; a pequena dimensão dos centros urbanos e a fraca diversidade da sua base

urbana inibem a criação e a alimentação de economias externas; o progressivo esvaziamento populacional das áreas de influência condiciona o crescimento dos centros urbanos; o aumento da acessibilidade leva à sobreposição das áreas de influência dos centros urbanos, levando-os a especializarem-se em determinadas funções ou atividades, valorizando o potencial de conjunto (Vaz, 2008). Partindo de uma visão crítica sobre a organização espacial, tem pertinência a reflexão sobre a importância do eixo urbano polinucleado Guarda-Castelo Branco para o desenvolvimento da região. As vantagens em apostar numa estratégia de organização territorial polinuclear são evidentes:

i) Reforço da coesão e da identidade regional, e maior enraizamento cultural da população;
ii) Melhor aproveitamento das diversidades locais e maior valorização do património natural e cultural;
iii) Maior integração do território, ao dispersar as oportunidades de emprego, de valorização pessoal, os equipamentos, etc., tendo, no entanto, presente o máximo de eficácia na sua localização;
iv) Maior flexibilidade locacional para atividades e funções;
v) Diminuição dos riscos de congestionamento e das pressões dos usos e atividades sobre o espaço urbano, melhorando o ambiente;
vi) Diminuição dos movimentos migratórios de longa distância;
vii) A polinucleação como evidência empírica da organização do território que interessa promover e consolidar.

No entanto a concretização destes objetivos coloca a questão da necessidade de uma recomposição institucional. Novos problemas e realidades necessitam de respostas adequadas por instituições que cooperem entre si, de modo a aproveitar a acessibilidade existente e a proximidade entre os centros urbanos, bem como as potencialidades de cada um deles, baseadas em complementaridades, maximizando o potencial de conjunto, atendendo à especialização em funções e atividades para as quais apresentem vantagens comparativas no seio da rede e que seja racional na utilização dos recursos públicos. E, bem assim, promover a solidariedade entre os centros urbanos e com o resto da região procurando esbater rivalidades espaciais e mobilizar a população e os agentes em torno de um "projeto regional".

As transformações são favorecidas pela atuação de fatores de mudança e de reestruturação, mas também da mobilidade, dos novos modos de vida e dos fenómenos de governância, entre eles, o dos projetos políticos municipais e seus protagonistas e dos atores da sociedade civil. A geografia emergente coloca em evidência uma maior interdependência entre territórios, nas várias escalas espaciais, e a necessidade de novas abordagens interpretativas das dinâmicas e dos problemas económicos, sociais e ambientais do interior.

Impulsionar a cooperação supramunicipal é tanto mais oportuno, quanto a atual conjuntura aconselha a uma racionalização de recursos, equacionada numa lógica estratégica de aglomeração de coletividades territoriais de proximidade que possam conferir a territórios de baixa densidade uma maior densificação das suas redes sociais, económicas, educacionais e culturais. A complementaridade entre as cidades significa retirar benefícios do mesmo tipo de estruturas e investimentos para densificar as redes e reforçar as condições de atratividade de um território em condições de interioridade mas contíguo. E, sobretudo, pensar que o papel de cada cidade não é reduzir-lhe importância ou limitar-lhe a estruturação por estratégias de absorção do que lhe está mais ou menos próximo, mas antes contribuir para valorizar os pontos de articulação do conjunto do sistema territorial.

Considerações finais

O território objeto de análise quanto a indicadores demográficos e de estruturação urbana e habitacional tem registado uma evolução dos alojamentos habitacionais bastante acima das necessidades definidas exclusivamente pela variação da população e em sentido inverso. Esta é uma realidade generalizada a toda a região, mas tem maior expressão nos municípios mais populosos, onde se fez mais sentir o efeito de atração urbana das populações rurais circundantes. A informação disponível levanta algumas pistas pertinentes de investigação que seria interessante desenvolver com uma base georreferenciada de dados e que permitisse identificar a variação das formas de ocupação dos fogos face às famílias existentes e o destino funcional dos eventuais fogos em excesso: estarão eles vagos ou trata-se de segundas habitações? E que especificidades sociais e urbanas assumirá o fenómeno da suburbanização nas quatro principais cidades da região, no fundo em pequenas e médias cidades?

Devido ao relativo afastamento entre si, estas cidades não constituem no seu conjunto uma estrutura urbana complexa e contínua, mas o seu protagonismo é da maior relevância no quadro global de interioridade onde se localizam. São-lhes reconhecidos alguns elementos estratégicos para o ordenamento e o desenvolvimento territorial, a dinamização de uma rede multipolar com potencial para sustentar o desenvolvimento regional policêntrico, ou quanto à posição geográfica nas ligações com Espanha e com a Europa, permitindo apostas inovadoras no aproveitamento das oportunidades que podem ser abertas nestas escalas geográficas.

Importa evidenciar que ao nível da região a noção de tempo sofreu transformações, influenciada pelas novas acessibilidades e com maior significado nos centros urbanos e nas relações entre eles, tornando mais próxima a ideia de uma rede de cidades que a sociedade civil vai progressivamente densificando. E faz sentido discutir como estimular a cooperação entre cidades e seus polos

de conhecimento em torno de projetos concretos que reforcem a atratividade e a complementaridade das cidades mas também da região. No fundo importa interrogar: que estratégia se quer ver implementada na região integrada numa estratégia nacional e europeia? Caberá a este território de baixa densidade e seus centros urbanos organizarem-se coletivamente e traçarem um caminho próprio, e não esperarem pelos desígnios nacionais e europeus. As instituições de ensino superior sediadas na região ocupam um papel determinante na produção e fixação de capital humano altamente qualificado, mas também na determinação crescente do perfil produtivo, social e cultural das cidades da região, em especial, as que posicionam a sua visão estratégica num futuro sustentável baseado no estabelecimento de modalidades de concertação institucional e no abandono de soluções polarizadas apenas por um dos tipos de atores ou segmentos territoriais.

No contexto português as cidades médias não são fortes em densidade de *stock* (base económica, dimensão demográfica…), mas mantêm a carga identitária que as distingue. Por isso, torna-se fundamental a identificação e promoção dos fatores intangíveis do desenvolvimento como visão estratégica de atratividade urbana e regional. A este propósito um documento elaborado pela Comissão Europeia enfatiza: "As características genéricas das cidades de pequena e média dimensão, em especial a sua escala humana, a qualidade de vida, a sociabilidade dos seus bairros, a sua integração geográfica e o seu carácter histórico, constituem em muitos aspetos um ideal de urbanismo sustentável" (CCE, 2011: 5; Leipzig, 2007). As cidades de pequena e média dimensão são, por conseguinte, essenciais para evitar o despovoamento rural e o êxodo para as metrópoles e são indispensáveis para o "desenvolvimento regional equilibrado, a coesão e a sustentabilidade do território europeu". Na Beira Interior os padrões sub-regionais de povoamento atingem alguma polarização em contraponto com o despovoamento, a baixa densidade e a recessão demográfica. A rede policêntrica de cidades médias acaba por diferenciar as cidades do eixo urbano Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco dos pequenos centros, sobretudo as sedes de município, importantes para o ordenamento do território e pelo seu papel de âncoras das regiões envolventes, contribuindo para a organização de territórios mais equilibrados (PNPOT, 2007).

A realidade dá mostras de um maior número de trocas e interações populacionais entre os centros urbanos, mas ao nível do poder local, a condicionante eleitoral levou as cidades a pensarem sobretudo no imediato. E a ausência de uma perspetiva de âmbito regional que tenha a ousadia de pensar e criar possibilidades de desenvolvimento de longo prazo reduz a própria dimensão geográfica dos problemas e das oportunidades. Neste aspeto caberia ao poder político assumir o papel instrumental facilitador da dinâmica no terreno e que a sociedade vai construindo. A resistência decorre em grande parte da importância histórica do "município" enquanto importante unidade territorial administrativa. O discurso político local enfatiza essa realidade também como "unidade básica da

democracia" de proximidade e bem posicionada para gerir os interesses do eleitorado e conhecer as suas necessidades. Do ponto de vista político, o município, além de moldar as decisões e modos de intervenção, constitui a base da legitimação do poder político local. Do ponto de vista sociológico, é uma partição que vai além de uma simples divisão territorial; ela contribui para a criação de uma entidade à qual nos encontramos profundamente ligados: condiciona modos de pensamento, caracterizações e classificações envolvendo distinções que aplicamos nas nossas práticas quotidianas. Existe uma correspondência entre divisão e efeito de divisão que é preciso interpretar. É esta, também, uma análise e um debate que importa detalhar e estimular sobre a dinâmica tendencial para um funcionamento mais articulado da região e os processos e fenómenos que o condicionam.

Em termos económicos, existe a perceção de que nas últimas décadas a política regional se concentrou nas condições dos fatores, na acessibilidade física e nas organizações de suporte. Ingredientes necessários, mas não suficientes. As regiões menos desenvolvidas viram os seus défices de dinamismo económico, social e competitivo compensados pelo desenvolvimento das atividades não transacionáveis, em particular no sector social da economia e nos serviços administrativos. Tal modelo parece conhecer claros sinais de esgotamento que colocam interrogações quanto à sustentação, prosperidade e convergência das economias das regiões menos desenvolvidas, profundamente afetadas por uma erosão demográfica, envelhecimento e fixação de população, pondo em causa a sua sustentabilidade futura. Assim, a situação atual não dispensa a reorientação da política regional dirigida às economias menos desenvolvidas, visando compensar os constrangimentos dos efeitos de aglomeração a que estão sujeitas as regiões de baixa densidade. Parece-nos que importa refletir sobre a perspetiva que privilegia o papel dos atores, do adensamento das suas relações, marcadas por comportamento de copresença, e da capacidade de gestão de fluxos geradores de ganhos de dimensão, em complementaridade com a ponderação de opções estratégicas de política regional centrada no recurso ao conceito de sectores-chave ou polos de crescimento, com forte enfoque na criação de emprego.

Será interessante a conceptualização baseada nas "regiões funcionais" para levar a cabo diagnósticos, definir estratégias de desenvolvimento territorial ou programar e implementar intervenções integradas em espaços que não coincidem com delimitações administrativas, superando os custos decorrentes de visões geograficamente fragmentadas.

Referências bibliográficas

AALBORG Charter (1994), *Charter of European Cities & Towns towards Sustainability* (as approved by the participants at the European Conference on Sustainable Cities & Towns in Aalborg, Denmark on 27 May 1994). Available at: http://ec.europa.eu/environment/urban/pdf/aalborg_charter.pdf [Data de acesso: 7/4/2010].

ALVES, Rui (2007), *Políticas de planeamento e ordenamento do território no Estado Português*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CARMO, R. M. (2013), "Polycentrism as a Multi-Scalar Relationship between Urban and Rural Areas: The Case of Portugal", *European Planning Studies*, 21 (2): 149-166.

CARVALHO, Pedro (2008), "Forma urbana e desenvolvimento sustentável: Ensaiando um ponto de partida para os territórios de fronteira", Domingos Vaz (org.), *Cidade e Território: Identidades, Urbanismos e Dinâmicas Transfronteiriças*, Lisboa: Editora Celta: 203-226.

CCE (2011), *Cities of Tomorrow. Challenges, visions, ways toward*. Disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow_final.pdf [Data de acesso: 7/12/2012].

CEC (1999), *ESDP – European Spatial Development Perspective: Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the EU* (Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities). Available at: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/pdf/sum_en.pdf [Data de acesso: 8/2/2013].

COMISSÃO de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro (2011),PROT-Centro, *Plano Regional de Ordenamento Territorial do Centro*: Coimbra.

COUTO, Alcino (2007), "Dinâmicas e mutações estruturais na raia central", Felisberto M. Reigado e António F. Matos (eds.), *Dinâmicas de desenvolvimento e valorização dos recursos endógenos na Beira Interior*, Vila Nova de Foz Côa: PlaniCôa: 105-139.

DIREÇÃO-GERAL do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano e Instituto Nacional de Estatística (2000), *Pressão Construtiva nos Concelhos com Cidades Médias*, Volume 2, Lisboa.

EUROPEAN COMMISSION (2004), *A New Partnership for Cohesion*. Available at: http//:ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/cohesion3/cohesion3_pt.htm [Data de acesso: 21/05/2007].

FERRÃO, João (1997), Rede urbana instrumento de equidade, coesão e desenvolvimento?, *Colóquio: A Política de Cidades*, série "Estudos e Documentos", Lisboa: CES – Conselho Económico e Social. Disponível em: http://www.ces.pt/download/564/ColPolCidades.pdf [Data de acesso: 7/07/2012].

FERRÃO, João e Teresa Marques (2003), *Sistema urbano nacional. Síntese*, Lisboa: DGOTDU/ Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

FERRÃO, João (coord.), (2012), *Regiões funcionais, relações urbano-rurais e política de coesão pós-2013*, Relatório final, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais Disponível em: http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=regioes_funcionais.pdf [Data de acesso: 5/10/2013].

LEIPZIG Charter (2007), *Leipzig Charter on Sustainable European Cities*. Available at: http://www.eukn.org/binaries/eukn/policy/2007/8/leipzig-charta-adr-pt.pdf [Data de acesso: 13/02/2012].

MAOTDR – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007), *PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território* (Lisboa: MAOTDR).

REIGADO, Marques (2007), "Modelo e estratégias de desenvolvimento", Felisberto M. Reigado e António F. Matos (eds.), *Dinâmicas de desenvolvimento e valorização dos recursos endógenos na Beira Interior*, Vila Nova de Foz Côa: PlaniCôa: 341-381.

VAZ, Domingos e Rui Alves (2012), "Transformações recentes nos territórios do eixo Guarda-Castelo Branco", *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, APS. ISBN: 978-989-97981-0-6. Disponível em http://www.aps.pt/VII_Congresso/ [Data de acesso: 5/4/2013].

VAZ, Domingos (2008), "Que rumo para as cidades do Interior?", Domingos Vaz (org.), *Cidade e Território: Identidades, Urbanismos e Dinâmicas Transfronteiriças*, Lisboa: Celta Editora: 1-32.

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 43-59

Dinâmicas globais e arranjos produtivos para agricultura familiar: o caso do polo de fruticultura Juazeiro-Petrolina no território do Vale do Submédio do Rio São Francisco, Região Nordeste do Brasil

Celso Franca*

Resumo: O artigo pretende discutir como a agricultura no Nordeste brasileiro foi modelada por um discurso ideológico através do Estado na implementação de reformas agrícolas e arranjos produtivos. O perímetro de Irrigação Maria Teresa, localizado no Município de Petrolina – estado de Pernambuco, ocupado por produtores familiares, foi escolhido como estudo de caso. As políticas impostas neste território pelos sucessivos governos privilegiaram grandes produtores em detrimento da agricultura familiar. A crise atual está relacionada não somente com a ausência do Estado, mas, principalmente, com a imposição de modelos organizativos a partir dos anos 70. Todos os saberes tradicionais foram ignorados, ocorrendo com isso uma "descampesinização" (autonomia, identidade cultural) dessa categoria, em nome de um projeto de modernidade.

Palavras-chave: agricultura familiar, modernização, globalização, capitalismo.

1. Introdução: o problema

Neste artigo pretende-se analisar o processo de inserção da agricultura familiar no contexto das dinâmicas globais, tendo para tal selecionado como estudo de caso o polo da fruticultura de Juazeiro e Petrolina localizado no Submédio de São Francisco com uma população de 492 065 habitantes. A sua atividade econômica está centrada na agricultura irrigada e possui uma infra-estrutura de comercialização e serviços. Entre as indústrias instaladas na região, destacam-se processadoras agrícolas, implementos agrícolas e equipamentos de irrigação. O polo oferece atrativos, como a disponibilidade de terra e água do Rio São Francisco: uma infra-estrutura de irrigação implantada e em expansão; uma relativa proximidade dos mercados europeu e norte-americano; um ciclo produtivo mais precoce e altos níveis de produtividade. O polo ainda apresenta mais de cem mil hectares e um potencial superior a duzentos e vinte mil hectares.

* Doutorando em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (celsofranca2005@yahoo.com.br).

configurações 11 novo.indb 43 10-01-2014 11:24:54

O processo de incorporação da agricultura familiar no capitalismo, embora tenha conhecido uma longa evolução desde meados do século XIX, conheceu um maior impulso a partir de finais daquele século e princípios do século XX nos países capitalistas avançados, com repercussões noutros países dependentes e (semi)periféricos, numa relação de troca desigual conforme as teses defendidas pela Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Será, porém, no período do pós II Guerra Mundial que a aplicação da ciência e da tecnologia nas sociedades agrárias vai representar um processo de modernização e introdução de novos *inputs* em maquinaria e fertilizantes, aumentando a produtividade das pessoas ativas na agricultura, criando a expectativa da resolução de problemas de carência alimentar com menor taxa de população ativa na agricultura, libertando cada vez mais força de trabalho para os setores secundário e terciário.

Neste período do pós-guerra e, particularmente, após os anos setenta e oitenta do século XX, o capitalismo mundial corporizou uma forte transformação na base da utilização das novas tecnologias de mecanização e automação produtiva. Do ponto de vista da doutrina econômica, emerge o chamado modelo teórico neoliberal, inicialmente patrocinado por Hayek (1990) e discutido no Brasil através do seu livro *O Caminho da Servidão*, o qual viria a contribuir para a crescente difusão da formulação de um Estado mínimo, não intervencionista, numa sociedade baseada na livre iniciativa, na concorrência e na liberdade. Politicamente, foram os governos de Reagan e Margaret Thatcher, na década de 1980, respectivamente nos Estados Unidos e na Inglaterra, que materializaram as ideias e expandiram tais doutrinas. No quadro de crescimento econômico, as novas tecnologias, principalmente as fundamentadas na microinformática, promoveram grandes avanços de produtividade. No final dos anos oitenta, vários estudiosos, com destaque para Piore e Sabel (1984), passaram a discutir de modo mais incisivo essas transformações que se processaram na economia em todo o mundo: as mudanças nas empresas, que passaram a operar com novas tecnologias, e o aumento da produtividade, resultando em alterações organizacionais e na flexibilização do trabalho na busca de maior intensificação da competitividade.

Deste modo, romperam-se fronteiras em prol do crescimento, alegadamente em prol dos povos, com base na autorregulação do mercado e sob um discurso de cunho alegadamente progressista, com promessas de abundância de bens para todos e de fomento da união entre as nações. Todavia, a realidade empírica evidencia outra face deste processo: seletividade, polarização, desigualdade, exclusão social são apenas algumas das consequências perceptíveis deste processo que apenas em parte conseguiu realizar as promessas originariamente concebidas.

Também o Brasil, embora um pouco mais tardiamente, buscou na modernização tecnológica alcançar o nível de desenvolvimento necessário para a sua

configurações 11 novo.indb 44 10-01-2014 11:24:54

inserção nos mercados mundiais. A racionalização do processo produtivo e da organização social e técnica do trabalho teve como meta principal acelerar o aumento da produtividade e ampliar as condições de produção de excedentes, o que foi potenciado pela intensificação da globalização mundial.

Os territórios rurais no Brasil não ficaram por certo imunes à lógica da globalização. Eles aparecem revestidos de novas características e, nesse novo contexto, o espaço agrário está tecido e emaranhado pela atuação das empresas e dos conglomerados. Tal não se deu por acaso, uma vez que o espaço agrário está inserido dentro de um contexto do chamado desenvolvimento agrícola que, a nível produtivo, envolve um conjunto de mudanças no uso do solo (utilização de máquinas, fertilizantes químicos), orientando e marcando fortemente nas últimas décadas as atividades agroindustriais.

Diante do exposto, pretende-se discutir, a partir deste estudo, os impactos das dinâmicas globais para a agricultura familiar[1], oriundos dos novos modelos organizativos no polo da fruticultura de Juazeiro-Petrolina (SMSF)[2].

As análises que se seguem têm por objetivo penetrar nas diversas dimensões que compõem a agricultura familiar na busca de respostas com as seguintes indagações: Quais as razões deste processo e quais os impactos causados a partir da reestruturação agrícola na região do Submédio Rio São Francisco? Em que medida as políticas públicas implantadas através do Estado nessa região fortaleceu ou não os agricultores familiares?

Levando-se em conta o problema delineado acima, partiu-se das seguintes hipóteses: A agricultura familiar foi um segmento historicamente "negado" no quadro do "desenvolvimento" econômico do Nordeste brasileiro. A dinâmica da agricultura no polo de Juazeiro/Petrolina decorreu basicamente da capacidade que os grandes produtores tiveram de se apropriar de uma estrutura com incentivos do Estado, inicialmente planejada para atender o pequeno produtor regional.

Os agricultores familiares foram submetidos e forçados a se adaptar aos novos modelos organizativos de produção, mas nem todos o conseguiram de modo adequado e vantajoso. Enquanto uns poucos conseguiram responder

[1] Não vou neste texto desenvolver a questão da definição do campesinato, a qual ficará para um outro ponto de desenvolvimento da tese, limitando-me a assumir o pressuposto chayanoviano. Trata-se aqui de destacar a agricultura familiar, enquanto combinação, numa unidade de produção, de terra, trabalho e família. Por outro lado, analisar-se-á a relação entre este tipo de agricultura e o processo de desenvolvimento das forças produtivas e, em particular, o processo de modernização e integração sócio-econômica global. A literatura brasileira nos anos 90 adotou a expressão *Agricultura Familiar* quase simultaneamente em duas esferas distintas (cf. Schneider 2000: 30): no campo político por intermédio dos movimentos sociais e do sindicalismo rural e, de outro lado, nos estudos acadêmicos, que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos. O Estado legitimou o termo *Agricultura Familiar* quando instituiu o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, em resposta às pressões do movimento sindical rural.

[2] Está composta por oito municípios – quatro pertencentes ao estado da Bahia e quatro ao de Pernambuco – Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sobradinho e Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista respectivamente, abrigando 686 534 habitantes, segundo a última contagem realizada pelo FIBGE, em 2010, envolvidos principalmente nas atividades vinculadas à fruticultura.

configurações 11 novo.indb 45 10-01-2014 11:24:54

favoravelmente ao referido padrão tecnológico, a maioria navega à deriva num ambiente amplamente mutante e competitivo sem perspectiva de tirar proveito da reestruturação tecnológica e produtiva.

2. Breve abordagem teórica e metodologia na coleta de dados

Os impactos da globalização no Submédio São Francisco obrigam a adotar um enfoque multidimensional em razão da sua complexidade política e econômica. A perspectiva liberal pluralista (Dahl, 1989) parte do pressuposto de que os atores sociais, não só individuais como de grupos de interesse, são livres e têm a capacidade, em termos competitivos, de influenciar o processo de tomada de decisões, posicionamento que viria a ser objeto de crítica por vários autores, entre os quais Silva (2005), uma vez que nem todos os atores detêm o mesmo grau de recursos de ordem não só econômica como política.

Torna-se assim necessário analisar os problemas agrários e as políticas promovidas pelo Estado, tendo em conta não só a sua complexidade como o cruzamento de interesses e estratégias dos diversos atores em presença, o que implica considerar as diferentes respostas e apreciações em torno da implementação das políticas estatais. Por outro lado, importa avaliar as formas particulares de intervenção do Estado (Fonte, 2000: 33), a nível local e nacional e examinar como a política é transformada durante o processo de implementação, tendo por base a valorização dos estudos de caso na análise dos impactos sociais.

Os conceitos e teorias sociológicos e antropológicos constituem os referenciais pelos quais o pesquisador focaliza os fenômenos sociais concretos, em que os diferentes paradigmas são revelados. A grande maioria dos agricultores familiares cabe na definição do camponês e da casa camponesa, tal como o teorizou Chayanov (1981): "uma unidade de produção e consumo, na qual os membros da família fazem o trabalho e a administração do estabelecimento produtivo." Nesta distinção a partir da finalidade da pequena produção, o pequeno produtor não tem como objetivo o lucro, mas a reprodução da família e, para assegurar isto, se dispõe a produzir, isto é, a continuar trabalhando por uma remuneração muito baixa.

No que concerne aos métodos e às técnicas, estas dizem respeito às formas de produzir o conhecimento, seja no plano *compreensivo,* centrado na ação ou jogo das significações que os atores conferem às suas práticas, seja no plano *explicativo*, visando estabelecer os fatores e variáveis que condicionam um fenômeno social. Tais instrumentos renovam os procedimentos e as operações para os quais os dados empíricos ou fontes de evidências são recolhidos e analisados. Os fenômenos sociais podem se limitar a um acontecimento singular (Yin, 2005), ou abordar uma sequência histórica e um espaço geográfico mais amplo. Neste caso, particularmente no Submédio São Francisco, temos presente cerca

de quarenta anos de transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais significativas.

A abordagem empírica é tomada como estudo de caso, o Projeto de Irrigação – Maria Teresa, localizado em Petrolina-PE, ocupado por 540 pequenos agricultores familiares, o qual entrou em operação em 1996. Para a coleta de informações sobre a implementação de políticas públicas adotadas nesse Projeto de irrigação, foi selecionada, dentre este universo, uma amostra de 54 agricultores familiares, em que foi possível identificar a situação socioeconômica, fatores de produção, tipo de cultura plantada, colheita, extensão rural e comercialização do produto.

Cabe aqui um esclarecimento sobre a questão de ser significativo pesquisar o Projeto Maria Teresa. No caso da agricultura familiar no polo de Juazeiro/Petrolina, os projetos apontam para uma classificação genérica, ou seja, os pequenos produtores foram distribuídos em áreas irrigadas que variam entre três e oito hectares. Nessas áreas é comum a utilização de ferramentas básicas e operações unitárias básicas no plantio, com trabalhos de regimes assemelhados. Note-se que ao se dizer assemelhados não se quer dizer idênticos.

Assim, este Projeto, pelo seu porte de produção e quantidade de pequenos produtores ali instalados, torna-se significativo pesquisar, na medida em que, partindo dele, se pode inferir algo que se passa noutros projetos de irrigação do polo de Juazeiro/Petrolina, prestando-se como contraprova para outras pesquisas.

A opção por um estudo de caso justifica-se pelo fato de possibilitar a coleta de evidências por meio de diferentes fontes, entre as quais se destacam entrevistas, observações diretas, além da pesquisa bibliográfica. No nosso plano de coleta de evidências foram utilizadas essas fontes, por vezes concomitantemente, por vezes de forma isolada.

Quanto às entrevistas, elas foram levadas a cabo de duas formas. A primeira foi semidirectiva, dada a possibilidade de o informante-chave se tornar intérprete dos fatos estudados na medida em que tece considerações sobre determinados acontecimentos e sugere outros informantes que podem acrescentar novos dados à pesquisa. Tal procedimento coloca o entrevistado no papel de um verdadeiro "informante" e não de um mero "respondente". Esse tipo de entrevista aconteceu em momentos de eventos (festas, eventos religiosos, reuniões informais), principalmente com alguns agricultores avessos a responder ao questionário em termos formais, mas dando informações sobre alguns pontos do guião de entrevistas.

O segundo tipo de entrevista tem por base um questionário com perguntas de ordem qualitativa e quantitativa, realizado com agricultores mais qualificados (técnicos agrícolas), que serviram para aprofundar as questões já conhecidas, oriundas das entrevistas espontâneas. Foram realizadas 54 entrevistas, as quais representam 10% do universo dos agricultores ali assentados, incluindo as entrevistas espontâneas.

Seguindo as orientações de Yin (2005: 126), ao se utilizar múltiplas fontes de evidências, *criam-se* "*estratégias híbridas*" ou uma *triangulação de dados*. A vantagem mais importante no uso de fontes múltiplas de evidências é o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação. Nesse caso, tem-se a consciência de que o "olhar", o "escutar" e o "escrever" (Cardoso, 2000: 18) sobre pessoas e espaços sociais dinâmicos é considerar a complexidade dos fenômenos e as singularidades, tentando, como refere Geertz (2000: 227), "navegar no paradoxo plural/unificado, produto/processo", dando atenção tanto a assuntos complexos quanto aos mais simples.

3. A reestruturação produtiva do capitalismo no Brasil: antecedentes históricos

No início dos anos sessenta do século passado, o debate em torno da questão agrária no Brasil foi marcado por posições divergentes. A estratégia de desenvolvimento a ser adotada para solucionar os problemas enfrentados no meio rural era a de que a agricultura brasileira apresentava uma baixa produtividade, gerando em função disto (Oliveira, 1987: 136) crises no abastecimento interno e, consequentemente, elevação nos preços dos produtos agrícolas. Por outro lado, a contribuição da agricultura para a exportação era pequena, representando assim uma reduzida entrada de divisas. A elevação destas era uma condição importante para viabilizar a industrialização do país que, desde 1930, se vinha consolidando como o "setor chave" da economia brasileira.

Em torno do debate destas questões, duas posições sobressaíram na sociedade: uma defendida por Aguiar (1986), segundo o qual a origem destes problemas estava relacionada à concentração da estrutura fundiária, na forma de latifúndios improdutivos, pelo que se propunha como solução uma Reforma Agrária[3] para desconcentrar a propriedade da terra. Esta era uma proposta distributivista, que visava aumentar a produtividade agrícola de gêneros alimentícios através da distribuição de terras aos pequenos produtores rurais.

A outra posição baseava-se no atraso técnico da agricultura e não na concentração da terra. Esta vertente via como solução a alteração do padrão tecnológico da agricultura, sem, contudo, mexer na estrutura fundiária. O golpe militar de 1964 elevou ao poder os setores sociais que defendiam esta última posição, contrariando as reformas, nomeadamente a Reforma Agrária. Tratava-se, portanto, de representantes do grande latifúndio que buscaram

[3] Deve fazer-se uma distinção entre a questão agrícola e a questão agrária. A agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma, ou seja; *o que se produz*, *onde se produz* e *quanto se produz*. Já, porém, a agrária está ligada às transformações nas relações de produção – *como se produz*, *de que forma se produz*. Enquanto no equacionamento da questão agrícola, as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos, na agrária são as maneiras como se organizam o trabalho, a produção, o nível de renda e emprego dos trabalhadores, a produtividade das pessoas ocupadas no campo.

reorientar a agricultura no Brasil no período ditatorial. A estratégia dominante traçada para o desenvolvimento rural objetivava transformar latifúndios improdutivos em modernas empresas agrícolas. Para viabilizar este objetivo, cabia ao Estado acelerar a modernização tecnológica, visando elevar a produtividade de culturas que agregassem valor comercial, destinado, sobretudo, ao mercado internacional. A partir daí, a modernização agrícola constituiu-se na principal diretriz política, como uma nova estratégia de desenvolvimento.

Na década de 1970, já sob os efeitos do "milagre econômico brasileiro"[4], período caracterizado por elevadas taxas anuais de crescimento do produto interno bruto (Filho, 1972: 391), a agricultura atingiu um importante processo de modernização quanto às técnicas de produção. O uso de trator, insumos, agrotóxicos, sementes selecionadas e medicamentos veterinários passou a ser mais acentuado. É a transformação capitalista da agricultura através da sua modernização. Porém, esta modernização (Graziano Neto, 1994: 26) não é apenas a substituição do burro pelo trator, do estrume pelo adubo químico, da enxada pelo arado. A modernização significa muito mais que isso. Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, inevitavelmente vai modificando também a organização da produção no que diz respeito às relações sociais e não só às técnicas de produção.

Essa modernização requerida como suporte para o aprofundamento e expansão da sociedade capitalista (Adorno, 1991: 186) avançou sobre as mais diversas atividades, atingindo até o lazer das comunidades rurais (Pessoa, 1999: 51; Barreiro, 1989: 184), como instrumento de inculcação das novas formas, regras e valores condizentes com o novo processo de trabalho.

Essas transformações econômicas ocorridas no Brasil, especialmente no setor industrial, refletiram-se no desenvolvimento de novas classes sociais e novas categorias (Oliveira, 1994: 38) de empresários e de trabalhadores, tanto de origem burguesa – comerciantes, banqueiros, industriais, latifundiários – como o seu oposto – o proletariado urbano e rural, formado por operários e trabalhadores destes setores.

Do ponto de vista social e político, historicamente a industrialização capitalista se constituiu na acomodação e articulação dos interesses dos setores tradicionais (as oligarquias agrárias) das classes dominantes (Vita, 1989: 151) com seus setores "modernos" (a burguesia financeira e industrial). Isso não exclui (Cruz, 2002: 27) eventuais escaramuças, como as que ocorreram durante a República Velha no Brasil (1889-1930), período entre a proclamação da república e o início do governo do ditador Getúlio Vargas, em torno de determinadas medidas de política econômica, como, por exemplo, a taxação de produtos manufaturados ou a liberação da importação de matérias-primas utilizadas pela indústria.

Entretanto, pesem embora as divergências momentâneas, a marca da modernização brasileira foi a conciliação entre a burguesia comercial urbana

e as oligarquias agrárias (Vita, 1989: 152)[4] que sempre se uniram para o controle da mão-de-obra brasileira, notadamente quanto aos custos das conquistas sociais e do direito à greve. Apesar das mudanças desde o período da abolição da escravatura, em 1888, até a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em meados da década de 1960, quando surgiram novas relações de trabalho, tal situação não mudou muito, impedindo a sociedade brasileira de acelerar os avanços sociais necessários.

Assim, a modernização no espaço agrário veio interferir cada vez mais na organização interna da produção da agricultura familiar (Wanderley, 1979), através de um modelo forçado, tendencioso e excludente (Martins, 2000), gerando múltiplas consequências de desestabilização das identidades locais que afetaram (Vieira (2001: 96) várias regiões produtoras nos Estados nacionais, as quais ficaram debilitadas com a intensidade dos fluxos econômicos globais.

No caso do Submédio São Francisco, especificamente o polo de Juazeiro/Petrolina, as políticas regionais aplicadas implementaram o mesmo modelo de gestão adotado no restante País, tendo como estratégia a política desenvolvimentista levada a cabo pelos sucessivos governos a partir de 1964, que privilegiaram e continuam a privilegiar, na atualidade, os grandes produtores para expansão do grande capital (Oliveira, 1988: 36), visando o mercado internacional de produtos agrícolas.

4. O local frente a global: análise da agricultura no Submédio São Francisco

O Vale do Submédio São Francisco não está imune à lógica da globalização e, nestes últimos anos, é a região que melhor representa o Brasil na produção de frutas *in-natura* nos grandes mercados internacionais. Neste Vale destaca-se, em particular, o polo Juazeiro-Petrolina, o qual é um dos mais importantes produtores nesse segmento, especializando-se na produção de uva, manga e ainda alavancando mais sessenta outros produtos. Mesmo com seu mercado interno, mercados regionais, essa região agrícola está tecida e emaranhada pela atuação de grandes empresas a nível produtivo, que, como referi, envolve um conjunto de mudanças no uso do solo (utilização de máquinas, fertilizantes químicos) e marca a evolução agrícola nestas últimas décadas com o avanço do progresso tecnológico sob a égide do grande capital.

[4] A denominação "milagre econômico brasileiro" refere-se a um excepcional crescimento econômico ocorrido durante o regime militar no Brasil, também conhecido pelos oposicionistas como "anos de chumbo", especialmente entre 1969 e 1973, no governo do General Médici. Nesse período, o PIB brasileiro cresceu (Filho, 1972: 391) a uma taxa média acima de 10% ao ano e a inflação oscilou entre 15% e 20% ao ano. Nesse período, paradoxalmente, houve aumento da concentração de renda (a alta nas bolsas de valores brasileiras iniciou-se no final da década de 1960) e da pobreza, instaurou-se um pensamento ufanista de "Brasil potência" e a criação do mote: "Brasil, ame-o ou deixe-o".

A concentração da atividade produtiva, privilegiada com infraestrutura adequada, e a mão de obra qualificada e barata se apresentam como vantagens competitivas para a instalação de grandes corporações que modificam toda a lógica da organização do território, provocando com isso novos movimentos da população, como consequência da relocação das atividades empresariais.

O impacto dessa reestruturação no sistema produtivo através de políticas liberais afeta, tal como sustenta Castells (1999: 21), todas as pessoas nas redes de relações econômicas, sociais, políticas e ambientais, muito embora em diversos graus, como é o caso da agricultura no Vale do Submédio São Francisco que sofre mudanças sob forte influência dos novos modelos de Gestão e Tecnologias, no âmbito tanto da organização da produção, como do processo das novas relações de trabalho, as quais, por seu turno, não se constituem na base de um determinismo puramente técnico (Bonanno, 1999: 52-53), mas também, influenciadas pela contribuição de uma política imposta pelo Estado, ao longo dos anos, e pelo grande capital.

Este processo significa produzir mais com menor tempo e menos mão de obra, aumentando a produtividade e consequentemente sua competitividade. A cadeia produtiva estende-se para além do mercado nacional, integrando-se nas redes do mercado internacional, coordenadas através de novos atores – o grande produtor, envolvido na produção e distribuição. Tal implica novos modelos de organização econômica e tecnológica, cuja dinâmica não fazia parte da agricultura tradicional de *sequeiro* e *vazante* nessa região, que acompanhava o regime do volume das águas do rio São Francisco.

Os atores sociais envolvidos nas atividades produtivas nesse ambiente passam então a adotar as novas exigências de se produzir com qualidade, visando à incorporação de seus produtos no circuito das relações globais. Isto implica o controle de tempo, conhecimento, tecnologia e mercado. Os agricultores familiares, por sua vez, tentam seguir o mesmo rumo dos grandes produtores, mas vivem em temporalidades distintas (Franca, 2008: 237), tornando-se um desafio à produção com qualidade, permitindo que sejam incorporados nessa nova tendência de mercado. A dificuldade acontece em decorrência, principalmente, dos modelos organizacionais requeridos pela agricultura, a qual, por sua vez, contempla estratégias para melhor qualidade dos seus produtos e um novo alinhamento, o qual exige uma logística de distribuição mais inovadora e confiável.

Essa nova condição do mercado tem requerido (Cavalcanti, 1999: 165) mercadorias específicas em tempos e formas definidas. Entretanto, a produção de mercadorias para o consumo local e para as dietas regionais, a exemplo da macaxeira e do inhame (Graziano da Silva, 1998: 32), tem sido, relativamente, cada vez menor nesse mercado específico. A racionalização nos processos produtivos e a organização social e tecnológica elegem como meta principal acelerar a produtividade e ampliar as condições de produção de excedentes, num ambiente em que o grande capital impulsiona o Estado, notadamente

(Sochazcewsk, 2002: 38), nas políticas de crédito e de estímulos à exportação. Como corolário, este território vem sendo transformado com a introdução dos novos atores sociais, gerando relevantes mudanças na agricultura com grandes impactos econômicos e sociais.

Atualmente, a falta de representação da sociedade civil, especificamente dos segmentos mais frágeis, impede que as estruturas produtivas locais (Graziano da Silva *et al*., 1999: 251) assumam um papel mais relevante para novas formas de (des)regulação que emergem com a globalização. Nesse caso, pela falta de organização por parte da sociedade local[5], as grandes corporações impõem seus próprios interesses de forma privilegiada, ainda que aparentemente, para se legitimarem na sociedade, se apresentem como indo ao encontro do interesse de todos.

Todavia, ao contrário do que se diz, esta caracterização agrícola não pleiteia o fim da pequena produção, indo ao encontro do que Servolin (1972) já avançara sobre a articulação da grande e pequena exploração. Esta subsiste, e de certo modo se afirma, porém, mais como uma espécie de *satélite*, produzindo culturas para manutenção dos mercados locais. Conforme destaca Guimarães (1979:76): "convinha ao sistema latifundiário exportador a coexistência com um sistema de produção que se dedicasse à produção de artigos de menor prestígio econômico, cujos lucros menores não lhes eram atrativos."

Os produtos de menor valor comercial são, pois, reservados à pequena produção, imprescindíveis para o crescimento urbano-industrial. Nessa forma de integração econômica, a pequena produção deverá fornecer alimentos à população urbana e matérias-primas à indústria a preço baixo, para não frustrar o processo de desenvolvimento em curso. Nesse contexto, se por um lado, a pequena produção cumpre uma função importante para o processo (Porto e Siqueira, 1994: 81) de acumulação capitalista na sociedade, por outro, a política modernizadora subordina a agricultura familiar por considerá-la funcional ao capitalismo e impõe a sua integração aos capitais industriais, adotando pacotes tecnológicos, para se tornar competitiva.

A melhor *performance* na execução dessa "missão histórica" é obtida através da estratégia de aumentar o volume de produção, no âmbito da pequena agricultura, pela via da incorporação de inovações técnicas (Duque, 2002). As políticas do Estado que fomentaram essa perspectiva buscam ao mesmo tempo incrementar a produtividade agrícola e, em decorrência disso, fortalecer uma camada média de pequenos produtores rurais com "espírito empreendedor", que se diferencia do conjunto dos produtores pobres do campo.

Essa tendência, presente em iniciativas governamentais, não deve, entretanto, ser analisada como uma ação isolada, mas como parte da política nacional para a agricultura, que se articula com interesses externos. De acordo com

[5] Ainda que num quadro mais conservador e passadista e sem um cunho de modernização, este bloco de alianças apresenta alguma semelhança na aliança da burguesia compradora com o latifundismo, nomeadamente durante o Estado Novo em Portugal (cf. Silva, 1998).

essa ótica, o produtor familiar, embora se mantenha orientado para o mercado interno, é estimulado a alterar a sua base técnica de uma agricultura tradicional, passando a absorver tecnologias sofisticadas, e direcionar a sua produção aos mercados globais, embora numa posição de subalternidade em relação à grande empresa.

Entretanto, não obstante a influência que as políticas públicas buscam nessa direção, não se pode afirmar que isso leve à formação de uma camada de produtores familiares capitalizados. O que parece mais sensato reconhecer é que o desenvolvimento da agricultura familiar pelo processo de modernização tecnológica pode gerar, em algumas situações, uma melhor remuneração em função da sua produção agrícola. Porém, tais situações não levam, em geral, a mudanças na lógica interna da unidade de produção familiar ou ainda à incorporação de uma racionalidade econômica voltada para a acumulação de capital. A integração desse produtor nesse modelo de desenvolvimento agrícola não significa que ele tenha mudado a lógica da sua unidade de produção, tal como aponta Nazaré Wanderley (1977), ao afirmar que a integração ao mercado

> [...] não significa a negação do caráter de subsistência da economia familiar. Esta se define, não pela maior ou menor parcela da produção que é autoconsumida, mas pela natureza da mesma produção. Mesmo que toda esta venha a ser comercializada, a lógica de sua organização permanece orientada para a satisfação das necessidades básicas da *agricultura familiar.* (Grifo nosso; Wanderley, 1977: 540)

A postura adotada neste estudo sobre a agricultura na região do Submédio São Francisco analisa aspectos dessa natureza, a exemplo da reprodução de relações não especificamente capitalistas, mas subordinadas à dominação do capital. Essa subordinação expressa a forma como ocorre a vinculação, por exemplo, no caso dos agricultores familiares localizados no polo da fruticultura de Juazeiro/Petrolina entre essa produção e a reprodução ampliada do capital. Parte-se do pressuposto de que a formação social brasileira é capitalista e que para entender o caráter específico, no caso da produção nessa região, é necessário, como já foi discorrido, analisar essa formação a partir do processo real histórico de acumulação do capital e do modo como se articula com outros modos de produção não capitalistas como o modo de produção familiar.

A transformação em mercadoria das matérias primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de subsistência criam o mercado interno para o capital. Os agricultores familiares cada vez mais se tornam dependentes do mercado, e ainda que tenham a posse parcial dos meios de produção, esta é mediada pela mercadoria e pelo próprio capital. Entretanto, embora a tendência geral da expansão capitalista seja a de que o capital se aposse e depois destrua as relações de produção não caracterizadas pelo assalariamento, a pequena produção doméstica permanece como forma de produção, mesmo dominada pelo capitalismo. Para Maria de Nazareth Baudel Wanderley,

> [...] é precisamente através da mediação do mercado que o capital interfere na organização interna na exploração da produção *doméstica*, que depende cada vez menos das suas condições naturais. Por outro lado, os mecanismos do mercado capitalista cada vez mais determinam as decisões do montante a ser produzido, a alocação da força de trabalho, a parcela para o autoconsumo e para a comercialização e a pauta de produção, entre outras decisões. (Grifo nosso; Wanderley, 1979: 83)

Esta concepção possibilita-nos compreender os processos sociais – a partir das mudanças e das estratégias desenvolvidas pelo mercado, para atender aos requerimentos da competitividade – e a conversão do grande capital para a pequena produção marcada pelas exigências, bem como os seus impactos nos processos sociais que aqui tem seu lugar.

Nos oito projetos irrigados implantados no polo Juazeiro-Petrolina, segundo informações da Codevasf – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco em 2010, a produção familiar agrícola foi responsável por 265 273,71 toneladas de produtos frutícolas, numa área de 13 868,80 hectares, gerando uma receita bruta de R$ 92 640 502,04. Aparentemente estas cifras podem significar um relativo sucesso dos agricultores familiares instalados no polo Juazeiro-Petrolina, mas escondem uma situação distorcida da realidade desse coletivo.

Tomando-se como exemplo o caso do Projeto de Irrigação Maria Teresa, o qual abriga 540 produtores familiares, a situação não parece ser tão otimista assim. A tabela abaixo pode elucidar esta questão.

Quadro 1. Produção Familiar do Projeto Maria Teresa

Área Colhida: (hectare)	2122,58
Produção: (ton)	39 663,33
Valor Bruto (R$)	17 471 760,20
Custo Variável Médio (R$)	8 582 428,00
Faturamento (R$)	8 889 332,20
N.º de Produtores	540
Ganho Anual médio por Produtor	16 461,72
Ganho Mensal médio por Produtor	1371,81

Fonte: Codevasf/2010.

No Perímetro de Maria Teresa, em 2009, o total de área colhida foi 2122,58 hectares, com produção de 39 663,33 toneladas gerando um valor bruto de R$ 17 471 760,20 com um custo de produção variável médio de R$ 8 582 428,00 obtendo-se assim um faturamento de R$ 8 889 332,20 no ano. Se dividirmos este valor pelos 540 agricultores, resultaria uma cifra média de R$ 16 492,27 anuais para cada agricultor, ou seja: R$ 1371,81 mensais. Isso equivale praticamente a dois salários mínimos. Vale ressaltar que neste cálculo não estão incluídos o custo fixo (oportunidade da terra, administração) e as depreciações (equipamentos, instalações), o capital inicial para a produção do ano seguinte, nem as despesas de manutenção do pequeno produtor e de sua família.

Em comparação a esta realidade, o Quadro 2 abaixo revela a produtividade de um empresário no polo de Petrolina.

Quadro 2. Grande Produtor

PRODUTO		UVA	MILHO	GOIABA	TOTAL
Área colhida	(A)	6,00	4,00	118,00	**128,00**
Volume (T)	(B)	**160,00**	16,00	4720,00	**4896,00**
Valor R$/ton	(C)	**1250,00**	2000,00	280,00	
Valor bruto	(D)	**200 000,00**	32 000,00	1 321 600,00	**1 553 600,00**
Custo médio Variável	(E)	**90 000,00**	8800,00	531 000,00	**629 800,00**
Faturamento	F=(D/E)	**110 000,00**	23 000,00	790 600,00	**923 800,00**
Produção Média	G=B/A	**26,67**	4,00	40,00	**70,67**

Fonte: Codevasf/2010.

Tomando a uva como exemplo, um empresário colheu em 2010, 160 toneladas em seis hectares, que é a média dos lotes dos produtores familiares (6,4 ha), negociando a um valor bruto de R$ 200 000,00. Se se subtrair esse valor pelos custos variáveis, ou seja, pelo que esse produtor investiu que foi no total de R$ 90 000,00, se obtém um faturamento de R$ 110 000,00 ao ano, ou seja: R$ 9167,00 por mês. Outros exemplos podem ser mensurados conforme os dados do Quadro 2 já demonstrado acima, em relação ao milho e à goiaba.

A "trama" de relações sociais que se configuram no processo de reestruturação agrícola pelo capital é susceptível de culminar num efeito perverso, em que o crescimento sem emprego é o mais relevante, contribuindo para o aumento da pobreza.

Deste modo, com base no modelo organizativo de desenvolvimento tecnológico ora explanado e na análise da região do Submédio São Francisco, podemos perceber que estamos perante uma configuração de uma modernização

conservadora, que mostra (Oliveira, 2003: 32) uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado", que resulta em favor de uma minoria privilegiada.

Por outro lado, visualiza-se uma transfiguração social de uma maioria de agricultores familiares, que, inspirados nesse tipo de modelo sob a aparente proteção do Estado, mantêm uma posição fragilizada e dependente enquanto produtores agrícolas, de modo que não têm acesso a esses modelos de gestão organizacional, sendo excluídos das vantagens no novo processo econômico.

4. Conclusão

Na medida em que a agricultura familiar receber a mesma atenção que outros setores da economia, por parte do Estado, certamente se tornará sustentável, até porque os investimentos que servem a este setor são, em sua maioria, políticas públicas necessárias ao desenvolvimento local, tais como investimentos em infraestruturas (portos, aeroportos, estradas) e acesso ao crédito. O protagonismo local é o fenômeno pelo qual os agentes locais se reconhecem como sujeitos do próprio destino. Tornam-se atores sociais. Logo, trata-se de um processo de empoderamento de ampliação da esfera pública, de transformação nas relações sociais entre o Estado e a sociedade, entre o Estado e o mercado e entre a sociedade e o próprio mercado.

Estas constatações indicam que as ações de uma política social e pública envolvem não somente o econômico, mas tem uma dimensão própria que resulta da concepção de realidade social como uma totalidade concreta. Abrange também a estrutura cultural que é expressão dos valores e do conhecimento produzido pelos atores sociais em interação e ainda à estrutura política para a qual convergem os processos participativos.

Ainda nesse contexto, relativamente à agricultura dessa região e seu progresso em termos de modernização e processos tecnológicos, trata-se da aplicação de conhecimentos derivados de ciência e das tecnologias. Porém, quanto à agricultura familiar, ela só poderá desenvolver-se no seu aspecto econômico e social, desde que se tenham em conta a transformação dos interesses predominantes dos agricultores familiares que é a produção em comunidade familiar mais voltada para a subsistência do que para a formação de excedentes proporcionando-lhe os instrumentos, recursos e meios de ampliar sua competitividade produtiva e, consequentemente, sua melhoria social. Mas o Estado terá que ir além, investindo em programas de educação e qualificação, em melhorias sanitárias e de saúde e fomentando processos de renda mínima para os agricultores familiares.

É de suma importância que as agências públicas setoriais compreendam que essa categoria só poderá ser entendida, se for analisada à luz de um

conhecimento que não subordine o seu desenvolvimento à exclusiva dependência do avanço do progresso tecnicista. Neste sentido, a imagem que se tem da agricultura familiar no Projeto Maria Teresa e demais perímetros públicos de irrigação, como espinha dorsal para melhoria de vida na região Nordeste será tanto mais limitada, quanto menor for o interesse dos órgãos públicos do Estado na resolução dos problemas sociais.

Os recursos da tecnologia e da ciência dos quais se utilizam esses atores institucionais poderiam emprestar à sua atuação um caráter mais impositivo, visto que os meios e os recursos de que se valem os produtores familiares os colocam a distância dos valores, crenças e pautas culturais, no que diz respeito ao modo de ser e de comportar-se.

É com base nestes princípios que essas agências públicas poderiam e podem optar por esse segmento maior da população rural. Os valores éticos doutrinários destes princípios devem definir a natureza e os limites das relações dessas agências públicas, de modo a estas não se tornarem substitutivas da iniciativa e livre expressão do homem rural ou marcadas pelo autoritarismo de uma classe dominante e de seus representantes nos parlamentos e nos acordos e barganhas estabelecidas entre ambos, sempre regidas pelas regras de um relacionamento imposto segundo os interesses dos que detêm o poder.

A valorização da agricultura familiar é condição para transformação da realidade social em que se encontra atualmente. Neste princípio, parte-se do pressuposto de que esta mudança envolve transformações continuadas e progressivas nas estruturas econômicas, sociais e políticas que se mostram interdependentes e têm como principal agente (pelo menos deveriam) o homem do campo. Em coerência com este princípio ético, cabe a estas agências institucionais e com recurso do Estado, como agente interveniente neste processo de mudança, contribuir para a passagem de uma situação mais favorável, à maioria daqueles ainda sem condições de acesso e controle dos meios e fatores de produção.

Como se vê, essa região se por um lado é divulgada pelo seu meteórico desenvolvimento, observa-se por outro lado, no discurso daqueles que a divulgam, que se refuta a extrema condição de desigualdade decorrente de um desenvolvimento contraditório.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio (1991). "A experiência precoce da punição", *in* Martins, José de Souza. *O massacre dos inocentes*. São Paulo: Hucitec.

AGUIAR, R. Conde (1986). *Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil*. São Paulo: Polis.

BARREIRO, Iraíde Marques de F. (1989). *Educação rural capitalista*. Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp.

BENJAMIN, César (1998). *A opção brasileira*.Rio de Janeiro: Contraponto.

BONANNO, A. A. (1999). "Globalização da economia da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar", *in* Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa (Org). *Globalização, trabalho, meio ambiente: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. (Org.) (1999). *Globalização, trabalho, meio ambiente: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

CARDOSO, R. de O. (2000). "Olhar, ouvir, escrever", *in Trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP.

CASTELLS, Manuel (1999). *Sociedade em Rede*. 2.ª Ed., Rio de Janeiro, : Editora Paz e Terra.

CHAYANOV, A. V. (1981). "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas", *in* Graziano da Silva, J. & Stolcke, V. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense.

CRUZ, Souza Ozelito (2002). *Trabalho infantil e ensino fundamental na área do sisal*. Dissertação (Mestrado em Educação e Pesquisa) – Universidade do Québec em Chicoutim/ Universidade do Estado da Bahia.

DAHL, R. (1989). *Democracy and its Critics*. New Haven e Londres: Yale University Press.

DUQUE, Ghislaine (Org.) (2000). *Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento. Ensaios e pesquisas em sociologia rural*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB.

FILHO, Melo Murilo (1972). *O milagre brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições Bloch.

FONTE, E. M. M. (2000). "Políticas públicas e escolhas privadas: interações políticas e econômicas a nível local", *Revista Estudos de Sociologia*, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, vol. 5 n.º 2: 31-51, UFPE Recife.

FRANCA, Celso Sales (2008). *A imagem do Vale: Reestruturação agrícola e mudança social*. Petrolina: PE, Editora Franciscana. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2010.

GEERTZ, C. (2000). "Como pensamos hoje: a caminho de uma etnografia do pensamento moderno", *Saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.

GRAZIANO NETO, F. (1994). *Questão agrária e ecologia*: *Crítica da moderna agricultura*. Barcelona. 2.ª Ed.: Ediciones, Peninsula.

GRAZIANO DA SILVA, José (1999). "Agroindústria e globalização: o caso da laranja no estado de São Paulo", *in* Cavalcanti, Josefa Salete B. (Org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

GRAZIANO DA SILVA, José (1998). "A globalização da agricultura", *in* Miguel Silveira, Sergio L. de O. Vilela (Org.). *Globalização e sustentabilidade da agricultura*. Jaguariúna: EMBRAPA/ CNPMA.

GUIMARÃES, A. P. A. (1979). *Crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HAYEK, Friedrich August Von (1990). *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.

MARTINS, Paulo Henrique (2000). "Imagens ambivalentes da globalização", *Revista Estudos de Sociologia*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, vol. 5 n.º 2: UFPE Recife.

OLIVEIRA F. (1988). *A economia brasileira: Crítica à razão dualista*. 6.ª ed.. Petrópolis: Vozes.

OLIVEIRA, F. de (1987). *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 5.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OLIVEIRA, Existia Maria Pereira de (1994). *O único caminho para mim é aprender a trabalhar*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

OLIVEIRA, Francisco de (2003). *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo.

PESSOA, Jadir Morais (1999). *A revanche camponesa*. Goiânia: Editora da UFG.

PIORE, Michael J. & SABEL, Charles (1984). "Possibilities for prosperity", *The Second Industrial Divide*. Nova Iorque: Basic Books.

PORTO, M. S. G & SIQUEIRA, D. A. (1994). *Pequena produção no Brasil: Entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas*. Cadernos de Sociologia.

SERVOLIN, Claude (1972). "L'absortion de la agriculture dans le mode de production capitaliste", *in* Y. Tavernier *et al.* (orgs.). *L'Univers politique des paysans*. Paris: Collin, 41-105.

SILVA, Manuel Carlos (1998). *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Edições Afrontamento.

SILVA, Manuel Carlos (2005). "Entre o infraestatal e o supraestatal: o Estado-Nação e a democracia em perda", *in* Silva, M. C. (Org.) *Nação e Estado*. Porto: Edições Afrontamento, 125-145.

SCHNEIDER, S. A. (2000). *Pluriatividade na agricultura familiar*. Tese de Doutorado em Sociologia Rural. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SOCHAZCEWSK, Antonio Claudio (2002). "Políticas de crescimento e o futuro do Brasil", *in* Ricardo Bielschowsky & Carlos Mussi (Org.). *Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: IPEA; Escritório da CEPAL no Brasil.

VIEIRA, Liszt (2001). *Os argonautas da cidadania*. Rio de Janeiro: Record.

VITA, Olavo de (1989). *Sociologia da sociedade brasileira*. São Paulo: Ática.

WANDERLEY, M.ª de Nazaré B. (1977). *Algumas reflexões sobre o campesinato do Nordeste: conceito e realidade*. Ciência e Cultura.

WANDERLEY, M.ª de Nazaré B. (1979). *O camponês: um trabalhador para o capital*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas.

YIN, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3.ª ed. Porto Alegre: Bookman.

configurações 11 novo.indb 60 10-01-2014 11:24:55

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 61-76

As políticas de modernização e desenvolvimento na Amazónia brasileira: olhares sobre o discurso e a questão ambiental contemporânea

Pedro Rapozo*
Manuel Carlos Silva**

Resumo: Neste artigo é feita uma reflexão sobre as políticas de modernização e desenvolvimento do Estado brasileiro mediante a análise da sua estrutura jurídico-administrativa no decorrer do século XX. Tal reflexão induz a apresentar uma discussão sobre as teorias do desenvolvimento e respetivos contributos entre as questões ambientais, sem perder de vista as contradições sociais pertinentes aos modelos de desenvolvimento adotados no país e em regiões como a Amazônia brasileira em fins de século. Estes aspetos serão apresentados como uma reflexão teórica a partir dos debates sobre as questões ambientais, considerando neste caso a aplicabilidade dos modelos de desenvolvimento na América Latina e a ocorrência de uma espécie de institucionalização da gestão dos recursos naturais.

Palavras-chave: Desenvolvimento, meio ambiente, Estado, Amazónia brasileira.

1. Introdução

Neste artigo pretendemos introduzir um diálogo acerca da formação do Estado brasileiro face às políticas de modernização[1] e desenvolvimento, considerando a sua estrutura jurídico-administrativa no decorrer do século XX. Neste sentido apresentamos como motivo de reflexão o modo como ocorreram as ações através da política de consolidação nacional dos projetos de valorização econômica na região amazónica, no norte do Brasil, delineando como estes elementos se traduziram, contraditoriamente, a partir das transformações socioeconômicas do modo de produção vigente e das formas de uso e apropriação dos recursos naturais.

* Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (pedro_rapozo@hotmail.com).
** Centro de Investigação em Ciências Sociais/CICS – Universidade do Minho (mcsilva@ics.uminho.pt).

[1] Como veremos de seguida, sobre o conceito de modernização e seus defensores no quadro da teoria liberal sobre o crescimento, importa ter presentes Rostow (1960) na economia, Parsons (1964, 1988) e Hoselitz (1982) na sociologia. Para uma crítica da abordagem liberal da teoria da modernização, cf. Frank (1971).

configurações 11 novo.indb 61 10-01-2014 11:24:55

Estas transformações são pensadas sob a perspetiva da dinâmica das relações de trabalho instituídas, reforçadas pelos modelos de desenvolvimento adotados, intensificando assim a exploração dos recursos mediante a inserção dos grandes projetos de valorização econômica. Na medida em que estavam latentes as problemáticas de apropriação/exploração dos recursos naturais, sobretudo ao longo dos anos 80 e 90, o Estado viu-se situado perante contradições sociais causadas pelo projeto de modernidade acreditado – considerando a ineficiência de sua tecnoestrutura jurídico-administrativa –, o que possibilitou o surgimento de espaços de discussão sobre os caminhos adotados pelo desenvolvimento e sua preocupação com as questões ambientais.

Neste texto, começando com uma discussão sobre as teorias do desenvolvimento e seus respetivos contributos, produzimos uma reflexão sobre as consequências de uma perspetiva de planeamento económico, o qual, de facto, viria a possibilitar, ainda que tardiamente, uma preocupação com as questões ambientais, dadas as contradições sociais inerentes aos modelos de desenvolvimento adotados no país e nas suas regiões específicas ao longo do último século.

2. Desenvolvimento, modernização e a emergência da questão ambiental: breve revisitação e confronto teórico

O tema do desenvolvimento nas ciências sociais contemporâneas demarca um campo do pensamento sociológico, do qual decorrem propostas e proposições político-ideológicas no âmbito dos Estados nacionais, em que o conceito de desenvolvimento é, como referem Silva e Cardoso (2005), polissémico. Com efeito, dentre os temas abordados, o conceito de desenvolvimento não tem o mesmo conteúdo e sentido nas várias abordagens ao desenvolvimento.

Dentre as teorias ou correntes do pensamento económico consideradas neste processo, destacam-se importantes debates entre os respetivos defensores das mesmas, tornando-se algumas delas hegemónicas, nomeadamente a (neo) liberal, na condução das políticas económicas. Assim, no campo analítico destacam-se inicialmente as teorias do crescimento e modernização[2] a partir da década de 50 do século XX e a correlativa proposta do crescimento por etapas, evidenciando o discurso de que os países ditos subdesenvolvidos deverão assumir os pressupostos liberais e perseguir os padrões económicos de modernização, assim como as normas e valores vigentes nos países ocidentais, nomeadamente os mais desenvolvidos. Com efeito, o conceito de modernização tem sido avançado no quadro da teoria liberal sobre o crescimento, cujo principal obreiro foi Rostow (1960), para a qual contribuíram todavia autores de

[2] Particularmente, segundo Silva e Cardoso (2005), nos trabalhos de Rostow (1960) e Hoselitz (1960), os quais diferem teoricamente do conceito de modernização empregado por Habermas (1990) para analisar e explicar os processos de crescimento e desenvolvimento.

diversas áreas, entre as quais a teoria difusionista na antropologia e a teoria estruturo-funcional de Parsons (1964, 1988) e Hoselitz (1982).

A modernização foi considerada também a partir de outras abordagens, sendo de referir o próprio Habermas (1990), para quem a modernização é vista como um feixe de processos cumulativos que se reforçam mutuamente "através da formação de capital e mobilização de recursos, ao desenvolvimento de forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho, ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e à formação de identidades nacionais, à expansão de direito de participação política, de formas urbanas de vida, à formação escolar formal e à secularização de valores e normas" (Habermas 1990: 14). Mas o autor que melhor desconstruiu as teorias da modernização (neo)liberal foi Frank (1961), o qual rebate e contesta os axiomas (neo)liberais do crescimento por etapas defendido por Rostow (1960) e, em particular, os pressupostos da perspetiva estrutural-funcionalista no campo da sociologia (cf. Parsons 1988 e Hoselitz 1982). Estes autores, segundo Frank (1961), partem do pressuposto unilinear e teleológico de que, enquanto as sociedades tradicionais estão imbuídas de traços de adscrição em base parental ou compadrio, de particularismo e de difusidade de papéis, as sociedades modernas são glorificadas na medida em se caracterizam pela realização na base do mérito próprio, pelo universalismo nas instituições e pela especificidade de papéis, estando pressuposto que as sociedades caminham de modo faseado do tradicional subdesenvolvido para o moderno desenvolvido, sem qualquer referência às contradições do modo de produção capitalista e imperialista.

Uma das reações críticas à escola de pensamento liberal adveio de autores de vários países sobretudo do Norte da Europa, nomeadamente Myrdal (1974), que, perante o impasse e a não resolução do fosso entre países ricos e países pobres, avançou com o que mais tarde seria designado como escola neoinstitucional na medida em que o Estado teria um papel preponderante no arranque e na planificação indicativa para o desenvolvimento.

Ainda que inspiradas na abordagem marxista, nos anos sessenta ganham igualmente destaque as teorias neomarxistas do desenvolvimento e as contribuições para a dimensão do valor do trabalho, bem como a importância da transição dos sistemas e modos de produção, designadamente do feudalismo para o capitalismo e deste para o socialismo. Esta terceira visão sobre a questão do desenvolvimento permitiria uma compreensão mais ampla e uma explicação crítica do subdesenvolvimento enquanto elemento central do próprio funcionamento e desenvolvimento do sistema capitalista. Outros, radicalizando a perspetiva institucionalista, foram desenvolvendo as teorias da dependência[3] e proporcionaram uma perspetiva alternativa de carácter histórico-estrutural

[3] Sobretudo a partir de Prebisch (1963), mas prosseguida por Furtado (1961, 1996), Frank (1961) e, posteriormente, Wallerstein (1990). Em Portugal, cf. Santos (1985) e Fortuna (1987) e, como síntese dos diversos contributos, Silva e Cardoso (2005).

para a explicação dos problemas do subdesenvolvimento através de uma profunda crítica à economia clássica e seus pressupostos.

A partir desta perspetiva, o desenvolvimento é repensado de forma diferente, conforme apontam Silva e Cardoso (2005), entre as correntes neomarxistas, as quais se poderiam diferenciar em três variantes teóricas: por um lado, a visão da relação de dependência das regiões e países-satélite face à metrópole, enquanto fator estruturante das desigualdades a nível mundial, tal como afirmaria a teoria da dependência de Frank (1967); por outro lado, a relação entre as economias centrais e periféricas seria marcada por uma compreensão crítica dos modelos de desenvolvimento e suas mudanças estruturais em consonância com a perspetiva do sistema-mundo capitalista de Wallerstein (1990); e, por fim, a defesa de uma teoria da desconexão dos países periféricos como meios para a construção de um novo sistema económico policêntrico (Amin 1974).

Perante a falência das propostas neoliberais, a ineficiência das propostas neoinstitucionais e a utopia considerada irrealizável do socialismo conforme as teorias da dependência e do centro-periferia, outros autores (Stohr, 1981; Reis, 1994; Bailly 1999) avançaram uma outra abordagem, de carácter territorialista e centrada no desenvolvimento endógeno das potencialidades e recursos locais.

O desenvolvimento das forças produtivas e correlativas modificações económicas no âmbito da industrialização comportaram também uma reformulação político-ideológica em torno dos ideais de progresso e de desenvolvimento. De modo geral, o surgimento de um debate mais acentuado sobre as problemáticas do desenvolvimento, especialmente na segunda metade do século XX, é caracterizado pelos aspetos históricos das transformações socioeconômicas decorrentes do pós-guerra, consubstanciadas em dois grandes blocos económicos então presentes, particularmente após a Segunda Guerra Mundial no período da Guerra Fria: um capitalista e um outro de planificação socialista (Hidalgo Capitán, 1998). Enquanto as teorias económicas dominantes dos países do chamado primeiro mundo desenvolvido têm associado os debates em torno das políticas de crescimento e de estabilidade do sistema económico vigente e suas estratégias de difusão para economias e sociedades não desenvolvidas e as teorias neoinstitucionais procuram superar os impasses e efeitos perniciosos da doutrina neoliberal e os círculos viciosos de subdesenvolvimento, as teorias (neo)marxistas da dependência e do centro-periferia visam inverter o rumo das politicas neoliberais, realimentando e/ou reforçando experiências de planificação socialista.

À teoria e à retórica do discurso de modernização económica defendidas por neoliberais e referidos autores estruturo-funcionais, contrapunham-se análises críticas sobre os processos de dependência em formações económicas periféricas presentes em países latino-americanos como o Brasil, as quais, segundo a abordagem de Marini (2000), permaneceriam, no mercado mundial, subordinadas aos centros do capitalismo e não chegariam aos padrões económicos de

modernização almejados. Por conseguinte, estas economias não teriam como constituir de forma consolidada seus mercados internos, perpetuando assim um modelo colonial de desenvolvimento dependente que marcaria toda a submissão política e económica neocolonial por parte do centro sobre as periferias. Considerando estes aspetos, a América Latina ingressaria na etapa da industrialização a partir das bases criadas pela economia de exportação, ao mesmo tempo que aprofundaria a contradição própria de seu ciclo do capital e seus efeitos sobre a exploração do trabalho. O resultado disso seria o não desenvolvimento de bases tecnológicas e, por consequência, o não surgimento das indústrias mais produtivas e também a necessidade da manutenção da sobre-exploração do trabalho, nos seus mais diversificados aspetos e formas de organização, sem contar com os fatores ambientais resultantes da exploração indiscriminada dos recursos naturais (Correa e Cardeal, 2005).

O surgimento de correntes e teorias alternativas às teorias liberais acerca do crescimento e do desenvolvimento (Hidalgo Capitán, 1998) possibilitou um debate mais ampliado acerca dos problemas evidenciados no regime de produção capitalista, principalmente com a discussão sobre o esgotamento dos recursos naturais, marcado pela crise (económica) do petróleo na década de setenta do século passado (Leff, 2000). Foi na sequência desta crise que se assistiu ao reforço do neoliberalismo, sobretudo nos anos de reforma económica da década de oitenta, o qual protagonizaria os debates, criticando o modelo keynesiano de intervenção estatal/governamental das décadas anteriores. Por outro lado, as críticas ao modelo de produção dominante e suas irracionalidades foram evidenciando a incongruência teórica e prática do modelo de crescimento (neo) liberal, o qual visa(va) a utilização predadora dos recursos naturais e a instrumentalização das tecnologias ao serviço das lógicas mercantis e dos interesses das grandes corporações.

Dentre os referidos modelos de desenvolvimento alternativos, as temáticas emergentes do ecodesenvolvimento (Sachs, 1993) e do desenvolvimento sustentável, local e territorial, ganhariam maior centralidade, sobretudo quando associadas aos temas da gestão e maior participação da sociedade em geral, e de determinadas populações ou de territorialidades sociais quanto ao acesso, manejo e utilização dos recursos naturais em bases sustentáveis.

Assim, a centralidade da questão ambiental apareceria recorrentemente como problema das próprias bases de produção na desconstrução do paradigma económico vigente, estabelecendo limites à construção de novos paradigmas que se direcionassem para a internalização dos fatores ambientais nas questões económicas articuladas ao processo produtivo, o que de facto se materializaria em alguns trabalhos teóricos de relevância e nas conferências que debateriam sobre o tema da questão ambiental a partir da década de 60.

Em termos históricos poderíamos sublinhar os ensaios de Rachel Carson (*The Silent Spring,* 1962) e de Garrett Hardin (*The Tragedy of the Commons,*

1968) sobre as preocupações e catástrofes causadas pelo uso desenfreado dos recursos naturais e, posteriormente, o trabalho elaborado sob coordenação de Meadows (1972) com uma abordagem crítica sobre o crescimento económico, seus limites e consequências.

No que diz respeito a conferências e cimeiras, podemos destacar a Conferência realizada pela UNEP (1974) no México com a *Declaración de Cocoyoc*, sendo de salientar a discussão sobre o ecodesenvolvimento a partir das reformulações teóricas propostas por Sachs (1973), prosseguindo o debate iniciado por Strong (1973); o Relatório *Dag Hammarskjold* (1975) realizado na Alemanha na reunião das Nações Unidas sobre a gestão dos recursos naturais, demonstrando as possibilidades e os ideais de conservação ambiental.

Já em 1984 é formada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na qual, perante os debates antecedentes, é de relevar a elaboração de propostas de avaliação dos processos de degradação ambiental e eficácia na construção de políticas ambientais. Resultado deste debate é o surgimento do *Relatório Bruntland* (1987) publicado pelas Nações Unidas, conhecido como *Our Common Future*, o qual apresentaria a proposta conceitual da temática do desenvolvimento sustentável, potencializando a satisfação das necessidades da população sem comprometer a capacidade de atender às gerações futuras.

Em 1992 aconteceria a ECO 92, no Rio de Janeiro – Brasil, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual abordou dentro dos potenciais debates a vinculação da *Agenda 21* como um programa global para orientação de uma transição para o desenvolvimento sustentável, buscando discutir os problemas ambientais e os modelos de desenvolvimento, as parcerias para desenvolvimento local sustentável, além de, atendendo à diversidade nos países, potenciar uma avaliação da necessidade de apoio externo e redução dos desperdícios. Estas intervenções tornaram-se cada vez mais frequentes a partir de meados dos anos 90, sendo discutidas contemporaneamente em cimeiras questões como as mudanças climáticas e as políticas de contenção quanto à emissão de poluentes na atmosfera, as quais ganharam cada vez maior visibilidade mundial no campo das políticas e acordos internacionais.

Contudo, a discussão e os conceitos emergentes na década de 70, e que se popularizaram no início dos anos 80 através dos eventos e relatórios para a conservação/gestão dos recursos naturais, acabaram transparecendo como um discurso ecológico oficial e não oficial mas sem consenso algum quanto ao seu significado. Ou seja, tal discurso não viria a refletir sobre as possibilidades questionáveis, nem as propostas apresentadas possuiriam algum sentido no quadro de organização institucional e económica do capitalismo, sobretudo nos países desenvolvidos hegemónicos (Rapozo e Witkoski, 2008).

O facto de a degradação socioambiental, gerada pela (ir)racionalidade econômica e tecnológica dominante (Leff, 2000) nos projetos de desenvolvimento,

ocupar um lugar central na contemporaneidade não significa dizer que se constituiu, ao longo do tempo, um campo de estratégias e percepções comuns, mas sim que deu lugar a posições teóricas, políticas e ideológicas diferenciadas. Por outro lado, o debate sobre a aproximação das questões socioambientais à temática do desenvolvimento acabou por constituir-se mais como um discurso de re-acomodação estratégica na gestão do modo de produção capitalista – face às crises retroalimentadas pelo seu ciclo económico – do que uma forma efetiva de repensar o problema, o que ocorreu devido a um viés hegemónico e economicista.

Neste contexto, as formas como as bases ideológicas do modelo dominante são introjetadas em países em desenvolvimento, tais como o Brasil e demais países latino-americanos, são reflexos da consolidação de um discurso dominante sobre as bases teóricas do modelo desenvolvimentista adotado, que só tardiamente voltaria seus olhares para as questões socioambientais.

3. As políticas de modernização e desenvolvimento do Estado brasileiro e a integração nacional da Amazónia nos modelos de valorização económica

Do ponto de vista sociológico, podemos compreender como o processo de modernização do Estado brasileiro se traduziu, por um lado, nalguns aspectos de organização das suas estruturas jurídico-administrativas e, por outro, num planeamento político-económico associado a modelos teóricos de desenvolvimento alheios à realidade socialmente diferenciada do país.

As experiências da transição económica de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrial em ritmo acelerado levaram a arquitetar, a partir do início do século XX, o discurso dominante sobre a priorização dos fatores económicos como resposta aos problemas sociais. Neste sentido, a modernização pode ser pensada como reflexo dos processos de racionalização do Estado na tentativa de buscar a eficácia do sistema produtivo e da administração pública através de suas instituições políticas.

As mudanças sociais diante da situação socioeconómica do país foram marcadas, inicialmente, por uma intervenção cada vez maior do Estado na economia, principalmente no campo das condições estratégicas do desenvolvimento económico e na consolidação dos ideais de nação. Desta forma, certas teorias do planeamento e da modernização deram suporte às políticas de desenvolvimento que buscavam o crescimento econômico nacional no quadro da emergência e expansão do sistema capitalista. Reflexos destes contextos foram a urbanização e a industrialização brasileira forjadas sobretudo a partir da década de 30, as quais apresentaram fenómenos de transformação política e econômica, representando, segundo Ianni (1999), uma rutura estrutural na sociedade, pela qual passava a crise de transição da sociedade brasileira.

Segundo Brito (2001), a sociedade brasileira encontrava-se numa condição em que a industrialização tardia significou a imposição de um ordenamento produtivo sobre uma estrutura social cercada de elementos sociais tradicionais, que acabaram ativando os elementos organizacionais do capitalismo industrial, intervindo diretamente na economia e redimensionando parcialmente os esquemas políticos tradicionais. Desta forma, acabaria por não poder constituir as bases para um modelo de desenvolvimento mais condicionado à realidade local e suas especificidades regionais, socioeconómicas e ambientais.

Estas transformações, ainda segundo o autor, indicam elementos importantes de compreensão dos fenómenos da dinâmica e rearranjos político-institucionais, sobretudo se considerarmos alguns aspetos. Primeiro, não ocorre de forma igual uma racionalização dos processos de modernização da sociedade. Segundo, os elementos que demarcam a estrutura organizacional e jurídica do Estado não são absorvidos pela ordem política instituída. Por último, este processo induz ao desenvolvimento de uma economia industrial, tendo como base um núcleo tecnocrático solidificado no interior da instância estatal.

Na medida em que absorve ou não os elementos pertencentes ao padrão de racionalidade do modelo de Estado nacional desenvolvimentista adotado, a modernização brasileira é marcada por dimensões técnico-burocráticas administrativas de sua estrutura política e económica. Assim, no campo político esta estrutura consolidar-se-ia, propiciando um modelo de desenvolvimento económico incontestável e autonomizando a estrutura burocrática que conduziria às contradições sociais evidenciadas nas décadas posteriores.

Esta configuração permitiu que se criassem instrumentos políticos eficazes para acelerar o desenvolvimento da economia industrial, rompendo com a sociedade tradicional sem sequer questionar os modelos e padrões de desenvolvimento aplicados e impostos a sociedades regionalmente diferenciadas, sobretudo no que respeita o uso dos recursos naturais.

Com as transformações sociais decorrentes dos processos político-económicos de refuncionalização da estrutura estatal, surgem novas abordagens de intervenção direta em setores de desenvolvimento do Estado. Neste contexto, podemos chamar a atenção, na esteira de Brito (2001), para o facto de o desenvolvimento económico marcar a separação da instância estatal correspondente à esfera administrativa – a qual passa por uma reformulação na sua estrutura burocrática – e isolar-se da esfera política, demarcando um modelo de desenvolvimento economicista. Neste sentido, para o autor, a modernização e o capitalismo industrial na sociedade brasileira possuem sua fundamentação no autoritarismo que demarca a constituição política do Estado nacional e sua forma excludente para com as questões da sociedade e, mais ainda, sem qualquer preocupação inicial com as questões ambientais, vistas como elemento exterior ao desenvolvimento eminentemente económico.

É necessário levar em consideração que os modelos dominantes de desenvolvimento económico aplicados aos países subdesenvolvidos foram assimilados e forjados no âmbito do processo de consolidação dos discursos legitimadores pertinentes a determinados interesses estratégicos. Também é inegável que a particular adoção dos modelos de crescimento económico subjaz às contribuições teóricas engendradas neste processo, sobretudo quando se discute a relevância do pensamento económico brasileiro e de suas matrizes teóricas associadas ao tema do desenvolvimento numa discussão globalmente mais ampla.

O planeamento, como forma de racionalizar as ações do governo a longo prazo, passou a ser o norteador das políticas económicas, gerando no país uma modernização paradoxal ou uma modernização de superfície da estrutura do Estado (Brito, 2001). Isto significa que, no âmbito do projeto racionalizador das instituições políticas, se acreditava em soluções através das medidas de desenvolvimento sob a perspetiva económica; contudo, não se atingiria uma camada mais profunda da realidade brasileira relacionada com as contradições sociais expressas no seu discurso.

Estes impulsos desequilibraram, de maneira desenfreada, uma tendência desenvolvimentista ao processo de modernização do Estado brasileiro. Do ponto de vista contextual às questões ambientais nas regiões afetadas – como na Amazónia brasileira – estes fenómenos ocorreram na medida em que elementos de ordem sociopolítica e cultural são arrastados para os planos do desenvolvimento económico do capitalismo tardio e periférico consolidado.

A compreensão destes fenómenos, tratando-se de um projeto de modernidade, é crucial para verificarmos como estas diretrizes nortearam os programas de desenvolvimento económico para a Amazónia por meio das políticas de integração, sobretudo considerando, a partir da segunda metade do século XX, as modalidades de governo e Estado em transição no país (do regime ditatorial iniciado na década de sessenta ao democrático-representativo nos anos oitenta).

A política de integração regional significou uma tentativa de dar homogeneidade às estruturas socioeconómicas. Neste sentido o papel do Estado brasileiro foi o de impor um processo forçado de modernização acelerada através da crença nos programas de desenvolvimento e valorização económica sem ater-se às consequências socioambientais deste processo, profundamente contextualizadas no modo de vida das sociedades locais.

Particularmente nos estados da Amazónia brasileira esta política de valorização tem início a partir da década de cinquenta, demarcando um processo de homogeneização dos espaços económicos nacionais como consequência da integração, por meio das políticas de desenvolvimento em regiões pouco integradas no espaço económico nacional e global – isto, é claro, a expensas de uma dissolução ou de uma lesão das estruturas regionalmente homogéneas (Altvater, 1989 *apud* Brito, 2001), sobretudo no que diz respeito aos aspetos socioculturais que demarcam as fronteiras de organização das sociedades locais.

Este modo de inserção da Amazónia é marcado pelo naufrágio de sucessivas tentativas de consolidação de políticas de governo sob o interesse estratégico de potenciar o uso dos recursos naturais e a timidez dos processos de industrialização nas capitais amazónicas. A valorização tardia da economia local trouxe, para além de impactos de uma modernização forçada, a procura de melhores ações aplicadas com o objetivo de implantar um sistema com forças para reunir e estabelecer estratégias de aplicação de uma forma centralizada pelo governo federal (Brito, 2001). Estas ações foram pautadas pelo aprofundamento do conceito de *valorização*, através da discussão sobre o modelo político de desenvolvimento adotado para a região da Amazónia legal. Desta forma, a criação de uma Superintendência do Plano de Valorização da Amazónia (SPVEA) daria uma conotação muito mais económica, adotando-se um modelo de política que recebeu a incumbência de incentivar a *valorização económica*, em detrimento de uma política de transformações sociais alcançáveis pela sociedade em geral.

As primeiras ações que demarcaram a consolidação do Plano de Valorização Económica da Amazónia foram o estímulo ao desenvolvimento económico de setores considerados potencializáveis, intensificando a produção de matérias-primas, alimentos, financiamento através de créditos capazes de capitalizar a iniciativa privada, estimulando, sobretudo, a criação de *colónias agrícolas* através do estímulo estratégico da agricultura a partir da ocupação de fronteiras e da introdução de uma *mentalidade agrícola* na população local, permitindo, assim, "superar hábitos e concepções de trabalho e de organizações advindas do modo de produção local marcado pelos ciclos extrativistas" (SPVEA 1954b: 6 *apud* Brito, 2001).

É interessante observar que a adoção destas estratégias instituía uma dimensão conceitual daquilo que viria a ser chamado de desenvolvimento para a Amazónia, sendo a SPVEA, segundo Brito (2001), o órgão que centralizaria e administraria os recursos destinados ao plano de valorização económica da Amazónia.

A partir da década de sessenta, com a decadência das políticas desenvolvimentistas instituídas no pós-guerra, a falta de critérios técnicos para balizar as ações do Estado e a crise política entre a SPVEA e a transição para um governo autoritário-militar eram visivelmente agravadas, criando, desta forma, as condições de falência do plano de valorização económica da Amazónia, sobretudo diante do embate ideológico instituído no período ditatorial.

Ocorre que no ano de 1966, com o anúncio da "Operação Amazónia" instituída pelo Presidente da República Marechal Humberto Castelo, a Superintendência do Plano de Valorização da Amazónia (SPVEA) tornou-se extinta. Neste momento é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazónia (SUDAM), como outra alternativa ao desenvolvimento de projetos e programas para estimular a economia regional. Esta iniciativa ocorre após a criação de outra instituição, o Banco da Amazónia (BASA), sendo este o agente

financeiro das ações governamentais e administrador dos recursos oriundos do governo federal brasileiro e repassados para os estados na Amazónia brasileira através de fundos de investimento privados (Brito, 2001).

No entanto, ao longo das décadas em que se estendeu o plano de atuação política adotado pelo governo militar, tratando-se de um quadro geral, o modelo de desenvolvimento económico manteve, segundo Brum (2009), a característica concentradora porque beneficiou a grande empresa em detrimento da média e pequena, estimulando a fusão de empresas dos setores industriais, comerciais e financeiros e favorecendo desta forma, segundo o autor, a concentração da propriedade da terra, o que viabilizou a grande e a média empresa rural em detrimento da propriedade familiar.

Acredita-se que estas ações, do ponto de vista macroeconómico, possibilitaram, como seu reflexo, a expansão económica nos estados nas regiões mais ricas, deixando as demais regiões, como a Amazónia, para segundo plano. Por conta das superintendências e dos programas de desenvolvimento regional e valorização económica criados, estes tornar-se-iam retardatários, privilegiando a lucratividade do capital em detrimento de ganhos do trabalho e medidas paliativas de crescimento económico em regiões periféricas dos grandes centros urbano-industriais produtivistas, gerando desigualdades sociorregionais históricas.

As políticas governamentais, na medida em que visavam a consolidação de uma valorização económica de desenvolvimento na região, resultaram em grandes transformações sociais, as quais se traduziram, de facto, em impactos negativos nas populações locais, sobretudo nas comunidades rurais de habitantes indígenas e não indígenas, as quais, até então, dispunham de pouco contacto com a sociedade envolvente. A partir das próximas décadas este processo agravar-se-á cada vez mais, produzindo relações conflituosas pelo acesso aos recursos e bens naturais de consumo, reconfigurando as formas de apropriação dos ambientes e espaços de uso comum.

Do ponto de vista das consequências de um projeto dito modernizador que excluía a sociedade amazónica local, grande parte dos problemas decorrentes dos modelos de desenvolvimento adotados refletia os conflitos socioambientais, geralmente marcados pelo acesso à apropriação, manutenção e exploração dos recursos naturais disponíveis, enquanto fonte de subsistência da vida dos moradores locais e enquanto matéria-prima para as forças do capital na região.

Estes aspetos, mais do que nunca, possibilitariam o debate entre Estado, desenvolvimento e economia sob uma perspetiva socioambiental mas tardiamente, entre as décadas de oitenta e noventa, com a institucionalização do regime da democracia representativa e o fim da ditadura militar, já que, em termos globais, a questão ambiental estava em discussão há algum tempo e não possuía um espaço político consolidado neste período do país.

4. A ambientalização do discurso desenvolvimentista

A partir do final da década de oitenta, tornaram-se mais visíveis as ações políticas que caracterizaram um período de profundas transformações na Amazónia brasileira no que concerne as questões ambientais. A consolidação da ocupação humana na região, a intensificação do desmatamento e a concentração urbana como reflexos do modelo predador de desenvolvimento possibilitaram um amplo debate nacional e internacional sobre o tipo de desenvolvimento que se pretendia para a região e para os recursos naturais de uso comum. A introdução de diversos mecanismos de gestão ambiental possibilitaria um controle integrado dos recursos naturais, fortalecendo o estabelecimento de diretrizes claras sobre administração integrada dos ambientes físicos, através de parcerias com diversas agências e instituições de cooperação nacionais e internacionais.

O surgimento de uma legislação específica para as questões ambientais consolidaria, através da normatização dos órgãos responsáveis, as dimensões representativas do significado atribuído ao uso dos recursos naturais e sua relação com o Estado, a sociedade e o modelo de produção vigente. A construção de um discurso ambiental aparece como elemento norteador das políticas de reestruturação do Estado brasileiro pós-ditadura. A instituição de uma política nacional do meio ambiente trataria de duas questões fundamentais da realidade social contemporânea e que a sociedade brasileira conheceu: as perspetivas de desenvolvimento económico e sua relação com os modelos de gestão dos recursos naturais. A preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, assegurando as condições de desenvolvimento socioeconómico, aparecem como elementos fundamentais aos interesses da segurança nacional nas políticas ambientais em debate.

Tais elementos compreendem um eixo discursivo sobre o planeamento e gestão dos recursos naturais disponíveis. É claro que estas ações, incorporadas por um modelo central de reordenamento dos bens necessários à sociedade, resultam de objetivos centrais quanto ao modelo de política adotado pelo Estado brasileiro, sobretudo, com a tomada de decisões políticas no cenário internacional frente aos parâmetros de conservação do meio ambiente e a reconfiguração teórica dos modelos e discursos dominantes sobre o desenvolvimento.

Neste caso, a formulação de uma política ambiental brasileira incidia, ao mesmo tempo, na preocupação com a exploração e o desgaste dos recursos naturais disponíveis, na medida em que transpareciam os objetivos e a compatibilização do desenvolvimento económico social aliado à preservação e equilíbrio do meio ambiente.

É sob este contexto que as transformações socioeconómicas e políticas do Estado brasileiro se articulam num processo histórico global que insere a Amazónia num discurso onde a intensificação de estratégias suscetíveis de superar a assimetria entre o desgaste dos recursos naturais e o modo de produção vigente se tornaria uma preocupação global e, sobretudo, do capital, onde se

localizam processos mundiais a determinar o impulso ou a imobilização das dinâmicas sociais, políticas e económicas em curso na Amazónia brasileira.

Contudo, o plano de ação para modelos de desenvolvimento económico possibilitou a articulação de propostas que assegurassem ainda o discurso da sustentabilidade ambiental e do crescimento económico, ao mesmo tempo que assegurava a reacomodação estratégica do capital (Leff, 2000) como modelo de produção vigente e inserido na região. Esta relação, de facto, não só impõe a região amazónica como objeto de preocupação geopolítica estratégica, como também reflete suas feições históricas e políticas moldadas nos surtos de nacionalização/internacionalização dos seus lugares, configurando estas estratégias e transformações decorrentes de uma rutura entre as realidades pretéritas e presentes (Silva, 2002).

Considerações finais

Ao interpretarmos as significativas transformações do Estado brasileiro e de suas políticas de planeamento económico por meio da influência dos modelos teóricos desenvolvimentistas, estamos em condições de compreender as mudanças sociais causadas pelos modelos de desenvolvimento adotados a partir da ideia de uma modernização forçada de sua estrutura jurídico-burocrática. O desdobramento desta discussão refere-se, sobretudo, à racionalização das esferas de organização económica e política quanto à repercussão das consequências e problemáticas sobre as questões socioambientais, a partir da segunda metade do século XX, e sua articulação com as novas abordagens sobre a questão do desenvolvimento.

Ao passo que o modelo de desenvolvimento adotado marcaria as políticas de valorização económica e a racionalização do aparelho estatal, incorporando um ideal aparentemente progressista, a constituição moderna do Estado brasileiro foi guiada pela lógica do crescimento económico, sobretudo no pós-guerra, com os rearranjos políticos e institucionais advindos da incorporação dos modelos teóricos de desenvolvimento legitimados pelo pensamento económico dominante.

Na medida em que nas esferas políticas e económicas da sociedade brasileira se consolidavam os elementos condizentes com uma racionalidade (parcial) promovida pelo modelo de economia planeada para o progresso e o desenvolvimento nacional, os aspetos estruturantes da sua conjuntura socioeconómica e política tornaram desconexas a relação entre o Estado, a sociedade civil e as questões resultantes deste processo, assim como a discussão dos modelos de desenvolvimento que incorporariam a questão ambiental.

Os modelos económicos e os programas de desenvolvimento adotados comportaram como principais consequências o subdesenvolvimento periférico e graves transformações socioambientais decorrentes da valorização do capital investido em determinadas regiões do país, como na Amazónia brasileira.

Uma das interpretações sobre a antagónica relação entre as dimensões económicas de orientação lucrativa e as questões ambientais na Amazónia pode ser traduzida e compreendida a partir da contradição no modelo político de desenvolvimento adotado pelo Estado nacional brasileiro, no qual as esferas de ordem política, na medida em que interiorizavam o discurso do desenvolvimento e crescimento económico para além dos custos sociais, acabaram também por externalizar os fatores ambientais. Ou seja, deixavam para segundo plano toda a discussão sobre o desgaste dos recursos naturais e sua exploração desenfreada pelo modelo de produção vigente. Tal ocasionou, por exemplo, a sujeição de grupos sociais marginalizados social, económica e geograficamente às transformações oriundas da valorização económica nacional por meio dos grandes projetos desenvolvimentistas levados, em suma, à beira de todas as mudanças decorrentes deste processo.

A criação de hidroelétricas, a exploração sem controlo dos recursos naturais extrativistas e não renováveis, a abertura de estradas e rodovias para a ligação com as grandes cidades, a sobreexploração dos recursos pesqueiros, assim como a ocupação das fronteiras nacionais através da pecuária extensiva e da exploração madeireira e mineral das terras tradicionalmente ocupadas pelas sociedades locais indígenas e não indígenas – todos estes são exemplos claros da sujeição inapropriada à racionalização dos modelos económicos de desenvolvimento instituídos na Amazónia.

Marcado pela incapacidade de acompanhar o ritmo de desenvolvimento planeado, sobretudo, diante das insuficiências e contradições acarretadas pelas forças produtivas e pela acumulação e concentração do capital, o carácter de capitalismo periférico e de economia industrial restringida (Cardoso de Melo, 1982) constituiria uma das bases de compreensão sobre as reais incapacidades quanto aos problemas intrarregionais da sociedade nacional contemporânea. As consequências de uma modernização forçada dos modelos nacionais de desenvolvimento instituído sob a projeção dos grandes programas de valorização económica para a Amazónia, considerando sobretudo a relevância do regime de governo militar-autoritário, impossibilitaram transformações democráticas mais profundas na estrutura social das sociedades amazónicas.

Contudo, tratando-se das desigualdades e da exclusão socioeconómicas e políticas instituídas como resultado deste processo, a compreensão sobre as contradições do subdesenvolvimento possibilita reconfigurar atualmente os debates para a construção plural de novas formas de interpretação teóricas e práticas dos modelos de desenvolvimento e de suas experiências sociais em esferas não dominantes do mundo económico e politicamente hegemónico.

A circularidade social deste debate na esfera pública comporta um conjunto de contribuições para o pensamento sobre os modelos de desenvolvimento emergentes na contemporaneidade, assim como sobre propostas de racionalização das questões ambientais, como no caso das alternativas do

desenvolvimento local/territorial e a discussão de uma participação política da sociedade em geral. Estes aspetos denotam um movimento de ressignificação da questão ambiental, traduzível na apropriação do discurso sobre a temática do meio ambiente e das dinâmicas sociopolíticas instituídas na reconstituição das arenas de debates sobre a questão do desenvolvimento.

Bibliografia

AMIN, Samir (1974), *Accumulation on a World Scale*. Sussex: The Harvester Press.

BAILLY, Antoine (1999), "Le developpement local: un choix de societé", in C. Cavaco (org.), *Desenvolvimento rural: desafio e utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

BRITO, Daniel Chaves de (2001), *A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA.

BRUM, Argemiro Jacob (2009), *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ.

CARDOSO DE MELO, João Manuel (1982), *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense.

CARSON, Rachel (1962), *The Silent Spring*. Boston: Houghton Mifflin Publisher.

CORREA, Hugo Figueira de Souza e CARDEAL, André Morato Dias (2005), *O "Ornitorrinco" e a Dependência no Brasil de Hoje: Atualidade e convergência entre o pensamento de Francisco de Oliveira e a Teoria Marxista da Dependência*. Campinas, Sociedade Brasileira de Economia Política.

FORTUNA, Carlos (1987), "Desenvolvimento e Sociologia Histórica: acerca da teoria do sistema mundo capitalista e da semi-periferia", in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 3: 163-193.

FRANK, Andre Gunder (1967), *Sociology of Development and Underdevelopment of Sociology*. *Catalyst*,3: 20-73.

FURTADO, Celso (1961), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura.

FURTADO, Celso (1976), *Economic Development of Latin America: a Survey from Colonial Times to the Cuban Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press.

HABERMAS, Jürgen (1990), *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

HARDIN, Garrett (1968), "The tragedy of the commons", in *Science,* vol. 162, No. 3859: 1243-1248. Nova Iorque: American Association for the Advancement of Science – AAAS.

HIDALGO CAPITÁN, Antonio Luis (1998), *El pensamiento económico sobre desarrollo. De los mercantilistas al PNUD*. Huelva: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva.

HOSELITZ, Bert F. (1960), *The Sociological Aspects of Economics Growth*. Chicago: Free Press; Illinois: The Free Press of Glencoe.

IANNI, Octávio (1995/1999), "Dialética da Globalização", in O. Ianni (org.), *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LEFF, Enrique (2000), *Ecologia, Capital e Cultura: Racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenal: Ed. Furb.

MARINI, Rui Mauro (2000), *Dialética da dependência*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: Clacso.

MEADOWS, Donella *et al.* (1972), *The Limits to Growth*. Nova Iorque. Universe Books.

PARSONS, Talcott (1964), "Evolutionary Universals of Society", *The American Sociological Review*, 29: 339-357.

PARSONS, Talcott [1988(1951)], *El sistema social*. Madrid: Alianza Editorial.

PREBISCH, Raúl (1963), *Dinâmica do Desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

RAPOZO, Pedro e WITKOSKI, Antonio Carlos (2008), "Novos e velhos dilemas desenvolvimentistas: a transição histórica do discurso de sustentabilidade a partir dos projetos de desenvolvimento econômico sob o plano nacional e internacional", in *IV ENANPPAS – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade* Brasília.

REIS, José (1994), "O desenvolvimento local é possível?", in M. B. Moreira (org.), *O desenvolvimento local é possível?*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

ROSTOW, Walt Whitman (1960), Las etapas del crecimiento economico. Buenos Aires: Fondo de cultura economica.

SACHS, Ignacy (1993), *Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e meio-ambiente*. São Paulo, Studio Nobel: FUNDAP.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1985), "O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na periferia: o caso português", *Análise Social*, vol. 87-88-89: 869-901.

SILVA, Marilene Correa da (2002), *Metamorfoses da Amazônia*. Manaus: EDUA.

SILVA, Manuel Carlos e CARDOSO, António (2005), "O local face ao global: por uma revisitação crítica dos modelos de desenvolvimento", in M. C. Silva *et al.*, *Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais: Perspectivas teóricas e estudos de caso*: 28-80. Braga, Núcleo de Estudos em Sociologia/Universidade do Minho e Inovação à Leitura.

STOHR, W. (1981), "Development from Below: the Bottom-up and the Periphery – Inward Development Paradigm", in W. Stohr e D. Taylor (orgs.), *Development from Above or Below?*, Nova Iorque: John Wiley & Sons.

UNEP – United Nations Environment Program (1974). *Declaración de Cocoyoc sobre Ambiente y Desarrollo*. Cocoyoc, México. United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD).

WALLERSTEIN, Immanuel (1990), *O sistema econômico mundial*. Porto: Afrontamento.

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 77-98

O Ecomuseu como forma de preservação do modo de vida dos faxinais e como vetor de desenvolvimento sustentável dos seus territórios

Tulio Barbosa*
António de Sousa Pedrosa**

Resumo: Faxinal no Paraná corresponde genericamente a uma área silvo-pastoril delimitada, dentro da qual se encontra um povoamento, cuja população possuiu hábitos comunitários relacionados fundamentalmente com a criação de animais. As práticas agrícolas aplicadas ao longo da sua história contribuíram para a criação de uma paisagem cultural de indiscutível valor ecossociológico. Este trabalho tem como tema central a compreensão das práticas faxinalenses, para as quais propomos a implementação de um ecomuseu que deve constituir-se como uma das formas de preservação deste modo de vida e, ao mesmo tempo, levar à sua valorização, nomeadamente em termos económicos e culturais. Para além de efetivar a manutenção dos sistemas culturais da população, deve propor-se gerar recursos económicos, tendo como objetivo melhorar de forma significativa a vida dos faxinais.

Palavras-chave: Faxinais, ecomuseu, paisagem cultural, desenvolvimento, património cultural.

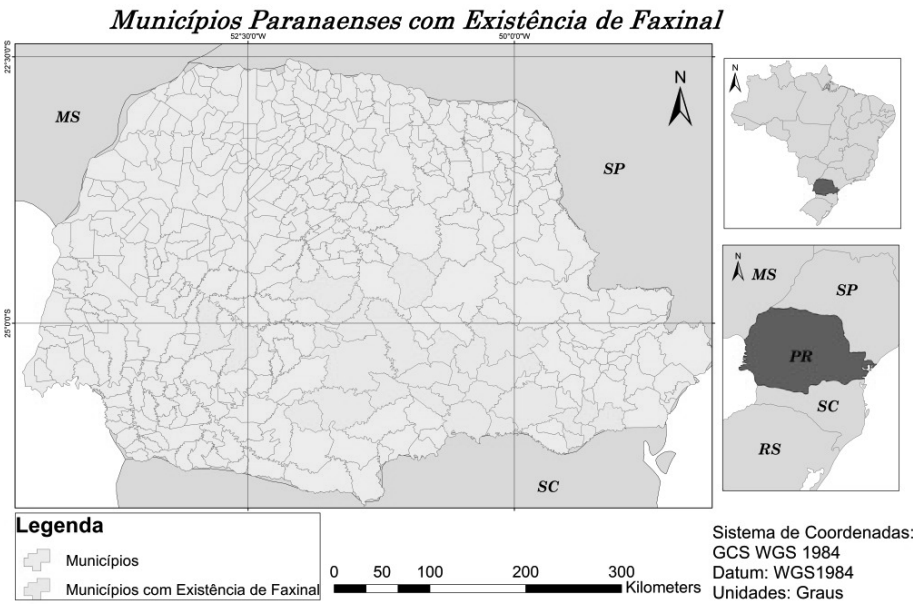
Introdução

Tradicionalmente, os Faxinais, localizados no estado do Paraná, Brasil (Figura 1) apresentam como característica específica a existência de uma área comunitária onde praticam a criação de animais sob área florestada num regime que podemos apelidar de apropriação comunal de terras. Este espaço é formado por terrenos justapostos de várias famílias que, de forma coletiva, ali criam seus animais à solta no meio de áreas de matas de araucária, que tradicionalmente também são utilizadas para extração de erva-mate (Löwen Sahr e Cunha, 2005; Oliveira, 2008). Circunvizinho às áreas comunitárias, encontra-se o espaço dos cultivos agrícolas, cujas terras são usadas sob regime de propriedade privada,

* Professor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU (tulio@ig.ufu.br).
** Professor visitante da Universidade Federal de Uberlândia, investigador do CEGOT (FCT) – Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (aspedros@gmail.com).

configurações 11 novo.indb 77 10-01-2014 11:24:55

Figura 1. Área de existência de Faxinais no Paraná (Brasil)



Fonte: Almeida e Souza, 2009.

embora sobre elas também sejam exercidas práticas sociais coletivas compartilhadas pela comunidade (Floriani *et al*., 2011).

Podemos então afirmar que faxinal no Paraná significa

> uma área silvo-pastoril delimitada, dentro da qual se encontra um povoamento e sobre a qual circulam livremente animais pertencentes a esta comunidade. Trata-se tanto de animais de grande porte: bovinos, eqüinos e muares, como também de pequeno porte: suínos, caprinos, ovinos e aves, além de animais domésticos. (Löwen Sahr, 2007: 208)

Este sistema sustenta-se essencialmente sobre a pequena produção animal, a policultura alimentar de subsistência para abastecimento familiar e comercialização da parcela excedente, e o extrativismo do mate, ervais nativos desenvolvidos dentro do criadouro e coletados durante a entre safras das culturas, desempenhando um papel de renda complementar (Chang, 1988).

É um sistema único no mundo (Chang, 1988; Almeida e Souza, 2009; Löwen Sahr, 2007) e possui características culturais bem marcantes, contribuindo para a fixação do homem do campo e para a manutenção da paisagem formada pela floresta de araucária. Chang (1988) acredita que sua origem

utiliza-se de elementos da evolução capitalista dos meios de produção através do exame do processo e da organização do trabalho na racionalidade da produção agrícola dos camponeses faxinalenses.

Indiscutivelmente que corresponde a um "*sistema agro-silvo-pastoril secular, com características singulares de uso da terra*" (Domingues, 1999). É necessário ter em atenção para a compreensão do sistema faxinal o processo histórico em que se desenvolveu, naturalmente formado pelas experiências do cotidiano e das relações sociais como uma herança cultural (Nerone, 2000; Löwen Sahr e Iegelski, 2003).

Há um desconhecimento dos modos de vida dos faxinais, já que o que se repercute nos média em geral, e mesmo nos livros didáticos de Geografia, é a grande produção agrícola (o latifúndio e o agronegócio) e a pequena produção ou produção familiar (minifúndio), ambas justificadas pela propriedade privada. Deste modo, a questão da terra no Brasil passa pela necessidade de afirmar a propriedade privada; por outras palavras, a propriedade é uma necessidade tanto para os latifundiários, como para o agronegócio, mas também para os próprios movimentos sociais. Os faxinais demarcam-se por apresentarem um modo de vida baseado em terras comunitárias, ao mesmo tempo que possuem um sistema[1] de produção misto, baseado na criação coletiva de animais e numa produção privada de produtos agrícolas, em que utilizam técnicas pouco agressivas para a natureza, já que o seu sistema implica a preservação das áreas de floresta como uso integrante do próprio sistema; assim, os faxinais representam modos de vida e de produção diferenciados, os quais são incompatíveis com a atual prática do modo de produção capitalista e da base cultural do mundo ocidental.

Perante estes factos, tentaremos apresentar os faxinais como um modo de vida alternativo, nos seus aspetos produtivos e culturais, que se pode apresentar como uma possibilidade às imposições globalizantes do capital. Isso não implica a existência de um projeto político faxinalense, mas suas práticas cotidianas revelam modos de vida e práticas distintos do sistema económico dominante que podem revelar-se como sustentáveis. Entendemos que os faxinais distinguem-se no modo de produção capitalista pelos aspetos comunitários e pelas atividades coletivas que a comunidade desenvolve e, ainda, pelo interesse e necessidade em manter uma relação estreita e harmónica com a natureza. Tal harmonia advém do próprio modo de vida e esse impõe certas necessidades que não compactuam com a ética aquisitiva (Thompson, 2001), pois se compactuassem os faxinais deixariam de existir como modo de vida e sistema cultural; assim, são mantidos pela realidade das condições materiais (geográficas, históricas, sociais, económicas, culturais e políticas) e imateriais – o que Thompson (1998) conceituou como economia moral. É fundamental compreender a economia moral como

[1] Sistema que deve ser compreendido como modo de produzir.

elemento definidor dos aspetos culturais, uma vez que o cotidiano dos faxinalenses instaura-se pelas práticas ligadas ao modo de produzir e, portanto, ao modo de pensar os valores correspondentes às experiências do dia a dia.

Os faxinais não existem como resistência nem oposição ao sistema capitalista, pois estão inseridos no mesmo. No entanto, as suas práticas produtivas e culturais, e ainda o seu regime de propriedade misto (entre a propriedade coletiva para a criação de animais e a propriedade privada para a produção agrícola), sugerem uma certa resistência às imposições do mercado global. Ou seja, os faxinais ecoam como exemplos de que o mercado não é soberano e que é possível a coexistência de outras práticas de maior sustentabilidade e que podem implicar produtos de maior qualidade. Uma das particularidades dos faxinais é destoar da homogeneidade da produção e do mercado, justamente as características que podem promover a globalização e a aniquilação de sistemas produtivos alternativos e da maior justeza (Pedrosa e Barbosa, 2012).

Não podemos negar os muitos problemas originados pelo embate entre o modo de vida faxinalense e as exigências da economia dominante de mercado, problemas que dificultam significativamente o cotidiano dos faxinalenses.

O presente trabalho tem como tema central a compreensão das práticas faxinalenses, propondo a criação de um ecomuseu que pode constituir-se como uma das formas de preservação deste modo de vida e, ao mesmo tempo da sua valorização, nomeadamente em termos económicos e culturais. Esta ideia advém do facto de que o Ecomuseu deve ser entendido como espaço de identidade geográfica, cultural e patrimonial, onde se pode e deve efetivar a manutenção dos sistemas culturais da população sediada no seu âmbito geográfico, ao mesmo tempo que se propõe gerar recursos económicos, tendo como objetivo melhorar de forma significativa a vida dos faxinais.

2. Os Faxinais: problemas e perspetivas

O faxinal, como já o afirmámos, é uma unidade diferenciada de produção agrícola no sistema capitalista, pois o mesmo afasta-se dos postulados máximos do capitalismo baseados na propriedade privada dos meios de produção. O faxinal tem como características principais as áreas comuns para a criação de animais, a inserção da floresta como parte integrante do seu sistema produtivo (e daí a sua preservação e manutenção) e, ainda, a prática de um conjunto de trabalhos coletivos. Esse modo particular de produzir resultou numa cultura baseada em práticas comunitárias, que ao mesmo tempo estabeleceu uma relação não predatória com a natureza. Deste modo, podemos afirmar que as condições materiais (condições naturais e sociais) instrumentalizaram uma visão ímpar dos faxinalenses justamente por terem como base a coletividade, a solidariedade e a fraternidade.

Os faxinais estão localizados no sul do Brasil na região centro-sul do estado do Paraná com população atual aproximada de dezasseis mil faxinalenses

distribuídos por 44 faxinais ativos no ano de 2005 (Löwen Sahr e Cunha, 2005). Quando comparados com os números de 1994, em que são referendados 121 faxinais (Marques, 2004), teremos de questionar a sobrevivência deste modo de vida e das causas que estarão na base da sua desagregação ou desaparecimento. Assim, teremos de dar razão a Chang (1988) quando afirmava que existia uma desagregação dos faxinais por meio do abandono das práticas coletivas, da migração dos mais jovens para outras regiões e da venda de parte de suas propriedades para outros fins, nomeadamente para o agronegócio. De facto, a pressão do agronegócio sobre as áreas dos faxinais atinge diretamente o cotidiano dos faxinalenses, já que a construção de modos de vida capitaneados pela individualidade e pelas exigências do mercado global tem afetado as motivações culturais e as relações sociais destes. Chang confirma a desagregação do sistema faxinal pela substituição de modos de vida a partir das condições materiais da produção, ao afirmar que "[...] é consenso geral que a produção agrícola, tanto a produção familiar quanto a grande empresa rural, segue uma tendência crescente de intensificação da *produção [...]. A intensificação faz alterar, no caso da produção familiar, a natureza da produção familiar* [...]" (Chang, 1988: 72).

Os faxinais, portanto, enfrentam cotidianamente a pressão para intensificação da produção agrícola através das imposições do mercado, seja para a produção de novos produtos, seja, mesmo, pela procura, por parte do agronegócio, de novas áreas com potenciais agrícolas, onde se inserem as suas terras coletivas. As intensificações das especulações latifundiárias, a disputa pelas áreas produtivas e a economia de mercado têm promovido a redução da quantidade de terras disponíveis para os faxinalenses. Tavares confirma esta ideia ao afirmar que a redução da quantidade de terras de uso comum no território do faxinal necessárias para a reprodução da prática de criação de animais à solta e o uso dos recursos naturais no criadouro comum ou comunitário são o resultado de dois processos que vêm se desenvolvendo paralelamente ao longo de mais de um século. *"De um lado, é provocado pelo processo natural de crescimento da população dos camponeses faxinalenses e, por outro, se deve ao desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo paranaense, ou seja, pela disputa de classe pelos territórios"* (Tavares, 2008: 608).

Esse processo pode levar ao aniquilamento total deste modo de produção e cultura. Conforme a matéria do jornal *Gazeta do Povo*, de 4 de abril de 2009, os faxinais correm risco de extinção já que

> [de] acordo com a presidente do Instituto Guardiões da Natureza em Prudentópolis, Vânia Moreira, o agronegócio é uma das razões da desagregação dos faxinais no Estado. Como os faxinais usam as terras planas para moradia e criação de animais, enquanto que as íngremes são destinadas para a plantação, os grandes produtores veem nessas áreas planas fontes de investimento. 'São terras muito cobiçadas, que acabam sendo vendidas pelos faxinalenses', afirma. (Silva, 2009: s/p)

Sublinhamos ainda a ausência de políticas claras e incentivadoras das práticas faxinalenses. Apesar de o estado do Paraná em 1997 ter instituído o Decreto 3446, e com isso criar as Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR –, e de o governo federal ter promulgado o decreto 6040 de 2007 (o qual institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais), tendo com isso tornado os faxinais legítimos do ponto de vista jurídico, tal não significa que estas ações sejam suficientes para a manutenção e desenvolvimento das áreas adstritas aos faxinais.

As Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR – têm como objetivo incentivar os municípios paranaenses à preservação das práticas e cultura faxinalenses, pois esse modo de vida contribui para a preservação da natureza e para a preservação do património cultural no estado. A promulgação do decreto 3446/1997 respaldou e garantiu o cumprimento da lei complementar n.º 59 de 01/10/91 para os faxinalenses, o qual instituiu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços Ecológico – ICMS Ecológico. Esse imposto tem beneficiado os municípios que edificaram políticas para as ARESUR e contribuíram para o melhoramento das mesmas. Segundo o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), os municípios beneficiados com o imposto foram: São Mateus do Sul, Antônio Olinto, Rebouças e Prudentópolis, totalizando apenas onze faxinais dos 44 existentes. Isto evidencia uma má gestão dos recursos disponíveis, pois os outros municípios não aproveitaram esses incentivos para fomentar melhorias nos "*seus*" faxinais e consequentemente garantir a preservação da natureza, de um modo de vida diferenciado e sustentável com toda a riqueza cultural que lhe está adstrita e, ainda as paisagens culturais que criaram e cujo sistema de produção é a garantia da sua manutenção e valorização. Temos de entender estes sistemas tradicionais não como formas exclusivas de exploração económica dos recursos naturais, mas como reveladores da existência de um complexo de conhecimentos adquiridos, pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e simbologias que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas (Diegues, 2004), ou do que entendemos mais recentemente por paisagens culturais (Salgueiro, 2001; Pereira e Pedrosa, 2007; Pedrosa e Pereira, 2012; Pedrosa, 2013).

A região centro-sul do estado do Paraná tem preservada parte de suas florestas de araucárias (*Araucaria angustifolia*) devido aos faxinais, já que a relação destes com a natureza centra-se no equilíbrio, seja para a criação de animais, sejapara a agricultura, pois são derrubadas apenas as áreas de floresta extremamente necessárias para o plantio. Lopez *et al.* (2002) salienta que o estado do Paraná sofreu intenso processo de desmatamento no século XX. Originalmente, este estado possuía uma área de floresta que correspondia a 84,72% de sua superfície, onde se salientava a importância da floresta de araucárias. Entre 1912 e 1992, houve uma intensa deflorestação devido às atividades agropecuárias, assim como ao crescimento da infraestrutura económica e urbana, propiciando uma grande exploração da madeireira. A *Araucaria angustifolia* foi

intensamente explorada até à década de 70, restando em 1992 apenas 988 482 ha de florestas nativas, representando 4,99% do território paranaense, que se situam na sua maior parte em territórios faxinais (Oliveira, 2008).

A legislação paranaense tem como intenção a garantia, em parte, da preservação das florestas de araucárias numa porção do estado, já que em quase todo o Paraná ocorreu o desmatamento conforme referido. Todavia, vários municípios com faxinais não têm políticas próprias nem estratégias locais bem definidas para a efetivação de melhorias significativas para essa população (Tavares, 2008).

É assim importante pensarmos nas relações de poder que são praticadas em todo o Brasil, ou seja, as pressões económicas oriundas do setor ruralista que interferem nas decisões do executivo e legislativo municipal; assim, de acordo com Almeida *et al*. (2008 e 2011), entendemos que essa falta de interesse em fomentar a implantação das Áreas Especiais de Uso Regulamentado esteja originalmente relacionado com a luta de classes por meio da luta pela posse da terra.

As resistências dos faxinalenses quanto às necessidades impositivas do capital têm levado os mesmos a se (re)organizarem numa tentativa de se fortalecerem, tendo-se verificado o fortalecimento da comunicação entre os mesmos, de forma a promoverem a luta coletiva pelos seus direitos, relacionados com o seu modo de vida e em conformidade com a sua cultura (Grzebieluka e Löwen Sahr, 2009). Neste sentido, é fundamental o fortalecimento de suas práticas culturais cotidianas; para isso é urgente o desenvolvimento de meios e mecanismos que consolidem a autonomia cultural e material dos mesmos, pelo que a implementação de um ecomuseu dos faxinais pode constituir-se como uma forma prática de garantir a autonomia económica, política, cultural e social dos faxinais.

A autonomia do sistema faxinal é ameaçada pelas relações de poder que se articulam escalarmente e integram o mercado internacional de *commodities*[2]. A produção agrícola brasileira centra-se na exportação de seus produtos e compromete parte considerável das áreas produtivas com esse direcionamento. As terras dos faxinais compreendem uma porção privilegiada do estado do Paraná por causa dos solos consideravelmente férteis que ocupam, da forte disponibilidade em recursos hídricos e ainda pela existência de um clima ameno sem estação seca, propício à fixação do homem. Destacamos ainda a vegetação nativa responsável pelo equilíbrio biológico, o qual diminui a incidência de pragas nas lavouras, razão pela qual existe uma forte pressão para comprar ou ocupar os territórios faxinais pelo agronegócio. Associa-se ainda a proximidade destes territórios aos portos (Paranaguá e Antonina), tendo sido desenvolvida, pelo estado do Paraná, uma malha rodoviária e ferroviária que contribui cada vez mais significativamente para a pressão dos grandes latifundiários sobre estes territórios. Podemos, então, concluir que as condições naturais e os instrumentos

[2] *Commodities*, plural de *commodity*, significa mercadoria. Essas mercadorias são comercializadas via bolsa de valores e são produtos padronizados de origem primária, principalmente agrícola e mineral.

de produção modernos são mais do que adequados para que grupos económicos forjem a desintegração dos faxinais por meios legais e ilegais.

A ideia forte que é transmitida para fomentar a desagregação dos faxinais é que constituem um sistema produtivo arcaico e, portanto, pouco produtivo. Assim, a construção da dicotomia *tradicional-moderno* tem como centralidade a superação do "*antigo*" pelo "*novo*", discurso muito comum em diversos setores do Brasil e que nem sempre se apresenta o mais adequado para resolver diversos problemas (Schuster e Löwen Sahr, 2009). Os discursos, seja nos média, seja nas universidades ou nos cotidianos urbanos da região centro-sul do Paraná, tratam os faxinalenses como desprovidos de produtividade e capacidade para serem inseridos no mercado nacional e internacional com maior ênfase e sucesso econômico (Toledo, 2008; Toledo e Campigoto, 2010). A questão que se coloca é se deveremos avaliar a produtividade em função da quantidade, ou antes pela qualidade dos produtos obtidos e, ainda pelos fatores de sustentabilidade dos territórios e, como tal, da própria sociedade (Pedrosa e Pereira, 2008, 2009ª, 2012; Pereira e Pedrosa, 2010).

Os conflitos são operados pela materialidade e por razões de ordem cultural: o primeiro refere-se à pressão por resultados mais satisfatórios, entenda-se em termos de quantidade, referentes à agricultura; a pressão dita cultural arquiteta valores que não compactuam com as práticas dos faxinalenses. A conjugação destes dois fatores tem levado muitos faxinalenses a venderem suas propriedades particulares, resultando no enfraquecimento da comunidade. Tem sido uma luta constante para que a autonomia dos faxinais se garanta juridicamente e afiance a legitimidade de seu sistema de produção, organização social e cultural e seus modos de vida. Shiraishi Neto (2009) afirma que os povos faxinais "*emergiram como forma política organizativa para garantir a defesa de seus direitos, que se encontram ameaçados. Os conflitos no interior e nas proximidades de suas áreas levaram à necessidade desses grupos se organizarem, sob pena de perderem sua constituição e seus territórios"* (Shiraishi Neto, 2009: 17). Tal processo parece contradizer as interpretações a seu respeito, incluindo a jurídica que, corroborando as interpretações económicas e sociais, tem também anunciado o fim do "sistema faxinal".

A desagregação dos faxinais deve ser compreendida como uma possibilidade, mas não como certa, pois os faxinalenses historicamente têm mostrado resistências consideráveis às pressões económicas, políticas e sociais. Autores como Löwen Sahr e Cunha (2005) afirmam que as comunidades faxinalenses, por serem possuidoras de um património í-mpar, tendem a ressurgir e a resistir em alturas de crise. Löwen Sahr vê os faxinais como territórios dinâmicos, flexíveis e integrativos, afirmando que os "*Faxinais estão sedimentados [*há*] mais de 300 anos na história agrária do Brasil, o que mostra, o quanto eles são dinâmicos e flexíveis, mas também o quanto são integrativos, tendo reagido a diferentes fases e modificações do sistema social e econômico hegemônico*" (Löwen Sahr, 2006: 22).

Alertar para a desagregação é um ponto fulcral para refletirmos sobre a violência sofrida pelos faxinalenses nos seus modos de vida, mas ao mesmo tempo essas agressões têm contribuído para a dinamização da comunidade dos diversos faxinais e produzido memórias de lutas e resistências que se somam às tradições históricas. A identidade dos faxinalenses efetiva-se no cotidiano do seu modo de vida. Ou seja, a possibilidade da desagregação esbarra na sistematização coletiva de luta pela sobrevivência, que se opera na dialética do sujeito nas suas relações cotidianas. Por outras palavras, podemos afirmar que não existe uma identidade fixa do faxinalense, pois o mesmo transforma-se em conformidade com as reações que evocam o direcionamento ou distanciamento do seu sistema produtivo e social. Desta forma, recorremos à economia moral de Thompson (2001), que nos pode fornecer elementos fundamentais para a superação da dicotomia tradicional-moderno, uma vez que os discursos desagregadores sobre os faxinais têm como base o que chamam de arcaísmo produtivo destes, sinalizando-o como sendo o principal problema destas comunidades, e escondem deliberadamente todo o valor agregado que possuem, no que se refere às questões de sustentabilidade ecológica, de produção de qualidade que se pode obter através de métodos que rejeitam os agrotóxicos e, ainda, de um património cultural agregado ao longo da história destes povos e territórios.

Os modos de vida dos faxinalenses produzem uma territorialidade específica e consequentemente uma lógica cotidiana nas suas práticas; a *cerca* que separa as áreas de agricultura individuais das de criação de animais coletiva não tem apenas um significado prático, mas também cultural, pois a *cerca* separa as diferentes formas e funções de dado espaço e esse tem efetivamente carácter prático para os faxinalenses. A relação dialética entre a natureza e os faxinalenses estruturou a dinâmica do sistema faxinal e constituiu paisagens ímpares que poderemos denominar como culturais, já que refletem todo um sistema produtivo e cultural historicamente construído; assim, os modos de vida são resultados do dinamismo da natureza e das necessidades materiais dos povos que aqui se fixaram e que foram moldando o território às suas necessidades e exigências, mas sempre com preocupações de sustentabilidade, já que esta é condição essencial para a sua sobrevivência. Assim, segundo Gubert Filho (2009), os faxinais foram ocupando historicamente as "áreas de relevo ondulado e forte ondulado (...) com uma agricultura de subsistência, alicerçada no binômio milho-feijão, onde mais recentemente se introduziu a cultura do fumo, fomentada pelas grandes empresas do setor". Estas áreas são caracterizadas pela ocorrência de solos pouco profundos, desenvolvidos a partir de rochas sedimentares friáveis como folhelhos e arenitos cálcicos ou solos mais férteis derivados de diabásio. Nestas condições desenvolveu-se uma agricultura tradicional, com uso da tração animal e com características coloniais típicas da imigração eslava. Nas áreas de relevo mais suave e plano, os faxinais concentram as áreas contínuas de matas de araucária exploradas pelo pastoreio

extensivo, realizado em criadores comuns. Estes criadores comunitários podem abarcar grandes áreas com algumas centenas de hectares e são cercados em todo o seu perímetro com cercas de arame com até oito ou nove fios. Nestas extensões predomina o ambiente florestal, abrigando espécies típicas como araucária, erva-mate, imbuia, canelas e uma série de frutíferas nativas da família das Mirtáceas, além de inúmeras outras folhosas.

Recentemente, devido a pressões económicas e sociais, alguns faxinais têm substituído as suas lavouras tradicionais pela cultura do tabaco, cujas implicações são significativas, uma vez que a tradição do cultivo de alimentos que sustentava o cotidiano é quebrada, ao mesmo tempo que agrava a dependência da produção dos faxinais relativamente às indústrias de produtos derivados do tabaco. É uma perda clara de autonomia. Não se trata de abandonar as práticas faxinalenses, visto que as unidades comuns para a criação de animais e o trabalho coletivo ainda continuam; o que muda são as relações de dependência efetivadas a curto prazo, já que a produção para a sua subsistência é abandonada em detrimento de um produto para colocar no mercado cujo preço e valor não controlam. A utilização de agrotóxicos é uma das implicações que resulta da mudança de produção, assim como alterações na organização interna da comunidade em conformidade com a indústria tabaqueira.

A autonomia, condição primordial dos faxinais, vai pouco a pouco sendo substituída pela dependência relativamente às grandes empresas nacionais e multinacionais, que sub-repticiamente se vão instalando, tendo como consequência o aumento da dependência económica dos faxinais em relação a esses grupos económicos. Já salientamos que estes novos elementos introduzidos nos territórios faxinais não os desagregam, nem os colocam em condições críticas na sua manutenção a curto e médio prazo. No entanto, podem estabelecer nos faxinalenses mais jovens uma memória de resignação e, como tal, desenvolver uma menor resiliência quanto a essa dependência, colocando em risco a sua autonomia e em último caso o desaparecimento desta comunidade cultural.

Em nossa opinião o risco de desagregação dos faxinais passa mais pelo facto de as áreas comuns de criação de gado passarem a ser ignoradas num primeiro momento para, posteriormente, ser exploradas de modo diferente da forma tradicional. Essa alteração no comportamento produtivo pode levar os faxinalenses a terem novas relações cotidianas, pois as condições materiais (de produção e até mesmo naturais) passam a ter um novo dinamismo, gerando outros embasamentos culturais de que resultarão novos modos de vida, com implicações no território e nas paisagens atuais que resultaram de um longo processo de evolução histórica. Poderemos então afirmar que ocorrerá gradativamente a troca de uma economia moral, ou seja, de domínio comunitário, por uma situação individualizada e comprometida com o mercado globalizante, com o agronegócio, com as indústrias, abandonando a caraterística fundamental que é o comprometimento dos faxinalenses com a comunidade em que se encontram inseridos.

Historicamente, sem engessar as tradições, a partir de Thompson (2001), propomos o desafio de não diminuir a centralidade cultural dos faxinais; isto é, a coletividade como classe manifesta-se pela economia moral. Assim, os faxinalenses comportam-se de forma congruente e isso implica similitudes que nos levam a refletir de forma classista. Os faxinalenses formam mais que um grupo social, pois constituem uma classe, já que suas condições sociais, económicas e políticas permitem essa definição por serem extremamente próximas. Trata-se, portanto, de problemas oriundos do próprio sistema económico dominante que têm levado sistematicamente a uma fragilização dos faxinais perante as exigências do mercado; mas ao mesmo tempo essa fragilidade tem potenciado a indignação daqueles que são vítimas deste processo. Assim, a vitimização nos casos dos faxinais não leva a uma desagregação imediata, pelo contrário, insere resistências em diversos aspetos da vida dos faxinalenses, levando-os a resistir e a manter os seus modos de vida, acervando a sua identidade.

Para Marques (2004), são necessárias mudanças dentro dos faxinais, pois é imprescindível a busca de propostas que favoreçam a sustentabilidade, principalmente na área económica, social e ambiental, que permita a manutenção dos valores culturais que foram sendo construídos. Segundo o mesmo autor, apesar dos muitos problemas que decorrem atualmente nas comunidades faxinais, com as famílias residentes ou com o próprio sistema, ainda existem possibilidades concretas de programar alternativas sustentáveis, visando a manutenção dos mesmos dependendo, às vezes, apenas de pequenos apoios estruturais, mas que se podem mostrar estratégicos.

Para Ferreira, a manutenção dos faxinais que restaram no Paraná exige pensar em formas de criar uma proteção legal para a totalidade do sistema e encontrar alternativas para o uso sustentável dos recursos naturais inseridos nos territórios.

> A produção orgânica de carne de porco, cabra, boi, frango, carneiro e de produtos agrícolas; a apicultura; o leite e derivados; as compotas, geleias e conservas; as hortaliças, etc.; o plantio de araucárias; o manejo de erva-mate e plantas medicinais; bem como o turismo comunitário, podem ser atividades complementares para se chegar ao propósito intentado. (Ferreira, 2008: 106)

Para que estas alterações ocorram, comungamos das ideias de Lowen Sahr (2007: 17) quando afirma que "[...] *o sistema da agricultura precisa ser entendido não apenas como um sistema de produção, mas também como uma forma de expressão sociocultural*".

A partir destes apontamentos, entendemos que uma alternativa viável para a manutenção das tradições do sistema faxinalense e, ao mesmo tempo, para produzir melhorias na sua condição de vida é a implantação de um projeto de Ecomuseu.

configurações 11 novo.indb 87 10-01-2014 11:24:56

3. O ecomuseu como forma de preservação e valorização do sistema faxinal

O conceito de ecomuseu caracteriza-se por representar um espaço aberto, um espaço de povoação, de representatividade da identidade da população e mesmo de ordenamento do território, com intenção de definir uma estratégia de desenvolvimento dinâmico da região em que se insere, tendo em atenção os valores culturais do presente, mas preservando os do passado, como forma de pensar o futuro nas suas diversas formas de sustentabilidade (Teixeira, 2005; Santos 2005; Mattos, 2006). Este modo de pensar dos ecomuseus leva a que um dos seus principais objetivos seja a promoção dos seus valores patrimoniais – sejam naturais, arqueológicos, construídos ou culturais – que foram arquitetando, ao longo da sua história, um espaço profundamente cultural, que possui reflexos visíveis na paisagem, quando entendida como paisagem cultural (Pereira e Pedrosa, 2007; Pedrosa e Pereira, 2012; Pereira, 2012).

Nenhum território poderá ser sustentável se a sua população não conhecer e reconhecer as potencialidades do local onde reside, assim como se não souber tirar dividendos da valorização desses sítios, quando encarados do ponto de vista patrimonial e/ou cultural. Só assim os territórios e suas populações podem ter capacidade para suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. Deste modo, entendemos que esta nova visão de museu terá de implicar uma melhoria do modo de vida da população, assim como uma nova forma de encarar o futuro do seu espaço geográfico que passa de forma indiscutível pelo respeito dos valores culturais patrimoniais e naturais.

Nesta perspetiva, deve ser entendido como um museu de um território, pressupondo um forte envolvimento de populações e instituições locais no processo de valorização dos diversos patrimónios, dos recursos naturais endógenos e dos valores culturais identitários das comunidades e população que aí residem. Deve assumir-se como um elemento de importância significativa nas estratégias definidas para o desenvolvimento local ou regional, potenciando e definindo modelos de sustentabilidade do território (Nora, 1983; Rodriguez Becerra, 1997; Santos, 1996; Teixeira, 2005; Santos, 2005; Pedrosa e Barbosa, 2012).

A ideia de um ecomuseu para uma determinada região deve resultar da consciência que a população tem do seu território e da importância que lhe atribui, mas também da preocupação em salvaguardar, avaliar e valorizar o seu património, nas suas múltiplas componentes (natural, patrimonial, socioeconómica e cultural), tendo como finalidade contribuir para o desenvolvimento do território e da população residente nesse espaço geográfico (Martins, 2005; Mattos, 2006, 2007, 2011).

Deste modo, o conceito de Ecomuseu ou de Museu do Território repousa na valoração dos seus recursos-chave: população, património natural, património

construído e valores culturais. Assim, a função do ecomuseu deve ser procurar manter os níveis de sustentabilidade e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento, de modo a contribuir para a revitalização do território que abarca, já que a sua implementação está, quase sempre, associada a espaços territoriais ditos deprimidos ou periféricos, como é o caso dos faxinais.

Esta ideia só pode ser alcançada se a comunidade se sentir envolvida no projeto, o qual terá de ter como prioridade, como se acabou de afirmar, o aproveitamento e valorização dos diversos patrimónios e da identidade cultural; mas, obrigatoriamente, terá também de incentivar e promover a diversificação de outras atividades no seu espaço, de que podemos destacar: *i)* produção de produtos agrícolas (madeira, carne, vegetais...) de qualidade; *ii)* desenvolvimento de uma gastronomia especifica desse espaço geográfico; *iii)* valorização cénica de atividades culturais tradicionais; *iv)* incremento de atividades relacionadas com diversas formas de turismo não massificado, como o turismo cultural, interpretativo, sensorial, cientifico...; *v)* ou outras que propiciem uma melhoria socioeconómica e financeira das populações desse território, ao mesmo tempo que estreitam os seus laços indentitários e culturais (Saut, 2001; Salgueiro, 2001; Pedrosa e Pereira, 2008, 2012).

Desta forma o Ecomuseu pode ser entendido como um espaço de memória, mas vocacionado para o desenvolvimento, já que: *i)* situa os objetos no seu contexto territorial e cultural; *ii)* preserva conhecimentos técnicos e saberes locais; *iii)* educa e consciencializa para a importância dos valores patrimoniais, nomeadamente o património cultural *iv)* implica interpretar os diferentes espaços que compõem uma paisagem *v)* permite desenvolver programas de participação popular contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

Ao mesmo tempo, o ecomuseu deve promover a formação profissional e cientifica da população local em diversas áreas do conhecimento, de modo a construírem-se lideranças que se tornem socialmente úteis e potenciadoras das características fundamentais da comunidade. O ideal será que as atividades de investigação e formação extravasem a própria estrutura do ecomuseu, constituindo-se, assim, como elemento e modelo de uma atitude a adotar pelas diversas instituições inseridas no seu espaço territorial, nomeadamente aquelas que têm como base de sustentação o associativismo[3].

3.1 O ecomuseu como forma de promover a valorizar o sistema faxinalense

Um dos objetivos do ecomuseu passa pela preservação do ambiente dentro de padrões de equilíbrio e de sustentação do sistema ecológico da região, respeitando o próprio modelo de ocupação e de relação das pessoas com o seu território como elemento central da sua intervenção, conferindo-lhe a função de acervo museológico. Admite, contudo, como condição fundamental da

[3] Organismos do tipo associações culturais e recreativas, associações com objetivos de ação social, associações de produtores e empresários, entre outros.

salvaguarda deste acervo, a sua vitalidade e a capacidade de se autossustentar através da introdução de novos desafios, no sentido de uma requalificação da vida das populações e da viabilização de certas atividades de foro económico.

Desta forma o ecomuseu deve ensaiar a patrimonialização dos valores naturais baseados na *Conferência Geral da UNESCO de 16 de Novembro de 1972* no espaço geográfico dos faxinais, complementando com o reconhecimento da importância dos exemplos notáveis ou paradigmáticos da "*interacção humana com o meio ambiente*" e "*da criação de paisagens*" (ONU, 1972).

Para além das formas de relevo e da geodiversidade, devem ser ainda preocupação do ecomuseu a inventariação e a conservação da fauna e flora específicas dessa região. Pode e deve promover projetos que procurem conhecer e identificar todas as espécies, endógenas ou não, que caracterizam o ambiente da região do ecomuseu. Este tipo de conhecimento é importante no sentido de manter as condições ambientais, de forma que as próprias espécies se mantenham nos seus ambientes e possam assegurar a sua reprodução e, como tal, a continuidade da mesma, contribuindo, assim, para a manutenção da biodiversidade.

Outro objetivo deve relacionar-se com a preocupação em promover e valorizar o património cultural nas suas diversas vertentes. Se concebermos como património cultural todos os bens que se representam como testemunhos (ou seja, entendidos como portadores de valores civilizacionais ou de ordem cultural considerados de interesse sociocultural relevante), então, estes devem ser objeto de especial proteção e valorização por parte da comunidade e como tal do ecomuseu.

Se considerarmos como bens de interesse cultural relevante aqueles que refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, bem como outros bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva de um povo ou de uma região (Bérard e Marchenay, 2004; Jorge, 2005), então os faxinais enquadram-se neste conceito.

Finalmente, é ainda preciso considerar que se deve ter em conta a existência de bens culturais que terão de ser entendidos nos respetivos contextos, já que, pelo seu valor testemunhal, possuem uma relação interpretativa e informativa apenas entendível na conjuntura em que se desenvolveram. Estamos a referir-nos, nomeadamente, aos valores das culturas tradicionais inerentes a cada região, neste caso dos territórios faxinais, de modo a que se assegure a transmissão de uma herança, cuja continuidade e constante enriquecimento contribuíram e contribuem para unir as gerações, de modo a promover e dignificar a pessoa humana, possibilitando a democratização da cultura, entendida como esteio da identidade cultural de um povo ou de povos (Rodrigues Becerra, 1997; Stoffle, 2000; Pereiró, 2006; Vecco, 2007).

Por conseguinte, interessa-nos, no quadro deste *Projeto museográfico*, o património não só imóvel (sítios arqueológicos e construções de cariz e

monumentalidade diversa), mas também o móvel (objetos de diversa ordem que podem ir de obras de arte a objetos de uso comum, utilizados pelas diferentes sociedades) e o imaterial (memórias, tradições, usos e costumes, maneiras de ser, estar e fazer...).

Muitas das tradições culturais que se mantêm vivas resvalam na ancestralidade e constituem o património (i)material das comunidades dos faxinais. Sentimo-nos tentados a afirmar, como Barbuy (1995), que elas são um elemento enzimático, ativo sobre o presente e/ou sobre o futuro. De facto, o património imaterial pode ser considerado, provavelmente, "*o ponto central da filosofia dos ecomuseus: a afirmação, através da memória, de uma identidade cultural, que permitiria dar um rumo mais legítimo ao presente, tornaria mais claro, para uma coletividade, que caminhos tomar*" (Barbuy, 1995).

A identidade cultural de uma região advém das características geográficas, do seu relacionamento ou não com outros espaços geográficos – muitas vezes o isolamento reforça a identidade cultural (Pedrosa e Pereira, 2012) – e das especificidades do clima e dos solos, que moldaram as (sobre)vivências dos seus habitantes. Perante os constrangimentos e os, por vezes, parcos recursos, foi necessário criar mecanismos que permitissem às comunidades rurais (sobre) viver. Os faxinais, por exemplo, criaram formas de cooperação e formas de regulamentação coletiva, relacionados com "*hábitos comunitários*" que permitiram desenvolver uma interação e uma regulação na comunidade que levaram à autossuficiência da mesma.

Mais do que cada um por si, foram necessárias a força do coletivo, a cooperação, a entreajuda, a solidariedade, para garantir a sobrevivência e reprodução dos agregados, factos que tiveram repercussões e marcaram profundamente o espaço geográfico onde estas comunidades se instalaram, levando à criação de uma paisagem com características únicas, resultantes do seu processo histórico.

A ocupação histórica de um território pode ser documentada por vestígios arqueológicos e por diversos tipos de património (imóvel, móvel e imaterial), que denunciam a presença sucessiva de diversos povos e culturas nessa região de que resulta um processo multissecular de apropriação do espaço, expresso na sua organização funcional e na implementação de estratégias de exploração do potencial produtivo do meio biogeofísico. Este processo deu origem a uma progressiva transformação e modelação da paisagem, que hoje se apresenta como um património ecossociológico, culturalmente construído (Pedrosa e Pereira, 2009[a], 2009[b]; Pedrosa, 2012).

As paisagens culturais acabam por refletir a aplicação secular de técnicas sustentáveis de uso do solo, adaptadas às características naturais dos territórios que serviram de suporte às comunidades humanas e às atividades antrópicas.

Estas paisagens têm de ser entendidas como construções sócio-ambientais e culturais resultantes de determinados contextos de tempo e de espaço, estando, como tal, em contínua mudança e evolução. Assim, as teses que postulam uma

preservação das paisagens culturais tal qual como as conhecemos evidenciam um modelo conservacionista obsoleto e, como tal, desajustado a uma visão dinâmica dos sistemas ambientais e antrópicos. Entendemos, assim, que é importante pensar a paisagem cultural no seu sentido evolutivo, já que sempre se constituíram organicamente devendo a sua génese e desenvolvimento à interação entre o meio ambiente natural e os fatores condicionantes de ordem social, económica, administrativa cultural e/ou religiosa. Elas podem constituir-se como uma herança cultural do passado, mas terão de ser entendidas como paisagens vivas e dinâmicas que detêm um papel social ativo associado a um modo de vida em evolução, que se mantém arreigado a valores culturais considerados fundamentais pela comunidade (Domingues, 2001; Alves, 2001; Salgueiro, 2001; Pereira e Pedrosa, 2007).

Mais do que repositório de utensílios, o ecomuseu deve tornar-se um foco de polarização de atividades no espaço geográfico em que se insere, em interação com a população local, contribuindo, assim, para a dinamização cultural e socioeconómica destes territórios (Bellaigue, 1989, 1993; Chagas, 2000).

3.2 O ecomuseu como potenciador de desenvolvimento dos territórios faxinais

Defendemos, então, que o ecomuseu dos Faxinais deve contribuir para uma gestão integrada do património cultural; ou seja, deverá assumir a coordenação entre todos os agentes institucionais de base territorial, tais como os municípios, a administração regional e a central, os mecenas, as associações culturais e as instituições científicas, as empresas de serviços e os empreendedores, entidades interessadas em desenvolver atividades dentro da área, preconizando uma planificação estratégica, integradora de planos específicos.

Neste sentido atrevemo-nos a afirmar que o ecomuseu deve coordenar a política do património cultural da área,

> articulando e compatibilizando o património cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e formação, de apoio à criação cultural e de turismo. (Teixeira, 2005)

Desta forma terá um papel importante nas definições de ações estratégicas que contribuirão para o desenvolvimento dos faxinais.

A mobilização da população local na construção deste projeto museológico terá de constituir-se como objetivo primordial, já que o ecomuseu tem de se identificar com a própria comunidade e a sua relação com o território; terá de ser traduzida num modelo de ocupação determinado pelas características identitárias da paisagem cultural. Os faxinais terão de entender o projeto para o qual pretendemos a sua participação e, ao mesmo tempo, terão de ser eles próprios a mobilizarem-se, de modo a encarar a sua participação como uma condição fundamental de salvaguarda de todo o acervo ecomuseológico do qual

fazem parte. Do grau da sua participação e envolvência irá resultar a vitalidade e a capacidade de o projeto se autossustentar.

Decorrerão, certamente, novos desafios – cuja finalidade será uma maior qualificação da população e, como tal, a melhoria do seu nível de vida –, resultantes da viabilização de atividades do foro económico de que derivará também a sustentabilidade do seu território.

O envolvimento da população deve processar-se a diversos níveis e pode ser extremamente diversificado. Por exemplo, as funções elementares de conservação do acervo e de interpretação do seu espaço devem extravasar as próprias paredes do Ecomuseu, estimulando uma atitude participativa nas pessoas e nas instituições locais e despoletando nelas o sentido de pertença ao território. Daqui podem resultar vários tipos de ações como, por exemplo, promover a articulação Património/Educação de forma a estimular o envolvimento e a participação dos cidadãos na preservação dos seus bens patrimoniais e culturais. O património e a cultura devem assumir-se como os elementos formativos e os instrumentos privilegiados de diálogo com o meio, facto que implica reforçar e solicitar o interesse público, desde a idade escolar, para a importância da herança patrimonial e cultural, de forma a estabelecer uma forte e eficaz ligação entre Escola, Património e Meio Ambiente.

Uma outra perspetiva que pode levar ao envolvimento da população passa pela promoção de ações formativas com vista à valorização de recursos humanos no âmbito de áreas tradicionais cujas profissões poderão estar em extinção mas que poderão ser recuperadas, nomeadamente: *i)* formação de indivíduos nas técnicas de execução de diversas formas de artesanato, fomentando a própria inovação, particularmente a nível de *design*; *ii)* formação no âmbito gastronómico de forma a preservar os produtos, os sabores e saberes tradicionais, ao mesmo tempo que se promove a inovação, permitindo, assim, uma profissionalização no campo da restauração e atendimento de públicos diversos; *iii)* formação profissional no âmbito de novas profissões relacionadas, por exemplo, com o uso de novas tecnologias e sua rentabilização no contexto do ecomuseu, ou de profissionais para o apoio em diversas atividades turísticas.

A participação da população local nas diversas atividades que o ecomuseu pode organizar e/ou coordenar é um dos modos de promover a cidadania de modo a quebrar as inércias instaladas, principalmente quando coincidem com territórios económica e socialmente deprimidos. Pode ser uma das formas de rentabilizar as forças dinâmicas da região, contribuindo para uma maior coesão social do território onde se insere o ecomuseu, criando espaços de forte autonomia e ampliando capacidades individuais e coletivas que permitam o desenvolvimento de estratégias de reforço da autoestima das populações.

Só com uma forte participação e interação com a população se pode promover e consolidar a articulação Património/Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, visando alargar e diversificar o acesso ao património, levando de

uma forma coordenada o fomento de aproveitamentos alternativos que contribuam também para a sua sustentabilidade. Só desta forma se está a contribuir, numa perspetiva futura, para a diversificação da base económica do espaço geográfico do ecomuseu e para a promoção do conhecimento e dos valores culturais.

Conclusão

Para concluir, podemos deixar ficar como ideia-chave o carácter multidimensional do Ecomuseu, que lhe confere uma natureza exemplar em termos das relações entre produtos tradicionais, patrimónios, valores culturais e desenvolvimento, permitindo-lhe assumir um papel motor de diferentes componentes da realidade da região em que se insere e gerindo a diversidade de recursos e de atividades que aí interagem: recursos naturais, recursos culturais, património edificado e habitat, saberes-fazer tradicionais, capacidades de inovação, atividades a promover e serviços a prestar.

O Ecomuseu que se propõe para os faxinais deve assumir-se como um espaço de: *i)* valorização de recursos e património; *ii)* representação de identidade territorial e cultural; *iii)* formação, investigação e experimentação; *iv)* concertação e cooperação interinstitucional; *v)* participação e cidadania; *vi)* inovação e mobilização de novas atividades (Babo e Guerra, 2005).

Tomando por princípios básicos aqueles traçados no Quebeque em 1984, e tendo como premissa a ideia do museu integral, propomos um conceito de "*museologia social*", ou seja, um museu aberto às sociedades humanas e às relações com o real (Soares e Scheiner, 2009; Scheiner, 2012).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno *et al.* (2008), *Faxinalenses no Setor Sul – Paraná. Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil*. Série: Faxinalenses do Sul do Brasil. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA Edições, 2008. [*Online*] Disponível em: http://www.novacartografiasocial.com. Acessado em: 15/12/2012.

ALMEIDA, A. W. B. *et al.* (2009), *Terras de Faxinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, O direito dos povos faxinais: 17-28.

ALMEIDA, A. W. B. *et al.* (2011), *Faxinalenses do Núcleo Metropolitano Sul de Curitiba. Manaus,* série: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA Edições. [*Online*] Disponível em: http://www.novacartografiasocial.com. Acessado em: 15/12/2012.

ALMEIDA, A. W. B.; SOUZA, Roberto M. (orgs.) (2009), *Terras de Faxinais*. Coleção "Tradição & Ordenamento Jurídico", Projeto Nova Cartografia Social. Vol. 4, UEA.

ALVES, Teresa (2001), "A Paisagem – Em busca do lugar perdido", *Finisterra*, XXXVI, 72: 67-74.

BABO, Elisa; GUERRA, Paula (2005), "As relações paradigmáticas entre património e desenvolvimento: o caso do Ecomuseu do Barroso", *Actas dos Encontros Alcultur - Faro.* [*Online*] Disponível em: http://hdl.handle.net/10216/53702_[Acessado em setembro de 2012]

BARBUY, Heloísa (1995), *A Exposição Universal de 1889: visão e representação na sociedade industrial*. São Paulo, Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

BELLAIGUE, Mathide (1989), "Georges Henri Riviere et Ia genese de l'écomusée de Ia Communauté Le Creusot-Montceau-les-Mines", *La Museologie selon Georges Henri Riviere*. Paris: Bordas/ Dunod: 164-165.

BELLAIGUE, Mathide (1993), "Uma nova visão do passado", *Memória*. São Paulo, ano V; n. 19, jul.-ago.: 74-77.

BÉRARD, Laurence; MARCHENAY, Philippe (2004), *Les Produits de terroir – Entre culture et règlements*. Paris :CNRS Éditions.

CHAGAS, Mário (2000), "Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus", *Simpósio Museologia e Desenvolvimento Sustentável na América Latina e Caribe. ICOFOM LAM*, Santa Cruz, RJ, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM: 12-17.

CHANG, Man Yu (1988), *Sistema Faxinal: Uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná*. Londrina, IAPAR, (Boletim técnico, 22).

DIEGUES, Antônio Carlos; VIANA, Virgílio M. (orgs.) (2004), *Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica*. 2.ª ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC.

DOMINGUES, Álvaro (2001), "A Paisagem Revisitada", *Finisterra*, XXXVI, 72: 55-66.

DOMINGUES, Zilna H. (1999), *Hierarquização dos faxinais inscritos no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Uso Especial, visando ao ICMS ecológico*. Curitiba, Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

FERREIRA, Patrícia (2008), *Estudo sobre os Faxinais Lageado de Baixo e Lageado dos Mello – pr: a construção de conhecimento a partir da ecologia social como subsídio para um projeto de turismo comunitário*, (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, Ponta Grossa.

FLORIANI, Nicolas *et al*., (2011), "Modelos híbridos de agricultura em um faxinal paranaense: confluência de imaginários e de saberes sobre paisagens", *Revista Geografia*, Rio Claro, v. 36, n. 2: 221-436.

GAZETA DO POVO (2009), "Faxinais em risco de extinção" [*Online*] disponível em: http://tinyurl.com/mafdpxv [consultado em [22/01/2013].

GRZEBIELUKA, Douglas; LÖWEN SAHR, C. Luiza (2009), "Comunidades de faxinal e suas dinâmicas sócio-espaciais: da formação à desagregação de uma tradição no município de Tibagi (PR) – Um estudo sobre o faxinal dos empoçados", *Revista Geografar* www.ser.ufpr.br/geografar . Curitiba, jan./jun., v. 4, n. 1: 34-58.

GUBERT FILHO, Francisco (1987), "O Faxinal: Estudo preliminar", *Revista de Direito Agrário e Meio Ambiente* (Curitiba), v. 2, n. 2: 32-40.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, "Faxinais regulamentados" [*Online*] disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=770 [consultado em [22/01/2013].

JORGE, Vítor Oliveira (2005), "Património, neurose contemporânea? Alguns apontamentos sobre o papel da memória colectiva na Idade da Fragmentação", *in* Jorge, Vítor Oliveira (coord.), *Preservar para quê?* 8.ª Mesa Redonda de Primavera, FLUP. Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, FCT, Porto-Coimbra: 13-25.

LOPES, Ignez V. *et al*. (2002), *Gestão ambiental no Brasil*: *experiência e sucesso*. 5.ª ed. Rio de Janeiro: FGU.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza (2006), "O pré-Moderno na Pós-Modernidade: refletindo sobre as comunidades de Faxinais da Floresta com Araucária do Paraná", *XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2006, Rio de Janeiro. Anais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. v. 1: 1- 25.

LÖWEN SAHR, C. L. (2007), "O Pré-Moderno na Pós-Modernidade: refletindo sobre as comunidades de Faxinais da Floresta com Araucária do Paraná", *in* Gláucio José Marafon; João

Rua; Miguel Ângelo Ribeiro, *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: Eduerg: 207-223.

LÖWEN SAHR, C. L.; CUNHA, Luiz A. Gonçalves (2005), "O significado social e ecológico dos Faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária no Paraná", *Revista Emancipação*, Ponta Grossa, v. 5, n. 1: 89-104.

LÖWEN SAHR, C. L.; IEGELSKI, Francine (2003), *O Sistema Faxinal no Município de Ponta Grossa: diretrizes para a preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das identidades das comunidades e dos espaços faxinalenses*. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (Relatório Técnico).

MARQUES, Cláudio Luiz G. (2004), *Levantamento Preliminar sobre o Sistema Faxinal*: Relatório Final. Curitiba: IAP – PR.

MARTINS, Maria Terezinha Resende (2005), *Ações dos ecomuseus para a proteção ambiental: o caso Ecomuseu do Cerrado*, Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão Ambiental. Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal.

MATTOS, Yara (2006), "Ecomuseu, Desenvolvimento Social e Turismo", *Quarteirão*. Rio de Janeiro, RJ, 01 jul.: 6-7.

MATTOS, Y. (2007), "Museus e o Sentido Universal do Patrimônio", *Revista Museu, On Line*,, 18 maio: 1-3.

MATTOS, Y. (2011) , "Memória, Comunidade, Identidade", *Revista Museu, mídia eletrônica*, 18 maio: 1-3.

NERONE, Magdalena (2000), *Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950 -1997*. Assis, Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista.

NORA, Pierre (1984), *Mémoire et histoire – La problematique des lieux*. Les lieux de mémoire. vol. I. La Republique. Paris, Gallimard.

OLIVEIRA, Dircéia Antunes (2008), "Faxinais no Município de Prudentópolis – PR: Perspectivas Históricas", *V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina*, Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil. [*Online*] Disponível em: http://tinyurl.com/jvszzjf [Acessado em: 27/03/2013]

ONU (1972), *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris: Décima sétima sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura.

PEDROSA, António de Sousa (2012), "Montanha – Um espaço natural historicamente construído: o exemplo das montanhas do Noroeste de Portugal", *Anais 2.º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto*, UFMG, Belo Horizonte.

PEDROSA, A. S. (2013), "As Montanhas do Noroeste de Portugal: Uma Paisagem Cultural", *Cosmos* (Presidente Prudente), v. 6: 7-67.

PEDROSA, A. S.; BARBOSA, Tulio (2012), "O Ecomuseu como elemento estratégico para o desenvolvimento local-regional e agente definidor de geoestratégias de sustentabilidade dos territórios", *Anais/XXI encontro Nacional de Geografia Agrária. "Territórios em Disputa": Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, Eixo 9 – Comunidades, Povos Tradicionais e Sustentabilidade*. UFU: Uberlândia.

PEDROSA, A. S.; PEREIRA, Andreia (2008), "A Geografia e as Novas Estratégias de Desenvolvimento de Territórios Periféricos", *Geografia. Ensino & Pesquisa* (Anais do V Seminário Latino-Americano e I Ibero-Americano de Geografia Física – "Aproximando experiências para a sustentabilidade de um ambiente globalizado"), Eixo 2, 12 (1): 151-178.

PEDROSA, A. S.; PEREIRA, A. (2009[a]), *Synergies between the Cultural Landscape and the Developmente of "Alto Barroso" Region: Linking multifunctional farming, traditional products and tourism offer,* European Culture Expessed in Agricultural Landscape. Cambridge, Universidade de Cambridge.

PEDROSA, A. S.; PEREIRA, A. (2009[b]), "Touring cultural e paisagístico no Alto Barroso: uma proposta integradora de patrimónios pela compreensão holística do território", *II Jornadas Internacionais de turismo: Dinâmicas de rede no Turismo Cultural e Religioso*. CEDTUR, Maia, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez.

PEDROSA, A. S.; PEREIRA, A. (2012), "A paisagem cultural como linha de concepção de uma rota turística: o exemplo do Alto Barroso – Norte de Portugal", *Revista Geonorte*, Edição Especial, V. 2, N. 4: 46-59.

PEREIRA, A.; PEDROSA, A. S. (2007), "Paisagem cultural das montanhas do Noroeste de Portugal: Um ciclo de construção, desestruturação e reconversão", *Territorium*, n.º 14: 45-61.

PEREIRA, A.; PEDROSA, A. S. (2010), "Alto Barroso region: placing cultural landscape at the core of the sense of place and at the centre of the economic strategy", *2nd Moravian Conference on Rural Research EURORURAL '10 – European Countryside under Globalization*. Brno, Czech Republic: Mendel University of Agriculture and Forestry Brno, Faculty of Agronomy, Department of Applied and Landscape Ecologyque.

PEREIRA, A. (2012), "Será o património geomorfológico uma inusitada âncora do touring cultural e paisagístico?", *Actas do IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais (IX CIER) "(I)Mobilidades e (Des)Envolvimentos: o Rural Desafiado*", Lisboa.

PEREIRO, Xerardo (2006), "Património cultural: o casamento entre património e cultura", *ADRA* n.º 2: 23-41.

RODRÍGUEZ BECERRA, Salvador (1997), "Patrimonio cultural, patrimonio antropológico y museos de antropologia", *Boletín del Instituto Andaluz del Patimonio Histórico*, n.º 21: 42-52.

SALGUEIRO, Teresa Barata (2001), "Paisagem e Geografia", *Finisterra*, XXXVI, 72: 37-53.

SANTOS, Myrian S. dos (2005), "Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande", *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12 (suplemento): 381-400.

SANTOS, Maria Célia T. Moura (1996), *Processo museológico e educação: construindo um museu didático-comunitário*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, (Cadernos de sociomuseologia).

SAUT, François (2001), *Écomusées et musées de société au service du développement local, utopie ou réalité?* nº 3, collection Jeunes auteurs.

SCHEINER, Tereza C. M .(2012), "Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas", *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 7: 15-30.

SCHUSTER, Wladimir T.; LÖWEN SAHR, C. L. (2009), "*O Faxinal do presente e o Faxinal do passado: evolução do uso da terra no faxinal Saudade Santa Anita – Turvo (*PR)", *XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*, São Paulo, [*Online*] Disponível em: http://tinyurl.com/pqmorrt. [Acessado em 27/03/2013].

SHIRAISHI NETO Joaquim (2009), "O Direito dos povos faxinais: As interpretações e as interpretações jurídicas", *in* Alfredo Almeida e Roberto Souza (orgs.), *Terras de Faxinais*, Coleção Tradição & Ordenamento Jurídico, "Projeto Nova Cartografia Social". Volume 4: 17-28.

SOARES, Bruno C. B.; SCHEINER, T. C. M. (2009), "A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios 'comuns': um ensaio sobre a casa", *X ENANCIB, 2009, João Pessoa. Anais do X ENANCIB*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba / ANCIB, v. 1.

STOFFLE, Richard (2000), "Cultural Heritage and Resources", *in* L. R. Goldman (ed.), *Social Impact Analysis. An Applied Anthropology Manual*. Oxford, Berg: 191-132.

TAVARES, Luis A. (2008), *Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum*. São Paulo: PPG-FFLCH-USP (Tese de Doutorado em Geografia). [*Online*] Disponível em: http://tinyurl.com/kws52gd. [Acessado em 22/01/2013].

TEIXEIRA, David J. V. (2005), *O Ecomuseu de Barroso. A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local*. Braga: Tese de mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

THOMPSON, Edward P. (1998), *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.

THOMPSON, E. P. (2001), *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp.

TOLEDO, Ilma A. (2008), "Representações e práticas culturais do sistema faxinal", *in* H. Sochodolak; J. A. Campigoto, *Estudos em história cultural na região sul do Paraná*. Guarapuava: Unicentro: 117-150.

TOLEDO, Ilma Aparecida de; CAMPIGOTO José Adilçon (2010), "A cultura no sistema faxinal – Comunidade de Marmeleiro de Baixo, Rebouças/PR", *Revista Tempo, Espaço e Linguagem* (TEL), v. 1, n. 3, set./dez: 71-91.

VECCO, Marilena (2007), *L'evoluzione del concetto di patrimonio culturale*, Volume 153 de Economia e management della cultura e delle arti, Documenti e ricerche // ICARE, International center for art economics, FrancoAngeli.

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 99-111

Ecoaldeias: práticas de cuidado a nível global e local

Cristiana Vale Pires*
Antónia Lima**

Resumo: Os processos de globalização, a evolução dos sistemas comunicacionais e informacionais e as atuais crises (ambiental, económica e política) têm motivado algumas pessoas a refletir e construir diferentes organizações sociais e estilos de vida. Neste artigo é apresentado o movimento social das ecoaldeias, explorando as suas dimensões globais, através do Global Ecovillage Network, e locais, através das práticas de Tamera e Los Angeles Ecovillage. A partir da descrição de ambas as dimensões deste movimento social, argumenta-se que o *cuidado* é transversal ao *design* e experimentação na construção de modelos de vida alternativos para si e para o mundo, sendo portanto um fator de sustentabilidade.

Palavras-chave: Globalizações, movimentos sociais, ambientalismo, cuidado.

Introdução

O movimento social das ecoaldeias tem-se expandido um pouco por todo o mundo, principalmente num contexto de crise(s) em que as pessoas procuram alternativas profissionais, de autossuficiência ou de intervenção política.

Este artigo procura refletir de que forma o movimento se estrutura em termos globais e locais e também as práticas de cuidado propostas num cenário de crise económica, social, política e ambiental. Baseia-se num estudo exploratório realizado entre 2010 e 2012, que se materializou na tese de Mestrado em Antropologia "Ecoaldeias: construindo alternativas" (Vale Pires, 2012), e integra o projeto "O cuidado como fator de sustentabilidade"[1]. Este movimento social foi analisado tendo como casos empíricos de referência o Global Ecovillage Network e as ecoaldeias Tamera e Los Angeles Ecovillage.

* Doutoranda de Antropologia no ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa e investigadora no CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia (cris.vpires@gmail.com).
** Professora auxiliar no Departamento de Antropologia no ISCTE-IUL e investigadora no CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia (antonia.lima@iscte.pt).
[1] FCT PTDC/CS-ANT/117259/2010 IR Antónia Lima.

configurações 11 novo.indb 99 10-01-2014 11:24:57

1. Definindo ecoaldeias

A história demonstra que o impulso para viver em comunidade é ancestral e comum a várias culturas e religiões. O ímpeto para viver em ecoaldeias não se define pelas formas tradicionais de pertença a grupos (por exemplo, parentesco ou etnia), mas pela partilha de valores e de uma missão, pelo que estes coletivos podem ser integrados no que Metcalf (1995) designa de *comunidades intencionais*.

> As ecoaldeias são comunidades rurais ou urbanas de pessoas que lutam para integrar um ambiente social de apoio com um estilo de vida de baixo impacto. Para conseguir isto, elas integram vários aspetos de design ecológico, permacultura, construção ecológica, produção verde, energia alternativa, práticas de construção de comunidade, e muito mais. (GEN, 2012)

Este conceito foi criado no início dos anos 90 pela fundação Gaia Trust[2] e motivou a criação de redes internacionais como o Global Ecovillage Network (GEN). Para Dawson (2010), apesar de haver uma grande diversidade no interior da família das ecoaldeias, é possível ressaltar como pilares comuns: o impulso comunitário, a iniciativa cidadã de resistência e ação, a partilha de valores, de investigação e de formação. Pelo seu carácter experimental, este projeto utiliza os avanços técnicos, científicos e informacionais de forma criativa, construtiva e sustentável, pelo que seria redutor conceptualizá-lo como um movimento *back to the roots*.

As ecoaldeias são comunidades imaginadas (Anderson, 1993), que se constroem a partir de símbolos, práticas, valores e ideias sobre o que é uma sociedade coesa, justa e sustentável. Neste sentido, mesmo que diferentes ecoaldeias proponham diferentes soluções em distintos locais, há um sentido de pertença e uma identidade partilhada interpares.

As ecoaldeias produzem localidade espacial e social: fornecem cenários para a ação humana e para a produção de novos contextos (materiais, sociais e imaginativos) fruto de contingências históricas, ambientais e imaginativas (Gupta e Fergunson, 1997). Para Kirby (2001), elas são criadas por pessoas diferentes que partilham um sentimento de descondicionamento e alienação com as sociedades convencionais e pretendem desenvolver um outro tipo de relação com os outros e com a natureza.

Em 1998 as Nações Unidas incorporaram o conceito de ecoaldeias no Programa para o Desenvolvimento Comunitário Sustentável (SCDP), sendo este projeto posteriormente nomeado oficialmente na lista da ONU como uma das cem melhores práticas e modelos excelentes de vida para o desenvolvimento sustentável (Costa, s/a). Atualmente existem mais de quinze mil comunidades sustentáveis, sendo cerca de 1500 ecoaldeias. Algumas delas foram mesmo nomeadas como património da humanidade pela UNESCO.

[2] Associação dinamarquesa fundada em 1987 para apoiar a transição para um futuro mais sustentável através de subsídios e iniciativas proativas. Mais informações em: www.gaia.org .

2. A emergência das ecoaldeias num contexto de globalizações

As perspetivas teóricas de Antropologia da Globalização são relevantes para a análise do movimento social das ecoaldeias. Ao enfatizarem a articulação entre o global e o local e a agencialidade humana, opõem-se às perspetivas homogeneizantes, considerando, *ao invés,* a forma variável e diversa como os sujeitos medeiam os processos de globalização (Inda e Rosaldo, 2002). A globalização é um fenómeno multifacetado em que as dimensões económicas, sociais, políticas, ambientais, culturais e religiosas se interligam de forma complexa através de fluxos de pessoas, capitais, ideias, imagens, etc. (Appadurai, 2004). Sousa Santos (2006), por sua vez, define diferentes tipos de globalizações tendo como base o conceito de poder.

Para Negri e Hardt (2000), a globalização hegemónica remete para o sistema neoliberal e seus ideais de desenvolvimento, progresso, modernidade, consumismo. Este paradigma enfatiza o individual em detrimento do coletivo e "politiza" a economia e o consumo através da acumulação de poderes e bens e da privatização da propriedade pública (*idem*). Pode ainda traduzir-se em consequências de alto risco: destruição ambiental, crise económica, armas nucleares, desigualdades sociais, crescimento de super-Estados totalitários (Giddens, 1992), pelo que se torna necessário "(...) identificar oportunidades para a mudança dentro da sociedade – mudanças nos valores, nos estilos de vida, nas estruturas sociais – que nos irão libertar da danosa lógica social do consumismo" (idem: 65).

Liftin (2009) considera as ecoaldeias um movimento pós-modernista construtivo que enfatiza o organismo e os sistemas, em reação à visão atomista e mecânica do modernismo.

> Combinando um ambiente social de apoio com um estilo de vida de baixo impacto, as ecoaldeias estão conscientemente a procurar criar novas formas de viver que transcendem as dicotomias da modernidade rural vs. urbano, privado vs. público, cultura vs. Natureza, local vs. global, expert vs. leigo, riqueza vs. pobreza, corpo vs. Mente. (Liftin, 2009: 127)

Um dos objetivos centrais das ecoaldeias é criar e experimentar formas de vida ambientalmente sustentáveis. Para Ingold (2002), o ambiente é um conceito relativo que tem existência e se desenvolve de forma contínua e construtiva com o sujeito e à sua volta. A dimensão ambiental está relacionada com dimensões políticas e económicas, pelo que, para além de questões técnicas, o discurso sobre o ambiente incorpora questões morais que moldam as narrativas e as práticas acerca do que é ser sustentável. "O ambiente está a tornar-se a questão política da nossa era, em que têm vindo a emergir novas formas de moralidade, sociabilidade e governança" (Leach e Fairhead, 2012: 275). Este discurso moralista tem implícitas narrativas sobre colapso ecológico e salvação pela redenção (mudança de relação com o meio ambiente), pelo que muitas

vezes o ambientalismo se configura não apenas como uma causa mas também como uma religião (Garreau, 2010).

3. Ecoaldeias – do global ao local

GEN – A comunidade de comunidades

O estudo exploratório realizado com o GEN baseou-se na observação participativa, durante a sua conferência "*Strategies for Resilience*", realizada na ecoaldeia Tamera em 2011, numa entrevista semiestruturada à presidente do movimento e na observação *online* através de uma *mailing list*, em que residentes de várias ecoaldeias discutem temas e preocupações comuns.

O GEN é uma plataforma transnacional de ecoaldeias que visa "apoiar a criação experimental e preservação de estilos de vida de baixo impacto a nível global" e "promover o diálogo e a troca, construir solidariedade e parcerias em todas as fronteiras", para "a emergência de uma fonte de sabedoria diversa mas globalmente compartilhada para uma vida sustentável" (GEN, 2012). De acordo com Macaco Tamerice[3], "o GEN cria o sentimento de se fazer parte do mesmo movimento e oferece a possibilidade de partilhar práticas, sabedorias, conhecimentos sobre permacultura, energia renovável, mas também a consciência de que juntos podemos fazer mais".

Para além de agir como uma base de dados, o GEN promove vários *workshops*, conferências de partilha de experiências e conhecimentos e iniciativas de *advocacy* com decisores políticos que visam validar as ecoaldeias enquanto alternativa viável. A este respeito, Macaco Tamerice considera que "as ecoaldeias estão muito mais vocacionadas para ser, sentir, viver do que para tentar influenciar o mundo exterior. Este é o nosso maior desafio, como é que podemos mudar a nossa imagem para comunicar com o mundo exterior sem perder a nossa identidade".

Como se poderá perceber pela descrição de dois exemplos locais, apesar da filosofia e missão partilhadas, cada ecoaldeia tem a sua própria idiossincrasia, atendendo à visão dos seus fundadores e aos contextos em que emergem.

Tamera – Biótipo de Cura

Tamera é uma ecoaldeia situada no Alentejo e que surge com o objetivo de criar "um modelo para o futuro" (Dregger, 2010).

> Considerando as atuais condições do mundo, não é possível ver uma perspetiva convincente para a convivência não violenta no nosso planeta. Para criar condições favoráveis, terão de surgir centros nos quais será possível pensar e

[3] Presidente do GEN e residente na ecoaldeia Damanhur, entrevista realizada durante a conferência do GEN em Tamera.

> desenvolver exemplos práticos sobre a convivência não violenta do ser humano com todas as cocriaturas. Tamera existe para apoiar o surgimento desses centros. (Dieter Duhm, in Dregger, 2010: 10)

Tamera foi fundada em 1995 no sudoeste de Portugal e ocupa 134 ha num terreno árido no distrito de Beja. Tem como objetivo ser um modelo de futuro ecologicamente sustentável, autossuficiente e descentralizado a nível regional e social. Neste sentido, investiga temas relacionados com o ambiente, a organização social não hierarquizada e o relacionamento interpessoal e afetivo. Dependendo da fase do ano, residem em Tamera cerca duzentas pessoas, entre as quais residentes, estudantes e visitantes. Há uma grande variabilidade cultural em Tamera: 35 nacionalidades, sendo prevalente a nacionalidade alemã.

A etnografia realizada em Tamera decorreu em três períodos de observação participante: um dia aberto a visitantes em 2010, estadia de uma semana durante a conferência do GEN em 2012 e estadia durante uma semana em março de 2012.

O trabalho político em Tamera está fortemente relacionado com a espiritualidade, promovendo peregrinações e meditações para a criação de um "campo morfogenético pela paz"[4]. Barbara Kovats[5] referiu que havia o plano de construir vários Biótipos de Cura (Tamera é o Biótipo I), que funcionariam como agulhas de acupunctura para curar a Terra. Por esse motivo, Tamera presta apoio a situações de crise, como é o caso da comunidade San José de Apartado na Colômbia, fortemente pressionada pelo narcotráfico, e promove a criação de centros de paz em Israel/Palestina.

Para legalizar os sistemas estruturais e financeiros, foi necessário criar o ILOS – Peace Research Ltd., uma cooperativa gerida por todos os residentes, proprietária de Tamera e que reinveste os seus lucros nos projetos comunitários. O ILOS divide-se em dois subgrupos: a Associação para um Mundo Humanitário e a Associação G.R.A.C.E (Grupo para a Reconciliação em Áreas de Crise e Educação). A primeira associação inclui as áreas de organização, logística e investigação, e a G.R.A.C.E é responsável pela educação e cursos.

Em termos económicos, Tamera não é autónoma. O dinheiro é necessário para a concretização dos projetos e atividades, e deriva das rendas, cursos e donativos. Neste sentido, para residir em Tamera, é preciso investimento em termos de tempo e dinheiro, pois implica participar em cursos de formação, trabalho voluntário, visitas e estadias mais ou menos prolongadas. Portanto, os residentes ou são de classe média-alta ou têm trabalhos sazonais fora da ecoaldeia para suportar a renda (10€/dia), sendo a maior parte oriundos do Norte da Europa.

[4] Sistema holístico de informação e comunicação para despertar a memória coletiva das sociedades humanas, promovendo a substituição de hábitos antigos (guerra, competição) por outros mais adaptativos (paz, cooperação).

[5] Residente em Tamera desde o início do projeto, Coordenadora da Aldeia Solar.

Em Tamera, há interações com as populações locais.

> Tamera está a desenvolver um modelo para uma autonomia regional de géneros alimentares em cooperação com vizinhos, proprietários de cultivo biológico e pequenos produtores do Alentejo, criando uma rede de distribuição de produtos alimentares regionais (…). Desta forma as comunidades e aldeias podem tornar-se economicamente independentes. (Dregger, 2010: 41)

Em termos práticos, esta ecoaldeia é constituída por microcomunidades, cada uma a trabalhar determinados temas/projetos. Assim há a Aldeia Solar (tecnologia e ecologia), Aldeia da Luz (arte, medicina tradicional, a mulher), Espaço das Crianças (educação alternativa e crianças em comunidade), Campus Global (zona de estudantes e visitantes), Ashram Político e Instituto para a Paz Global (política e ativismo). Cada zona tem as suas próprias estruturas comunitárias físicas (por exemplo, cozinhas e casa de banho) e sociais (fóruns, reuniões). Os residentes distribuem-se pelas várias zonas em função das suas competências e preferências.

Os projetos de ecologia trabalham temas como a água, o solo, a reflorestação, a reserva de sementes, a criação de paisagens comestíveis, a vivência em paz entre o homem e a natureza. A água é um tema central em Tamera, sendo venerada a nível espiritual e incorporada nos projetos políticos. A paisagem aquática de Tamera é constituída por um conjunto de lagos (reservatórios de água da chuva), construídos seguindo os princípios de permacultura, que permitem suprir as necessidades de água e criar condições para a "cura" da terra. No Campo Experimental da Aldeia Solar são testadas instalações solares descentralizadas que produzem energia térmica, elétrica e mecânica. Outra área de interesse é a *bioconstrução* através de materiais naturais e técnicas tradicionais do Alentejo.

O amor, a sexualidade e a relação são considerados questões políticas, visto que o ciúme, a competição e o medo de perda se aplicam também à relação com a Natureza. Neste sentido, enfatiza-se o "amor livre": amor sem ciúmes, sexualidade sem medos, verdade e fidelidade que se mantém mesmo se houver amor e desejo por outros. Esta política de desapego aplica-se também à educação das crianças. O Espaço das Crianças é constituído por vinte crianças, dos 0-14 anos (residentes em Tamera ou na vizinhança), e representa um espaço de segurança e confiança protegido das expectativas dos adultos.

A espiritualidade assume um papel fundamental, funcionando como o "cimento" que "sacraliza" todo o projeto. O "*coração de Tamera*" é representado por um círculo de pedras idealizado por Sabine Lichtenfels e inspirado no Cromeleque dos Almendres.

Os processos de decisão, ao nível das equipas e áreas, baseiam-se em democracia participativa; ao nível da ecoaldeia as decisões são tomadas pelo Conselho da Comunidade – estrutura de decisão representativa, constituída por

líderes e coordenadores de equipa. Para estimular o fortalecimento das relações em comunidade e a transparência na comunicação, usam o Fórum, uma ferramenta social que se baseia na comunicação intergrupal e na escuta ativa de cada participante.

Los Angeles Ecovillage (LAEV) – o modelo urbano

Apesar de a grande maioria das ecoaldeias se construir em ambiente rural, aparecem cada vez mais exemplos da sua aplicação em meio urbano. "O objetivo de uma ecoaldeia urbana é verificar o que pode ser feito localmente para melhorar os locais em que nós já vivemos, de forma a nutrirem o nosso bem-estar social, mental e físico enquanto nos fornecem os recursos para satisfazer as nossas necessidades diárias" (Sizemore, 2004: 16). As ecoaldeias urbanas podem ser um conjunto de casas ou edifícios, casas partilhadas ou um bairro inteiro.

A LAEV está localizada em Los Angeles, uma megacidade caracterizada não apenas pela densidade populacional e suas problemáticas (por exemplo, desigualdades sociais, criminalidade) mas também pela diversidade cultural e pela sua ligação a estilos de vida alternativos e ativismo.

A etnografia realizada em LAEV baseou-se em observação participante durante um mês de residência na ecoaldeia e entrevistas semiestruturadas a alguns residentes.

A LAEV está localizada em *Bimini and White House Place neighborhood*, um bairro multicultural de classe média-baixa, com cerca de quinhentos habitantes. Foi no interior deste bairro que um grupo de quarenta pessoas se organizou intencionalmente para formar a LAEV e experimentar um estilo de vida que visa "resolver estas questões complexas demonstrando uma forma diferente de estar na nossa cidade" (LAEV, 2012). Esta comunidade foi fundada pelo CRSP (*Cooperative Resources and Services Project*), organização educativa e de desenvolvimento comunitário sem fins lucrativos, criada pelos fundadores da LAEV em 1980, que serve de centro de recursos para pequenos bairros e grupos que visam formar comunidades intencionais ou tornar-se sustentáveis.

De acordo com Lois Arkin, 74 anos, fundadora da LAEV, quando o CRSP iniciou a criação da ecoaldeia, os residentes mal se conheciam, temiam-se entre si e não havia atividades comuns no bairro. Assim,

> Os residentes na ecoaldeia pretendem adquirir e demonstrar estilos de vida eficazes e de baixo impacto, para reduzir a necessidade do governo, e para aumentar a autoconfiança do bairro em áreas como subsistência, produção de comida, uso de energia e água, habitação a preço acessível, trânsito, atividades recreativas, redução dos desperdícios e educação. (LAEV, 2012)

O CRSP comprou o edifício com quarenta apartamentos (117 *Bimini Place*) em 1996 e o edifício adjacente com oito apartamentos em 1999 através de um empréstimo cedido pelo seu fundo ecológico de empréstimo rotativo

(ELF – *Ecological Revolving Loan Fund*). Este fundo é conseguido graças a financiadores privados e à renda paga pelos moradores, o que permite manter as propriedades e as rendas baixas. O dinheiro do ELF é gerido coletivamente, mas regra geral destina-se a investimentos como: a eco-reabilitação dos apartamentos do CRSP; a aquisição de novas propriedades para a ecoaldeia e para fornecer capital "semente" para o desenvolvimento de novos negócios verdes dentro da ecoaldeia (LAEV, 2012).

> Os residentes da ecoaldeia estão a demonstrar padrões de vida de baixo impacto enquanto aumentam a qualidade de vida do bairro. Eles trabalham para efetivamente integrar os aspetos sociais, económicos e ecológicos da vida em comunidade. (LAEV, 2012)

Para cumprir este objetivo:

> Temos uma reunião geral todas as semanas, às vezes temos pessoas que vêm cá falar, como ontem o *workshop* de *chicken tractor*… Temos retiros, momentos em que alguém cozinha para todos fazemos compostagem, promovemos a cultura da bicicleta, temos uma cooperativa de produtos biológicos disponível também para quem não vive na comunidade, reciclamos água, a água cinzenta claro. Algumas pessoas são responsáveis pelo banco de tempo, outras estão a participar e a cozinhar para o *Occupy LA,* o *Erik* participa na *Passenger Union* para promover melhores transportes em LA, um outro membro foi o fundador da Ciclovia que é uma via com cinquenta milhas onde podes andar de bicicleta, eu organizo o festival Ecomaia que promove o ambiente e a cultura maia… (Julio Santizo[6])

No que diz respeito às estratégias de comunicação e decisão, a LAEV aplica o processo de "tomada de decisão em consenso" (*consensus decision making)*. Durante uma conversa, Lois Arkin referia que, apesar de as decisões poderem ser mais adaptadas, a negociação das diferenças em prol da unanimidade tem o inconveniente de ser lento e desgastante.

Para residir na ecoaldeia o candidato deve passar por um processo de integração: participar nas atividades da ecoaldeia durante dezoito meses e aceitar os objetivos e regras.

4. O cuidado como fator de sustentabilidade

Na pós-modernidade a motivação para *cuidar* aplica-se também a causas globais, definindo-se "como exercício fáctico da responsabilidade – (...) que se desenvolve em ações concretas, a diferentes níveis institucionais e políticos, dando novos contornos àquilo que constitui a 'democracia', não tanto enquanto regime político, mas quanto a título de imperativo ético" (Borges Duarte, 2011: 44).

[6] Guatemaleco, residente em LAEV há onze anos.

As ecoaldeias enfatizam princípios de ética ambiental, complementando o valor instrumental da Natureza com o seu valor intrínseco. "O primeiro refere-se ao valor das coisas enquanto meios para alcançar fins, enquanto o segundo diz respeito ao valor das coisas enquanto fins elas próprias independentemente se são também meios úteis para outros fins" (Brennan e Yeuk-Sze, 2011).

> As ecoaldeias tentam retomar um contacto e uma troca harmoniosa com a natureza. Fazemos todos parte de Gaia, este planeta. É importante retomar uma relação sem exploração e sem o magoar. Para nós isso significa usar energia renovável, diminuir a nossa pegada em CO2, cultivar de forma orgânica a nossa própria comida, permacultura. (Macaco Tamerice)

A lógica presente nas ecoaldeias reflete uma modernidade técnica e acima de tudo ética que não se reduz à realidade humana mas se abre ao campo mais amplo da Natureza. Cuidar da Natureza é, em última instância, *cuidar do mundo e da espécie humana*. "A natureza é forte e irá resistir, a pergunta é se os humanos conseguirão sobreviver a todas as mudanças que irão ocorrer. Eu sou positiva e acredito que a humanidade vai encontrar soluções" (Macaco Tamerice). Assenta, portanto, na compreensão e na reflexão a respeito do mundo em que vivemos, mas também no compromisso e na responsabilidade de agir para preservar o ser humano e o mundo natural (Bartholo, in Santos Júnior, 2006). Desta forma a sustentabilidade é um conceito que se centra nas pessoas para a conservação da natureza, visto que terá de se melhorar a qualidade de vida humana enquanto se mantêm a vitalidade e a diversidade dos ecossistemas (Jackson, 2009).

A vivência em ecoaldeias facilita este processo, principalmente pelo reforço no comprometimento e pela natureza comunitária e *design,* promotores de estilos de vida mais verdes e sustentáveis.

> Nas ecoaldeias estamos comprometidos em maximizar a nossa pegada positiva e minimizar a pegada negativa nos sistemas naturais. Para isso nós fazemos compostagem para minimizar os nossos desperdícios, devolvendo restos alimentares ao solo e tentamos minimizar o consumo. (Yuki, 2011)

Estas práticas inspiram-se no *design* em *permacultura*. Este conceito foi formalmente definido em 1978, na Austrália, por Bill Mollison e David Holmgren. "Permacultura (cultura permanente) diz respeito a um *design* consciente e à manutenção de ecossistemas agrícolas produtivos que incluem a diversidade, estabilidade e resiliência dos ecossistemas naturais" (Mollison, 1990: xi). Para isso, interliga clima, plantas, animais, ciclos de nutrientes, solo, gestão da água e necessidades humanas em unidades produtivas e eficientes, para trabalhar em cooperação com a Natureza. Relaciona-se com valores e ética voltados para o

ambiente e enfatiza o sentido de responsabilidade de cuidar, reabilitar e criar. As bases éticas da permacultura são: cuidar da Terra, cuidar das pessoas, colocar limites à população e ao consumo. É uma filosofia holística que propõe formas alternativas de gestão social, económica e ambiental, produção de energia, educação e saúde.

Aliada ao *design* em permacultura, as ecoaldeias adotam a "simplicidade voluntária" como filosofia de vida para viver de forma mais sustentável (The Simplicity Forum, 2011). Neste contexto, o conceito de simplicidade não é fácil de definir, pois pode ter múltiplas motivações, formas e expressões (por exemplo, consumir menos, reutilizar). A grande maioria das ecoaldeias aplica práticas como o *slow food*[7], Boicote e *Buycott* que se referem à procura consciente e intencional de produtos e/ou serviços percebidos como social e ambientalmente sustentáveis (Wilson, 2010).

Consumir menos aumenta o bem-estar subjetivo, e as pessoas parecem ser mais felizes (Jackson, 2009), o que contraria as perspetivas que defendem que um comportamento ambientalmente responsável implica autossacrifício. Para Brown e Kasser (2005), o bem-estar pessoal é complementar com o bem-estar planetário, e relaciona-se com um "cultivo" maior dos valores intrínsecos (crescimento pessoal, envolvimento na comunidade) e menor dos valores extrínsecos (sucesso financeiro, popularidade). Neste sentido, experienciam o que Hinton e Goldman (2010) designam por hedonismo alternativo, isto é, fontes satisfatórias e sustentáveis de identidade, criatividade e significado que se encontram fora do mercado convencional. Cuidar de uma horta, andar de bicicleta, reutilizar materiais, para além de satisfazerem algumas necessidades, são atividades de lazer. "Para mim não é só fazer sem, nem a ideia de que temos de sofrer. Andar de bicicleta é divertido e faz-me ver a cidade de uma outra forma, vês pessoas, a vizinhança e ainda por cima é bom para a saúde, para o ambiente, para tudo" (Yuki).

Atualmente, dada a redução do papel do Estado social, o cuidado a partir dos laços comunitários e redes informais pode assumir um importante papel.

> É triste quando o governo apoia o exército contra outros países, quando discrimina, quando corta toda a segurança social que o nosso dinheiro pagou antes. Por isso precisamos de nos organizar em comunidades para ter saúde. (...) Em 2005 tive cancro no cólon e senti como se o céu me caísse na cabeça, mas foi bom porque a comunidade me ajudou com comida, entretenimento, apoio, acompanhando-me ao médico. (Júlio Santizo)

[7] Movimento que articula produtores e consumidores em cadeias de proximidade que apoiem dietas mais saudáveis, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis.

Conclusão

O movimento social das ecoaldeias é constituído por uma grande variabilidade de práticas e projetos, cuja idiossincrasia depende de fatores económicos, sociais, culturais, políticos e ambientais locais. É também composto por espaços transnacionais ou nodais, onde coabitam pessoas de múltiplas nacionalidades, que aliam a procura de um estilo de vida mais simples e comunitário à vontade de contribuir para uma sociedade mais justa, inclusiva e ambientalmente sustentável. Neste sentido são contextos onde os níveis local e global e as motivações individuais e coletivas estão em constante articulação e se potenciam mutuamente.

Através dos exemplos analisados, procuramos argumentar que nas ecoaldeias se desenvolvem e experimentam práticas de *cuidado* para com o ser humano e o meio ambiente. As ecoaldeias assumem-se como laboratórios ou modelos que experimentam possibilidades de superação das crises económicas, sociais e ambientais contemporâneas. Apesar deste seu potencial, e de em algumas áreas, efetivamente, fugirem às lógicas do modelo hegemónico (por exemplo, o consumo), a maior parte das ecoaldeias necessita de financiamento. Este facto coloca em causa o seu princípio de autossuficiência, visto que para se construírem estão dependentes de dinheiro, tornando-as espaços *eco-chic* (ESF, 2011), onde apenas poderá residir, visitar e aprender quem tem disponibilidade económica (Vale Pires, 2012). Por outro lado, e usufruindo das potencialidades das globalizações, as ecoaldeias difundem valores morais sobre o que é um estilo de vida e uma organização social adequada para fazer frente aos desafios da humanidade. Considerando a reflexão de Howell (2003) a respeito da ajuda humanitária a crianças, as ecoaldeias apresentam uma agenda normativa. Agem como missionários que difundem ideias e valores ocidentais sobre o que é ambientalismo, justiça social e paz, sem questionar a "retidão" das suas propostas, apesar de procurarem considerar "a multiplicidade de soluções humanas para questões existenciais cosmologicamente construídas" (idem: 213).

Em jeito de conclusão, e considerando que as ecoaldeias podem não ser "modelos para o futuro" por não representarem a solução possível, desejada ou considerada pela maior parte das pessoas, estruturam-se como "incubadoras" com potencial para ativar um efeito de bola de neve de inspiração e influência para a aquisição e vivência de estilos de vida mais sustentáveis.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict (2005), *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa, Edições 70.

APPADURAI, Arjun (2004), *Dimensões culturais da globalização*, Lisboa, Teorema.

BORGES-DUARTE, Irene (2011), "Responsabilidade: Fundamento Básico da Democracia", *in* Fundação Cuidar o Futuro (org.), *Cuidar a democracia, cuidar o futuro*, Lisboa, FCT: 37-44.

BRENNAN, Andrew e YEUK-SZE, Lo (2011), "Environmental Ethics", in Edward N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Metaphysics Research Lab, CSLI, Stanford University [*online*]. Disponível em: http://plato.stanford.edu/entries/ethics-environmental/ [Consultado em: 22/09/2011].

BROWN, Kirk Warren e KASSER, Tim (2005), "Are Psychological and Ecological Well-being compatible? The role of values, mindfulness, and lifestyle", *Social Indicators Research*, 74: 349-368 [*online*]. Disponível em: http://www.thesimplicityforum.org/ [Consultado em: 13/08/2011].

COSTA, Ricardo André (s/a), "Ecoaldeia, um conceito necessário no panorama das alterações climáticas", Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro [*online*]. Disponível em: http://www.apea.pt/xFiles/scContentDeployer_pt/docs/Doc159.pdf [Consultado em 24/02/2011].

DAWSON, Jonathan (2010), *Ecoaldeias: Novas fronteiras para a sustentabilidade*, Edições Sempre-Em-Pé, Ed. 24.

DREGGER, Leila (2010), *Tamera: Um modelo para o futuro*, Verlag Meiga, Belzig.

EUROPEAN SCIENCE FOUNDATION – ESF (2011), "Call for Papers Conference: Eco-chic Connecting ethical, sustainable and elite consumption" [*online*]. Disponível em: http://www.esa-consumption.org/about.php. [Consultado em 11/12/2011].

GARREAU, Joel (2010), "Environmentalism as Religion", *The New Atlantis: A Journal of Technology and Society*: 61-74.

GIDDENS, Anthony (2002), *As Consequências da Modernidade*, (2.ª Ed.), Oeiras, Celta Editora.

GLOBAL Ecovillage Network [*online*]. Disponível em: http://gen.ecovillage.org/, [Consultado em 18/03/2012].

GUPTA, Akhil e FERGUNSON, James (1997) "Culture, Power, Place: Ethnography at the End of an Era", in Akhil Gupta e James Fergunson (orgs.) *Culture, Power, Place: Explorations in Critical Anthropology*. Durham, Duke University Press: 1-32.

HINTON, Emma D. e GOODMAN, Michael K. (2010) "Sustainable consumption: developments, considerations and new directions", *in* Michael R. Redcliff e Graham Woodgate (org.), *The International Handbook of Environmental Sociology*, 2.ª Ed, Cheltenham, Edward Elgar Publishing Limited: 245-261.

HOWELL, Signe (2003), "The Diffusion of Moral Values in a Global Perspective", *in* Thomas Hylland Eriksen (ed.), *Globalisation: Studies in Anthropology*. Londres: Pluto Press.

INDA, Jonathan Xavier e ROSALDO, Renato (2001), "Introduction: A World in Motion", Jonathan Xavier Inda e Renato Rosaldo (orgs.) *The Anthropology of Globalization: A Reader,* Malden: Blackwell Publishers: 1-34.

INGOLD, Tim (2002), *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*, Londres: Routledge, 13-26: 61-77.

JACKSON, Tim (2009), *Prosperity without growth? The transition to a sustainable economy*, Sustainable Development Commission [*online*]. Disponível em: http://www.sd-commission.org.uk/publications.php?id=914 [Consultado em: 28/01/2012].

KIRBY, Andy (2003), "Redefining social and environmental relations at the ecovillage at Ithaca: a case study", *Journal of Environmental Psychology,* 23: 323-332.

LEACH, Melissa e FAIRHEAD, James (2012), "Environment and Society: Political Ecologies and Moral Futures", Richard Fardon *et al.* (orgs.), *The Sage Handbook of Social Anthropology,* Vol. 2, Thousand Oaks: Sage Publications: 275-285.

LIFTIN, Karen (2009), "Reinventing the future: The global ecovillage movement as a holistic knowledge community", in Gabriela Kütting e Ronnie Lipschutz (orgs.), *Environmental Governance: Power and Knowledge in a local-global world*, Routledge: 124-142.

LOS ANGELES ECOVILLAGE [*Online*]. Disponível em: http://www.laecovillage.org/ [Consultado em 21/01/2012].

METCALF, William James (1995), *From Utopian Dreaming to Communal Reality: cooperative lifestyles in Australia,* Sydney, University of New South Wales Press.

MOLLISON, Bill (1990), *Permaculture – A practical guide for a sustainable future*, Washington, DC: Island Press, 1-69 e 505-558.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael (2000), *Empire*, London, Harvard University Press.

SIZEMORE, Steve (2004), *Urban Eco-villages as an Alternative Model to Revitalizing Urban Neighborhoods: The Eco-village Approach of the Seminary Square/ Price Hill Eco-village of Cincinnati, Ohio*, Dissertação de Mestrado em Community Planning, College of Design, Architecture, Art, and Planning, Division of Research and Advanced Studies of the University of Cincinnati [*online*]. Disponível em: http://etd.ohiolink.edu/view.cgi?acc_num=ucin1085610666 [Consultado em 09/03/2012].

SANTOS JÚNIOR, Severiano José (2006), "Ecovilas e Comunidades Intencionais", comunicação apresentada *em III Encontro das ANPPAS* (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade), 23 a 26 de maio de 2006, Brasília [*online*]. Disponível em: http://tinyurl.com/l2sqs56 [Consultado em: 2/04/2011].

SOUSA SANTOS, Boaventura (2006), "Globalizations", *Theory, Culture & Society*, 23: 2-3 e 393-399.

TAMERA [*online*]. Disponível em: http://www.tamera.org/index.html [Consultado em 15/05/2012].

THE Simplicity Forum [*online*]. Disponível em: http://www.thesimplicityforum.org/ [Consultado em: 13/08/2011].

WILSON, Bradley R. (2010), *Between Market and Movement: The fair trade coffee 'buycott' in the United States and Nicaragua*, Dissertação de Doutoramento, Graduate School-New Brunswick Rutgers, The State University of New Jersey [*online*]. Disponível em: http://mss3.libraries.rutgers.edu/dlr/showfed.php?pid=rutgers-lib:26582 [Consultado em 13/02/2012].

VALE PIRES, Cristiana (2012), *Ecoaldeias: Construindo Alternativas – Estudo exploratório do movimento social das Ecoaldeias através do Global Ecovillage Network, Tamera e Los Angeles Ecovillage*, Dissertação de Mestrado em Antropologia: Globalização, Migrações e Multiculturalismo, Instituto Superior das Ciências e do Trabalho, Universidade de Lisboa.

configurações 11 novo.indb 112 10-01-2014 11:24:57

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 113-127

A importância da educação ambiental no processo de defesa do patrimônio natural e cultural: o caso de Piraí da Serra – Paraná, Brasil

Edina Schimanski[*]
Jasmine Cardozo Moreira[**]
Paulo Rogério Moro[***]

Resumo: O presente texto reflete sobre a importância do desenvolvimento de propostas de educação ambiental na região de Piraí da Serra (estado do Paraná-Brasil) que tenham em consideração práticas transformadoras em defesa do patrimônio natural e cultural do território. A região de Piraí da Serra possui uma paisagem singular e é considerada como área prioritária de conservação, nos chamados Campos Gerais. Apesar de esforços empreendidos no sentido de proteger o patrimônio natural, estudos *in loco* apontam sucessivos processos de degradação daquele território. Neste cenário, propostas de educação ambiental de caráter crítico-pedagógico tornam-se imprescindíveis para a preservação do patrimônio natural e cultural da região.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, educação ambiental, patrimônio, sustentabilidade.

Introdução

A região de Piraí da Serra é constituída por uma paisagem singular e é considerada uma área prioritária no âmbito da conservação na região dos Campos Gerais no estado do Paraná, Brasil. Apesar de esforços empreendidos no sentido de proteger o patrimônio natural, estudos como a Gestão do patrimônio natural dos Campos Gerais (UEPG, 2003) e Caracterização do patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná (Mello *et al*., 2004) apontam sucessivos processos de degradação da área. Neste cenário, propostas de educação ambiental de caráter

[*] PhD em Educação – Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Departamento de Serviço Social (edinaschi@hotmail.com).
[**] Doutora – Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Departamento de Turismo (jasmine@uepg.br).
[***] Mestre em Educação – Professor Assistente da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (paulomoro@uepg.br).

configurações 11 novo.indb 113 10-01-2014 11:24:57

crítico-pedagógico tornam-se necessárias para a preservação do patrimônio natural e cultural da região.

O presente texto reflete sobre a importância do desenvolvimento de propostas de Educação Ambiental nesta região e que tenham em consideração práticas transformadoras em defesa do patrimônio natural e cultural deste território. Os resultados analisados no presente artigo fazem parte de um projeto de educação ambiental que está vinculado a um projeto de maior dimensão denominado "Diagnóstico ambiental de Piraí da Serra visando sustentabilidade regional" da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

Este projeto de maior dimensão, coordenado pelo Professor Dr. Mário Sérgio de Melo, foi financiado pela Fundação Araucária (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná) e foi desenvolvido entre 2008 e 2010. Contou com uma equipa multidisciplinar composta por dezesseis professores pesquisadores de diferentes áreas de atuação (*e.g.*, agricultura sustentável, arqueologia, botânica, ciências sociais, ecologia da paisagem, economia, educação ambiental, geologia regional, geologia sedimentar, geomorfologia e sedimentologia, geoprocessamento, história, petrografia, turismo ecológico e zoologia) e de várias universidades brasileiras. Além das várias universidades, também o Museu Paranaense foi uma das instituições envolvidas no projeto.

O resultado do trabalho desenvolvido pela equipa de Educação Ambiental apresenta na primeira parte do texto uma breve discussão sobre a educação ambiental como instrumento pedagógico de defesa do patrimônio natural e cultural. Serão aqui apresentadas duas vertentes principais relacionadas com os conceitos paradigmáticos da educação ambiental: a vertente conservadora e a vertente crítico-emancipatória. É enfatizada a vertente crítica como opção metodológica imperativa na análise das questões ambientais, sobretudo nas que estão relacionadas com o objeto de pesquisa do presente trabalho: a defesa do patrimônio natural e cultural de Piraí da Serra. A seguir é feita a caracterização da região de Piraí da Serra e a sua relação com a necessidade de uma educação ambiental crítica. Serão mostrados, portanto, o ponto de partida da ação e a problemática de intervenção, bem como a importância de estratégias pedagógicas que levem em consideração a realidade local e ainda o envolvimento da população, sobretudo a relacionada com a esfera educacional, a saber, as escolas da região. Na terceira parte são abordadas as diferentes metodologias de ação que foram desenvolvidas pela equipa e que estão relacionadas com a prática de educação ambiental feitas na comunidade, apresentando os seus avanços e as suas limitações. Após analisados os resultados obtidos pelo grupo de trabalho, apresenta-se a proposta de desenvolvimento de práticas ambientais críticas e emancipatórias.

configurações 11 novo.indb 114 10-01-2014 11:24:58

1. Educação ambiental e defesa do patrimônio natural e cultural como espaço social

Nas últimas décadas vários autores (*e.g.,* Sauvé, 1997; Loureiro, 2005) têm demonstrado uma crescente preocupação em analisar a trajetória teórico-metodológica da educação ambiental na busca de uma re-significação prático-conceitual para o tema. Depois de um período de emergência e institucionalização, a educação ambiental diversificou-se por um vasto campo teórico, com diferentes significados e fundamentações filosóficas. De fato, a preocupação constante em definir e encaminhar não somente as ações práticas, mas também a pesquisa em educação ambiental tem levado a uma verdadeira "guerra paradigmática" (Gaudiano, 2000), na qual a emergência de novas tendências tem diversificado os processos educativos na área ambiental.

Na verdade, a caracterização da prática pedagógica em educação ambiental não está dissociada das orientações filosóficas que englobam uma discussão sobre os diferentes paradigmas teórico-metodológicos que compõem a esfera de interpretação do ser humano e da sua relação com o meio ambiente. Assim, pode-se dizer que, se estas orientações por si só são suficientemente complexas, mais complexas se tornam quando atreladas aos modelos teóricos de interpretação da realidade, os quais têm influenciado as propostas de educação ambiental.

Historicamente a educação ambiental tem sido orientada por diferentes paradigmas que norteiam diretamente a sua dimensão prática. Se por um lado isto é positivo, pois instiga o debate em relação ao tema, por outro, pode gerar uma perda de densidade e uma lacuna na compreensão da mesma. Não é nosso objetivo fazer uma discussão epistemológica sobre a validade (ou não) dos diversos paradigmas que têm influenciado a educação ambiental. Deter-nos-emos aqui a apresentar alguns fundamentos teóricos e metodológicos e a sua influência no cotidiano da prática dos educadores ambientais. Para tanto, é preciso, primeiro, descodificar o conceito de "paradigma".

Um paradigma pode ser entendido como sendo uma visão do mundo orientada por uma ideologia. Para Capra (*apud* Fien, 1993), paradigma representa uma constelação de conceitos, valores e percepções comungados por uma comunidade científica. Tais conceitos formam um modo particular e específico de apreender uma dada realidade concreta. De maneira similar, Carr e Kemmis (2002) argumentam que o surgimento de um paradigma acontece quando há a necessidade da elaboração de um corpo teórico de conhecimentos que explique um aspecto específico de um determinado problema. Assim, de acordo com estes autores, um paradigma concentra uma estrutura conceptual singular através da qual a comunidade de pesquisadores opera e através da qual é gerada uma interpretação da realidade. É importante salientar que esta interpretação da realidade (por exemplo: social, política, educacional, ambiental) é que determina o modo como os sujeitos pensam, agem e explicam o mundo. Deste modo, as explicações dos fenômenos ambientais estão fundamentadas numa leitura paradigmática e,

por consequência, ideológica desta realidade específica. Apresentaremos a seguir duas vertentes paradigmáticas principais relacionadas com a educação ambiental: a vertente comportamentalista e a vertente emancipatória.

1.1 Das práticas conservadoras e comportamentalistas à necessidade de uma educação ambiental crítica

Loureiro (2005) aponta que, a partir dos anos setenta do século XX, identificam-se as primeiras experiências denominadas de educação ambiental no Brasil. De acordo com o autor, desde aquela década duas grandes vertentes ideológicas têm influenciado a formulação de paradigmas teóricos na educação ambiental: a ***vertente conservadora ou comportamentalista*** e a ***vertente transformadora ou crítico-emancipatória.***

A primeira concepção – *vertente conservadora* –, que dá origem às primeiras práticas da educação ambiental na década de setenta, está diretamente ligada a uma compreensão da educação e da sociedade a partir da influência de matrizes teóricas que enfatizavam o pragmatismo e a adaptação do ser humano ao meio ambiente. Deste modo, o positivismo, a teoria geral dos sistemas, a cibernética, entre outras concepções, influenciaram a construção do chamado paradigma conservador.

No final dos anos setenta e início dos anos oitenta, a *vertente transformadora* começa a emergir no seio das práticas ambientalistas. Esta corrente, fundamentada na concepção do materialismo histórico-dialético (por exemplo, marxismo, escola de Frankfurt), considera a educação como elemento-chave para a compreensão dos problemas ambientais a partir de uma perspectiva crítica e emancipatória onde prevalece a noção de justiça social e de cidadania ecológica. Neste contexto, a educação é política e o educando não é um mero receptor do conhecimento, mas um agente político capaz de modificar a sua realidade (Freire, 1988).

Não pretendemos neste artigo limitar-nos à compreensão do mundo de forma unilateral e a partir disto entendermos as concepções ambientalistas como se estas pudessem ser pura e simplesmente reduzidas e acopladas em "caixas bipolares", nas quais a educação ambiental estaria comprimida ou dentro de uma conotação tradicionalista ou dentro de uma matriz crítica (Schimanski, 2005). Se assim o fosse, estaríamos restringindo a produção do conhecimento e o agir dos sujeitos a uma dimensão reducionista, sem considerar o próprio movimento dialético da realidade.

Contrariamente, é precisamente a partir de uma perspectiva de totalidade, onde as questões ambientais emergem como expressões de múltiplas determinações (históricas, sociais e políticas), que a educação ambiental deve ser entendida. É a partir desta perspectiva crítica que pretendemos apontar alguns elementos sobre a educação ambiental e a defesa do patrimônio natural e cultural, como se verá a seguir.

1.2 O patrimônio natural e social como ambiente social e a prática da educação ambiental crítica

Popularmente, a ideia de patrimônio tem sido apontada por organismos nacionais e internacionais como algo pertencente ao mundo, ou seja, como um legado. Da mesma forma, o conceito de patrimônio natural [e cultural] é apresentado como 'herança da humanidade' (ver, por exemplo, UNESCO, 2005). Neste sentido, tanto o patrimônio natural quanto o cultural são reconhecidos como elementos imprescindíveis de uma mesma configuração, a qual é estabelecida entre ser humano e natureza, a partir de uma perspectiva de praxis. A praxis é aqui entendida como expressão das liberdades humanas na ação concreta cotidiana: ação-reflexão-ação. Sendo assim, é anunciada permanentemente a necessidade da responsabilidade ambiental em relação ao patrimônio mundial (UNESCO, 2005: 17).

Verificamos que a conservação do patrimônio natural e cultural emerge como elemento *sine qua non* em processos que envolvem o modelo atual de desenvolvimento da sociedade capitalista, sobretudo na pressuposição daquilo que se pretende como desenvolvimento sustentável. Autores como Ghimiri e Pimbert (2000: 5) apontam que as áreas protegidas são ambientes naturais na medida em que possuem um ecossistema em permanente mudança, mas devem ser entendidas, também, no seu contexto social e cultural, pois são espaços sociais. Fica evidente, na concepção dos autores, que há uma estreita relação entre ser humano e natureza, na medida em que qualquer modificação nos ecossistemas tem de levar em consideração o papel específico desempenhado pelos seres humanos – os quais são, acima de tudo, uma das espécies que habitam o ecossistema (*ibidem*).

Qualquer modificação nas áreas de proteção, ou naquilo que se configura como patrimônio quer natural quer cultural, deve sempre ter a comunidade envolvida no processo. A educação ambiental crítica e transformadora da realidade tem um papel fundamental a partir do envolvimento da comunidade local no estudo das questões ambientais.

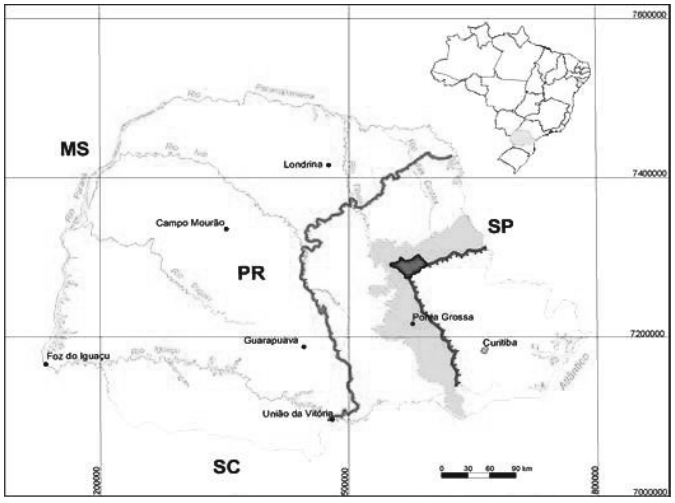
A UNESCO em 2004, no documento intitulado "Plano Internacional de Implementação para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2005-2014)", diz que o "*desenvolvimento sustentável engloba educação ambiental, colocando-a no contexto mais amplo dos fatores socioculturais e questões sociopolíticas de igualdade, pobreza, democracia e qualidade de vida*" (UNESCO, 2005: 46). Então, pensar uma educação ambiental fundamentada em valores sociais mais amplos, que entenda o ser humano como um elemento essencial no processo de construção, daquilo que se quer por patrimônio natural e cultural, é pensar em estratégias de concretização da autonomia e liberdades humanas na sociedade. Isto significa pensar, portanto, o ser humano a partir de uma perspectiva praxiológica.

2. Piraí da Serra e educação ambiental

O desenvolvimento de uma proposta pedagógica que considerasse a realidade local e que, sobretudo, levasse em conta o trabalho já existente sobre a temática era um dos objetivos do projeto. A área de estudo encerra quatro municípios, sendo eles: Castro, Piraí do Sul, Tibagi e Ventania. Não obstante, por uma questão estratégica, a equipa da educação ambiental delimitou a área de pesquisa ao município de Piraí do Sul, cuja área urbana encontra-se mais próxima da região de Piraí da Serra.

A escolha deste município para realização da pesquisa foi no sentido de facilitar o acesso dos pesquisadores e dos atores sociais envolvidos no *locus* e, também, por ser um município que no decorrer da pesquisa se tornou sede das atividades desenvolvidas por todos os envolvidos no projeto. Segundo o censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município tinha uma população total de 23 424 habitantes, sendo 16 102 na área urbana (68,7%) e 7322 na área rural (31,3%).

Figura 1. Localização de Piraí da Serra



1. Serra Geral **2. Escarpa Devoniana** **3. Campos Gerais do Paraná** **4. Piraí da Serra**

Fonte: Melo (2008)

Num segundo momento, a preocupação da equipa foi a de averiguar se o município tinha uma participação mais efetiva em relação às práticas ambientalistas relacionadas com a defesa do patrimônio ambiental regional. Neste sentido, uma tarefa fundamental foi compreender quais as ações que eram tomadas relativamente aos problemas ambientais do município e quais as interferências causadas por eles no cotidiano da comunidade e a sua relação com o patrimônio natural e cultural da região.

Deste modo, houve a necessidade de escolher uma base comunitária, na qual as ações seriam processadas, pois uma das premissas do projeto era que seria imprescindível a participação da comunidade nas ações. Ficou estabelecido que as ações não fossem realizadas num formato acrítico e pouco participativo por parte da comunidade. Contrariamente, a ideia de se trabalhar a partir de uma proposta de horizontalidade entre pesquisadores e população permeava o trabalho de campo. Para isto foram escolhidos três sítios sócio-ambientais da comunidade diferentes entre si para participarem do projeto, os quais serão descritos a seguir.

2.1 A participação dos atores nos sítios sócio-ambientais

No início do projeto foram realizadas diversas reuniões da equipa de coordenação geral do mesmo com as lideranças políticas do município (prefeito, secretários municipais, lideranças religiosas, proprietários de terra, membros da população) para divulgação do projeto. Após um inventário preliminar na comunidade, pensou-se se haveria possibilidade de se trabalhar com três diferentes tipos de atores e suas respectivas instituições: docentes das escolas municipais e estaduais, lideranças comunitárias ligadas à Igreja (católica e evangélica) e lideranças comunitárias vinculadas à associação dos moradores do município.

A escolha das escolas foi fundamentada na hipótese de que estas estariam trabalhando com a Educação Ambiental conforme estipulado nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997). A intenção de também trabalhar com as lideranças religiosas foi proposta pela equipa, considerando o interesse da Igreja, sobretudo da católica, na temática do meio ambiente, em virtude de que nos anos anteriores o tema da Campanha da Fraternidade referia-se à temática ambiental, mais especificamente à Amazônia. Quanto à escolha dos terceiros atores – lideranças comunitárias –, esta se deu devido à forte possibilidade de o projeto ter um cunho popular a partir da chamada educação ambiental informal ou não bancária.

Entretanto, à medida que os contatos com os atores sociais foram se realizando, foi se restringindo o número de participantes no projeto de educação ambiental. Primeiro porque não havia na comunidade uma associação de moradores capaz de agrupar pessoas e promover práticas comunitárias, e segundo porque a participação das lideranças religiosas diluiu-se no decorrer do processo. Neste sentido, as escolas foram os agentes sócio-ambientais com os quais se pôde desenvolver um trabalho mais apurado.

2.2 Metodologia

Uma vez definidos os atores sociais pela equipa, foi realizada a coleta de dados junto aos professores coordenadores pedagógicos das escolas, através de um questionário semiestruturado contendo seis questões abertas, com o objetivo de conhecer e mapear as práticas pedagógicas da escola relacionadas com a educação ambiental e o patrimônio ambiental e natural da região. Num segundo momento foi desenvolvida uma oficina com os professores tendo como temática o Patrimônio Natural e Cultural da região de Piraí da Serra, com o objetivo de apresentar e discutir formas de intervenção na área através da educação ambiental. Outra atividade desenvolvida foi uma saída de campo para estudos na região de Piraí da Serra com os participantes da oficina, com o objetivo de mostrar a área de estudos. E por último foi desenvolvido e entregue nas escolas um material didático de apoio aos professores para o desenvolvimento de atividades com os alunos em sala de aula. Este material será apresentado mais para frente.

2.3 A prática pedagógica nas escolas

Houve a preocupação em diagnosticar os problemas ambientais mais representativos na comunidade, e os questionários foram aplicados nas sete escolas existentes na área urbana do município de Piraí do Sul. Foram quatro escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental dos 1.º e 2.º ciclos, duas escolas estaduais de Ensino Fundamental e Ensino Médio e uma escola privada de Ensino Fundamental e Médio. Os investigadores realizaram contato direto com as coordenações pedagógicas das escolas, e as informações foram obtidas *in loco* em fevereiro de 2008.

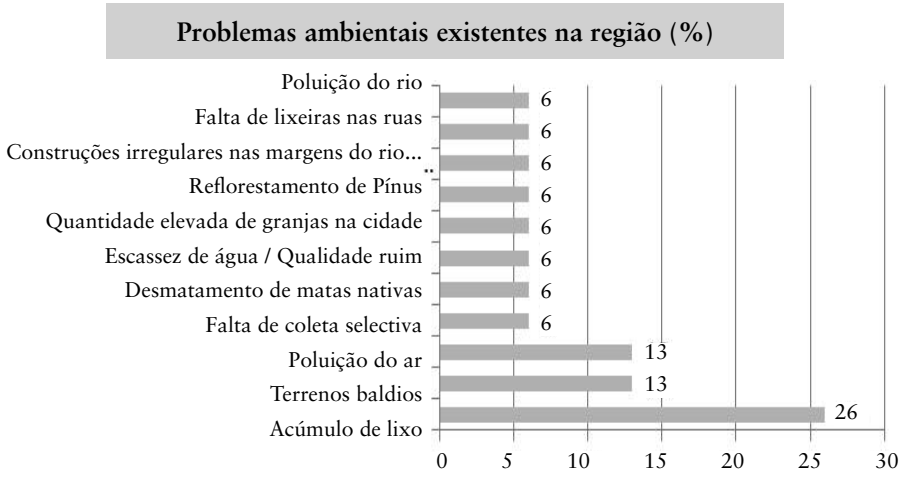
As respostas obtidas através do questionário foram analisadas pela equipa e separadas em três categorias. Na primeira aparecem os problemas ambientais existentes na região; na segunda, o reflexo dos problemas ambientais na vida dos alunos; e na terceira, os projetos de educação ambiental que são desenvolvidos na escola. A equipa optou por manter as respostas que aparecem nos gráficos das figuras 2, 3 e 4 da mesma forma que foram escritas pelas coordenações entrevistadas.

Em relação aos problemas ambientais existentes na região, o acúmulo de lixo foi apresentado pelas escolas como sendo o maior problema, seguindo-se a existência de terrenos baldios e a poluição do ar (Figura 2).

Embora as professoras coordenadoras pedagógicas das escolas apontassem esses problemas ambientais experimentados pela população, poucas reportaram ações ambientais específicas em relação à vida sócio-ambiental dos discentes e da comunidade onde vivem. Uma das entrevistadas citou a organização de uma manifestação com pais e alunos em prol das melhorias das condições ambientais do município.

configurações 11 novo.indb 120 10-01-2014 11:24:58

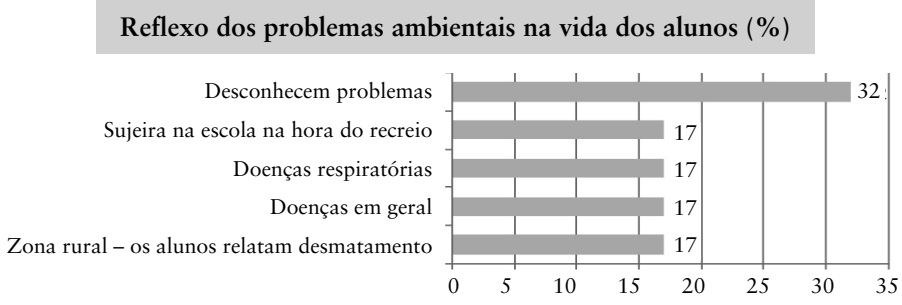
Figura 2. Problemas ambientais existentes na região de Piraí da Serra – 2008



Fonte: autoria própria.

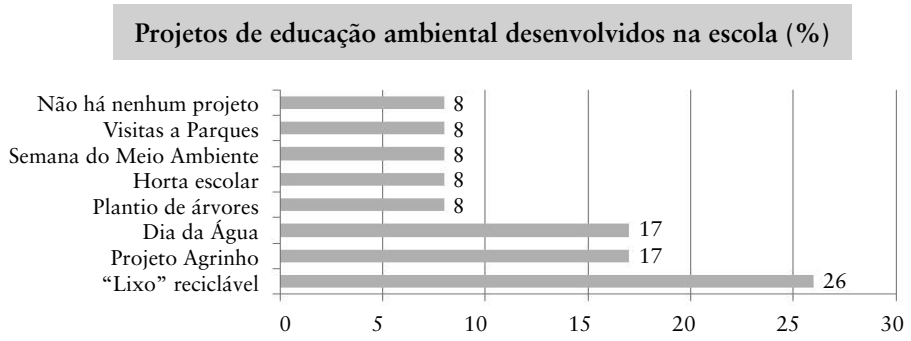
A Figura 3 aponta os reflexos dos problemas ambientais na vida dos alunos que foram citados no questionário investigativo. Quase um terço dos investigados (32%) respondeu desconhecer os reflexos dos problemas ambientais na vida dos alunos. Duas respostas falam de doenças: uma delas cita doenças respiratórias, mas não diz a causa; a outra resposta menciona doenças em geral e também não especifica qual a doença.

Figura 3. Problemas ambientais existentes na região de Piraí da Serra – 2008



Fonte: autoria própria.

Figura 4. Projetos de Educação Ambiental desenvolvidos nas Escolas – 2008



Fonte: autoria própria.

Em geral, embora sentíssemos boa vontade por parte das escolas em realizar um trabalho mais efetivo, as atividades referiam-se a ações reservadas ao interior da mesma e com cunho pontual, como por exemplo, "Dia da Árvore" ou "Dia da Água", entre outras datas comemorativas relacionadas com o meio ambiente. Outras atividades como o Projeto Agrinho (proposto pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) para as escolas rurais desde 1995) e trata das questões ambientais relativas ao uso de agrotóxicos. Tais atividades, embora importantes, podem se tornar no cotidiano um pouco questionadoras da realidade social. Corre-se, assim, o risco de haver uma baixa problematização da realidade e pouca evidência em processos históricos no que concerne aos aspectos relacionados com a defesa do patrimônio natural e cultural da região (Figura 4).

Em relação ao patrimônio natural e cultural da região, apenas uma escola, através de uma de suas professoras de História, realizou um trabalho direto com os seus alunos nos sítios arqueológicos que foram encontrados no município. A maior parte das escolas inventariadas, através de seu corpo docente e discente, desconhece o conjunto que representa o patrimônio natural e arqueológico que compõe o cenário de Piraí da Serra e, por consequência, não desenvolve atividades relativas a eles com os seus alunos e alunas.

Em certa medida, o fato de as escolas não conhecerem o patrimônio da região não causou à equipa de educação ambiental estranheza, pois, como aponta McLaren (1995) quando este discute a imposição de culturas externas e predatórias na escola em oposição ao conhecimento e valorização da cultura local, nem sempre a nossa cultura tende a valorizar aquilo que é próprio da região e, sim, aquilo que vem de fora.

Entende-se, portanto, que as escolas são elementos *sine qua non* no processo de desenvolvimento de uma cultura que não seja alienada e muito menos predatória do local. Como dizem Trajber e Sato (2010),

> numa sociedade que se caracteriza pela circulação de tantas identidades e diversidades e, especialmente, no cenário dos espaços educadores sustentáveis, pensar a educação é pensá-la diferente" (2010: 71). Também concordamos com as pesquisadoras quando dizem que a escola "deve incitar não apenas responsabilidades ecológicas, mas convidar para repensarmos nossas próprias vidas e o modelo de sociedade", e nos indicam ser isso possível, para "quem acredita que a chamada educação ambiental não é mero pretexto à coleta seletiva de lixo, mas um convite à ressignificação de nossos modos de vida. (Trajber e Sato, 2010: 71)

Se por um lado podemos descrever as práticas de educação ambiental realizadas pelas escolas como sendo singulares e pontuais, por outro lado podemos mencionar a disposição e boa vontade demonstrada pelo corpo docente em participar do projeto sobre o patrimônio natural e cultural de Piraí da Serra.

3. Oficina temática de sensibilização para intervenção na área

Uma vez conhecida a realidade das práticas de educação ambiental desenvolvidas nas escolas, partiu-se para a reflexão com os sujeitos envolvidos no processo, ou seja, os professores das escolas, sobre a possibilidade de alargar algumas ações, as quais poderiam contribuir para a divulgação e desenvolvimento de estratégias capazes de fortalecer as escolas para atuarem na defesa do patrimônio natural e cultural da região de Piraí da Serra.

O objetivo principal nesta etapa foi o de discutir com o grupo de professores sobre a importância do desenvolvimento de práticas ambientais críticas em defesa do patrimônio natural e cultural da região de Piraí da Serra. Esta oficina foi realizada no segundo semestre de 2008 e contou com a participação de 21 professoras (o grupo era composto na totalidade por mulheres) representantes da maioria das escolas do município.

Na oficina foram apresentadas pela equipa interdisciplinar do projeto as pesquisas que estavam sendo realizadas na região por todas as áreas de estudo cobertas pelo projeto de maior dimensão. Assim, os presentes puderam ter uma compreensão geral da relevância do patrimônio natural, cultural e arqueológico da região. Diversas temáticas foram refletidas com o grupo: caracterização do meio abiótico (*e.g.,* clima, estruturas geológicas, hidrografia, relevo, solo), diagnóstico do uso das terras (*e.g.,* estrutura fundiária, impactos ambientais da agropecuária, processos de produção), patrimônio arqueológico (figuras rupestres) e cultura e tradições na região.

A oficina também foi de extrema importância para os integrantes da equipa, uma vez que os ministrantes eram, na sua maioria, acadêmicos(as) dos diferentes cursos participantes no projeto, como a geografia, a agronomia e a biologia. Mais tarde, durante a avaliação da atividade, os mesmos comentaram sobre a importância de poder socializar os seus estudos com o grupo, sendo esta, portanto, uma oportunidade para os acadêmicos contatarem diretamente com a comunidade.

Como proposta concreta da oficina, as professoras sugeriram uma visita de campo monitorada pela equipa do projeto, uma vez que praticamente o grupo inteiro não conhecia a região de Piraí da Serra, embora todos pertencessem ao município. Deste modo, foi acordado entre os participantes uma visita técnica até a região para (re)conhecimento da área.

3.1 Visita de campo e (re)conhecimento da área pelas escolas locais

Em novembro de 2008 foi realizada a visita técnica de reconhecimento da área com o grupo de professoras participantes da oficina que representavam a maioria das escolas municipais da região. A visita foi monitorada pelos professores(as) e acadêmicos(as) investigadores(as) do projeto e isto possibilitou ao grupo o alargamento do conhecimento sobre o local e sobre as suas riquezas naturais e culturais. O evento representou para o grupo participante uma possibilidade de encontrar moradores da região com os quais puderam conversar sobre a cultura local.

A ampliação da bagagem cultural e científica do grupo permitiu um maior conhecimento da localidade, o que poderia facilitar o desenvolvimento de práticas pedagógicas ambientais nas escolas fundamentadas numa perspectiva crítica de se entender o meio ambiente nos seus aspectos mais gerais e singulares.

Uma das ideias centrais da visita técnica em consonância com a oficina realizada era instigar o debate e o diálogo entre ciências e cultura popular, redefinindo objetos de pesquisa e ação por parte dos pesquisadores envolvidos no projeto e do grupo de professoras.

3.2 Proposta lúdico-crítica de Educação Ambiental – Jogo da Memória

Uma atividade proposta pela equipa de educação ambiental foi a confecção de materiais pedagógicos para uso das escolas e também da comunidade. Esta atividade foi considerada como uma via para introduzir determinados conceitos e significados relacionados com o patrimônio, que poderão ser trabalhados pelos professores das escolas com o auxílio dos meios interpretativos. A criação de uma atividade pedagógica conhecida popularmente como Jogo da Memória, contendo fotos e informações relativas ao Patrimônio Natural e Cultural dos Campos Gerais, foi apresentada pela equipa. Esta é uma das atividades interpretativas propostas como meio de educação ambiental, também pelo fato de boa parte da comunidade local e regional não conhecer o próprio patrimônio natural e de ser uma atividade que estimula a memória e é fácil de manipular[1]. No caso das crianças, pode auxiliar na sua alfabetização, uma vez que a leitura do título das cartas pode ser incentivada.

O objetivo é fazer com que os participantes do jogo conheçam com maior abrangência a biodiversidade e geodiversidade da região e para isso todas as

[1] Cada participante na sua vez vira duas cartas e deixa que todos as vejam. Caso sejam iguais, o participante deve recolher esse par. Se forem peças diferentes, estas devem ser viradas novamente, passando a vez ao participante seguinte. Ganha aquele que tiver descoberto mais pares.



Figura 6. Jogo da Memória
Fonte: Moreira (2008).

escolas deverão contar com alguns exemplares do mesmo. Na elaboração dos 25 pares de cartas do Jogo da Memória, foram utilizadas fotos relacionadas com o patrimônio natural e cultural num dos lados e no verso de todas as figuras está o logótipo[2] utilizado no projeto. A Figura 6 apresenta quinze exemplos com fotografias que foram utilizadas no Jogo da Memória.

Além das cartas, foi elaborado um manual para acompanhar a atividade. Tal livreto possui informações sobre o que é o projeto, instruções gerais, um mapa de localização de Piraí da Serra e dados básicos a respeito de cada uma das cartas. A sugestão é utilizar o manual lendo o respectivo texto quando o participante acerta os pares. O Jogo da Memória é um recurso de apoio a atividades de educação para a sustentabilidade (educação ambiental), que procura estimular o reconhecimento e valorização de riquezas ambientais e culturais de Piraí da Serra, incorporando-as na identidade regional.

Além disso, esta ferramenta lúdica pode ser utilizada por outros municípios que queiram valorizar e divulgar ainda mais o seu patrimônio, e é importante que a sua utilização não se restrinja às escolas e atinja um público diversificado, incluindo creches, centros de inclusão, associações de deficientes físicos, turistas, entre outros.

[2] Logótipo criado pelo *designer* Élio Chaves.

Considerações finais

Uma das ideias centrais da proposta de desenvolvimento de uma educação ambiental crítica é a busca de ruptura e transformação de práticas sociais que não levem em conta valores éticos e sociais relacionados com a natureza e a defesa do patrimônio natural e cultural de uma dada região. Piraí da Serra é um dos poucos espaços que ainda apresenta área preservada. Entretanto, com o desenvolvimento crescente de culturas exóticas na região (*e.g.,* o *pinus*), existe uma tendência para que o local seja infestado por inteiro em poucos anos. A prática de uma educação ambiental crítica deve estar alicerçada em valores éticos e sociais comprometidos com a defesa deste patrimônio natural local e com sua população.

Nas atividades realizadas com as escolas observamos um interesse grande das mesmas em fazer parte de um movimento de defesa do patrimônio local. Entretanto, apesar da boa vontade das escolas, obstáculos podem ser citados no processo, os quais dificultaram a realização das atividades de educação ambiental.

Uma dificuldade foi o fato de que as escolas não possuem acesso à i*nternet*, o que, sem dúvida, inviabiliza a participação das mesmas nas redes de educação ambiental. As redes de educação ambiental são uma possibilidade importante de acesso à informação, diálogo e produção de saberes que podem contribuir eficazmente na defesa do patrimônio natural e cultural da região.

Apesar das dificuldades apresentadas, a possibilidade de participar do projeto e discutir com as escolas permitiu um maior conhecimento sobre a região. Neste sentido, percebe-se que as atividades desenvolvidas permitiram uma aproximação mais densa com a realidade da região. Isto pode, apesar dos obstáculos, germinar um processo de politização da problemática ambiental experimentada em Piraí da Serra na sua totalidade e complexidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental (1998), *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclo: apresentação dos temas transversais*. Brasília, DF: MEC/SEF.

CARR, W. & KEMMIS, S. (2002), *Becoming Critical. Education, knowledge and action research*, Londres: Routledge Farmer.

FIEN, J. (1993), *Education for the Environment. Critical curriculum theorising and Environmental Education.* Australia: Deakin University.

FREIRE, P. (1988), *Pedagogia do oprimido*. 18.ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

GAUDIANO, E. (2002), *Environmental Education*. Disponível em: www.vusst.hr/ENCYCLOPAEDIA/environmental_education.htm [Acesso em 01.02.2005].

GHIMIRI, K. & PIMBERT, M. (2000), "Social change and conservation: an overview of issues and concepts", *in* K. Ghimiri & M. Pimbert, *Social Change and Conservation*, Londres: Earthscan Publications.

MOREIRA, J. C. (2008), *Patrimônio Geológico em Unidades de Conservação: Atividades interpretativas, educativas e geoturísticas.* Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis.

LOUREIRO, C. F. B. (2005), *Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental*. *Educ. Soc.*, dez. 2005, vol.26, no. 93: 1473-1494.

LOUREIRO, C. F. B. (2004), *Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental*. SP: Cortez.

MCLAREN, P (1995), *Critical Pedagogy and Predatory Culture***.** *Oppositional politics in a postmodern era*, Londres: Routledge.

MELO, Mário Sérgio de; MORO, Rosemeri Segecin; GUIMARÃES, Gilson Burigo (Orgs.) (2007), *Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná*. Ponta Grossa: Editora da UEPG. v. 1.

SCHIMANSKI, E. (2005), *Developing Environmental Education in Brazilian Primary Schools Focused on Emancipatory Actions and Ecological Citizenship: an action research approach*. PhD Thesis. Institute of Education, University of London.

SCHIMANSKI, E. (2005) "Critical environmental education towards emancipatory action: an overview", *PhD Essays: Literature Surveys and Other Anxieties*. 1st ed. Londres: Institute of Education, University of London.

SAUVÉ, L. (1997), "Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa", *Revista de Educação Pública*, vol. 10, jul./dez.

TRAJBER, R. & SATO M. (2010), "Escolas Sustentáveis: Incubadoras de Transformações nas Comunidades", *Revista do PPGEA*/FURG-RS.

UNESCO (2005), *World Heritage at the Vth IUCN*. World Parks Congress – South Africa (Sep. 2003) Published by UNESCO – Paris.

UNESCO (2005), *Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação*. Brasília: UNESCO.

configurações 11 novo.indb 128 10-01-2014 11:24:59

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 129-141

Revitalización urbana y especialización del centro histórico de Pontevedra

Sara María Torres Outón*

Resumen: El objetivo de este trabajo es conocer en qué medida las estrategias emprendidas por el comercio y, en particular, los comerciantes no sólo pueden contribuir al desarrollo local y revitalización del espacio, sino que resultan significativas por cuanto producen mudanzas en las percepciones sobre el espacio, lo que provoca cambios en los usos y especialización territorial.
El estudio longitudinal de la actividad de los comerciantes del casco histórico de Pontevedra desde que se asociaron en el año 1989 hasta la actualidad, hará posible conocer cómo ha tenido lugar uno de estos procesos, cómo ha surgido esta apuesta de desarrollo local y en qué medida ha favorecido y/o se ha visto reforzada por otras actuaciones de regeneración urbana local.

Palabras clave: centros históricos, desarrollo local, comercio, turismo cultural, patrimonio histórico.

Introducción

Aunque los procesos de revitalización urbana suelen identificarse con un gran proyecto o icono de la transformación del espacio, lo determinante son las estrategias, gestiones y decisiones que se desarrollan para impulsarlo y la contribución de los diferentes agentes sociales, económicos y políticos para conseguirlo. En esta ocasión, se analiza el proceso de transformación del centro histórico de Pontevedra a partir de una problemática común a los centros históricos y una solución local impulsada, en primer lugar, por los comerciantes. De forma voluntarista y sin contar con una estructura jurídica, los comerciantes iniciaron acciones para frenar el deterioro espacial de su entorno. Crearon en 1989 la *Asociación Cultural Zona Monumental* al objeto de promover el casco histórico como identidad cultural de la ciudad. Ésta se transformó en el año 2003 en *Centro Comercial Urbano Zona Monumental*, carácter más profesional pero continuadora de la apuesta turística- cultural.

* Universidad de Vigo (saratorres@uvigo.es).

configurações 11 novo.indb 129 10-01-2014 11:24:59

Para comprender esta estrategia de desarrollo vinculada al territorio es necesario conocer tanto la trayectoria de los comerciantes como los procesos de regeneración urbana impulsados desde la Administración. Por ello, junto con la revisión documental sobre cascos históricos, turismo y comercio, hubo que consultar información de la asociación (memoria de actividades desde su creación, informes internos, etc), del Plan Urban Pontevedra 1996-1999 y prensa. Así mismo, se realizaron tres entrevistas en profundidad a miembros de la directiva (al Presidente y Vicepresidente al inicio de transformación –mayo 2001 y con la creación de Centro Comercial Urbano –noviembre 2003– y, al Presidente entrante y saliente con el cambio de presidencia –junio 2008).

Aunque se abordan problemas comunes resulta interesante conocer cuáles han sido las soluciones locales, aquellas capaces de poner en valor la unicidad del espacio y siempre guiadas por principios económicos, rendimiento social, viabilidad medioambiental y corrección técnica (Coca-Stefaniak, 2009: 74, 79).

1. Cascos históricos: Evolución y Especialización

Esta investigación entronca con temáticas fuertemente interrelacionadas entre sí: 1) la degradación de los cascos históricos; 2) su especialización, bien sean comercial, turística y/o residencial; y 3) las estrategias para su revitalización. Inicialmente han surgido iniciativas orientadas a la rehabilitación de edificios y recuperación de espacios (transformación física/renovación urbana) y, posteriormente, otras más globales que pretenden incidir no sólo sobre aspectos arquitectónicos o patrimoniales sino sociales y económicos (transformación física y funcional/revitalización urbana). Estas últimas persiguen la puesta en valor del espacio, no sólo a través de la reorganización funcional sino socioeconómica, de manera que se solventen las causas (condiciones económicas, físicas, sociales y ambientales) que generan los principales problemas urbanos

El comercio, actividad económica tradicional de muchos cascos históricos, pugna por mantenerse como motor de aquéllos con especialización comercial (comercio minorista local) o transformarse análogamente con la especialización turística (comercio para turistas). En ambos casos, es preciso establecer alianzas con las nuevas actividades que se han ido asentado en estos espacios ligada a la hostelería, la administración o el ocio. Pese a todo, los centros históricos, más allá de su valor patrimonial o económico son espacios vivos y vividos; por eso, el uso residencial ha de predominar sobre todos ellos; puesto que es su uso natural.

1.1 Cascos históricos: abandono y degradación

El proceso de deterioro de los cascos histórico se remonta a la revolución industrial. En una primera fase (1850-1950), fruto del crecimiento demográfico e

inmigración rural, los cascos sufrieron una notable densificación que derivó en congestión e, incluso, hacinamiento. La posguerra (década de los 50-70) dio paso a una segunda fase en la que se invirtió el proceso. Para acoger a la nueva población, surgieron los ensanches a modo de nuevos polígonos residenciales sustrayendo de la función residencial a los centros históricos. El crecimiento de la ciudad y aparición de nuevos ensanches para uso residencial fueron los motivos principales del abandono de viviendas y despoblación, que propició el desarrollo de un proceso creciente de abandono, degradación y marginalización de los cascos históricos. Los edificios de los cascos históricos se quedaban desocupados o con inquilinos en régimen de alquiler de rentas antiguas, lo que hacía inviable invertir en su conservación y mejora. Comienza así un círculo de deterioro de los centros históricos que no se limita a la cuestión urbanística (derrumbe de edificios) sino que va acompañado de una problemática social de gran calado: marginalidad, deterioro de la calidad de vida, del medio ambiente urbano, etc. En la década de 70-80 arrancó, no de manera uniforme, la revalorización del precio del suelo al recuperar los cascos históricos su centralidad, bien por ser objeto de deseo de las clases dominantes, bien por su aprovechamiento terciario (Campesino, 1984: 53-59). A partir de entonces, surgen un interés y preocupación por recuperar los cascos históricos, y diversas estrategias, con diferente grado de éxito, para conseguir su revitalización funcional y desarrollo sostenible (López López, A., 2005: 332). España cuenta con cascos urbanos con gran valor artístico-patrimonial y monumental gracias a la protección e inversión de la administración (Bosque Maurel, J., 2011: 20), si bien resulta necesario el apoyo de otros agentes.

En definitiva, los cascos históricos de nuestro entorno independientemente de su funcionalidad (centralidad histórica y cultural, funcional, mixta o pérdida de ésta) o desarrollo urbano (concentración vs desconcentración) se caracterizan, en mayor o menor grado, por haber sufrido problemas de despoblamiento y abandono de la vida urbana y, consecuentemente, cambio de usos. En primer lugar, el crecimiento de las ciudades y el traslado de población derivaron en una pérdida sustancial de la especialización residencial. En segundo lugar, la pérdida de población y los cambios en los hábitos de consumo afectó a la pérdida del uso comercial que ha ido trasladándose al ensanche y a la periferia (centros comerciales cerrados). Ambas situaciones han supuesto un abandono de usos tradicionales (residencial y comercial) y la aparición de actividades nocturnas incompatibles con el uso residencial y/o una creciente terciarización ligada a actividades administrativas, turísticas y/o lúdicas y, en algunos casos, proliferación de comportamientos incívicos (Santamaría Camallonga, J., 2013: 119-122).

1.2 Especialización de los centros históricos

Comercial

Los cascos históricos, en la medida en que ocupan un lugar central en la ciudad, han tendido a acoger en su interior una actividad comercial, compatible con el uso residencial, que reforzaba esta centralidad. A la problemática propia de los centros históricos es necesario añadir los efectos y consecuencias que sobre la actividad comercial han tenido la aparición de centros comerciales periféricos y los cambios en lo hábitos de consumo que, indudablemente, han contribuido al descenso en el flujo de actividad en las pequeñas y medianas empresas ubicadas en la parte antigua de las ciudades.

La elevación de la renta per cápita y del poder adquisitivo de la población española que acompañaron al despegue económico de los años sesenta es uno de los principales factores explicativos de los cambios en los hábitos de compra. Algunas de las características generales de este periodo son la generalización del automóvil como forma de desplazarse hacia el punto de consumo, incorporación masiva de la mujer al trabajo, cambios en la estructura de la unidad familiar y en el equipamiento de la vivienda. Todo esto, en definitiva, conduce a un uso intensivo del tiempo, fuera de la jornada laboral convencional, que se retrae del acto de la compra para disfrutarlo conjuntamente con el tiempo dedicado al disfrute de la vida familiar y el ocio (Pérez Vilariño, 2002: 30).

Esta reducción de comercios, que constituían un pilar económico y motor de gran importancia, ha reforzado la marginación y abandono de los centros históricos. A esta redistribución de los flujos comerciales internos de la urbe hay que sumar otros factores que explicarían las dificultades del comercio para paralizar la pérdida de especialización comercial de los cascos históricos. Se trata de características relativas a los propios establecimientos: disponen de menos recursos (humanos y materiales), suelen ser pequeñas empresas, con escasa o insuficiente flexibilidad para adaptarse a las demandas de los ciudadanos, reducidas dimensiones, con frecuencia negocios familiares, menor disponibilidad de información para hacer frente a los avatares del mercado de consumo, menor capacidad para negociar créditos y ayudas, etc (Molinillo Jiménez, 2002: 27-8; Rovira Lara, 2012: 20, Pérez Vilariño, 2002: 32). En definitiva, tienen más dificultades a la hora de competir en un mercado en continuo cambio.

Por tanto, los cascos históricos con especialización comercial han tenido que enfrentarse a dos problemáticas: una derivada de su condición de espacio cuyo medio ambiente urbano se ha visto deteriorado por el abandono de la actividad residencial; y, otra, el descenso de la actividad económica comercial. Por ello, en los últimos treinta años ha surgido a nivel local una figura clave en el impulso y gestión de los centros históricos: las asociaciones profesionales de comerciantes y los gerentes de centros comerciales urbanos; quienes han

desempeñado un papel fundamental en la animación, dinamización y revitalización de estos espacios (Coca-Stefaniak y otros, 2009: 74-75).

Turística

No cabe duda de la trascendencia económica, social y cultural del turismo, si bien como actividad económica transversal resulta ciertamente imprecisa ya que engloba un gran abanico de subsectores productivos que no siempre son claramente identificados (Orgaz Agüera, F., 2013: 3). Favorece la creación de negocios (comercio y hostelería en mayor medida) y estimula inversiones en infraestructuras y mejoras que redundan en el bienestar de la población residente. Si bien, precisa de unos requisitos mínimos relativos a los servicios y equipamientos básicos para el visitante relacionados tanto con la oferta de alojamiento y restauración, transporte, comercio, información turística, actividades culturales como con los propios recursos patrimoniales y culturales (Dal Molin, E. D y otros, 2008: 8). E indudablemente tiene unos límites derivados de su capacidad de acogida, tanto en relación a las dimensiones cuantificables (ecológica, física y económica) como a las interrelaciones generadas y a la acción política (López López, A., 2005: 340).

El potencial turístico de los centros históricos no tiene porque reducirse a la visita de monumentos o al valor patrimonial del espacio sino que incluye otras categorías que enlazan con las expresiones culturales, artísticas y/o creativas que se en el espacio, las funciones y la vida social (Fernández Salinas, 1999:19; 2008:3,4; González González, M. J., 2005: 369-371; Ruíz Baudrihaye, J. 1997: 46-48; Zallo, R., 2009: 3):

- Territorio, entendido en el sentido más amplio del término, es decir, patrimonio, bienes culturales, trama urbana y lógica espacial.
- Vida urbana producida por las funciones y actividades que acoja, sus usos (tradicionales y/o actuales) y los equipamientos existentes (comercios, negocios y equipamiento institucional);
- Sociabilidad generada como imaginario social, lugar de encuentro y seña de identidad.

A la luz de los recursos disponibles en los cascos históricos parece que el aprovechamiento turístico de tipo cultural es una alternativa viable. No sólo constituye la base para la puesta en marcha de actividades económicas ligadas a la venta de productos (no sólo comercio turístico sino comercio minorista en general) y consumo (hostelería, restauración, ocio); sino que posee un efecto multiplicador que lo convierte en todo un revulsivo para la recuperación urbana (Troitiño Vinuesa y otros, 1998b: 313), sin caer en el error de considerar –como ha ocurrido en algunos casos por parte de la administración - que esta función por sí sola es el recambio a las actividades en detrimento (Troitiño Vinuesa, 2009: 150 y 177).

Las sinergias entre el turismo cultural y el comercio en los cascos históricos favorece la conservación del patrimonio histórico y la recuperación de espacios culturales públicos como plazas y de consumo cultural bien sea privados (restaurantes y tiendas a pié de calle) o públicos (Torres Outón, 2013: 14). Si bien, ha de hacerse de forma controlada de modo que no derive en problemas de congestión, encarecimiento del coste de la vida para los residentes, especulación, fuga tanto de residentes como de actividades no turísticas, y banalización social, económica y cultural de la comunidad de acogida; en definitiva, compatibilizar el uso turístico con la multifuncionalidad de estos espacios (Troitiño Vinuesa y otros, 1998a: 82-91; 2009: 151).

Residencial

Para comprender el proceso de regeneración de los cascos históricos iniciado en los noventa es necesario señalar que: 1) "lo que más ha contribuido a la conservación de muchos de estos conjuntos ha sido el escaso interés económico de estas zonas por estar situadas dentro de posiciones marginales en la división territorial del trabajo" (Santamaría Camallonga, J., 2013: 127); 2) fue posible acometer proyectos con orientación multidimensional, enfoque territorial integrado y participación ciudadana a través de la financiación comunitaria (Dreve, p, 2008: 183).

El Plan Urban permitió poner en marcha proyectos ligados al desarrollo económico, la mejora de las condiciones de vida de los residentes de la zona y la incorporación de estos espacios a la dinámica social y económica de la ciudad (Valenzuela Rubio, 2000: 94). Por un lado, impulsó la recuperación de espacios públicos y edificios señeros por ser éstos vestigios claves del patrimonio histórico y arquitectónico, muestra de su centralidad, depositarias de las memoria social y preservación de la memoria urbana y colectiva (Gutmann, C. S., & Schicchi, M. C., 2013: 18). La rehabilitación de viviendas -ante la escasa participación pública- dependió de la iniciativa privada, aquejada bien de dificultades financieras de los propietarios como de falta de concienciación y sensibilidad (Tomé Fernández, 2007: 78).

Ni la financiación comunitaria, ni la ubicación de servicios públicos, ni las estrategias comerciales y turísticas –que abogaban por la recuperación de los cascos y su revitalización a través de la atracción de visitantes y turistas con la actividad comercial y terciaria- han conseguido mejoras significativas respecto al uso residencial. "Normalizar los espacios urbanos históricamente configurados significa devolverles la condición de lugares diversos, económica y socialmente" (Tomé Fernández, 2007: 84), y ese objetivo no se ha alcanzado pese a los logros conseguidos y a la recuperación y revitalización de muchos de los centros históricos españoles. La atracción y uso residencial, en lugar de normalizarse, ha dado lugar a fenómenos de especialización social ligados a clases altas (gentrificación), extranjeros (marginalización) o estudiantes.

2. Zona monumental de Pontevedra. Un caso de estudio

2.1. Punto de partida

El casco histórico de la ciudad de Pontevedra, declarado conjunto histórico-artístico en 1951, presentaba en la década de los ochenta tal estado de abandono y marginalización que lo hacía poco grato hasta para los pontevedreses. Aunque numerosas guías turísticas afirman que es uno de los cascos históricos mejor conservados de Galicia e incluso de España, este reconocimiento ha llegado relativamente hace poco, tras los procesos de revitalización y transformación urbanística de finales de los noventa. A pesar de que la ciudad goza de una ubicación estratégica en el centro del eje turístico Sanxenxo-Baiona, no tiene una tradición turística importante y, a pesar de los muchos esfuerzos realizados recientemente desde diferentes entidades turísticas públicas, todavía hoy es noticia conseguir cifras que permitan afirmar que "Por primera vez (…) no es solamente un sitio de paso para los turistas, sino que se convierte en el principal lugar de alojamiento elegido por los visitantes" (Lage, L., 2011).

En el caso objeto de esta investigación, el punto de partida se sitúa en el proceso de degradación y abandono que todavía estaba presente en el casco histórico de Pontevedra a finales de la década de los ochenta. Como otros muchos centros históricos de ciudades españolas, en Pontevedra el crecimiento de la ciudad tradicional y aparición del nuevo ensanche implicó el abandono de las funciones tradicionales: uso residencial y comercial. El deterioro físico y decadencia social transformaron este espacio, en su día centro y seña de identidad de la ciudad. Al inicio de los noventa, la Zona Monumental pontevedresa concentraba una problemática demográfica, socioeconómica y urbana. Este espacio se caracterizaba por (Valenzuela Rubio, 2000: 98; Pérez Vilariño, 2002: 12; Torres Outón, 1994: 140; padrón de habitantes 1991):

- Abandono de viviendas (35% de las viviendas están desocupadas)
- Envejecimiento de la población (18% es mayor de 65 años).
- Alta tasa de paro (20%).
- Mayor índice de vivienda en alquiler (menos del 70% de los residentes son propietarios).
- Nivel bajo de instrucción (16% sin estudios o analfabeta).
- Bajos niveles de renta (3,2% población receptora de subsidios o por debajo del SMI)
- Obsolescencia de infraestructuras urbanas.
- Escasez de equipamientos urbanos.
- Pérdida de atracción comercial y declive de las actividades económicas.
- Drogadicción.
- Delincuencia e inseguridad ciudadana.

Esta caracterización le permitió participar de las ayudas del Plan Urban en el periodo 1994-1999 para acometer una transformación del espacio sin precedentes, especialmente por la recuperación de espacios públicos (plazas), rehabilitación de edificios claves (Mercado de Abastos) y la peatonalización. En relación a la iniciativa privada, en este caso, la gestión de ayudas –aún siendo de limitada cuantía- y la concienciación devino en obras de embellecimiento de fachadas y recuperación de rótulos comerciales.

2.2. Algunos indicadores

Respecto al uso residencial cabe decir que, a pesar de la revitalización acometida, no se ha frenado la pérdida de población. En el periodo 1999-2010, según los datos del padrón de habitantes, la población del municipio aumentaba en un 10,5% mientras que el casco histórico perdía un 15,5%, lo que supone que en éste reside sólo un 2,5% del total. En este mismo periodo, la población extranjera creció, pasando de representar el 2,20% de los residentes del casco histórico en el año 1999 a 7,47 en el año 2010 (casi un tercio proceden de Bangladesh y Brasil). A pesar de lo negativo de estos datos, "el centro histórico de Pontevedra es uno de los más habitados de Galicia, con una población de 1972 personas y unos 730 inmuebles" (Pérez, L., 2009).

En cuanto a la actividad económica, un análisis comparativo entre el año 2002 y 2012 sobre el uso de los locales comerciales del casco histórico (bajos) afirmaba que: 1) incrementó la actividad diurna con un crecimiento de más de 5,87% de hostelería (cafeterías, taperías y restaurantes) seguida por comercios de complementos (2,35%); 2) se mantiene la actividad nocturna de pubs y locales de copas; 3) se redujeron de forma importante los negocios dedicados a los servicios personales (peluquerías) y comercio de proximidad; y 4) creció -en torno a un 5%- el número de locales vacíos (Brañas, P., 2012: 52-54). Con lo cual se aprecia el mantenimiento y crecimiento de actividades económicas ligadas a la hostelería diurna y comercio especializado al tiempo que se alerta sobre la caída de actividad en el comercio de barrio y desaparición de negocios.

Relativo a la asociación y según información obtenida en la entrevista de junio 2008, cabe señalar que el número de asociados aumentó progresivamente desde sus inicios –una decena- hasta el año 2007 en el que jubilaciones anticipadas, cierres de negocio y bajas por razones económicas ha supuesto un fuerte varapalo a la entidad. El mayor crecimiento se produjo en los años 2003-4 debido a la ampliación de nuevos sectores (hostelería y servicios) y a la difusión de la nueva entidad superando los ciento ochenta asociados, cerca del 80% del comercio asentado en el casco histórico y un 40% de la hostelería y profesionales. La transformación en Centro Comercial Urbano supuso una inyección de asociados más jóvenes, negocios más innovadores; en definitiva, una nueva generación.

2.3. Acciones acometidas por los comerciantes

El declive en la actividad comercial, por traslado del grueso de la actividad comercial del casco histórico -con larga tradición de comerciantes y mercaderes- al ensanche, acentuó su abandono y degradación. Posteriormente la competencia de dos grandes superficies instaladas en la periferia a finales de la década de los ochenta, la primera, y de los noventa, la segunda, dificultó más la labor comercial. Esta situación de pérdida de centralidad y decadencia hizo surgir el movimiento asociativo entre los comerciantes y descubrió como actor principal de desarrollo -no sólo comercial sino turístico y cultural- de la Zona Monumental. El germen asociativo, tal y como declaran desde la directiva,

> "no surgió sólo porque añorásemos la época dorada del comercio del casco antiguo sino porque queríamos frenar el deterioro que estábamos sufriendo. Tenemos aquí nuestros negocios, el local es nuestro…, muchos vivimos aquí o tenemos propiedades. Veíamos desaparecer nuestro mundo (…) En el año 88 empezamos a patrullar la noche para evitar la drogadicción y los robos, y proteger nuestros negocios (…), y así nacimos,…. como asociación cultural" (entrevista mayo 2001).

Para romper la inercia de abandono y devolver al espacio histórico su centralidad, organizaron las primeras visitas guiadas orientadas no tanto a turistas como a visitantes y residentes. Se trataba de conseguir que en el mapa mental de la población de la ciudad y el entorno se incorporase el centro histórico como un lugar más de la ciudad. Éste era el primer paso para lograr recuperar los valores identitarios del centro histórico y asociarlo con valores en alza (espacio público, corazón histórico, patrimonio, etc). El diseño, gestión y puesta en marcha de productos turísticos en el casco histórico de la ciudad de Pontevedra fue impulsado por los comerciantes -los agentes sociales y económicos que desarrollan su actividad en este espacio- y no por una entidad propiamente turística o ligada a la Administración. Éstos, conocedores de los recursos y potencial del espacio en el que desarrollan su actividad, apostaron por el turismo como vía para iniciar su recuperación, como punto de partida para su revitalización económica y social. La apuesta turística supuso un punto de inflexión en el proceso de abandono y degradación en el que estaba sumergido el casco histórico a finales de los ochenta. Los comerciantes se asociaron con el objetivo de promover actividades turísticas que introdujeran visitantes y turistas en el casco histórico, un primer paso para recuperarlo como espacio público y lugar de encuentro.

La alianza entre turismo y comercio deviene, en muchas ocasiones, en una actividad comercial enfocada básicamente al turismo. Sin embargo, en este caso, en la medida en que fue el comercio el que impulsó el turismo, esto no ha derivado en una especialización turística del comercio sino en un refuerzo del papel de la hostelería diurna, tanto para turistas como para residentes o visitantes, y el mantenimiento de un comercio minorista para la ciudadanía.

Posteriormente, la transformación urbana que supuso el Plan Urban ya mencionado, permitió acometer importantes obras, tales como, la mejora de servicios básicos para uso residencial (viviendas) y económico (negocios), la rehabilitación de edificios nobles (Casa da Luz, Pazo de Murgartegui, Casa Azul y remodelación del Mercado de Abastos) y regeneración del espacio urbano con la peatonalización y recuperación de espacios públicos (plazas).

> "La peatonalización ha sido claramente positiva. Ha dado nuevos clientes, por un lado los de la propia ciudad que han incorporado ciertas plazas a su lugar de paseo habitual, como lo estaba siendo las calles del centro, si bien había que compensar la pérdida de aquellos que paraban al pasar en coche (…). En cuanto al tema de accesos, hay que dejar que concluyan las obras y después decidir a tres bandas: ayuntamiento, comercio y transportistas, qué hacer" (entrevista mayo 2001).

En este momento, la Asociación operó como mediador y contribuyó a solventar temores y oposiciones a las obras.

La programación cultural y actividades de animación realizada a través de la alianza con la cultura, el ocio y el turismo ha resultado válida para atraer población y dinamizar las plazas. Pero se hacía necesario establecer alianzas con otros sectores y entidades de la ciudad, por ello se iniciaron acuerdos de colaboración con regentes y asociaciones de hostelería o servicios.

> "Nos hemos profesionalizado porque ya no llega con campañas de animación de calle y dinamización (…). Es nuestra misión compatibilizar intereses, (…) ofrecer servicios tanto al comercio como a hostelería y profesionales que ejerce en el casco histórico. (…) Incluso negociar con el Ayuntamiento (…)" (entrevista noviembre 2003).

Por ello a las visitas guiadas siguieron otras actividades de menor alcance pero con más participación local. Unas se han consolidado y llevan ya diferentes ediciones (Fiesta de la calabaza y Feria de Otoño para exaltación de productos alimenticios de época, o Exposición de arte en los escaparates; ambas en colaboración con asociaciones locales), otras se mantienen pero ya no dependen de la asociación como las visitas guiadas (hoy en manos de la Administración), y otras no han progresado como la exposición obras de arte de Jóvenes Talentos (muestra de obras realizadas por estudiantes de la Facultad de Bellas Artes) que ha sido sustituida de forma espontánea por un mercadillo de antigüedades. "Hay que seguir trabajando, innovando, (…) renovarse o morir" (entrevista junio 2008).

En Pontevedra, los comerciantes asociados del Zona Monumental constituyen un actor local de reconocido prestigio, cuyas estrategias y acciones de desarrollo local tienen capacidad para iniciar procesos de cambio (Iglesias, 2013). Han sido parte activa de los grandes procesos acontecidos en el casco histórico, primero defendiendo su recuperación (1989), apoyando la reforma

urbana (1999), abriendo la asociación a nuevos sectores de actividad (2003) y consolidándose como entidad empresarial local de reconocido prestigio (actualidad) que con presencia en la ciudad defienden la dinamización del centro histórico y la promoción comercial.

Conclusiones

A través de esta experiencia se ha podido comprobar, en primer lugar, que los actores sociales no sólo han de ser tenidos en cuenta en toda estrategia de desarrollo local sino que son una pieza fundamental para impulsar el cambio. La interacción e implicación de los comerciantes asociados con su espacio les ha permitido iniciar un proceso ilusionante de inclusión al que se han sumado: la administración como cofinanciadora de su programación cultural y turística, y actualmente gestora de las visitas guiadas; la hostelería vinculada a campañas comerciales y de animación de calle; y la ciudadanía al participar en las actividades.

Cabe destacar, en segundo lugar que, a pesar de que los comerciantes no son expertos en turismo, sienten y viven los recursos del espacio en el que generan su actividad y, por ello, han sido capaces de impulsar procesos de transformación a través de acciones concretas en las crean y legitiman productos turísticos (inicialmente visitas guiadas y posteriormente ruta de heráldico, por ejemplo). Esta primera iniciativa –las visitas guiadas- consiguieron hacer del casco histórico un espacio de referencia; ya que cuando se iniciaron las primeras acciones, éste se caracterizaba por un avanzado estado de deterioro físico y social (1989) y no existían otros agentes (ni administración, ni hosteleros, ni profesionales del turismo) cuya labor se dirigiese a su promoción o recuperación. Por último, es preciso reconocer la valiosa contribución de la reforma urbana impulsada por el Plan Urban a finales de los noventa y continuada por la Administración Local. Sin esta transformación física difícilmente hubiese sido posible impulsar otras dinámicas de recuperación, ni por parte de los comerciantes, ni de otros agentes.

Sin embargo, con casi treinta años de funcionamiento, puede afirmarse que el proceso de revitalización ha sido vital pero que la batalla sigue librándose: 1) se ha frenado el proceso de degradación y se ha transformado el espacio en términos de preservación histórica, consumo cultural y sociabilidad; 2) se han consolidado ciertos flujos y movimientos de personas que pasean, trabajan y compran en el casco histórico; pero, 3) la actividad económica se ha reducido en general y; 4) el uso residencial sigue decreciendo con procesos de sustitución de población local por foránea.

Hoy en día la Zona Monumental ha recuperado ser seña de identidad de la ciudad y lugar de sociabilidad. El casco histórico es hoy un espacio vivido en mayor medida que hace tres décadas aunque debe afrontar su normalización en términos de recuperación del uso residencial y mayor atracción comercial sobre los consumidores, ya que tiende a concentrar actividades hosteleras.

configurações 11 novo.indb 139 10-01-2014 11:24:59

Bibliografía

BOSQUE, Maurel, J. (2011), "El patrimonio natural e histórico-monumental español. Algunos problemas actuales", *Cuadernos Geográficos*, nº 48: 9-45.

BRAÑAS, Vázquez, P. (2012), *Especialización y usos del Centro Histórico de Pontevedra,* Trabajo Fin de Grado, Grado en Dirección y Gestión Pública, Universidad de Vigo, mayo.

CAMPESINO, Fernández, A. J. (1984), "Los centros históricos. Análisis de su problemática", *Norba, Revista de Geografía*, nº 5: 51-61.

CAMPESINO, Fernández, A. J., Coord. (1999), *Comercio, Turismo y Cambios Funcionales en las Ciudades Españolas Patrimonio de la Humanidad*, Cámara Oficial de Comercio e Industria de Cáceres.

COCA-STEFANIAK, J. A.; PARKER, C.; QUIN, S.; RINALDI, R., & BYROM, J. (2009), "Town centre management models: A European perspective", *Cities*, nº 26 (2): 74-80.

DAL MOLIN, E. D.; DOS SANTOS, A. S. & OLIVEIRA, J. P. (2008), "Paisagem Urbana e Uso Turístico: Revitalização da Rua Hercílio Luz em Itajaí (SC)", *Revista electrónica de turismo cultural*, Volume 2 – n.º 1, 1º semestre: 1-22.

DREWE, P. (2008), "The URBAN Initiative or the EU as Social Innovator?", *in* Paul Drewe, Juan-Luis Klein and Edgard Hulsbergen (eds.), *The Challenge of Social Innovation in Urban Revitalizatio*n: 183-196, Techne Press ed.

FERNÁNDEZ SALINAS, V. M. (2008), "La protección del Patrimonio Mundial en España", *E-rph: Revista electrónica de Patrimonio Histórico*, nº 2: 36-66.

FERNÁNDEZ SALINAS, V. M. (1999), "Centros Históricos y Medio Ambiente Urbano: un Futuro para la Calidad Urbana a Partir de su Pasado", *Vivir las ciudades históricas: Ciudad histórica y calidad urbana*: Seminario, Burgos, 19, 20 y 21 de enero de 1998: 225-238.

GONZÁLEZ GONZÁLEZ, M. J. (2005), "El desarrollo económico sostenible de los centros históricos", *Ería. Revista cuatrimestral de Geografía*, nº 68: 365-372.

GUTMANN, C. S., & SCHICCHI, M. C. (2013), "O valor patrimonial dos espaços públicos no centro da cidade de Valinhos (SP)", *Arquitetura Revista*, n.º 9 (1): 9-19.

IGLESIAS, J. (2013), ''Antes de que surgiese la asociación, la zona era un lugar de aparcamiento y trapicheo", *Diario de Pontevedra*, publicado el 31 de mayo.

LAGE, L. (2011): "Pontevedra deja de ser lugar de paso para los turistas", *Diario de Pontevedra*, publicado el 1 de septiembre.

LÓPEZ LÓPEZ, Alejandro (2005), "Desarrollo sostenible: medioambiente y turismo en las ciudades históricas. El caso de Toledo", *Observatorio Medioambiental*, nº 8: 331-344.

MOLINILLO JIMÉNEZ, S. (2002), *Centros comerciales en áreas urbanas*, ESIC.

ORGAZ AGÜERA, F. (2013), "El club de producto turístico como herramienta para el desarrollo socioeconómico en países subdesarrollados", *Contribuciones a la Economía*, junio 2013, disponible en www.eumed.net/ce/2013/club-producto.html .

IGE (1999-2010), *Padrón Municipal de habitantes*, datos de población, Pontevedra, datos municipales.

PÉREZ VILARIÑO, J. y otros (2002), *Horizonte comercial del casco histórico I*, edita Seminario de Estudios Socioeconómicos de Pontevedra Carlos Velasco.

PÉREZ, L. (2009), "Unas 2.000 encuestas aclararán el estado de las viviendas de la zona monumental", *Diario de Pontevedra* el 5 de febrero.

ROVIRA LARA, A. y otros (2012), *Gestión innovadora de centros comerciales urbanos. Modelos y experiencias,* Tea.

RUÍZ BAUDRIHAYE, Jaime Axel (1997), "El turismo cultural: luces y sombras", *Estudios turísticos*, nº 134: 43-54.

SANTAMARÍA CAMALLONGA, J. (2013), "Centros históricos: análisis y perspectivas desde la Geografía", *GeoGraphos,* vol. 4, nº 37: 115-137.

TOMÉ FERNÁNDEZ, Sergio (2007), "Los centros históricos en las ciudades españolas", *Eiría*, nº 72: 75-88.

TORRES OUTÓN, Sara Mª (1994), "Área Sociales en la ciudad" en *Pontevedra: geografía social de un espacio*, Premio Especial Diputación de Pontevedra 1996, sin publicar.

TORRES OUTÓN, Sara Mª (2013), "Una estrategia de revitalización impulsada por los comerciantes: simbiosis turismo y comercio en el casco histórico de Pontevedra", *Aposta Revista de Ciencias Sociales*, nº 56, enero, febrero, marzo: 1-22.

TROITIÑO VINUESA, M. (2003), "Ciudades históricas y turismo sostenible", en *Revista de Arqueología, Arte y Urbanismo*, nº 4: 93-108, UNED.

TROITIÑO VINUESA, M. Á. & TORRALBA, L. T. (2009): "Turismo y patrimonio en Castilla y León: las ciudades patrimonio de la humanidad (Ávila, Salamanca y Segovia) como destinos turísticos de referencia", *Polígonos. Revista de Geografía*, nº 19: 145-178.

TROITIÑO VINUESA, M. et al. (1998a), *Ávila: turismo y realidad urbana*, Cuadernos de la Escuela Regional de Turismo de Castilla y León.

TROITIÑO VINUESA, M. et al. (1998b), "Toledo: problemática e implicaciones urbanas del turismo", *Eiría,* nº 47: 299-325.

VALENZUELA RUBIO, Manuel (2000), "La regeneración de los cascos históricos en España", *III Jornadas de Geografía Urbana, Oportunidades de desarrollo sostenible para los conjuntos urbano históricos*, Burgos, 18-21 de mayo del 1998.

ZALLO, R. (2009), "Industrias culturales y ciudades creativas", *Actas II Jornadas Ciudades creativas. Industrias digitales y ciudades creativas*, Barcelona: 1-26.

configurações 11 novo.indb 142 10-01-2014 11:24:59

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 143-160

Responsabilidad social y territorio: Hoteles de tres estrellas ubicados en la Eurorregión

María Dolores Sánchez-Fernández*

Resumen: Uno de los objetivos de este trabajo es comprobar la fiabilidad de la escala de medida del factor principal que conforman las dimensiones de la Responsabilidad Social Corporativa (RSC). Se realiza el análisis factorial de las tres dimensiones clásicas teóricamente aceptadas en base la triple dimensión. La muestra la conforman hoteles de tres estrellas pertenecientes a las Regiones Norte de Portugal y Galicia. Se obtiene que, cada una de las dimensiones del factor de primer orden RSC incorporan indicadores fiables (Alfa de Cronbach > 0,8). Otro de los objetivos enmarcados en este estudio es el análisis estadístico descriptivo del comportamiento socialmente responsable por parte de las unidades objeto de estudio.

Palabras clave: RSC, triple dimensión, hoteles, Eurorregión.

0. Introducción

El sector turismo tiene varias características que lo convierten en una prioridad en el área geográfica de Galicia y Norte de Portugal dada su importancia como factor de desarrollo y motor de crecimiento económico. Estas dos regiones pertenecen a dos países fronterizos con una cultura similar aunque diferentes desde el punto de vista institucional y legislativo. El factor cultural influye en el grado de implantación de las prácticas socialmente responsables (Fanjul, 2010). Creemos que su estudio es interesante debido a las decisiones adoptadas por las instituciones de ambos países, así como la evolución de la normativa, hecho que puede afectar a la práctica de la Responsabilidad Social Corporativa (RSC) según el área geográfica. Uno de los ejes vertebradores en la política de turismo es en la actualidad la determinación de la oferta turística basada en la estrategia diferenciada de la calidad. Esta impregna un nuevo modelo de gestión en que las organizaciones consiguen sus objetivos de creación de valor bajo las tres dimensiones social, económica y medioambiental, relacionándose con las partes

* Universidade da Coruña (msanchezf@udc.es).

interesadas de forma diferente. Desde el año 2007 se producen recortes de todo tipo en ambas regiones, debido a la crisis económica, momento que es propio para vislumbrar el comportamiento socialmente responsable o irresponsable de las empresas. El papel de los hoteles es clave en el impacto sobre el entorno y sus grupos de interés, tanto en la oferta de sus servicios como la ubicación de sus instalaciones. Es importante que los profesionales integrados en estas entidades se responsabilicen de las consecuencias e impactos derivados del desarrollo de sus actividades.

La estructura de este artículo es la siguiente, en primer lugar desarrollaremos las connotaciones del comportamiento socialmente responsable (CSR) de las organizaciones. Seguidamente expondremos de forma más detallada la escala utilizada para la medición del grado de desarrollo de prácticas de RSC y a continuación, desarrollaremos el estudio estadístico descriptivo de las diferentes variables que conforman las tres dimensiones de la RSC y el análisis factorial de cada uno de los constructos. Finalmente expondremos las conclusiones extraídas en la investigación y la bibliografía.

1. El comportamiento socialmente responsable de las empresas

Analizamos en este epígrafe los diversos factores que pueden influir en la adopción de un CSR por parte de las organizaciones. La adopción de un CSR implica el desarrollo más o menos intenso de prácticas de RSC en la organización. Las empresas adoptan este comportamiento en función del país en que se encuentren ubicadas, debido a la implicación mayor o menor de las instituciones, éstas pueden influenciar a las empresas de forma más o menos intensa (Galaskiewicz, 1991; Maigan y Ralston, 2002 y Campbell, 2007).

Martín, *et al.* (2008) identifican que las compañías adquieren un papel cada vez más relevante en la transformación tanto económico, ambiental como social en las áreas geográficas donde ejercen su ámbito de maniobra. Por lo que este hecho influye que de forma más intensa se tiene en consideración el impacto que las organizaciones generan en su entorno. En consecuencia el concepto de la RSC adquiere un papel más relevante, traspasando el marco de las herramientas de gestión de las propias empresas, alcanzando un nuevo rol y afectando a la percepción de los diferentes grupos de interés que se relacionan con la misma.

Además, las empresas que operan en diferentes países difunden sus prácticas, entre ellas las de RSC. Nieto (2008) identifica a los grupos de interés como una parte influyente en la adopción de prácticas de RSC. Uno de los motivos por los cuales este tipo de organizaciones adoptan criterios de RSC es por la presión que ejercen los grupos de interés con el fin de contrarrestar efectos negativos que se puedan producir. La consecuencia inmediata de estos hechos es la colaboración de la difusión de las prácticas de RSC en los entornos en los que la empresa desarrolla su actividad. Las prácticas de RSC se llevan a cabo en las diferentes

áreas geográficas con mayor o menor intensidad en función de la cultura, la promoción por parte de las instituciones, la afectación de normas y legislación que afecta a esa área geográfica y la tipología de empresas que desarrollan sus actividades en esa área geográfica.

Establecido el vínculo entre RSC y territorio estudiaremos la conceptualización de la RSC y bajo qué perspectivas se incorporan en las empresas. El concepto de RS está en continua evolución a lo largo del tiempo, adaptándose a las preocupaciones del momento (transparencia, ética, derechos humanos, entre otros); ajustándose a las características para lograr incentivar a las empresas (voluntaria, obligatoria) y en función de la especialización de la materia a tratar (universitaria, organizativa). Hoy en día concurre una gran proliferación de conceptos, teorías, enfoques y terminologías relacionadas con la temática de la responsabilidad social de las empresas (ciudadanía corporativa, rendición de cuentas corporativa, sostenibilidad corporativa, entre otros) (Garriga y Melé, 2004). Dahlsurd (2008) presenta 37 definiciones de RSC propuestas por instituciones que promueven esta área, de ellas se extrae que la mayoría de las definiciones aportadas se refieren a las partes interesadas, a aspectos sociales y económicos, así como la voluntariedad, quedando los aspectos medioambientales como referencias menos frecuentes. El concepto de la RSC hoy en día sigue siendo un concepto controvertido (Claasen y Roloff, 2012). Cada uno de los grupos de interés tiene una visión diferente e interpreta la RSC de forma distinta: participación de la acción coordinada entre las partes interesadas (ONG); ventaja competitiva (asociaciones empresariales); recelo como posible sustituto de las formas de negociación colectiva (sindicatos). En la actualidad la responsabilidad social en las empresas se incorpora en la perspectiva de los negocios bajo el denominado Triple Resultado (Elkington, 1997; Papmehl, 2002; Norman y MacDonald, 2003; Brown, Dillard y Scott, 2006; Colbert y Kurucz, 2007) en el que se incluyen las tres dimensiones la económica, la medioambiental y la social. El campo de la responsabilidad social corporativa ha evolucionado en la disciplina de administración (Gerde y Wokutch, 1998; Rowley y Berman, 2000; De Bakker, Groenewegen y DenHond, 2005; Lockett, Moon y Visser, 2006; Bigné, Currás y Rivera, 2010), no perdiendo su carácter eminentemente interdisciplinar (Perdomo y Escobar, 2011).

Cabe destacar que, Campbell (2007); Nieto (2008) y Godos y Fernández (2011) identifica a los directivos de las organizaciones como grupos muy influyentes en la adopción de prácticas de responsabilidad social. A este grupo se le convence bien argumentando que realizan lo correcto, lo éticamente correcto o bien convenciéndolos que les sirve alcanzar sus propios intereses la implantación de la RSC en la organización Campbell (2007). Por ello diversos estudios toman como informantes de lo que sucede en la empresa a los directivos de las organizaciones con el fin de recoger la información de las prácticas de RSC (Martín, et al., 2008 y Díez, Blanco y Prado, 2010).

2. Escala RSC

Aupperle, Carrol y Hatfiel (1985); Singhapakdi et al (1996); Quazi y O`Brien (2000); Martín et al (2008); Gallardo, Sánchez y Corchuelo (2011); Perdomo y Escobar (2011) y Gallardo-Vazquez y Sánchez-Hernández (2012) han desarrollado distintos instrumentos de medida de RSC bajo diferentes enfoques. Aupperle, Carrol y Hatfiel (1985) desarrollaron una escala para medir los valores individuales y las actitudes hacia la RSC, por parte de los directivos, en base al modelo de las cuatro dimensiones de Carroll (1979). Ruf, Muralidhar y Paul (1998) desarrollaron una escala para captar la naturaleza multidimensional de la RSC. Singhapakdi et al. (1996) diseñaron una escala que permite medir de la ética y la RSC, denominada PRESOR (*Perceived Role of Ethics and Social Responsibility*), orientada a la medición de los valores individuales de los directivos. En base a los estudios previos desarrollados por Davis (1973) y Orpen (1987), Quazi y O'Brien (2000) elaboraron una escala que permite medir de las actitudes ante la responsabilidad social.

Para la medición de la RSC en el sector turístico, Martín et al (2008) han elaborado una escala compuesta por diferentes apartados en base a las tres dimensiones de la responsabilidad social. Escala laboriosa y extensa, dirigida a los gerentes de los puertos deportivos. Gallardo, Sánchez y Corchuelo (2011) y Gallardo-Vázquez y Sánchez-Hernández (2012) articulan una escala de RSC que validan en torno la perspectiva de la triple dimensión (Elkington, 1997). Esta escala esta enriquecida con aspectos que amplían la visión de la organización. El cuestionario está orientado a los directores/as de las empresas pertenecientes a diferentes sectores, entre los que se incluye el turismo. Es una escala con una extensión adecuada y asequible en la que se obtiene información en base a una escala likert de las prácticas de RSC desarrolladas por estas organizaciones. La escala se elabora encaminada al ámbito de hacia la gestión empresarial. Encontramos esta última escala ideal para incorporar en nuestro estudio orientado a la gestión, basado en la triple dimensión y dispone de un tamaño adecuado para incorporarla como escala de medición entre otros constructor, por ello la utilizaremos en nuestra investigación.

Hemos adaptado la escala para nuestro caso de estudio, utilizando una escala Likert de cinco puntos, donde 1 es "totalmente en desacuerdo" y 5 "totalmente de acuerdo". La escala ha sido validada previamente para el tejido empresarial contenido en el área geográfica de la Comunidad de Extremadura, España. La aplicación de esta escala en nuestro estudio abarca mayor área geográfica, más concreta en cuanto al sector y unidad objeto de estudio, los hoteles de tres estrellas ubicados en las regiones Galicia (España) y Norte de Portugal (Portugal).

configurações 11 novo.indb 146 10-01-2014 11:25:00

3. Análisis de las prácticas de RSC

3.1 Introducción

En este apartado exponemos en primer lugar la unidad objeto de estudio seguido de la metodología utilizada para llevar a cabo el análisis de las prácticas de RSC. A continuación desarrollamos análisis estadístico descriptivo del comportamiento de los datos pertenecientes a los subconstructos de las tres dimensiones de la RSC. Finalizando este apartado con la exposición del análisis factorial de los constructos de las tres dimensiones social, económica y medioambiental.

La unidad objeto de estudio son los hoteles de tres estrellas ubicados en Galicia y en el Norte de Portugal. Nos hemos centrado en los hoteles de tres estrellas dado que creemos que este tipo de hoteles podrán relacionarse más con las prácticas de responsabilidad social que los hoteles de una y dos estrellas. Este categoría de hoteles implantan prácticas de RS con la suficiente dimensión, entidad y fundamentos para poder recoger información. El número de hoteles de tres estrellas contabilizado es suficiente para poder obtener una muestra adecuada permitiéndonos obtener una visión homogénea seleccionando organizaciones de la misma categoría. Los hoteles que más se resienten económicamente a lo largo de este periodo de crisis son los de tres estrellas frente a los de cuatro y cinco estrellas. Este hecho conlleva a que estén expuestos a que su CSR sea más inestable debido al alto descenso de recursos. Además los hoteles de esta categoría suelen ser más independientes, no incorporando las directrices generales de RSC provenientes de una cadena hotelera, ya que tienen más propensión a pertenecer a pequeños propietario. Los servicios añadidos para alcanzar la categoría de tres estrellas son inferiores para alcanzar la categoría de cuatro y cinco estrellas, lo que puede llevar a que sean más selectivos a implantar unas y otras prácticas de RSC.

La muestra recogida y analizada en este trabajo corresponde al 30% de la población. La encuesta se dirigió a los directores/as de los hoteles, lo que supone una propia limitación en la investigación ya que recogemos información de tan solo un informante. En primer lugar se comenzó la fase pretest en el mes de abril de 2012 mediante formulario web. Posteriormente, se recogieron los datos en el periodo comprendido entre mayo y agosto de 2012 mediante el envío por correo electrónico del cuestionario en formato .doc y formulario electrónico; visitas de forma presencial; fax; correo postal ordinario y contacto telefónico.

Las variables bajo estudio son los ítems contenidos en la escala de RSC de Gallardo, Sánchez y Corchuelo (2011) y Gallardo-Vázquez y Sánchez-Hernández (2012). Para su medición se utilizó una escala tipo Likert, de 1 a 5, correspondiendo al nivel más bajo y el nivel más alto, señalando si estaban en desacuerdo o de acuerdo con las afirmaciones plasmadas en el cuestionario.

Los datos se someten a análisis factoriales, de correlaciones, a pruebas de fiabilidad y análisis estadístico descriptivo para cuya realización se emplea el

paquete estadístico SPSS (versión 18.0). A continuación, en primer lugar mostraremos los resultados del análisis estadístico descriptivo. Se pretende validar la escala con el objeto de poder extraer el conjunto adecuado de ítems que conformen los constructos con el fin de poder ser aplicados y comparados en futuros estudios con una sólida base.

3.2. Análisis estadístico descriptivo

En este apartado desarrollaremos el análisis estadístico descriptivo de los datos pertenecientes a los tres subconstructos que conforman la RSC, los cuales exponemos en las Tablas 1 a 2.

Tabla 1. Estadísticos descriptivos según Dimensiones de RSC de hoteles de tres estrellas de Galicia

Dimensiones	Variables	Galicia							
		N	Moda	Mínimo	Máximo	Media	Desv. Tip.	Asimetria	Curtosis
SOCIAL	Calidad empleados	37	4	2	5	4,35	,716	-1,125	1,804
	Salario empleados	37	5	2	5	4,32	,818	-1,325	1,742
	Creación empleo	37	4	1	5	3,81	1,288	-1,113	,303
	Formación empleados	37	5	1	5	4,35	1,060	-2,103	4,285
	Politicas conciliación	37	5	2	5	4,24	,830	-1,111	1,094
	Igualdad oportunidades	37	5	3	5	4,73	,560	-2,023	3,318
	Dialogo empleados	37	5	3	5	4,54	,605	-,958	-0,02

ECONÓMICA	Productos y servicios de calidad	37	5	2	5	4,54	,650	-1,765	4,814
	Productos servicios cumplen estándar	37	5	2	5	4,59	,798	-2,235	4,726
	Mejores niveles precios	37	4	1	5	4,32	,818	-1,968	6,394
	Información precisa productos y servicios	37	5	2	5	4,46	,767	-1,808	3,894
	Derechos consumidores	37	5	2	5	4,59	,725	-1,967	3,857
MEDIO AMBIENTAL	Minimizar impacto medio ambiental	37	4	2	5	3,89	,737	-,264	-,039
	Uso productos bajo impacto ambiental	37	4	1	5	3,68	,973	-,623	,341
	Ahorro energía	37	5	2	5	4,57	,765	-1,813	2,783
	Energía alternativa	37	5	2	5	4,35	,753	-1,109	1,214
	Planificación inversiones reducción impacto	37	5	2	5	4,46	,730	-1,437	2,281
	Reducción emisiones	37	5	2	5	4,81	,569	-3,835	16,761
	Artículos ecológicos	37	4	2	5	4,14	,713	-,689	,987
	Envases y embalajes reciclables	37	5	2	5	4,62	,681	-2,140	5,275

Fuente: Elaboración propia

Tabla 2. Estadísticos descriptivos según Dimensiones de RSC de hoteles de tres estrellas del Norte de Portugal.

Dimensiones	Variables	Galicia							
		N	Moda	Mínimo	Máximo	Media	Desv. Tip.	Asimetria	Curtosis
SOCIAL	Calidad empleados	20	5	2	5	4,50	,889	-1,751	2,285
	Salario empleados	20	5	1	5	4,00	1,338	-1,026	-,336
	Creación empleo	20	5	2	5	4,15	,933	-,756	-,391
	Formación empleados	20	5	2	5	4,40	,940	-1,367	,754
	Politicas conciliación	20	5	2	5	4,35	,988	-1,536	1,503
	Igualdad oportunidades	20	5	2	5	4,40	,995	-1,298	,178
	Dialogo empleados	20	5	2	5	4,40	,995	-1,298	,178
ECONÓMICA	Productos y servicios de calidad	20	5	2	5	4,40	,883	-1,449	1,526
	Productos servicios cumplen estándar	20	5	3	5	4,55	,686	-1,283	,542
	Mejores niveles precios	20	5	3	5	4,70	,657	-2,079	3,176
	Información precisa productos y servicios	20	5	3	5	4,40	,754	-,851	-,609
	Derechos consumidores	20	5	3	5	4,50	,761	-1,195	-,037

MEDIO AMBIENTAL	Minimizar impacto medio ambiental	20	4	3	5	4,10	,718	-,152	-,880
	Uso productos bajo impacto ambiental	20	4	1	5	3,45	,999	-,728	,635
	Ahorro energía	20	5	3	5	4,35	,745	-,697	-,762
	Energía alternativa	20	5	2	5	4,25	1,020	-1,221	,448
	Planificación inversiones reducción impacto	20	5	3	5	4,45	,759	-1,017	-,371
	Reducción emisiones	20	5	3	5	4,60	,681	-1,514	1,170
	Artículos ecológicos	20	5	3	5	4,30	,733	-,553	-,834
	Envases y embalajes reciclables	20	5	3	5	4,40	,821	-,914	-,830

Fuente: Elaboración propia

A continuación analizaremos los datos expuestos en las Tablas 1 y 2. Se puede observar que en la dimensión social, la existencia de igualdad de oportunidades para todos los empleados es la práctica más desarrollada por los hoteles pertenecientes a Galicia, siendo la preocupación por mejorar la calidad de vida de los empleados la práctica más utilizada por los hoteles de la Región Norte de Portugal. El compromiso con la creación de empleo (aceptación de becarios, creación de nuevos puestos, etc) es la práctica menos desarrollada por los hoteles en Galicia, siendo la que menos se practica en la Región Norte la relación del salario de los empleados con las competencias y los rendimientos que obtienen. El resto de las prácticas de responsabilidad social pertenecientes a la dimensión social se mantienen más o menos en el mismo nivel de desarrollo.

En el análisis de las prácticas más utilizadas encuadradas en la dimensión económica, podemos observar que ésta es la más equilibrada en su desarrollo, no produciéndose una diferencia excesiva en la mayor utilización entre las diferentes prácticas, pero manteniendo un nivel elevado de desarrollo de todas ellas. En Galicia, los hoteles desarrollan prácticas relacionadas con la preocupación porque los productos y/o servicios cumplan los estándares nacionales e internacionales de calidad así como tienen como eje prioritario en su gestión el respeto a

los derechos de los consumidores. La práctica menos desarrollada por los hoteles de Galicia es la distinción por mantener los mejores niveles de precios en relación con la calidad ofrecida, a diferencia de los hoteles ubicados en la Región Norte de Portugal, éstos la identifican como la práctica que desarrollan con mayor intensidad. La práctica menos utilizada por los hoteles portugueses es el proporcionar a los clientes información completa y precisa sobre sus productos y/o servicios.

Analizando las prácticas pertenecientes a la dimensión medioambiental, se deduce que es la dimensión que mayor variabilidad de desarrollo presenta en ambas zonas geográficas. Tanto los hoteles de Galicia como los ubicados en la Región Norte de Portugal la utilización de combustibles, productos en curso y/o transformados de bajo impacto ambiental es la práctica menos desarrollada por los hoteles de ambas zonas geográficas, no siendo en la misma intensidad, pero sí adoptando una media inferior a 4, además es la única práctica que han valorado utilizando el total de los rangos expuestos, de 1 a 5 en la dimensión medioambiental. Siendo la segunda práctica menos desarrollada la capacidad de minimizar el impacto medioambiental. La utilización de las prácticas menos desarrolladas están confrontadas con la práctica que identifican que más desarrollan en ambas regiones, aunque no en la misma intensidad, la posición que adoptan de estar a favor de la reducción de emisiones de gases, residuos y reciclaje de materiales.

En el análisis de la moda, el valor más frecuente en la matriz de datos en Portugal en todas las variables es 5 a excepción de las prácticas de la dimensión medioambiental relacionadas con la minimización del impacto ambiental y la utilización de productos de bajo impacto ambiental que es 4. A diferencia de los hoteles ubicados en Galicia, aunque presentan muchas de las prácticas una valoración de 5, existen prácticas en las diferentes dimensiones con una valoración igual a 4. En ambas regiones no se encuentra ninguna variable con el valor más frecuente en las matrices de datos inferior a 4, por lo tanto, manifiestan los directores de hotel que de forma intensa desarrollan prácticas de RSC. Los hoteles ubicados en Portugal desarrollan prácticas de forma intensa en todas las dimensiones, disponiendo de un par de prácticas en la dimensión medioambiental que no practican tan intensamente, a diferencia de los hoteles ubicados en Galicia, en la que nos encontramos que desarrollan prácticas de manera más o menos intensa, en cada una de las dimensiones de la RSC.

Las prácticas desarrolladas en las dimensiones social, económica y medioambiental en Galicia y en la Región Norte de Portugal se comportan de forma asimétricamente negativa, los valores se tienden a reunirse de forma más intensa en la parte derecha de la media. La variable que mayor distancia la separa de aglomeración de los valores con respecto a la media son las variables, la práctica asimilada a la existencia de igualdad de oportunidades para todos los empleados, concretamente es la más valorada desarrollada por los hoteles de Galicia en la dimensión social. Igualmente en Portugal la práctica más desarrollada es la más distanciada, la preocupación por mejorar la calidad de

vida de los empleados. El mismo comportamiento se percibe en las otras dos dimensiones, las prácticas más desarrolladas por los hoteles se encuentran más distanciadas. Con referencia a la normalidad, teniendo en cuenta los coeficientes de asimetría y el coeficiente de curtosis, ninguno de los datos pertenecientes al rango correspondiente a los hoteles de Galicia y del Norte de Portugal de las diferentes variables se distribuyen normalmente.

Del análisis estadístico descriptivo podemos extraer que se manifiesta una tendencia del comportamiento ante las diferentes dimensiones de la responsabilidad social corporativa. El desarrollo de prácticas de responsabilidad social en las dimensiones social y económica es diferente, pero es similar en las prácticas utilizadas en la dimensión medioambiental. La dimensión más valorada es la dimensión económica mostrando en segundo lugar la social y el tercer lugar lo ocupa la medioambiental por los hoteles ubicados en Galicia. Los hoteles pertenecientes a la Región Norte de Portugal desarrollan más las prácticas de la dimensión económica y en segundo lugar las prácticas relacionadas con la dimensión social y medioambiental.

3.3. Análisis factorial

En primer lugar detallaremos las premisas en las que hemos basado nuestro estudio y seguidamente, trataremos el análisis factorial en función de las diferentes dimensiones de la RSC. Los datos se someterán a los siguientes criterios expresados en la Tabla 3.

Tabla 3. Criterios pruebas de unidimensionalidad de los factores

Dimensión medioambiental				
Variables	Componente		Test	
	1	2		
Minimizar impacto		0,780		
Uso productos bajo impacto ambiental		0,881		
Ahorro energía	0,699			
Planificación inversiones	0,683		KMO	0,817
Reducción emisiones	0,883		Alfa Cronbach	0,814
Artículos ecológicos	0,774		Varianza total explicada	67,875%
Envases y embalajes reciclables	0,868		Test de esfericidad de Bartlet	0,000
Método de extracción: Análisis de componentes principales. Extraído 2 componentes			Determinante matriz correlaciones	0,049

Fuente: Elaboración propia.

Procedemos al análisis factorial de cada uno de los tres constructos que conforman las prácticas de RSC.

3.3.1. Análisis del Constructo de la Dimensión Medioambiental

Las variables que conforman la dimensión medioambiental de la RSC, en su inicio, son las siguientes: Minimizar impacto ambiental (Minimpmed); Usar productos de Bajo impacto ambiental (Pbajoimpme); Ahorro de Energía (Ahorrenerg); Fuentes de Energía Alternativas (Energaltern); Planificación de inversiones de reducción impacto (Planinvrimp); Reducción de emisiones (Reducemis); Artículos Ecológicos (Articecolog) y Envases y embalajes reciclables (Envembrecicl).

El constructo dimensión medioambiental cumple todos los requisitos (Tabla 3), tras someter los datos a una segunda fase de las pruebas de análisis factorial. Finalmente en nuestro caso la escala de la dimensión medioambiental se compone de los dos factores en los que se incluyen dos y cinco ítems, tras la eliminación el ítem denominado fuentes de energía alternativa. Finalmente, en la Tabla 4 incluimos las variables que componen este constructo, así como los principales resultados de las pruebas a las cuales hemos sometido los datos.

Tabla 4. Información del constructo Dimensión Medioambiental

Dimensión medioambiental				
Matriz de componentes rotados			Test	
Variables	Componente			
	1	2		
Minimizar impacto		0,780		
Uso productos bajo impacto		0,831		
Ahorro energía	0,699			
Planificación inversiones	0,683		KMO	0,817
Reducción emisiones	0,883		Alfa Cronbach	0,814
Artículos ecológicos	0,774		Varianza total explicada	67,875%
Envases y embalajes reciclables	0,868		Test de esfericidad de Bartlet	0,000
Método de extracción: Análisis de componentes principales. Extraído 2 componentes			Determinante matriz correlaciones	0,049

Fuente: Elaboración propia

3.3.2. Análisis del constructo Dimensión Económica

Las variables que conforman la dimensión económica de la RSC, en su inicio, son las siguientes: Productos y servicios de calidad (prodservq); Productos y servicios cumplen un estándar (prodservcstd); Mejores niveles de precios (mejnivprec); Información precisa de productos y servicios (prodservinfo) y Derechos de los consumidores (derchconsu).

El constructo de la dimensión económica de prácticas de RSC está constituido por un solo factor, en el cual se incluyen la totalidad de las variables propuestas inicialmente, dando cumplimiento a todos los criterios previamente establecidos (Tabla 3). Finalmente, en la Tabla 5 incluimos las variables que componen esta escala y sus principales resultados.

Tabla 5. Información del constructo Dimensión Económica

Dimensión económica			
Matriz de componentes		Test	
Variables	Componente 1		
Productos y servicios de calidad	0,866		
Productos y servicios estándar	0,748	KMO	0,795
Mejores niveles precios	0,839	Alfa Cronbach	0,863
Información productos y servicios	0,785	Varianza total explicada	65,139%
Derechos consumidores	0,792	Test de esfericidad de Bartlet	0,000
Método de extracción: Análisis de componentes principales. Extraído 1 componente		Determinante matriz correlaciones	0,087

Fuente: Elaboración propia

3.3.3. Análisis del Constructo de la Dimensión Social

Las variables que conforman la dimensión social de la RSC, inicialmente son las siguientes: Calidad de empleados (calidemp); Salario empleados (salaremp); Creación de empleo (creacemp); Formación empleados (formemp); Políticas de conciliación (politconc); Igualdad de oportunidades (igualopor); Mecanismos de diálogo de los empleados (dialgemp).

En el constructo dimensión social está conformado por un solo factor en el que se incluyen seis ítems. Esta escala cumple todos los criterios (Tabla 3) tras

someter los datos a las pruebas en una segunda fase en el que tan solo se elimina el ítem creación de empleo. Dada la situación actual es lógico que este ítem se elimine, la tasa de paro desde el año 2007 ha sufrido un incremento vertiginoso alcanzando en España un 25% y en Portugal un 17%. Finalmente, en la Tabla 6 incluimos los principales resultados del factor y las variables que componen el constructo prácticas RSC en la dimensión social:

Tabla 6. Información del constructo Dimensión Social

Dimensión social			
Matriz de componentes		Test	
Variables	Componente 1		
Calidad empleados	0,796		
Salario empleados	0,799		
Formación empleados	0,710	KMO	0,778
Politicas conciliación	0,734	Alfa Cronbach	0,866
Igualdad oportunidades	0,822	Varianza total explicada	61,527%
Dialogo empleados	0,838	Test de esfericidad de Bartlet	0,000
Método de extracción: Análisis de componentes principales. Extraído 1 componente		Determinante matriz correlaciones	0,050

Fuente: Elaboración propia

Conclusiones

De los argumentos teóricos podemos extraer que el papel de las instituciones es fundamental para que las empresas adopten una actuación activa orientada al comportamiento socialmente responsable. Las organizaciones implementan este comportamiento en función de la implicación más o menos intensa de las instituciones (Maigan y Ratlson, 2002) y en función de si crean o no un conjunto de adecuados incentivos (Galaskiewicz, 1991). Considera Campbell (2007) que las instituciones son un elemento clave para limitar o motivar a las organizaciones. Además las instituciones pueden llegar a influir en el ápice estratégico (Maigan y Ratson, 2002). Los factores que influyen en que las organizaciones adopten un comportamiento socialmente responsable son la ubicación de las instalaciones, los países donde operan y la relación de incentivos por parte de las instituciones.

Otra de las consideraciones a tener en cuenta en la influencia del comportamiento de las empresas es el proceso de internacionalización, en el cual muchas de ellas se ven inmersas. Este progreso ayuda a la difusión de prácticas de responsabilidad social en las organizaciones a lo largo de los diferentes países en los que operan (Nieto, 2008).

En el análisis estadístico descriptivo podemos extraer que se manifiesta una tendencia diferente ante el comportamiento asociado a las diferentes dimensiones de la responsabilidad social corporativa. El desarrollo de prácticas de responsabilidad social en las dimensiones social y económica es diferente, pero es similar en las prácticas utilizadas en la dimensión medioambiental. En este caso tanto en España como en Portugal tienen desarrollada con gran amplitud legislación orientada al medioambiente bajo el paraguas de la Unión Europea. En el caso de materia social la legislación y normativa es diferente, en el caso de de Galicia se promocionan cuestiones de carácter social relacionadas con igualdad de oportunidades con menor intensidad a las realizan en Portugal. En Galicia se deja de lado cuestiones relacionadas con el empleo, ya que la situación de crisis económica hace que se creen menos empleos y las condiciones se devalúen, cuestión que también ocurre en Portugal pero existe mayor colaboración y sensibilidad en este sentido. En el ámbito económico tanto en Galicia como en Portugal preocupa todo aquello relacionado con los intereses de la dimensión económica.

Se ha realizado el análisis de las prácticas de responsabilidad social corporativa bajo la hipótesis de la afirmación extraída de Maigan y Ralston (2002), la tendencia al comportamiento socialmente responsable varía en función de diferentes países. Se confirma la propensión de un comportamiento diferente según los países en las dimensiones social y económica en los hoteles de tres estrellas pertenecientes a la región Norte de Portugal y Galicia. Estos hoteles presentan una tendencia a un comportamiento socialmente responsable similar en la dimensión medioambiental. En el anterior apartado hemos expuesto las principales motivaciones.

A partir del análisis factorial confirmatorio con rotación Varimax, las variables que forman parte de la escala de RSC, en base a las tres dimensiones para los hoteles de tres estrellas ubicados en Galicia y Norte de Portugal es muy similar a las extraídas para el tejido empresarial que conforma la Comunidad de Extremadura. Por lo que se propone utilizar en futuros estudios esta escala de RSC para comprobar si el comportamiento es similar en otros países, así como confirmar si se mantienen el mismo conjunto de ítems para cada uno de los factores.

En nuestro estudio nos hemos apoyado en medidas basadas en las percepciones de los Directores/as de los hoteles, por lo que en todos los casos la información del hotel se recibió de un único informante. Hemos de admitir la posibilidad de que las percepciones de los encuestados no se correspondan del todo con la realidad, y que para el desarrollo de un estudio más completo

debería tenerse en cuenta la opinión de otros grupos de interés tanto internos como externos a la organización.

En las futuras líneas de investigación se propone realizar una comparativa entre los hoteles de tres estrellas y los de mayor categoría, ya que en este estudio supone una propia limitación la unidad de análisis. Para que se puedan extraer las conclusiones generales orientadas a todo el territorio nacional, sería de gran interés comparar si la tendencia que se enmarca en este estudio se cumple para todo el territorio a nivel España y Portugal, extraer las diferencias y similitudes entre ambos países y la comparativa de los resultados aportados en la presente investigación.

Por otra parte, dada la situación coyuntural de la economía en el momento que se realiza esta investigación, se propone realizar este mismo estudio en un momento económico más favorable, pudiendo comparar en dos períodos económicos diferentes si afecta a un comportamiento más o menos responsable e identificar si se cumple para una o todas las dimensiones de la RSC.

Agradecimientos

Agradecer los comentarios plasmados por los árbitros asignados a la lectura de mi texto para la consideración en la Revista Configurações.

Bibliografía

AUPPERLE, K. E.; CARROLL, A. B. y HATFIELD, J. D. (1985), "An Empirical Examination of the Relationship between Corporate Social Responsibility and Profitability", *Academy of Management Journal*, 28(2): 446-463.

BARTLETT, M. S. (1950), "Tests of significance in factor analysis", *British Journal of Psychology*, 3: 77-85.

BARTLETT, M. S. (1951), "A further note on tests of significance in factor analysis", *British Journal of Psychology*, 4: 1-2.

BIGNÉ, E.; ALVARADO, A.; CURRÁS, R. y RIVERA, J. (2010), "Latest evolution of academic research in corporate social responsibility: An empirical análisis", *Social Responsibility Journal*, 6: 332-344.

BROWN, D., DILLARD, J. y SCOTT MARSHALL, R. (2006), "Triple Bottom Line: A Business Metaphor for a Social Construct", *Documento de Trabajo*, Universidad Autónoma de Barcelona.

CAMPBELL, J. L. (2007), "Why would corporations behave in socially responsible ways? An institutional theory of corporate social responsibility", *Academy of Management Review*, 32 (3): 946-967.

CARROLL, A.B. (1979), "A Three Dimensional Conceptual Model of Corporate Social Performance", *Academy of Management Review*, 4(4): 497-505.

CLAASEN, C. y ROLOFF, J. (2012), "The Link Between Responsibility and Legitimacy: The Case of De Beers in Namibia", *Journal of Business Ethics*, *107*(3): 379-398.

COLBERT, B. A. y KURUCZ, E. (2007), "Three conceptions of Triple Bottom Line Business Sustainability and the Role for HRM", *HR, Human Resource Planning*, 30(1): 21-29.

DAHLSRUD, A. (2008), "How corporate social responsibility is defined: An analysis of 37 definitions", *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15: 1-13.

DAVIS, K. (1973), "The cases for and against business assumption of Social Responsibilities", *Academy of Management Journal*, 16(2): 312-322.

DÍEZ MARTÍN, F.; BLANCO GONZÁLEZ, A. y PRADO ROMÁN, C. (2010), "Medición de la legitimidad organizativa: El caso de las Sociedades de Garantía Recíproca", *Cuadernos de Economía y Dirección de la Empresa*, 13(43): 115-143.

ELKINGTON, J. (1998), *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*, (2 ed.), Oxford: Capstone Publishing Ltd.

FANJUL, E. (2010), "Factores culturales e internacionalización de la empresa", *ICE*, 856: 7-19.

GALASKIEWICZ, J. (1991), "*Making corporate actors accountable: Institution-building in Minneapolis-St. Paul*", *in* Walter W. Powell e Paul J. DiMaggio (eds.) *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press: 293-310.

GALLARDO VÁZQUEZ, D.; SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, M. I. e CORCHUELO MARTÍNEZ-AZÚA, M. B. (2011), "*Validación de un instrumento de medida para la relación entre la orientación a la responsabilidad social corporativa y otras variables estratégicas de la empresa*", Paper presentado en el Congreso XVI Congreso AECA, Septiembre, Granada.

GALLARDO-VAZQUEZ, D. y SANCHEZ-HERNANDEZ, I. (2012), "Information on corporate social responsibility and SME's environmental responsiveness: A regional study", *Economics and Sociology*, 5 (2): 103-115.

DE BAKKER, F. G.; GROENEWEGEN, P. y DEN HOND, F. (2005), "A bibliometric analysis of 30 years of research and theory on Corporate Social Responsibility and Corporate Social Performance", *Business & Society*, 44 (3): 283-317.

GARRIGA, E. y MELÉ, D. (2004), "Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory", *Journal of Business Ethics*, *53*(1/2): 51-71.

GERDE, V. W. y WOKUTCH, R. E. (1998), "25 years and going strong: A content analysis of the first 25 years of the social issues in management division proceedings", *Business and Society*, 37(4): 414-446.

LOCKETT, A.; MOON, J. y VISSER, W. (2006), "Corporate social responsibility in management research: Focus, nature, salience and sources of influence", *Journal of Management Studies*, 43 (1): 115-136.

MAIGAN, I. e RALSTON, D. A. (2002), "Corporate social responsibility in Europe and the U.S.: Insights from businesses' self-presentations",*Journal of International Business Studies*, 33 (3): 497-514.

MARTÍN ROJO, I.; GASPAR GONZÁLEZ, A. I.; CARO GONZÁLEZ, F. J.; CASTELLANOS VERDUGO, M. y OVIEDO GARCIA, M. A. (2008), *La responsabilidad social corporativa en los puertos deportivos y clubes náuticos de Andalucía: Diagnóstico y propuestas de mejoras para la innovación turística,* Sevilla: C. y D, Consejería de Turismo.

NIETO ANTOLÍN, M. (2008), "La difusión de las prácticas de responsabilidad social en las empresas multinacionales", *Pecvinia*, 1 (extra): 33-64.

NORMAN, W. y MCDONALD, C. H. (2003), "Getting to the Bottom of "Triple Bottom Line". *Business Ethics Quarterly*, 14(2): 243-262.

NUNNALLY, J. C. (1978). *Psychometric theory* (2nd ed.). Nova Iorque: McGraw-Hill.

ORPEN, C. (1987), "The attitudes of United States and South African Managers to Corporate Social Responsibility", *Journal of Business Ethics*, 6(2): 89-96.

PAPMEHL, A. (2002), "Beyond the Gaap", *CMA Management*, 76(5): 20-25.

PERDOMO, J. y ESCOBAR, A. (2011), "La investigación en RSE: una revisión desde el management", *Cuadernos de Administración*, *24*(43): 193-219.

PÉREZ LÓPEZ, C. (2005), *Métodos estadísticos avanzados con Spss*, Madrid, Thomson.

QUAZI, A. M. y O'BRIEN, D. (2000), "An empirical test of a cross-national model of Corporate Social Responsibility", *Journal of Business Ethics*, 25: 33-51.

ROWLEY, T. (1997), "Moving beyond dyadic ties: a network theory of stakeholder influences", *Academy of Management Review*, 22: 887-910.

SINGHAPAKDI, A.; VITELL, S. J.; RALLAPALLI, K. C. y KRAFT, K. L. (1996), "The perceived role of Ethics and Social Responsibility: a scale development", *Journal of Business Ethics*, 15: 1131-1140.

VERDÚ, A. (2002), *Relación entre flexibilidad y desempeño organizativo: una aproximación desde la perspectiva de la gestión de la calidad total*. Tesis Doctoral: Universidad Granada.

WANG, C. H. (2005), "Constructing multivariate process capability indices for short-run production", *Int.J. Adv. Manuf. Technol.*, 26: 1306-1311.

WUBNEH, M. A. (1987), "Multivariate analysis of socio-economic charasteristics of urban areas in Ethiopia", *Afr. Urban Quaterly*, 2: 425-433.

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 161-173

Resistências e mudanças no "sistema político" local português: proposta de análise a partir de uma comparação internacional

Joel Felizes*

Resumo: Propõe-se uma caracterização da arquitetura geral do poder local português, recorrendo, sobretudo, à análise de contributos de alguns autores que procuraram definir alguns critérios para uma tipificação comparativa de poderes locais e regionais de diversos países. A especificidade do caso português é analisada a partir de algumas das características que lhe são mais comummente reconhecidas: a sua natureza de poder algo marginalizado no contexto político português, decorrente em parte da sua vocação originária de contrapeso local de um sistema excessivamente burocrático e centralizador. A este propósito, referem-se os casos da situação verificada em termos de qualificação dos recursos humanos e da adoção da chamada Agenda 21 Local para o desenvolvimento sustentável. Enfim, argumenta-se que uma eventual mudança em favor de um maior envolvimento do poder local nas políticas de desenvolvimento do país será mais efetiva se as autarquias locais (especialmente os municípios mais pequenos e as freguesias) virem reforçados os seus recursos para poderem lançar novas iniciativas que possam estimular a participação dos cidadãos.

Palavras-chave: poder local, comparação internacional, desenvolvimento sustentável.

1. O poder local português no contexto das comparações internacionais

Partindo da nossa experiência de pesquisa no domínio do poder local, propomo-nos ensaiar uma análise do modo como ele pode ser contextualizado face às tradições de descentralização existentes noutros países. Em jeito introdutório, com base sobretudo no trabalho de Thynne e Wettenhall (2004), fazemos uma breve análise desse problema da descentralização numa perspetiva mais ampla, apoiados no trabalho clássico de A. Macmahon (1961). Seguidamente, e acompanhando as propostas de Lidström (1999), fazemos uma retrospetiva de alguns dos trabalhos mais conhecidos que, sobretudo ao longo da década de 1990, procuraram identificar, com base em comparações internacionais, algumas das características estruturantes do poder local. Embora a intenção de

* Sociólogo. Centro de Investigação em Ciências Sociais (jbfelizes@ics.uminho.pt).

configurações 11 novo.indb 161 10-01-2014 11:25:01

vários destes trabalhos tenha sido a de encontrar uma tipologia global de poderes locais, iremos atender apenas às variáveis que estes autores julgaram mais relevantes, para desse modo produzirmos uma contextualização alargada do caso português que sirva os propósitos mais específicos de enquadramento das políticas de desenvolvimento levadas a cabo na administração local portuguesa.

1.1. Notas sobre a descentralização

Arthur W. Macmahon, no seu livro *Delegation and Autonomy*, procurou explorar "a compatibilidade entre os dispositivos autónomos e os ideais integrativos da administração pública" (Macmahon, 1961: viii, *apud* Thynne e Wettenhall, 2004: 611). Para tal, ele foca o tema geral da descentralização, que é reconhecido como tendo muitas aplicações, sobretudo na medida em que dela resultam várias formas institucionais que têm de ser diferenciadas. O significado geral de "longe do centro" tem de ser complementado e qualificado pelo uso de outros termos com significações relacionadas. Assim, tanto uma tipologia como uma hierarquia de utilizações vão emergir.

Os componentes estruturais da descentralização são vistos por Macmahon como resultando da "interação" entre a base na qual o poder é dividido e a fonte daquele poder. A base da divisão pode ser "territorial e não territorial", sendo esta última definida como "funcional num sentido lato do termo (…) contrastando amplamente com a divisão por áreas" (Macmahon, 1961: 17, *apud* Thynne e Wettenhall, 2004: 611). A base territorial inclui vários tipos de governação, desde repartições locais a governos locais e mesmo estados, no caso dos sistemas federais. A base funcional compreende secções especializadas de departamentos centrais, organismos reguladores semiautónomos e formas semiautónomas (normalmente empresariais) de organização de empresas públicas.

Quanto à fonte do poder, Macmahon distingue três espécies da descentralização: a "devolução constitucional", a "devolução estatutária" e a "desconcentração administrativa". A descentralização é, assim, o processo geral de distribuição de poder governativo, ao passo que a desconcentração e a devolução são vistas como formas específicas da descentralização. A desconcentração é pois uma forma mais ténue de descentralização, na qual os departamentos ou outras organizações "atribuem às subunidades integradas nesses mesmos departamentos uma discricionariedade considerável", tanto em termos territoriais como funcionais, mas conservando sempre o poder para retirar aquela discricionariedade. No caso português, o exemplo mais evidente desta desconcentração é o das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que detêm, por exemplo, competências importantes no domínio do ordenamento do território.

Já a "devolução" representa um nível superior de descentralização. Quando é de tipo "estatutário", ela depende de leis emanadas de órgãos centrais legislativos

que criam organizações territoriais ou funcionais e que também determinam a sua forma e a extensão dos seus poderes. No caso da "devolução constitucional", o poder é dividido "entre o governo central e unidades constitutivas de governo autónomo", não podendo este quadro ser alterado por procedimentos legislativos ordinários (Macmahon, 1961: 20-27 *apud* Thynne e Wettenhall, 2004: 612).

Esta formulação de Macmahon mostrou-se relevante por duas razões principais. Primeiro, ela reconhece a existência, na descentralização, tanto de bases territoriais como funcionais, podendo então as organizações daí resultantes ter um certo grau de autonomia legal e operacional na sua atuação. Depois, ela permite que se distingam de forma rigorosa os diferentes graus de descentralização, tanto territorial como funcional. Os termos-chave são aqui identificados e definidos, mostrando como as várias organizações podem ser estruturadas em resposta às exigências de autonomia e de integração.

Daqui podemos inferir que uma parte substancial do debate em torno da descentralização pode ser enquadrada nos temas do controlo e da responsabilidade, no contexto da relação entre autonomia e integração (Thynne e Wettenhall, 2004). Esta relação, ainda que condicionada pela realização de objetivos ou por outros meios contratuais, é inevitavelmente fluida e dinâmica. A forma como aqueles controlos são feitos, bem como a definição das exigências de prestação de contas, estão associadas ao lugar que uma organização ocupa nesse eixo *autonomia-integração*, podendo todavia em qualquer dos polos haver efeitos positivos ou negativos. Assim, uma organização situada perto do polo da autonomia pode usufruir de elevada margem de manobra na sua gestão, num quadro de controlo menos rígido, mas, em contrapartida, ela pode estar isolada de processos deliberativos importantes na esfera governativa e ver-se privada de muitos recursos necessários. Ao invés, uma organização situada perto do polo da integração, embora funcionando dentro de um sistema rígido de controlo e de prestação de contas, tanto pode estar subjugada como pode ser capaz de interagir com outros corpos relevantes de modo bastante cooperativo.

As conclusões de um estudo recente de J. Rodden (2005) parecem também apontar no sentido de deverem ser tidas em conta diferenças importantes entre modelos de descentralização, até porque esta raramente significa uma redistribuição linear de poderes:

> Um importante passo seria reconhecer que o melhor entendimento da descentralização dos últimos 20 anos não consiste numa transferência líquida de autoridade ou de recursos fixos dos níveis centrais de governo para os subnacionais, nem entender o federalismo como a alocação fixa de esferas de autonomia do governo central e das províncias. Um ponto de partida mais promissor para a construção teórica seria a análise das causas e efeitos da distribuição imbricada e partilhada de políticas e da autoridade política e fiscal. (Rodden, 2005: 25)

Deste modo, segundo este autor, a maior parte dos argumentos teóricos que destacam os ganhos de eficiência obtidos pela descentralização (assim como os argumentos mais recentes que apontam para os perigos desta última) implicitamente assume que os avanços ou recuos na capacidade de resposta dos governos subnacionais, ou os incentivos para os esforços dos governos locais, derivam da maior autonomia em relação ao governo central. Ora, isto não é necessariamente verdade. Fazendo uma comparação com a realidade de algumas grandes empresas, Rodden explica, na mesma linha de argumentação de Thynne e Wettenhall (2004), que, se as divisões regionais duma dada empresa gastam mais do que as divisões regionais de outra, isso não reflete necessariamente uma descentralização maior da primeira, no caso de os seus gestores estarem mais sujeitos a um controlo rígido por parte da sede central e de as suas decisões sofrerem modificações frequentes. Então, no caso da descentralização das despesas públicas, as medições simplistas podem efetivamente "dizer muito pouco sobre o *locus* da autoridade" (Rodden, 2005: 13).

Daí que, no domínio específico da descentralização de competências e recursos em matéria de impostos, Rodden alerte especificamente para a dificuldade em "interpretar os dados sobre a descentralização das despesas sem informações adicionais sobre a estrutura que regula as finanças subnacionais" (2005: 13).

1.2. A comparação internacional dos governos locais

Quando operamos a escalas tão alargadas como a da comparação de sistemas políticos, são normais as diferenças entre as abordagens. No caso dos poderes locais, encontramos uma variação entre estudos de cariz mais diacrónico, que atendem bastante ao enraizamento histórico dos sistemas políticos, contrapondo-se a estudos de tipo mais sincrónico, que procuram fixar no momento da sua realização um conjunto de características cuja matriz histórica é relativamente desvalorizada. Por outro lado, são também notórias as diferenças entre estudos que se centram numa única dimensão, julgada nuclear, da configuração do poder local, e estudos que apostam numa pluralidade de dimensões, para desse modo produzirem uma tipologia empiricamente mais elaborada. Como seria de esperar, qualquer destas metodologias apresenta vantagens e inconvenientes.

Bennett (1993), ao investigar o modo como as relações entre os governos central e local, em conjunto com a organização interna das autoridades locais, se modificaram ao longo do tempo, acaba por sugerir uma tipologia com três categorias de poder local: um poder local baseado no sistema napoleónico, identificável nos países de tradição latina, mas também na Alemanha, na Áustria, na Suíça e nos Países Baixos; um segundo tipo, derivado do sistema anglo-saxónico, existente na Grã-Bretanha e na Irlanda; e finalmente um terceiro tipo que advém do sistema escandinavo. Esta tipologia pecará, entre outros aspetos, por

algum excesso de generalização, ao tentar abranger países geralmente julgados bastante díspares sob uma mesma tradição napoleónica.

Já segundo Bours (1993), no seu estudo comparativo de dezanove Estados europeus, os sistemas de governo local podem ser agrupados segundo a sua posição quanto a quatro variáveis: a dimensão demográfica; a proporção das despesas locais face ao Produto Interno Bruto do país; a proporção dessas despesas na despesa pública total; e, finalmente, a importância dos impostos locais nas receitas dos governos locais. Com base nestes critérios, o autor propõe quatro tipos de governo local:

i. o **Tipo A**, que compreende a Grã-Bretanha, a Irlanda, a Suécia, os Países Baixos e a Dinamarca, com governos locais mais fortes;
ii. o **Tipo B**, moderadamente forte, com desenvolvimentos recentes "positivos". Encontra-se na Finlândia, na Alemanha Ocidental, na Bélgica e na Polónia;
iii. o **Tipo C**, também moderadamente forte, mas de formação mais "tradicional". Inclui o Luxemburgo, a Áustria, a Suíça, a Espanha, a Hungria e a França;
iv. o **Tipo D**, onde surgem a Itália, Portugal, a Grécia e a Checoslováquia, países que têm governos locais mais débeis.

Esta categorização ilustra bem algumas das dificuldades comuns a estes exercícios, já que, por exemplo, ao dar bastante importância ao fator demográfico (a dimensão populacional dos municípios), acaba por colocar a Irlanda no Tipo A, quando muitos outros autores veem este caso como o de um sistema bastante centralista de administração. Para entendermos melhor estas dificuldades de um exercício comparativo, vale a pena ainda reter mais três exemplos de investigações.

Norton (1994), na sua tipologia aplicada a nove países vai reter treze critérios. São convocados aspetos como o estatuto constitucional do poder local, o número de níveis de administração, os poderes formais, as formas diferentes do controlo, as modificações das funções ao longo do tempo, a situação financeira, os corpos executivos, o sistema eleitoral, o sistema de partidos e a participação eleitoral. O resultado é um conjunto de cinco sistemas mundiais do governo local, dos quais três são europeus: o europeu do Sul (França e Itália), o europeu do Norte (Suécia e Dinamarca) e o grupo britânico. Além destes, Norton identifica um sistema norte-americano (EUA e Canadá) e um japonês. O caso alemão é visto por este autor como variando entre o modelo europeu do Sul e o do Norte, dada a diversidade de situações que encontramos neste sistema federal.

Goldsmith (1992), por seu turno, vai sugerir uma classificação de sistemas de poder local com base "no objetivo primordial ou *ethos* distintivo que estará na sua base" (Goldsmith, 1992: 395). Este autor, inspirado na metodologia de

Max Weber, identifica quatro modelos diferentes, quatro tipos-ideais de poder local:

i. O modelo do **Patrocinato-Clientelismo**, principalmente visível na Europa do Sul da atualidade, mas também nos EUA do início do século XX. Baseia-se na lógica de líderes políticos fortes que protegem os cidadãos e são capazes de gerar benefícios para a comunidade local. Regra geral, trata-se de unidades territorialmente diminutas. Em alguns casos, como em França, esses líderes são, simultaneamente, membros de órgãos de soberania a nível regional ou central.
ii. O modelo do **Desenvolvimento Económico**. Encontra-se mais nos EUA da atualidade, no Canadá e na Austrália. Aqui, a tarefa básica do governo local é promover o crescimento económico no território. Emergem por isso fortes redes informais entre interesses privados e públicos, dirigidos àquele objetivo.
iii. O modelo do **Estado-Providência**, sobretudo visível nos governos locais da Alemanha, dos Países Baixos, da Grã-Bretanha e da Escandinávia. O governo local, normalmente grande e altamente profissionalizado, é principalmente um fornecedor de serviços de bem-estar, que devem ser oferecidos de modo eficiente e equitativo.
iv. Goldsmith sugere ainda que um quarto modelo emergiu nos últimos anos: o modelo **Promotor do Mercado**. Inspirado pela ideologia liberal de M. Thatcher e R. Reagan, inclui a noção de que as funções dos governos locais devem ser reduzidas a um mínimo.

No caso da proposta de Lidström (1999), propõe-se uma abordagem também com base em tipos-ideais, que partem de uma separação entre sistemas políticos com presença mais ou menos forte do governo local, e entre sistemas que proporcionam maior ou menor autonomia às autarquias locais. Daqui resulta uma tipologia que permite identificar quatro categorias de sistemas em dois pares. Começando pelos casos em que os governos locais têm maior peso, fornecendo boa parte dos serviços públicos, temos:

i. sistema em que o poder local tem uma **Posição Dominante Autónoma**, que envolve maior discricionariedade dos governos locais. Não só o sector público entrega grande parte das suas tarefas ao governo local, como também este pode decidir que funções executar e como;
ii. sistema com **Posição Dominante Regulada**, onde ele surge mais como um agente do Estado, apesar de as suas tarefas serem relativamente extensas. O governo central regula e controla a forma como as entidades locais executam as suas funções.

Por contraste, em sistemas de governos locais marginais, o governo central dirige a maior parte das funções públicas. Contudo, isto não exclui a possibilidade de o governo local continuar a ter alguma importância:

i. sistema com **Posição Marginal Autónoma**, onde o controlo do governo central é pequeno, permitindo às entidades locais decidir de modo mais independente no quadro das suas tarefas limitadas;
ii. sistema com **Posição Marginal Regulada**, onde as poucas tarefas que o governo local executa são sujeitas a regulação apertada.

Esta breve resenha permite que possamos desde logo perceber que, dada a relativa generalização aqui presente, o valor destes trabalhos residirá não tanto no que é dito acerca do caso específico de cada país, mas sobretudo na forma como se procura detetar as dimensões mais relevantes para uma análise. Estas dimensões relevantes deixam, assim, entrever a possibilidade de se discutirem alguns dos pressupostos de cada sistema político, por mais enraizados que eles estejam nas tradições históricas.

1.3. O caso português visto numa ótica comparada

Aquilo que pode ressaltar da análise cruzada de algumas destas tipificações é que o caso português não deve ser identificado como um exemplo típico de um modelo de patrocinato-clientelismo, tal como a análise de Goldsmith pode sugerir, dadas a relativa maior dimensão dos municípios portugueses e a legislação que incompatibiliza as funções autárquicas com a maior parte dos cargos nos órgãos de soberania da administração central e, enfim, dada a relativamente escassa possibilidade que as autarquias municipais têm, no quadro legal, de atrair recursos importantes para o seu território.

No caso da análise de Lidström já estamos perante o que julgamos ser uma maior aproximação ao caso português, quando se especifica o tipo de sistema em que o poder local tem uma posição globalmente marginal, mas relativamente autónoma. Importa porém ter em conta que são muitas as restrições que a legislação portuguesa impõe aos atos da administração local: daí que, em muitos domínios, as autarquias municipais portuguesas tendam a aproximar-se mais do tipo que as coloca numa posição marginal regulada. Por outro lado, não devemos esquecer o relativamente elevado estatuto político das autarquias locais portuguesas, bem como o amplo leque de competências que lhes estão atribuídas, entre outras prerrogativas que as tornam entidades dotadas de uma significativa autonomia política, administrativa e financeira.

Portanto, aquilo que parece ganhar força nestas comparações é o consenso generalizado quanto ao carácter centralista do nosso sistema político-administrativo, neste aspeto bastante longe das tradições de larga autonomia e vasto espectro de competências e recursos das administrações locais que se encontram

em países como os da Europa do Norte. Assim, este carácter limitado das competências e recursos da nossa administração local, tornado visível nestas comparações internacionais, parece ser uma razão evidente das dificuldades que o poder local português tem em prosseguir os seus objetivos de promoção do desenvolvimento.

Isto mesmo é, de resto, sugerido por um reconhecido especialista na matéria, Fernando Ruivo, em declarações acerca das condições que os municípios portugueses teriam para abarcar o alargado leque de competências que o governo central propôs em 2007:

> Faltam duas coisas fundamentais. Primeiro, mais recursos humanos especializados – e, nesse aspecto, devo dizer que os municípios melhoraram imenso. Mas não chega, porque são áreas muito delicadas, que exigem grandes investimentos e, daí, o segundo item: recursos financeiros. Será cortando nas transferências que os municípios vão poder investir? Será que a maior parte dos 308 autarcas portugueses tem a cultura técnica necessária para levar a cabo isso, sem estarem suficientemente amparados por técnicos de alto gabarito? (*Campeão das Províncias*, 2007)

É também sintoma da condição errática do nosso poder local o facto de, para muitas pessoas, o desenvolvimento local protagonizado pelas autarquias ser ainda sobretudo visto e avaliado em função da "obra feita", isto é, das suas realizações materiais (especialmente as de maior impacto visual), bem como em função de um leque de benefícios diretos proporcionados aos cidadãos (por exemplo, serviços de transportes ou fornecimento de alimentação e manuais escolares para os jovens em situação económica precária). A estes condicionalismos devem ainda acrescentar-se os que decorrem da profunda crise económica que tem afetado o país praticamente desde o início do século XXI, que se reflete inevitavelmente numa retração dos recursos financeiros do poder local. Neste quadro, um desenvolvimento regional e local sustentável afigura-se como um objetivo por cumprir, inscrito num clima de instabilidade.

2. Os casos do défice de qualificações e da adoção da Agenda 21 Local

Para ilustrar esta questão, acrescentamos seguidamente duas breves notas: a primeira, acerca das dificuldades que o poder local português tem tido em melhorar rapidamente o nível geral de qualificação dos recursos humanos sob sua jurisdição; depois, uma segunda nota sobre o grau de adoção pelas autarquias do programa de desenvolvimento sustentável da chamada Agenda 21 Local.

2.1. Os níveis de qualificação dos recursos humanos

A situação geral de carência de recursos (materiais ou humanos) é naturalmente vivida não por todos, mas seguramente pela maior parte dos municípios portugueses. Os tipos de organização interna e os níveis de qualificação dos trabalhadores das autarquias locais são bastante variáveis. Um bom exemplo desta variação pode ser percebido mediante a disparidade entre os municípios que apresentavam, em 2005, maiores e menores valores totais das despesas com pessoal. Segundo o *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses*, publicado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC):

> A despesa com pessoal é uma despesa estrutural no funcionamento da administração, directamente relacionada com as obrigações e competências do município. Assim a existência dentro do mesmo agrupamento dimensional de autarquias de uma variação significativa do peso desta despesa, entre os valores máximos e mínimos, leva-nos a sugerir a pertinência de um estudo sobre as reais necessidades de pessoal de uma autarquia e a identificar a tipologia organizacional que melhor rentabilize os recursos humanos e financeiros com vista à prossecução dos objectivos estruturais dos municípios. (Carvalho *et al*., 2005: 101)

Os valores aqui em causa variam de facto bastante: por exemplo, o referido Anuário mostra que esta despesa ora representa 14% do total das despesas no caso de Castelo Branco, ora chega aos 43,2% no caso de Coimbra (Carvalho *et al*., 2005: 101). Embora estes municípios tenham dimensão populacional diferente, trata-se, em ambos os casos, de capitais de distrito.

Estas variações estão igualmente relacionadas com o já referido cenário geral de baixas qualificações dos recursos humanos, particularmente gravoso se olharmos para o nosso passado recente. A percentagem de trabalhadores com qualificações de nível superior era, em 2009, de 20,6% do total de efetivos da administração local (DGAL, 2010), ao passo que na administração central esse valor era de 56,2% em setembro de 2011 (DGAEP, 2011). Situação similar pode ser verificada na proporção de trabalhadores com escolaridade básica (até nove anos): eles são 23,1% do total de trabalhadores da administração central e representam 56,2% dos trabalhadores das autarquias locais. Ainda a propósito deste problema do défice português de qualificações, é interessante o modo como um anterior Secretário de Estado que tutelava a administração local (Eduardo Cabrita) se lhe referiu numa sessão pública:

> Hoje temos, em média – e é preciso que se saiba disso – mais auto-estradas por quilómetro e por habitante que a média dos países da União Europeia. Temos já a possibilidade, em Portugal, de constituir empresas mais depressa que em qualquer país da União Europeia. Onde é que estão os nossos factores de atraso? Estão na qualificação. (Cabrita, 2008)

Não se trata contudo de um problema que derive diretamente de um hipotético estatuto político menor das autarquias locais portuguesas. De resto, se atentarmos no disposto na Carta Europeia de Autonomia Local (1985), ratificada por Portugal em 1990, percebemos que o princípio da autonomia do poder local está de facto largamente salvaguardado entre nós, no que se refere em particular à autonomia administrativa. Segundo se pode ler no Artigo 6.º deste diploma, "as autarquias locais devem poder definir as estruturas administrativas internas de que entendam dotar-se, tendo em vista adaptá-las às suas necessidades específicas, a fim de permitir uma gestão eficaz". Mais adiante, é determinado que "o estatuto do pessoal autárquico deve permitir um recrutamento de qualidade baseado em princípios de mérito e de competência. Para este efeito, o estatuto deve fixar as condições adequadas de formação, de remuneração e de perspectivas de carreira" (*Diário da República*, 1990: 4348).

Deste modo, no nosso entender, faz sentido a ideia de que, encontrando-se o poder local português numa posição marginal do sistema político, as razões dessa marginalização não podem ser unicamente encontradas na própria legislação em vigor. Provavelmente, temos de ir buscar tais razões a um quadro de práticas políticas que desde há longos anos vem empurrando as autarquias locais (municípios e freguesias) para essa posição indesejável.

2.2. A adoção da Agenda 21 Local

A chamada Agenda 21 Local (A21L) é um derivado da Agenda 21, acordo que em 1992 constituiu o corolário da Cimeira da Terra promovida pela ONU (Conferência do Rio de Janeiro). No capítulo 28 da Agenda 21 visa-se, pois, um maior envolvimento entre o poder local e os agentes locais nas dinâmicas de desenvolvimento sustentável, implicando, além da administração autárquica, a participação ativa dos múltiplos sectores que constituem a sociedade civil (ONU, 1992). Quando levada a cabo, esta agenda tem, por exemplo, na figura do orçamento municipal participativo, um dos seus mais conhecidos instrumentos. No entanto, como será de prever, esta não é ainda uma prática muito comum: a RTP, num dos seus programas "iGOV" transmitido em novembro de 2012, referiu que até à data e nos últimos dez anos tinham decorrido cerca de setenta experiências de orçamentos participativos, havendo vinte que estavam em curso, envolvendo Câmaras Municipais ou Juntas de Freguesia (RTP, 2012).

Nas palavras de L. Schmidt e J. Guerra, "a A21L posiciona-se, assim, como um instrumento valioso não apenas no âmbito das comunidades, mas também no plano global, contribuindo para reencontrar um caminho que reintegre o local no quotidiano e, com base nos recursos endógenos, potencie uma prosperidade que não equivalha, necessariamente, a crescimentos inúteis e a desequilíbrios ambientais globais" (Schmidt e Guerra, 2010: 120). Segundo um estudo de 2012 coordenado pelo Grupo de Estudos Ambientais da Universidade Católica (Macedo *et al.*, 2012), em 2011 havia 140 municípios portugueses que

tinham iniciativas conhecidas no âmbito da A21L (para além de mais 27 casos a nível de freguesias). O número de municípios envolvidos, correspondendo a 45% do total de municípios portugueses, traduz um valor que podemos considerar baixo. Todavia, o estudo citado (Macedo *et al*., 2012) encontra outros indicadores mais preocupantes:

a) 24 municípios que subscreveram um ou os dois documentos estratégicos da A21L (a Carta de Aalborg e os Compromissos de Aalborg), até ao momento do estudo, não haviam encetado qualquer processo de Agenda 21 Local (idem: 6);
b) 23 dos 167 processos identificados deixaram de ter existência significativa (idem: 3);
c) dos 167 processos de A21L lançados, apenas uma pequena parcela (49) é visível atualmente, *i.e.* publicaram nos respetivos "sites" uma notícia de qualquer natureza durante o ano de 2011 (idem: 9);
d) o tipo de participação pública dominante nos processos de A21L é do tipo informativo e consultivo, sendo uma minoria os casos que recorrem a uma corresponsabilização dos cidadãos e comunidades no desenvolvimento local (idem: 11).

Deste modo, conforme alertam Schmidt e Guerra, "muitas A21L portuguesas não passam, afinal, de simulacros sem existência efectiva, e a sua permanência nas bases de dados resulta justamente da ausência de um programa ou política nacional que enquadre estas iniciativas e as avalie no terreno" (Schmidt e Guerra, 2010: 113). Mais adiante, é sublinhado que "a falta de um organismo de referência nacional que enquadre e avalie o desenrolar desse tipo de processos, permite, e porventura, estabelece, a perpetuação de situações caducas e desgastadas que vão engrossando o número de iniciativas no mapa português sem que, realmente, isso signifique muito mais do que um conglomerado impreciso de experiências fracassadas" (idem: 114).

Para além da escassez de recursos materiais e humanos qualificados, parece então confirmar-se que existe na maior parte das autarquias portuguesas um défice de capacidade de mobilização das comunidades locais e regionais, bem visível no caso da Agenda 21 Local.

3. Conclusões

Retomando a ideia de um poder local português marginalizado, julgamos que as razões dessa condição se prendem com vários fatores, entre os quais podemos enunciar a inexistência de dinâmicas sociais regionalistas, a prevalência de uma atuação política (central ou local) que alimenta alguma resistência à mudança, bem como uma tendência para que a adesão a iniciativas como a da

Agenda 21 Local seja de tipo errático. Neste último caso, o que vemos é que se conjugam algumas situações de adoção entusiástica com muitas outras em que o entusiasmo rapidamente esmorece, ou mesmo em que não há qualquer apetência pelas eventuais vantagens de se potenciar a mobilização das comunidades locais para objetivos específicos em matéria do seu desenvolvimento. Prevalecem pois, em Portugal, os estilos de liderança "não ideológicos", usualmente pouco favoráveis à rutura e à mudança que poderiam advir dessas iniciativas.

Poderíamos ser tentados a atribuir esta relativa apatia dos municípios portugueses ao facto de a sua situação marginal se dever à escassez de recursos financeiros. No entanto, devemos ter em mente que em Portugal são as autarquias municipais quem executa uma parte significativa do investimento público: por exemplo, já no ano 2000 a administração local foi responsável por 37,9% das despesas de capital de todas as administrações públicas (Cunha e Silva, 2002), valor que será certamente bastante superior na atualidade. A componente do investimento tem pois uma elevada importância nos orçamentos municipais: julgamos que isto constitui, em grande medida, uma espécie de compensação pelo facto de, globalmente, os municípios terem à sua disposição orçamentos relativamente pequenos. Isto tem de resto permitido alguma margem de manobra para que as Câmaras Municipais programem e executem algumas obras vistosas: arranjos urbanísticos de grande impacte visual, complexos desportivos, habitações, recuperação de património histórico, ou outras.

Ora, o que se pode apontar à generalidade das políticas locais de desenvolvimento é o facto de, com muita frequência, terem sido polarizadas por projetos democraticamente deficitários, não raro apoiados em exercícios de repressão dos seus detratores. Uma possível saída para este problema passa por uma maior sustentação das políticas e das iniciativas, apoiadas num projeto global e partilhado que inclua a participação das populações no seu núcleo. Portanto, a afirmação da necessidade e importância do desenvolvimento como um processo inacabado e aberto a uma escolha democrática, que por isso é capaz de mobilizar vontades num sentido emancipador, é, como tentámos demonstrar, o modo de salvar a própria ideia de desenvolvimento.

Bibliografia citada

BENNETT, Robert J. (1993), "European Local Government Systems", *in* R. J. Bennett (ed.), *Local Government in the New Europe*, Londres, Belhaven Press: 28-47.

BOURS, Adriaan (1993), "Management, tiers, size and amalgamations of local government", *in* R. J. Bennett (ed.), *Local Government in the New Europe*, Londres, Belhaven Press: 109-129.

CABRITA, Eduardo (2008), "Comemorações do Feriado Municipal de Murça" – Intervenção do Secretário de Estado [*online*], disponível em: http://www.seaal.gov.pt/seaal/pt/int/20080508.htm [consultado em maio de 2008, texto agora indisponível].

CAMPEÃO DAS PROVÍNCIAS (2007), "Autarcas não gostam nada da participação", Entrevista com Fernando Ruivo, conduzida por Paula A. Almeida, Edição de 1 de fevereiro de 2007 [*online*], disponível em: http://tinyurl.com/nttzwtw [consultado em março de 2012].

CARVALHO, João; FERNANDES, Maria José; CAMÕES, Pedro; JORGE, Susana (2005), *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses – 2005,* Lisboa, Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

CUNHA, Jorge C. da e SILVA, Patrícia (2002), "Finanças locais e consolidação orçamental em Portugal", in *Banco de Portugal – Boletim Económico*: 47-56.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (1990), "Resolução da Assembleia da República 28/90 de 23/10", I Série: 4344-4351.

DGAEP (Direção-Geral da Administração e do Emprego Público) (2011), "Boletim do Observatório do Emprego Público –– Setembro de 2011", Lisboa, DGAEP [*online*], disponível em: http://tinyurl.com/prdvys3 [consultado em março de 2012].

DGAL (Direcção-Geral da Administração Local) (2010), "Balanço Social – Caracterização dos Recursos Humanos dos Municípios: 2009", Lisboa, DGAL [*online*], disponível em: http://tinyurl.com/o2zp2ru [consultado em março de 2012].

GOLDSMITH, Michael (1992), "Local Government", *Urban Studies*, n.º 29 (3/4): 393-410.

LIDSTRÖM, Anders (1999), "The comparative study of local government: a research agenda", *Journal of Comparative Policy Analysis*, n.º 1: 97-115.

MACEDO, Marta; PINTO, Marta; MACEDO, Pedro e SILVA, Margarida (2012), "Agenda 21 Local em Portugal – Balanço realizado com base na comunicação através da internet", [*online*], disponível em: ttp://tinyurl.com/owvbd5c [consultado em março de 2012].

MACMAHON, Arthur W. (1961), *Delegation and Autonomy*, Bombay, Asia Publishing House.

NORTON, Alan (1994), *International Handbook of Local and Regional Government. A Comparative Analysis of Advanced Democracies*, Aldershot, Edward Elgar.

ONU (Organização das Nações Unidas) (1992), *United Nations Conference on Environment & Development – Agenda 21*, Nova Iorque, United Nations Department of Economic and Social Affairs, Division for Sustainable Development [*online*], disponível em: http://tinyurl.com/ca6734h [consultado em março de 2012].

RODDEN, Jonathan (2005), "Federalismo e descentralização em perspectiva comparada: sobre significados e medidas", *Revista de Sociologia e Política* (Universidade Federal do Paraná), n.º 24: 9-27.

RTP (Rádio e Televisão de Portugal) (2012), "Orçamentos Participativos em Portugal: 10 anos em balanço" (Programa iGOV) [*online*], disponível em: http://tinyurl.com/oegruyg [consultado em janeiro de 2013].

SCHMIDT, Luísa e GUERRA, João (2010), "Da governança global à sustentabilidade local: Portugal e o Brasil em perspectiva comparada", *Revista de Ciências Sociais* (Fortaleza), Vol. 41, 2: 106-124.

THYNNE, Ian e WETTENHALL, Roger (2004), "Public management and organizational autonomy: the continuing relevance of significant earlier knowledge", *International Review of Administrative Sciences*, Vol. 70 (4): 609-621.

configurações 11 novo.indb 174 10-01-2014 11:25:01

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 175-188

A importância do tempo no desenvolvimento: esboço de uma problemática

Emília Araújo[*]
Arcília Barreto[**]

Resumo: Este texto é exploratório. Tem como objetivo problematizar a relação entre tempo cultural e desenvolvimento, incidindo sobre a correspondência entre tempo capitalista e tempo económico. Constitui uma reflexão realizada a partir dos resultados de investigações desenvolvidas pelas autoras, assim como da revisão da literatura sobre ambas as temáticas. De um modo global, tem em conta os processos de hegemonização das temporalidades globais e suas implicações nos modos de vida e nas temporalidades locais e regionais.

Palavras-chave: tempo capitalista, temporalidade, tempo cultural, desenvolvimento.

Introdução

As temporalidades das sociedades modernas são contraditórias e complexas. Expressam uma grande diversidade de escalas e enraízam-se numa vasta multiplicidade de valorizações. No mundo ocidental, caminha-se a largos passos no sentido do capitalismo financeiro. O tempo é um dos objetos centrais transacionados sob a forma de futuro, (in)certeza, (in)segurança e risco. Paralelamente, estendem-se a várias áreas do globo paradigmas de desenvolvimento marcados por constantes conflitos com o tempo cultural. Nesta linha de análise, o presente texto tem como objetivo problematizar a forma como as representações do tempo nos múltiplos níveis de ação dos sistemas políticos afetam as práticas de intervenção e de planeamento político, tendo influência, por seu turno, sobre as condições de vida das populações e a sustentabilidade dos seus futuros.

"Que no futuro haja Homem e exista terra" (Jonas, 2006: 351). Esta é uma frase que tomamos como fulcral na obra de Jonas, autor que pensa a história como uma ação de necessário exercício de responsabilidade, a qual tem manifestação

[*] Universidade do Minho, professora auxiliar (era@ics.uminho.pt).
[**] Universidade Técnica de Lisboa, Doutoranda (arcibarr@yahoo.com).

configurações 11 novo.indb 175 10-01-2014 11:25:01

concreta sobre todas as ações de tipo político que afetam o estado de ordenamento dos tempos naturais, sociais e psicológicos. As sociedades modernas habituaram-se a pensar o futuro em termos tecnológicos, num plano de intensa e progressiva substituição do humano pela técnica e de aumento gradual de simulação dos ambientes e *habitats* com recurso a tecnologias cada vez mais sofisticadas. Há, todavia, condições para se pensar na criação de condições de sustentabilidade, em linha com os desígnios dos processos de desenvolvimento que acolhem as temporalidades e os tempos naturais e culturais como componente intrínseca dos tempos sociais e económicos. Para isso, é necessário algum exercício de distanciamento, por um lado, das temporalidades regionais e locais, face aos ritmos globais e, por outro, de revitalização e de recriação dos ritmos temporais naturais e culturais de nível regional como elementos dos contextos socioculturais, com potencial na criação da narrativa identitária dos locais e das suas populações.

Com efeito, o tempo e a temporalidade constituem elementos fulcrais na análise dos processos e das políticas de desenvolvimento, desde logo porque sinalizam uma das principais dimensões desse desenvolvimento: a mudança social. Tal como afirma Giddens (1995) e Adam (1990), o tempo não se identifica com a mudança em si mesma. Mas contém-na, envolve-a e, de certo modo, mede-a. As abordagens práticas do desenvolvimento estão ainda muito identificadas com a necessidade de sofisticação do tempo económico de carácter capitalista, isto é, do tempo-mercadoria, coincidindo ainda com a supremacia conferida ao tempo-progresso e com a prevalência do tempo-futuro. Neste texto, pretendemos, assim, explicar o que significa esse tempo capitalista e que modos se encontram de perspetivar uma abordagem ao tempo económico fora desse mapa do tempo-unidade produtiva e ainda que potencialidade esse projeto pode representar para a construção dos modelos de organização da vida, a nível local e regional. A fim de atingir estes objetivos, procurou-se refletir sobre os resultados da investigação realizada pelas autoras. Teve-se ainda em conta as conclusões apresentadas pelos autores sociólogos, antropólogos e geógrafos que analisaram os efeitos das temporalidades globais sobre os modos de vida e as temporalidades locais, assim como acerca do modo como estas agem e reagem face à hegemonia temporal criada pelos países e pelas regiões com mais centralidade na adaptação de modelos desenvolvimentistas.

Numa primeira parte centramo-nos, portanto, sobre o conceito de desenvolvimento e as suas principais dimensões de tempo e temporalidade. Na segunda discutimos quais os principais focos de tensão entre os pressupostos das abordagens sobre o desenvolvimento e os tempos culturais e naturais. O terceiro ponto é dedicado à observação das principais implicações da teoria do tempo e das temporalidades sobre os planos de desenvolvimento, destacando a necessidade de interligação entre tais práticas e uma sociologia do futuro, integrando as dimensões do tempo e dos ritmos culturais inscritos nas narrativas e nos modos de organização socioeconómica das populações.

1. Desenvolvimento

As teorias de desenvolvimento vêm seguindo a evolução das lutas da Humanidade no que concerne às formas e estratégias de domínio e de poder. De certa forma, apesar da existência de diversas perspetivas sobre os processos de desenvolvimento e o que estes podem enunciar em termos de mudança social, o progresso que marca a história das sociedades ao longo dos dois últimos séculos alimenta-se de diversas formas de cooptação por parte das populações. Tal como afirma. Rodrik (2000): "... a economia de mercado está necessariamente 'implantada' num conjunto de instituições que não são instituições de mercado." Até a década de noventa do século anterior dominou o pensamento neoliberal, defensor de uma teoria de oposição às intervenções do Estado nas atividades dos mercados. A total liberalização dos mercados como a única via capaz de levar os países subdesenvolvidos ao desenvolvimento impunha-se a qualquer outra realidade, mesmo que esta fosse marcada pela ausência de mercado. O mesmo se aplica no plano das relações entre regiões, no interior do mesmo país.

O fim da Guerra Fria veio facilitar a desmistificação dos casos rotulados de "comunistas" ou "socialistas", apenas porque se tratava de áreas em que a intervenção estatal era dominante. Mas a politização do debate em torno do significado da intervenção do Estado acabou por ser bastante prejudicial à análise clara dos modos de relacionamento entre modelos de desenvolvimento, identidades e sustentabilidade. Com efeito, as instituições do Estado e do mercado respondem a lógicas de tempo diferentes, embora não necessariamente opostas. As experiências de sucesso dos processos dos países da Ásia Oriental, como as do Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Indonésia, Singapura, Malásia e Tailândia foram conseguidas através de modelos de Estado desenvolvimentista e contribuíram para que o debate sobre os processos e as fundamentações ideológicas dos paradigmas de desenvolvimento não se fixassem apenas na verificação do grau de liberalização dos mercados. É relevante citar Rodrik, autor que vem considerando haver mais condições para perspetivar o desenvolvimento na ótica dos "novos" institucionalistas. No seu entendimento, a experiência histórica de alguns países fornece essa evidência:

> O desastre na Rússia com a reforma dos preços e privatização na ausência de leis enquadradoras, regulamentos e estrutura política; a persistente insatisfação com as reformas de mercado na América-Latina e a crescente consciência de que estas reformas deram muito pouca atenção aos mecanismos de segurança social e prevenção; a crise financeira dos países asiáticos, que mostrou que deixar que a liberalização financeira se faça antes da regulação financeira é um convite ao desastre. (Rodrik, 2000: 4)

Os novos institucionalistas, nomeados por Estêvão (2004) como "estruturalistas institucionalistas", combinam conceitos do 'velho' estruturalismo com as novas contribuições da renovação institucionalista. Procuram enriquecer as

teorias de desenvolvimento, trazendo-as para uma abordagem mais abrangente. Principalmente, estas abordagens conferem uma importância elevada aos elementos de ordem cultural, argumentando que os processos de desenvolvimento são processos socioculturais, através dos quais o contacto cultural desempenha um papel relevante na geração de mudança social. Afirma Gruchy que:

> Estando incrustado num processo social maior, o sistema económico interage com outros sectores do sistema cultural da sociedade de tal forma que uma explicação completa do problema económico requer referência aos sectores não económicos da sociedade. (Gruchy , 1987: 4-7)

Hugon argumenta também que "a questão" económica é basicamente "a questão" da diversidade de ritmos, de escalas e de compatibilidades e que hoje as sociedades têm de se adaptar aos cataclismos, conseguir adaptações rápidas e responder a mudanças abruptas, como as demográficas e as que se relacionam com as migrações. Sob esta via de análise, afirmaríamos que a acumulação da riqueza ou o empobrecimento, no processo económico, dependerão, assim, não só das estruturas produtivas, como também das estruturas sociais e culturais das organizações, que interagem no interior de cada sistema. Argumenta-se, ainda, que poderá haver situações concretas, em que o maior condicionalismo ao processo de desenvolvimento não resida, diretamente, nas estruturas produtivas ou económicas, mas sim, nos campos sociais e culturais que com elas se relacionam. O desenvolvimento define, assim, um processo profundamente temporal em cuja génese está a coexistência entre vários tempos que se intersectam. Suas orientações tanto se inscrevem em princípios quantitativos, orientados pelas lógicas do tempo abstrato produzido ao longo do processo de laicização e de industrialização, como em princípios de ordem subjetiva, experiência e cultural e que não são necessariamente convertíveis nem legíveis através dos símbolos do tempo e da temporalidade abstrata.

2. Tempo e desenvolvimento: um problema de fundo

Held e Nutzinger (1998) explicam que um dos problemas centrais que o sistema de organização capitalista, assente na ideia da mercantilização do tempo, traz ao indivíduo é a separação deste face aos ritmos naturais existentes só em espaços geográficos ainda não sujeitos a intervenção científica e tecnológica. Com efeito, a questão central que se põe ao relacionar tempo, desenvolvimento e sociedade é a seguinte: como se entrosam as práticas do desenvolvimento com os tempos e a temporalidade cultural de um país ou região?

No plano dos paradigmas do desenvolvimento e da assumida confusão destes com os paradigmas do crescimento, esta questão, sendo central, não é assumida de forma direta e tornada consciente. Antes pelo contrário, e na linha de diversas abordagens recentes, que buscam a explicação da vida moderna nos

mecanismos implícitos da sociedade de consumo e no consumo, ela é mantida sob o domínio do implícito, interiorizada como normal e necessária. Mesmo nos sistemas democráticos, o tipo de temporalidade a incluir na *praxis* da intervenção é marcadamente condizente com o tempo económico capitalista: cada ação, independentemente da sua natureza, é medida e avaliada em função dos impactos futuros identificáveis e contabilizáveis no presente.

Mészáros esclarece bem o mecanismo através do qual a valorização da ideia de progresso e de crescimento inexorável permeia as ações dos sujeitos, tendo-se apresentando como única alternativa de vida:

> O carácter único do sistema do capital é manifesto no imperativo estrutural de 'crescer inexoravelmente ou perecer'. Nenhum outro sistema de reprodução sociometabólica em toda a história humana jamais teve qualquer coisa semelhante a essa determinação interna – extremamente problemática – do capital. Essa determinação estrutural também revela a completa falácia socialmente autovantajosa de deturpar a ordem reprodutiva do capital apresentando-a como *regra universal* intransponível, arbitrariamente projetada para trás, em direção ao longo passado histórico, e para frente, rumo a um futuro capitalista eternizado. Uma regra universal decretada de forma arbitrária e para a qual, conforme o lema bem conhecido dos apologistas do sistema, 'não pode haver alternativa', é claro. (Mészáros, 2000: 334)

Mészáros refere-se, em concreto, à ideia da rentabilização do tempo. À forma como o tempo se torna no elemento de "realização do capital" e como facilmente de maneira inconsciente os atores organizacionais e políticos contribuem para esse sistema. Sistema em que o tempo, muito aquém de ser revelador do Ser (como na visão de Heidegger), é unicamente, ele próprio, a condição de produção do Ser (perspetiva marxista), justamente porque permite, no seu diferencial, a realização capital. Muito mais ainda se estamos a falar de um sistema de capitalismo financeiro, que adquire materialização através da ideia do futuro, da previsão, do crédito, da dívida, do empréstimo, dos prazos.

Consideremos que nas ciências económicas o tempo é a unidade de medida do melhor ou do pior aproveitamento dos recursos, da melhor ou da pior adaptação às tecnologias do trabalho, do bom ou do mau aproveitamento das oportunidades de investimento. É ainda o tempo que contabiliza os custos no decorrer das ações, na produção da riqueza; é o tempo que mede o risco a correr na escolha entre o consumir hoje ou o poupar para amanhã.

Para Jevons (1871), um dos fundadores das abordagens neoclássicas em economia, o emprego do capital na produção introduz um intervalo de tempo que se expande do momento em que o trabalho é gasto até ao momento em que o produto é acabado, potenciando a criação do suplemento do produto. Böhm-Bawerk (1959) considerou o tempo como fator de produção e usou o que se designou por lei da preferência temporal para argumentar contra as teorias de

Marx sobre a expropriação da mais-valia pelo capitalista. Bawerk considera também que o lucro não seria nada mais do que o valor do tempo de espera associado ao uso de processos indiretos de produção. Está na importância conferida ao tempo toda a construção da teoria do capital e dos juros. A lei da preferência temporal está na base, quer das margens existentes entre os preços de venda e os custos, quer das taxas de juros do capital no sistema financeiro. Esta lei considera que os agentes económicos valorizam mais os bens presentes do que os bens futuros com características semelhantes, mantendo-se as mesmas circunstâncias. Sendo o tempo um fator escasso, o agente económico procura obter a condição mais satisfatória para ele no mínimo tempo possível. Todo o indivíduo prefere consumir hoje a guardar para amanhã. Quando o faz merece uma compensação pela espera. O juro originário é definido como a diferença entre os valores atribuídos a um mesmo bem no presente e no futuro. Quanto mais incerto o futuro, maior a taxa de juro.

Marshall (1890) considerou as variações temporais como a maior dificuldade da análise económica, ainda maior do que as variações espaciais.

O problema de fundo que se põe ao perspetivar o desenvolvimento numa ótica que permeia a introdução e o aperfeiçoamento do tempo capitalista, bem evidente nos esquemas de justificação das metodologias de avaliação, de controlo e de adequação estrita de objetivos a fins, prende-se com a sua legitimidade, primeiro face ao tempo cultural e tempo histórico de cada sociedade e, segundo, face às condições da sua sustentabilidade no futuro, ou, por outra, face aos efeitos perversos decorrentes dessa viragem ao tempo capitalista. A maior parte dos autores e, inclusivamente, dos políticos perspetivou este problema como o resultado da inadaptação, da falta de capacidades de certos povos para acompanharem certos ritmos considerados mais promissores, no plano do desenvolvimento social e humano.

Balandier expõe o problema do tempo e da disciplina do tempo (princípio de organização do tempo capitalista) como uma das manifestações etnocêntricas mais poderosas verificadas após as descobertas. O antropólogo fala do uso do tempo e das formas de organização capitalista do tempo, como um mecanismo de manutenção das lógicas imperialistas e colonialistas, pois os processos de troca entre países e continentes não se perspetivariam sobre as condições históricas e sociológicas, mas na perspetiva da pedagogização e da interiorização de princípios de orientação no tempo oriundos do mundo ocidental e do processo de industrialização, em concreto. Vários antropólogos (Gell, 2000) seguiram linhas de argumentação idênticas que, todavia, têm sido aludidas mais em relação ao relacionamento Norte-Sul do que ao relacionamento e à construção identitária das regiões, nos mesmos continentes e nos mesmos países.

Bourdieu, que estudou o tempo dos Cabilas, mostra, nos inícios dos anos sessenta do século passado, que há dificuldades de aprendizagem da economia moderna por parte desta sociedade que deriva do quadro geral de orientação

temporal. O estudo dos Cabilas, na linha de outros anteriormente realizados sobre outras sociedades, evidencia a singularidade e as condições de separação do tempo cultural, face aos restantes sistemas de tempo que se visionam ou perspetivam como mais adequados ao desenvolvimento. Entre outros traços da cultura cabila, Bourdieu elucida que se trata de contextos culturais em que a categoria ocidental de futuro a conquistar e a prever não tem lugar. Afirma o autor:

> A decisão económica não é determinada pela consideração de um fim, nem pela procura de uma justificação para a ação, mas pela necessidade de obedecer a imperativos sociais, de se conformar com regras passadas pela tradição e se seguir vias traçadas pela experiência. (Bourdieu, 1963: 27)

Neste particular, o autor mostra que se trata de uma sociedade em que há sentido de providência, definida como "normas ditadas pelo passado e pela fidelidade a certos valores" (Bourdieu, 1963: 28), mas não de previsão, uma vez que a ação é "desencadeada pelos próprios desenvolvimentos da situação e não por um plano exterior, ao qual é necessário obedecer" (Bourdieu, 1963: 29). Bourdieu explicita, de modo especial, o papel da moeda na cultura cabila, considerando que aqui a moeda não significa a realização antecipada de um valor futuro, mas a troca direta e imediata que dá acesso à satisfação de uma necessidade do presente. O autor explica:

> De todas as instituições económicas introduzidas pela colonização, o crédito é, sem dúvida, o mais difícil de estabelecer, pois ele supõe que se aja em função de um futuro o abstrato, definido por um contrato escrito que garante todo um sistema de sanções e de normas racionais; é assim que, com a noção de interesse, ela faz intervir o valor quantificável do tempo. (Bourdieu, 1963: 35)

Mais: Bourdieu considera ainda que a consciência temporal está relacionada com o *ethos* próprio de cada civilização (Bourdieu, 1963: 38), uma linha fortemente desenvolvida por Fabian (1983). Este autor discute o papel do tempo na construção das imagens e dos discursos sobre o Outro, propondo haver um forte viés, por parte dos estudos científicos que asseguram a existência de distanciamento temporal entre contextos culturais, assim como olhares críticos sobre a necessidade de aproximação entre sociedades situadas em estádios diversos de desenvolvimento, entendido como numa sequência de estádios.

Numa linha muito similar, mas alicerçada em recolha empírica, Donalson (1996: 9) argumenta ter havido má compreensão no entendimento dos sistemas de tempo na comunidade aborígene, na Austrália, tendo sido desvalorizados justamente os seus próprios esquemas e sistemas de orientação no tempo. O autor afirma que:

> Certamente, os aborígenes não acreditavam na necessidade de obediência ao relógio. Para eles, o tempo não era um tirano. Em vez disso, eles possuíam uma visão cíclica do tempo, e um conhecimento histórico muito bem estruturado que os brancos vigorosamente tentaram expurgar. (1996: 9)

O facto de se acreditar que o modelo de tempo mecânico, pelo qual o futuro ganha a consistência concreta de um horizonte para o qual a ação humana deverá alinhar-se, é o modelo mais adaptado à extensão do modelo capitalista de organização económica consistiu, por si só, numa questão central na análise das relações entre tempo cultural e tempo económico, desde logo porque este último, ao ser confundido com o tempo capitalista, se revela como o quadro temporal referencial, em relação ao qual todos os outros tempos se devem conformar. Diríamos que o caminho desta imitação saiu vencedor de todos os debates ideológicos até hoje. Tal manifesta-se na forma como, inclusivamente, os países de economias mais socialistas adotaram aquele modelo de organização disciplinar, embora sob condições, particularmente ideológicas, distintas (o caso mais recente é o da China, mas temos vários outros). Na base deste pressuposto, de necessária mudança e reconversão do tempo e dos tempos culturais aos tempos capitalistas, está a própria narrativa de construção do tempo mecânico, a partir do progressivo distanciamento face aos tempos e às temporalidades naturais que, não só ficam de fora da implementação do tempo mecânico, como surgem sob o domínio e controlo progressivo deste.

3. O tempo capitalista e o desenvolvimento

Tal como documenta Debouzy (1979), o tempo de tipo predominantemente agrícola estava igualmente marcado nas sociedades ocidentais pela temporalidade religiosa sincrética em relação à ciclicidade dos fenómenos naturais, verdadeiros marcadores dos ritmos sociais. O "tempo cultural" acabaria por ser identificável com o conjunto dos "símbolos significantes" exalados da natureza e que orientavam e determinavam os ritmos de ação dos indivíduos, nas várias esferas da sua vida. O nascer ou o pôr do sol, com o vento, a chuva, ou ausência dela, o frio ou o calor estariam ligados de forma síncrona com acontecimentos como o nascer e o morrer, a fome e/ou a fartura. De certo modo, numa temporalidade tipicamente regulada pelo ritmo natural, o tempo cultural, mantendo-se ligado à atividade económica e ao tempo económico, desprende-se deste e transcende-o, unindo-se à efervescência da temporalidade religiosa:

> Os homens ainda eram incapazes de exercer algum controlo sobre o passar do tempo. Eram, acima de tudo, os ritmos naturais e culturais do dia e da noite, das semanas, meses e estações, o tempo local do sol, etc., que condicionavam os eventos. (Held e Nutzinger, 1998: 219 e ss)

Portanto, várias outras sociedades permaneceram ao longo do tempo histórico com sistemas diversos de orientação temporal que em nada se relacionam com o sistema abstrato criado pela sociedade industrial, sob a ótica da dominação da Razão e da Ciência e reproduzido através dos princípios éticos do trabalho com esforço e sacrifício do presente, em benefício do futuro desejado. As imagens dos europeus ao chegar às terras "descobertas" exemplificam bem os desígnios do mundo ocidental, relativamente à aculturação desses povos, no sentido da interiorização dos princípios da disciplina temporal, buscando afirmar-se na superioridade face ao tempo do Outro, o tempo que se rege por regras distintas. Recordemos a passagem em que Bourdieu se refere explicitamente aos Cabilas, como povo que não revela o culto do tempo mecânico.

Ele afirma:

> A aprendizagem cultural e a pressão coletiva tendem a desencorajar tudo o que, nas nossas sociedades, é encorajado, espírito de empresa, vontade de inovar, fontes de rendimento e de produtividade e assim por aí diante. O sentimento profundo de dependência em relação à natureza de onde derivam os ritmos conduz a uma submissão em relação à duração, a uma indiferença em relação ao tempo que passa e que ninguém pensa em dominar, rentabilizar ou economizar. (Bourdieu, 1963: 39)

A associação entre tempo capitalista e desenvolvimento é de tal forma saliente que os tempos e as temporalidades das diversas sociedades foram objeto de vários tipos de modelos de organização temporal, todos estes basicamente assentes na ideia de progresso, das vantagens e da inevitabilidade de planeamento estratégico e valência da Razão e da Ciência, como princípios orientadores básicos do esquema desenvolvimentista. Tal como frisam vários autores, nem estes modelos de organização racional do tempo, nem os esquemas de desenvolvimento que os acompanham se estenderam a todas as sociedades, nem a todos os locais e regiões destas da mesma forma. Como se evidenciou acima, permanecemos com sociedades cujos princípios de orientação temporal permanecem basicamente ligados aos ritmos naturais e aos ritmos culturais que as caracterizam.

Os estudos diversos realizados no âmbito da Antropologia mostraram que, apesar de se admitir o carácter universal do tempo, como eixo englobante dos eventos e das sequências localmente circunscritas, cada contexto social e cultural é capaz de produzir as suas próprias normas temporais, cadências e ritmos que integram as biografias da sociedade, mas também os processos de crescimento individual.

Gell (2000) detalha muito bem estas ideias, ao frisar que o tempo mecânico ocidental é apenas um dos tipos de tempo existentes no meio de uma panóplia muito extensa de modos de entendimento, experiência e regulação do tempo existentes nos agregados humanos. A ideia fica mais clara nos estudos de

antropólogos como Evans-Pritchard, Malinoswki e mesmo Bourdieu, que, ao estudarem de forma aprofundada certas sociedades, mostraram como se gera a categoria do tempo e como esta interage com os modos de vida social e política concretos nessas mesmas sociedades (Bergmann, 1992). Estes estudos não só demonstram haver vários regimes de tempo, como diversos valores e funcionalidades a ele atribuídas, conforme os contextos culturais e políticos – embora esta dimensão do poder não apareça claramente explicitada pela maior parte dos autores.

Existem várias descrições de sociedades onde o tempo é basicamente medido através de eventos naturais (de carácter astronómico, meteorológico ou relacionado com o ciclo agrícola) e/ou de eventos sociais e rituais (Gell, 2000). Os antropólogos citados, como mostra Gell (2000), destacaram, designadamente, a importância da natureza (e dos ciclos naturais) do evento para a estruturação do conceito e da representação do tempo em várias sociedades. Por exemplo, eventos especiais para a comunidade (como rituais, colheitas, nascimento, morte, entre outros) apresentam-se como pontos de referência temporal, isto é, como mecanismos de marcação do tempo (dos períodos "antes" e "depois"). Hubert e Mauss (1905) refletem, fundamentalmente, sobre o tempo sagrado e o religioso, considerando que os calendários, e toda a panóplia de instrumentos de medição do tempo, apenas revelam o carácter semiconcreto deste.

De qualquer forma, as sociedades, sob o paradigma da globalização e da necessária réplica do tempo capitalista, não escapam à classificação evolucionista que as localizam em estádios menos avançados, mais atrasados e distantes das "metas" desse desenvolvimento, por vezes equiparado ao crescimento económico capitalista. Realisticamente, pode afirmar-se ter-se instituído, a nível planetário e mundial, o princípio da necessidade de regulação temporal operado pelo modelo do tempo e da temporalidade capitalista: a globalização, quando usada como motivo da mudança e referencial da mudança, qualquer que esta seja, tem implícita esta normatividade sobre a necessidade de conformação a um certo tipo de hegemonia do tempo e da temporalidade que vigoram ao nível das relações entre sistemas, no mundo. Tal como os teóricos do espaço-tempo frisaram, a globalização é a principal força destiladora das temporalidades uniformes e estandardizadas, uma vez que se assume ficarem as diversas sociedades em situação de interdependência. São estes argumentos que se insurgem hoje em relação à necessidade de as sociedades africanas, por exemplo, entrarem na rota da circulação do capital ao nível mundial, iniciando o processo no sentido da instituição dos quadros de representação e de perceção do tempo vantajosos à formação do *ethos* capitalista. O mesmo acontece no interior dos países ocidentais cujas regiões se veem nas mesmas circunstâncias de adaptação aos ritmos da competitividade mundial.

A história dos processos de desenvolvimento dos países ocidentais coincide com marcos de inovação tecnológica bem visíveis, onde os três fatores – homem,

recursos naturais e tecnologia – são sistemas interatuantes. Cada tecnologia será o produto de um contexto que o absorve. Ainda que haja os distúrbios próprios do aparecimento de uma inovação, o que exige mudança no sistema, a capacidade de gestão das turbulências inerentes ao processo de mudança também estará presente para a sua difusão. Cada vez mais os economistas afirmam que a sistemática invenção nos países desenvolvidos é resultante dos esforços prementes para colmatar falhas tecnológicas. Isso quer dizer que a invenção nasce de uma necessidade inerente à dinâmica da interação dos três sistemas acima referidos. Cada tecnologia é parte integrante de um contexto social.

> Mas 'tecnologia' já não é mais uma invenção social isolada diferente da 'lei' ou 'administração' ou 'investimento'. Há milhares de tecnologias, cada uma parte de um mosaico de invenções e incluído num conjunto social específico pertencente a um grupo particular de pessoas tentando aproveitar-se de um dado padrão de recursos. (Gurr, 1962: 15 e ss)

Séculos foram necessários para que o tempo da tecnologia dos relógios e dos calendários acabasse por permear todas as atividades económicas dominantes das sociedades ocidentais. Do século XII ao XIV, a burguesia mercantil foi ganhando sucessivos privilégios na Europa feudal, nomeadamente no norte da Itália e na Flandres (North, 1995). A monetarização da economia alarga-se ao mundo rural e o processo de acumulação acelera-se a partir daí. Já no século XIV, a burguesia passa a exercer uma nova atividade, a financeira, que se desenvolve plenamente na Banca em pleno século XV. Os empreendimentos além-mar, com os descobrimentos, garantem novos mercados e fontes de riqueza. A nova fase do capitalismo resulta numa aceleração ainda maior da acumulação do capital.

No entanto, o ritmo imprimido pela acumulação acelerada do capital tem sido objeto de observação de vários cientistas do ambiente que vêm chamando a atenção para o aquecimento global, como uma das consequências da produção 'sem parar' (*non stop*) das sociedades capitalistas (Held e Nutzinger, 1998).

A exaustão dos recursos naturais, a poluição da atmosfera e as guerras são fenómenos profundamente ligados a uma cultura de aceleração do uso do tempo com total menosprezo pelo tempo necessário para a reflexão sobre a aprendizagem do passado. As gerações novas nada têm a aprender com os erros das gerações anteriores. Por isso, recorremos a Pomian, que acentua a relevância do passado sobre o próprio futuro:

> Hoje, contudo, mesmo quando programamos grandes investimentos rentáveis só a longo prazo, temos de nos preocupar com o passado, quanto mais não seja porque temos de salvaguardar o ambiente, o que nada mais é do que o passado materializado. (Pomian, 2009: 8)

Com uma certa perplexidade, não há dúvida, observa-se que em várias regiões do mundo, como em África, a expansão capitalista está a exigir um salto temporal sem intervalo. Não há tempo para experimentar. A praxis desenvolvimentista assenta, a este respeito, no lema da necessidade de aproveitar a oportunidade do lucro, custe o que custar. Neste mapa que assinala a instalação da temporalidade capitalista, a globalização dirige-se para a "etnificação" dos territórios em vez da edificação de nações unidas pela história e por um percurso histórico comum. A eliminação dos compassos de espera e o elevado menosprezo pelo tempo cultural condizem com a falta de atenção ao tempo-memória e às condições temporais para a construção e expansão de uma narrativa histórica e identitária. Ausência que se mantém como uma das fontes de ruturas temporais constantes nos modos de relacionamento violento interétnico. A pergunta profundamente temporal que se pode fazer é esta: que sustentabilidade é possível, mesmo ao nível étnico, quando os mecanismos de edificação de identidade se vão estiolando no decurso do desaparecimento das gerações mais velhas?

Conclusão: Para uma sociologia do futuro

Ao definir tempo e temporalidade, Mead (1954/1932) argumenta que os ritmos (e o tempo) residem na "socialidade" entre os vários componentes do sistema e que a "socialidade" sai do mero âmbito da intersubjetividade humana, focaliza-se nas relações "implicativas" ao nível do universo, da continuidade e da mudança, da ordem e da revolução no mundo social *e* natural. Esta conceção de tempo sugere que nem o processo de industrialização, nem a progressiva introdução de tecnologias de várias espécies na substituição e na colonização dos tempos naturais eliminam a profunda convivência entre os dois sistemas de tempo. É certo, como propõe Adam (1990), que a ação humana e histórica se autodefine pela capacidade de domínio face aos ritmos naturais. Todavia, há cada vez mais evidências sobre a rutura e a vulnerabilidade desta forma de submissão. Quando os planos e os processos de desenvolvimento são projetados na ótica da rentabilidade do tempo e perspetivados na ótica do tempo do capital, é muito frequente que as temporalidades regionais e locais, assim como os tempos culturais, sejam objeto de mudança externa, propondo a concretização de objetivos também externamente determinados. A relação entre tempo cultural e desenvolvimento propõe novas formas de gerir e gerar identidades locais com potencial de fixação das populações e com capacidade distintiva face às temporalidades hegemónicas e aceleradas que se manifestam nas zonas mais centrais, consideradas mais adaptadas e sinalizadoras das temporalidades globalmente assinaladas e avaliadas. Algumas das afirmações destes estilos em contratempo dominante manifestam-se na valorização dos objetos, traços e narrativas locais e na construção de modos de vida àquela associados, por exemplo, na definição

de modelos de habitação e de trabalho (trabalho em casa) e modelos de gestão do tempo diário que excluem o transporte automóvel, os centros comerciais e outros símbolos da temporalidade capitalista.

A "Civilização Tecnológica", como Jonas lhe chama, é uma civilização poderosa, mas que tem obrigatoriamente de respeitar a natureza, assim como os tempos culturais àquela associada. Jonas não nega a importância da técnica, mas afirma que "vivemos com a técnica, mas não da técnica". A mesma ideia é expressa na obra de Castells, quando este afirma que a tecnologia não determina a sociedade: incorpora-a; mas a sociedade também não determina a inovação tecnológica: utiliza-a. Tais afirmações assinalam a pertinência de tomar o futuro como objeto de análise, avançando com o pressuposto de que este não é um efeito ou decorrência linear do presente, mas está a construir-se diretamente no presente e sobre o presente, o que corresponde a assumir o conceito e a praxis da sustentabilidade. Mais uma vez citamos Jonas, o qual propõe que "no futuro haja Homem e exista Terra" e para isso possam as populações agir "de tal maneira que os efeitos da [nossa] ação sejam compatíveis com a permanência da vida humana genuína".

Afirmam Held e Nutzinger que:

> Se conduzirmos as nossas vidas não tanto pela pressão em tornar eficiente cada minuto, mas antes em viver em harmonia com os ritmos da natureza interior e exterior, não seremos tão dependentes dos negócios como forma de superar a morte, o fim de toda a vida. (Held e Nutzinger, 1998)

O desenvolvimento é um processo a longo prazo. Ele permeia a sociedade inteira. A acumulação económica só é motriz de desenvolvimento quando contribui para que a sociedade, como um todo, ganhe uma dinâmica ascendente nos níveis de qualidade de vida da população. Implica mudanças estruturais profundas. Leva tempo, e este tempo não é equivalente a moeda, ou meramente a valor, na linguagem de grande parte da economia moderna, governada pela especulação financeira.

Referências

ADAM, Barbara (1990), *Time and Social Theory*. Oxford, Polity Press.

BERGMANN, Werner (1992), "The problem of time in sociology: an overview of the literature on state", *Time and Society*, 1: 81-134.

BÖHM-BAWERK (1959, vol. 2), *Positive Theory of Capital*. Libertarian Press, South Holland.

BOURDIEU, Pierre (1963), «La société traditionnelle: attitude à l'égard du temps et conduite économique», *Revue Sociologie du travail*, 1: 25-45.

CASTELLS, M. (1997/1996), *The Rise of the Network Society*. Oxford, Blackwell.

DEBOUZY, M. (1979, «Aspects du temps industriel aux États-Unis au début du XIX siècle», *Cahiers Internationaux de sociologie*, 57: 197-220.

DONALSON, Mark (1996), "The End of Time? Aboriginal Temporality and the British Invasion of Australia", *Time and Society*, 5(2): 187-207.

ESTÊVÃO, João, (2004), "Desenvolvimento Económico e Mudança Institucional: Papel do Estado", *WP DE/CESA*.

FABIAN, Johannes (1983), *Time and the Other: How Anthropology makes its object*. Nova Iorque, Columbia University Press.

GELL, Alfred (2000), "Time and Anthropology. Time in contemporary intellectual thought", *in* Patrick Baert. (ed). Amesterdão, Elsevier**:** 251-268.

GIDDENS, Anthony (1995), *Contemporary Critic of Historical Materialism*. Londres, Macmillan Press.

GURR, Ted (1962), "Economic Development: Of Time and Technological Transfer", *American Behavioral Scientist,* 5: 15-16.

GRUCHY, Allan (1987), *The Reconstruction of Economics: An Analysis of the Fundamentals of Institutional Economics*, Nova Iorque, Greenwood.

HELD; Martin e NUTZINGER, Hans (1998), "The Nonstop Society Nonstop Acceleration: The Economic Logic of Development towards the nonstop society", *Time Society,* 7 (2): 209-221.

HEYDEBRAND, W. (2003), "The time Dimension in Marxian social Theory", *Time & Society* , 12: 147-188.

HUBERT, H. M.; AUSS, Marcel (1905). *Mélanges d'histoire des religions: «Étude sommaire de la représentation du temps dans la religion et magie»*. [*Online*] Disponível em: http://tinyurl.com/k383wg2 [consultado em 20 de janeiro de 2007]

JEVONS, W. Stanley (1983), *A teoria da economia política*. Abril Cultural.

JONAS, Hans (2006), O *Princípio Responsabilidade*, Rio de Janeiro: Contraponto.

MARSHALL, Alfred (1890/1920), *Principles of Economics,* Londres: Macmillan.

MARX, Karl (1983) *O capital – Crítica da economia política*. Abril Cultural: vol. 1, tomo I.

MEAD, G. Herbert. (1932), *The Philosophy of the Present,* Illinois, Open Court Publishing Company.

MÉSZÁROS, István (2007), *O desafio e o fardo do tempo histórico*, São Paulo, Boitempo.

POMIAN, Krisztof (2009), "European Identity: Historical Fact and Political Problem". Transit 37-EUROZINE.

RODRICK, Dani (s/d), "Depois do neoliberalismo, o quê?", in A. C. Castro (org.), *Desenvolvimento em Debate: Novos rumos do desenvolvimento no mundo*, Rio de Janeiro, Mauad/BNDES: 277-298. [*Online*] Disponível em: http://tinyurl.com/nk9vars [consultado em 25 de março de 2013]

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 189-201

Capital social como instrumento de desenvolvimento sustentável

Eduardo Duque*

Resumo: Nas últimas décadas, tem-se assistido a uma crescente preocupação pelo desenvolvimento socialmente justo e sustentável; daí que as políticas de desenvolvimento que se têm delineado têm implícita uma preocupação de maior equidade e justiça, aprendendo do passado para assim projetar o futuro. Ora quem aprecia o horizonte, sem menosprezar o seu espólio e memória, vive o momento presente empenhado em viabilizar o porvir. Esta atitude implica uma postura comprometida dos cidadãos com o social. É desta forma comprometida, empreendedora e corresponsável que se compreende o capital social como meio de desenvolvimento sustentável.
Com este estudo procura-se perceber até que ponto o capital social é um dos fatores determinantes do desenvolvimento sustentável. Indagam-se, para isso, os indicadores que melhor podem medir o capital social.
De uma forma mais específica, procura-se compreender até que ponto a sociedade portuguesa tem estimulado o capital social como recurso fundamental para o seu desenvolvimento. Esta questão é ilustrada a partir do inquérito do *European Values Survey* e, de uma forma longitudinal, analisam-se os comportamentos dos portugueses entre 1990 e 2008.
Os resultados mostram que os portugueses não estão ainda sensibilizados para a problemática do desenvolvimento sustentável, revelam posturas muito fechadas, pouco ou nada preocupadas com a construção de uma sociedade mais ativa e comprometida com o bem comum.

Palavras-chave: capital social, desenvolvimento sustentável, inteligência social, redes sociais, identidade, valores.

0. Introdução

São vários os autores que tratam o capital social como um recurso necessário e imprescindível para a configuração de um desenvolvimento sustentável, na medida em que é capaz de promover a interação entre pessoas, estruturas e instituições, sustentadas pela confiança mútua e cooperação, pelo civismo e participação.

* Universidade Católica Portuguesa e Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (eduardoduque@ics.uminho.pt).

configurações 11 novo.indb 189 10-01-2014 11:25:02

A ideia base que subjaz a este princípio é a de que, havendo a agilização das redes sociais, estimuladas pela confiança e cooperação, há um benefício direto em prol do social, sendo que, ao invés, o não aproveitamento daquelas sinergias conduz a uma condição social reducionista. Esta teoria aparece bem vincada em Putnam (1995) quando refere que, numa sociedade com forte expressão de capital social, o compromisso cívico, assumido pelas redes sociais, impulsionará uma atitude de reciprocidade e, consequentemente, o revigoramento da confiança mútua.

A ideia de capital social tem-se vindo a tornar cada vez mais imperiosa numa sociedade que, segundo Coleman (1990), se apresenta como um conjunto de indivíduos independentes, que visam objetivos meramente pessoais, em detrimento dos interesses coletivos. Neste contexto, o capital social é uma resposta de inteligência social que promove processos de cooperação, de ação coletiva, que se opõe ao individualismo social.

Assim sendo, que mais-valias aporta o capital social ao desenvolvimento sustentável? Se entendermos o desenvolvimento sustentável como um processo contínuo em que as preocupações humanas, sociais e ambientais visam a melhoria das condições de vida dos cidadãos, compreende-se que a sua exequibilidade dependa de fatores decisivos, tais como o envolvimento e a corresponsabilização das populações enquanto agentes de desenvolvimento local.

São as populações locais concretas que precisam de mover o seu próprio capital social, já que o desenvolvimento sustentável de uma região nasce à escala local, dependendo das dinâmicas dos indivíduos que, desenvolvendo capacidades cooperativas e participativas, se associam em objetivos comuns.

Esta visão do capital social, como elemento nuclear para o desenvolvimento sustentável ao nível local, alicerça-se no princípio de que este desenvolvimento procede do contexto endógeno que lhe é inerente; daí que, qualquer transformação económica, social ou política seja fruto de relações de reciprocidade, cooperação, confiança e entendimento entre os diferentes atores locais.

Este estudo está dividido em dois capítulos: no primeiro capítulo procede-se a uma revisão muito breve das noções fundamentais do capital social, sendo que o segundo capítulo é dedicado à apresentação da metodologia e dos principais resultados.

1. Capital Social como "arte de saber partilhar"

Nos últimos anos produziu-se um crescente interesse dos académicos pela temática do capital social. De um modo particular, relacionou-se o capital social com diferentes realidades, como o crescimento económico (Helliwell e Putman, 1995; Knack e Keefer, 1997), a eficiência do sistema judicial (La Porta *et al*., 1997), a mobilidade laboral (DiPasquale e Glaeser, 1999), as instituições (Bowles e Gintis, 2002), a expansão da educação (Goldin e Katz, 2001) e o desenvolvimento do sistema financeiro (Guiso *et al*., 2004).

Na verdade, a noção de capital social surge como uma resposta a um dos mais decisivos mitos fundadores da civilização moderna: o de que a sociedade é um "conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivos a que chegam independentemente uns dos outros, o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes" (Coleman, 1990: 300).

A literatura científica e os diferentes relatórios de agências internacionais que trabalham questões ligadas ao capital social partem, de forma geral, da constatação de que os atores económicos não são por si só suficientes para gerar crescimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. Referem, por isso, que o crescimento económico não conduz, necessária e diretamente, ao desenvolvimento social. E, desta forma, retomam o princípio de que as instituições e as estruturas sociais são elementos decisores aquando do acesso aos benefícios económicos produzidos e da sua repartição[1].

Compreende-se, assim, que o termo capital social tenha estado sujeito a uma discussão bastante alargada. Entre muitos autores, Putman (1995) surge com uma conceção que sobressai entre os demais, salientando que o capital social é uma série de características das organizações sociais, tais como as relações, as normas e a confiança social, que facilitam a coordenação e a cooperação para conseguir o benefício mútuo. Ou seja, capital social é o conjunto de interações das pessoas e das associações sociais e produtivas envolvendo ordenamento, redes sociais, liderança, cooperação, civismo, reciprocidade de favores e confiança que contribuem para que as pessoas atinjam objetivos e metas comuns.

Desta forma, as estruturas sociais devem ser entendidas como plataformas de diálogo que alimentam tanto a capitalização como a prospetiva dos indivíduos que a elas recorrerem. O capital social, entendido assim, não é uma entidade individual, mas uma pluralidade de entidades com dinâmicas diferenciadas que, em diálogo, se propõem compreender a história de cada estrutura social, facilitando, assim, as ações dos indivíduos que a integram, em ordem à evolução dos seus posicionamentos. Desta forma, o capital social é produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência.

A complexidade da sua análise levou a que muitos autores se pronunciassem sobre a problemática do capital social.

A origem do interesse recente no capital social pode ser em parte traçada no trabalho teórico de Pierre Bourdieu. No final dos anos de 1960 e início de 1970, Bourdieu produziu uma série de estudos caracterizando a cultura como um fenómeno dinâmico e criativo, mas também estruturado. Para ele o capital

[1] A este propósito, pode ler-se Lyda Judson Hanifan, particularmente ao descrever os centros comunitários de escolas rurais, e Jane Jacobs que explica a importância das redes sociais nos bairros urbanos; trabalhos que Fukuyama (2000) nos dá a conhecer.

económico está na raiz de todos os outros tipos de capital e constitui a casa para a qual toda acumulação eventualmente retorna. Mas apesar da primazia do económico, Bourdieu debruça-se intensamente, nos seus trabalhos empíricos e teóricos, sobre o capital "simbólico".

O interesse no conceito de capital social emergiu gradualmente no trabalho de Bourdieu, no início como uma metáfora ligada a outras formas de capital e, apenas mais tarde, como um conceito em si. À procura de teorias sobre a reprodução das relações de classes sociais mediadas por mecanismos culturais, Bourdieu atribuiu lugar de destaque ao capital social na sua análise, mas não o aprofundou conceitualmente. A primeira vez que este autor recorre a este termo remonta ao início da década de 1980, para se referir às vantagens e oportunidades de se pertencer a certas comunidades. A partir de então, define capital social como o conjunto de "recursos reais ou potenciais que se vinculam à participação numa rede estável de relações mais ou menos institucionalizadas de recíproca convivência e reconhecimento (...) que provê para cada um de seus membros o suporte do capital de propriedade coletiva" (Bourdieu, 1983: 51, *apud* Baron, Field e Schüller, 2000).

O trabalho do sociólogo James Coleman sobre capital social foi particularmente influente nos países de língua inglesa e derivou do seu interesse em associar as abordagens da sociologia e da economia. Como outras formas de capital, assinala Coleman, o capital social é produtivo, possibilitando o alcance de certos fins que não seriam possíveis na sua ausência. Para o autor, capital social é definido pela sua função. Não é uma entidade individual, mas uma diversidade de estruturas diferenciadas, que partilham dois objetivos: são todos consistentes com alguns aspetos das estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores – sejam pessoas ou empresas – no âmbito da estrutura (Coleman, 1988).

Coleman refere-se a três distintas formas de capital social. A primeira lida com o nível de confiança e a real extensão das obrigações existentes em determinado ambiente social. O capital social, neste caso, é elevado, uma vez que existe confiança entre os pares e essa mesma confiança é repartida pela concordância mútua de deveres. A segunda forma diz respeito a canais de trocas de informações e ideias, particularmente, à vantagem da permuta de informações essenciais para elaborar e validar estratégias. A terceira e última forma refere-se às normas e sanções que integram o capital social, na medida em que estimulam os indivíduos a dedicar-se à causa comum, rejeitando proveitos próprios imediatos.

Um dos autores mais citados sobre o tema em questão é o cientista político Robert Putnam, que, a partir de 1970, estudou e aprofundou esta temática a partir da análise da sociedade civil em Itália e nos Estados Unidos.

Putnam refere-se ao capital social como atributos próprios das organizações sociais, como sejam as redes, as normas e a confiança, que mais não são do que facilitadores da ação e cooperação tendo em vista o benefício mútuo.

Como refere o mesmo autor, trabalhar em parceria torna-se mais fácil numa comunidade com uma quantidade substancial de capital social (Putnam, 1993: 35-36).

Robert Putnam sublinha ainda que num grupo ou numa sociedade com um valor significativo de capital social, as redes sociais de compromisso cívico estimulam a prática generalizada de confiança recíproca, facilitando a confiança mútua (Putnam, 1995: 67).

Neste sentido, e tendo em conta a análise apresentada pelos vários autores, de um modo particular por este último, compreende-se o princípio de que para haver desenvolvimento local é necessário o envolvimento de fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. O crescimento económico é uma dimensão essencial, todavia, não suficiente para conduzir ao desenvolvimento local sustentável.

Esta pluralidade de visões sociológicas sobre o capital social tem investido nas potenciais vantagens disponibilizadas aos seus interlocutores em virtude da sua integração e interação em redes de maior amplitude. Muitos atores de grande capacidade de influência de massas, particularmente políticos, provocaram uma alteração conceptual de relevância acentuada, ao fazerem corresponder o capital social ao "civismo", quer com dinâmicas transversais a países inteiros, quer a nível local.

Na verdade, o desenvolvimento local é marcado pela cultura cidadã do contexto em que se enquadra, não se restringindo ao impacto de uma ou de duas variáveis de maior relevo, como a social ou a económica. A realidade é bem mais complexa, pelo que faz com que o desenvolvimento local seja o resultado da ação de estratégias conjuntas de atividades sociais, políticas, económicas e culturais que participam reciprocamente na transformação da realidade local. Nesta perspetiva de transformação social há um nível considerável de correlação e interdependência entre as diversas dimensões e segmentos que constituem a sociedade – referimo-nos tanto à dimensão política e educativa, como à económica e ambiental ou à tecnológica e cultural. Todas elas se revestem de carácter imprescindível quando se procura o bom funcionamento da sociedade.

Compreende-se, assim, neste contexto, que para haver desenvolvimento local é necessário que se criem redes sociais que promovam a confiança, a cooperação e a responsabilidade. Esta evidência levanta uma questão premente: como promover o capital social em prol do desenvolvimento sustentável numa localidade específica? Neste artigo, pretende-se discutir o capital social como recurso que pode contribuir para a construção desse processo, porque gera ação e inteligência social, como resultado das interações entre as pessoas e as instituições sociais, num processo de ida e vinda de informações e conhecimento que facilita a solução de problemas. O nível de capital social numa determinada comunidade ou região depende da habilidade dos indivíduos de se associarem em objetivos comuns, compartilhando normas e interesses (Wolfe, 2002).

Cremos ser de senso comum que, para que haja desenvolvimento, as regiões e comunidades menos favorecidas devem ser fortalecidas de capital social, pois o desenvolvimento sustentável de um país nasce ao nível local, propiciando alternativas culturais, económicas e sociais à população.

Reconhece-se, assim, que o desenvolvimento sustentável requer a junção de toda uma panóplia de fatores, já por nós evidenciados, de modo a que se obtenha êxito nas políticas de desenvolvimento, pois os problemas e desafios por que passam as pequenas localidades, sobretudo em meios rurais, são cada vez mais complexos, e somente uma visão economicista, baseada em números, não é suficiente para explicar os fenómenos sociais por que passam determinadas cidades, regiões ou comunidades.

O nível de capital social nas comunidades pode ser um dos indicadores de desenvolvimento, na medida em que estabelece a capacidade participativa e cooperativa das pessoas. Deste modo, se este é um caminho alternativo ao desenvolvimento sustentável, então como forma de se obter elevados níveis de capital social é necessário investir-se em capital humano – nomeadamente na qualidade das respostas ao nível da saúde e da educação. Capital social gera capital humano e este gera aquele. De certa forma, quando o governo investe em educação de qualidade e saúde, está a criar *espaço social* para a formação de capital social em níveis mais elevados.

Para Boisier (1997, *apud* Moreira, 2008), a sociedade desempenha uma função primordial na transformação socioeconómica de um local ou região, através do fortalecimento de alguns princípios basilares de convivências, nomeadamente de solidariedade, de integração social e de compromisso cívico.

Esta visão concertada de desenvolvimento económico e rentabilidade sociocultural dos habitantes de uma localidade pode, na nossa opinião, ser o caminho a percorrer em prol do seu desenvolvimento sustentável.

De um modo mais alargado, podemos concluir que o capital social é um recurso fundamental que pode apoiar a construção de um sistema produtivo ambientalmente viável e contribuir para o bem-estar social (saúde, educação, segurança pública, aprendizagem social, inovação tecnológica e justiça social) através da formação de redes sociais que possam expandir a cooperação e o nível de cooperação, num plano onde a economia se aproxime da ética.

Sendo assim, *desenvolvimento sustentável* é um termo abrangente que incorpora as diversas dimensões da realização pessoal dos membros dos diferentes grupos populacionais. Ele vai muito além do crescimento económico, embora este seja um requisito fundamental para se alcançar aquele. Inclui dimensões como liberdade de expressão e direitos às diversas formas de dignidade nas relações sociais, associadas a um mínimo de acesso a bens e serviços disponíveis a outros grupos populacionais ou a outros membros do seu grupo. A sustentabilidade do desenvolvimento está associada ao grau de agressão à natureza que as diferentes tecnologias implicam e à manutenção das taxas

configurações 11 novo.indb 194 10-01-2014 11:25:02

de crescimento induzidas por novos investimentos em algum nível de capital. Embora quase toda a atividade económica implique alguma agressão ao meio ambiente, a qualidade de vida das gerações futuras não pode ser comprometida quando pretendemos esse desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento sustentável, impulsionado por diferentes acontecimentos preocupantes, nomeadamente, os acidentes nucleares, a desertificação de grandes áreas do planeta, as marés negras, as chuvas ácidas, o buraco do ozono, entre outros, foi-se alargando à medida que o homem refletia sobre o seu futuro e o do planeta. A noção de que o caminho que estava a ser traçado trazia prejuízos irrecuperáveis ao homem levou a que se sentisse a necessidade de pensar num desenvolvimento diferente, isto é, que se pensasse na melhoria das condições económicas, sociais e ambientais da região e das populações autóctones, sem pôr em causa as condições necessárias ao desenvolvimento das gerações futuras (Antunes, 2001).

Vários foram os momentos em que se assistiu a uma preocupação crescente com as questões de sustentabilidade, bem expressa na realização de Conferências Mundiais promovidas pelas Nações Unidas (Estocolmo em 1972, Rio de Janeiro em 1992, Quioto em 1997 e Joanesburgo em 2002). A nível nacional, a adoção de medidas que promovessem fatores como a saúde, a educação, a esperança de vida e o ambiente revelar-se-ia como um contributo para um problema global, cada vez mais indiferente às fronteiras políticas, devido a outro fenómeno: o da globalização.

Toda esta abordagem do tema assentava apenas em dois pilares fundamentais: o desenvolvimento económico e a proteção do ambiente. No entanto, é com a Cimeira de Copenhaga (1995) que se inclui a vertente social como terceiro pilar do conceito de *desenvolvimento sustentável*. Neste contexto, a implementação do desenvolvimento sustentável começa a assentar em três pilares fundamentais: *o desenvolvimento económico, a coesão social e a proteção do ambiente*. A estes três pilares dever-se-á acrescentar, ainda, a *dimensão institucional*, que alerta para as questões que dizem respeito à governação, às instituições e aos sistemas legislativos e à participação de grupos de interesse e da sociedade civil, considerados como parceiros fundamentais na promoção de um desenvolvimento sustentável. Pilares que são reforçados na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em 2002.

É nesta visão alargada de desenvolvimento sustentável que se compreende o lugar que o capital social ocupa na sociedade moderna.

"É importante que os processos locais de desenvolvimento sejam percebidos como recursos estratégicos e possam ser vistos como uma oportunidade de transformação local. A compreensão do local, enquanto espaço de produção e de valorização do capital social, humano e cultural, é de extrema importância para o desenvolvimento económico e social" (Pereira, 2007: 302).

2. Metodologia e principais resultados

A questão com que agora nos deparamos prende-se com a forma como se poderá analisar o capital social, bem como a sua operacionalização.

Dado que neste estudo se pretende perceber de que forma o capital social interfere no desenvolvimento sustentável, propomo-nos analisar as dimensões implicadas no capital social circunscrevendo-as a Portugal. Para tal, recorreremos a uma análise longitudinal, entre 1990 e 2008, a partir dos dados do *European Values Survey* (EVS), inquérito fundado em 1978, pela Fundação Europeia, para o estudo dos valores.

Como medida desse capital, evocaremos alguns dos seus elementos centrais, como a *confiança social, as normas de reciprocidade e a participação nas redes sociais*, já que estas dimensões, em conjunto, permitem compreender a forma como os indivíduos constroem o mesmo bem comum.

Uma vez que optamos por trabalhar com dados do EVS, e de forma longitudinal, recorremos às seguintes variáveis para medir as dimensões já referenciadas. A *confiança social* é medida segundo duas perspetivas: por um lado, a *confiança entre pares*, analisada através da questão "De uma forma geral, acha que se pode confiar na maioria das pessoas ou, pelo contrário, acha que todo o cuidado é pouco?"[2]; por outro, a *confiança institucional*, a partir da questão "Das seguintes instituições, diga, por favor, qual o grau de confiança que lhe inspira cada uma delas"[3]. Para a análise da dimensão das *normas de reciprocidade,* que representa a atitude cívica que cada indivíduo aporta ao seu meio comunitário, recorreu-se a uma bateria de questões relativas à justificação de comportamentos: "reivindicar benefícios do Estado a que não se tem direito", "não pagar impostos se tiver oportunidade", "apropriar-se do carro de outra pessoa, sem lhe pedir licença, para dar uma volta", "mentir no seu próprio interesse" e "aceitar um suborno no cumprimento dos seus deveres"[4]. Por último, a participação em *redes sociais* é medida a partir de dois prismas, sendo o primeiro a importância atribuída às *redes informais*, objetivado a partir da relevância dada aos amigos e conhecidos na vida[5], e o segundo prisma incidindo na análise do grau de envolvimento em redes formais, nomeadamente na *participação* e na prática de *voluntariado em organizações*[6].

[2] Esta variável apresenta as seguintes opções de resposta: a) pode-se confiar na maioria das pessoas; b) todo o cuidado é pouco.

[3] As opções de resposta variam entre 1 – muita confiança e 4 – nenhuma confiança. Nesta questão tivemos em conta as seguintes instituições: Igreja, Forças Armadas, Sistema Educativo, Imprensa, Sindicatos, Polícia, Parlamento, Administração Pública, Sistema de Segurança Social e Sistema Judicial, uma vez que estas são as comuns aos três anos em estudo.

[4] Estes comportamentos podem ser justificados entre 1 (nunca) e 10 (sempre).

[5] Questão: Diga, por favor, a importância que atribui a cada um dos seguintes aspetos na sua Vida – Amigos e conhecidos, medida entre 1 (muito importante) e 4 (nada importante).

[6] Inquiriram-se os indivíduos sobre se eram membros e/ou voluntários de diferentes instituições apresentadas no EVS. Por motivos de operacionalização da questão nos três anos, não se teve em conta a

As questões que integram as dimensões aqui apresentadas serão trabalhadas não de forma independente, mas agregadas numa medida global de capital social, a qual foi calculada da seguinte forma: a baixos níveis de confiança nas instituições e entre pares, a justificação de comportamentos pouco cívicos e a fraca participação em redes sociais formais e informais corresponde um baixo nível de capital social (1); no extremo oposto a estas posições, encontram-se os indivíduos com nível alto de capital social (5).

Com a análise desta medida global de capital social, pretende-se indagar até que ponto a sociedade portuguesa se envolveu de forma comprometida com questões de promoção do bem comum e se esta postura poderá contribuir para o desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável de uma localidade. Pretende-se ainda analisar quem são os portugueses que apresentam valores mais elevados de capital social.

A primeira leitura que se destaca da análise dos dados é o baixo nível de capital social que os portugueses, na sua generalidade, manifestam: em 1990, os portugueses apresentam um valor de 1,8 de capital, numa escala de 1 a 5; em 1999, 1,7 e, em 2008, aquele valor sobe uma décima, para 1,9[7].

Este baixo nível de capital social não é estranho, já que, se analisarmos as respostas dos inquiridos no mais recente Estudo Europeu dos Valores, observamos que, em relação à questão que mede a confiança em relação aos outros, 80% dos portugueses referem que, em relação aos outros, "todo o cuidado é pouco", o que deixa transparecer um baixo nível de confiança nas pessoas. Por sua vez, também as instituições e organizações apresentam escassos níveis de *crédito*, o que pode configurar uma fraca *participação* dos indivíduos na vida associativa e, naturalmente, um fraco envolvimento no *voluntariado*. Note-se que 80% dos inquiridos, em 2008, referem que não fazem parte de qualquer organização e cerca de 86% não exercem qualquer atividade voluntária.

Sabemos que a confiança e abertura ao outro gera laços associativos. Ora a nossa questão seria, como é possível esta abertura ao outro, ao social, ao meio sem uma atitude de cooperação? Tocqueville (2006), em a *Democracia na América*, observava que, contrariamente à França, os EUA possuíam uma rica "arte da associação", isto é, uma população habituada a juntar-se em associações voluntárias com propósitos que tanto podiam ser triviais como sérios. A democracia americana e o seu sistema de governo limitado só funcionavam porque os americanos eram tão adeptos de formarem associações com fins civis ou políticos. Esta forma de organização não representava somente que o governo

pertença e/ou voluntariado em organizações de "Património, ambiente, ecologia, direitos dos animais" e "Grupos de consumo".

[7] Os resultados de uma análise de variância mostram que existem diferenças no nível de capital social nos três anos em estudo: $F(2, 3737) = 49{,}406$, $p < 0{,}001$, $h2 = 0{,}03$. Em 1990, média = $1{,}77^{a}$, em 1999 = $1{,}75^{a}$ e em 2008, média = $1{,}92^{b}$; as médias com letras diferentes são estatisticamente diferentes. Recorremos ao método *Scheffé* por se tratar de um método mais conservador, permitindo controlar a taxa de erro para o conjunto total de comparações.

não tinha de impor a ordem de uma forma hierárquica, de cima para baixo; a associação civil era igualmente uma "escola de autogovernação" que ensinava às pessoas hábitos cooperativos que podiam levar consigo para a vida pública (Fukuyama, 2000). Terão os portugueses consciência de que a capacidade associativa e de confiança é crucial para a criação de uma sociedade civil onde todos se sintam perfeitamente enquadrados? A fraca participação na vida associativa pode querer representar que os indivíduos não têm interesses comuns, vivem a sua vida concentrados em si próprios sem se preocuparem com o bem comum, daí resultando a falta de luta e de empenho em causas emergentes. Na realidade, a fraca participação e a débil capacidade de nos associarmos podem deixar antever que é mais fácil viver numa atitude passiva perante o social do que numa atitude comprometida, em que cada um se sinta implicado nas causas de todos, habituando-se, desde cedo, ao exercício de se juntar a outros em defesa dos mesmos interesses.

Não obstante estes valores baixos de capital social, é importante compreender quem são os portugueses que têm assumido uma postura de maior comprometimento com o social. Para tal, procedemos à análise da sociedade portuguesa a partir de algumas variáveis sociodemográficas, como o sexo, a idade, o nível de rendimento, a dimensão do aglomerado e a idade em que se deixou de estudar.

Ao tentarmos perceber se haveria diferenças de capital entre homens e mulheres, observou-se que, em qualquer um dos três anos em estudo, as diferenças não eram significativas[8]; porém, ao observar a *idade* e o *nível de rendimento*, encontramos tendencialmente maior capital social nas gerações mais novas[9] e com mais rendimentos[10].

Fukuyama (2000) referia que as verdadeiras comunidades estão ligadas por valores, normas e experiências partilhadas pelos seus membros. Seria portanto de esperar que nos meios mais pequenos, onde existem fortes laços tradicionais, onde as famílias se conhecem e partilham expectativas e relacionamentos mais profundos, se encontrasse um sentimento de comunidade mais profundo. Se assim fosse, seria de esperar que, nos meios mais pequenos, encontrássemos maiores valores de capital social. Todavia, no nosso estudo, tal não acontece, o que se traduz, à exceção de 1999, em diferenças não significativas de capital entre as diferentes dimensões dos aglomerados[11].

Ao analisarmos o capital social por nível de instrução, partimos do princípio de que as pessoas com mais elevado nível académico são as que reúnem mais

[8] Em 90, t_{sexo} (1.183) = 0,139, *ns*; em 1999, t_{sexo} (998) = 2,524, *ns* e, em 2008, t_{sexo} (1.551) = -0,457, *ns*.

[9] Em 1990, F(2, 1.184) = 0,452, *ns*; em 1999, F(2, 998) = 2,027, *ns;* em 2008, F(2, 1.552) = 8,039, p < 0,001, h^2= 0,01.

[10] Em 1990, F(2, 1.126) = 3,180, *ns*; em 1999, F(2, 696) = 5,761, p < 0,005, h^2= 0,02*;* em 2008, F(2, 763) = 14,227, p < 0,001, h^2= 0,04.

[11] Em 1990, F(7, 1184) = 1,189, *ns*; em 1999, F(7, 999) = 3,014, p < 0,05; em 2008, F(7, 1552) = 1,153, *ns*.

habilidades para se auto-organizarem, estabelecerem redes sociais e praticarem a reciprocidade. Tal facto manifesta-se no nosso estudo, já que se observam maiores valores de capital social nos portugueses cuja idade em que pensaram deixar os estudos era mais avançada. Daí que, na nossa escala, sejam os que pensavam em deixar os estudos com 21 ou mais anos que apresentam maiores valores de capital social[12].

3. Conclusão

Esta análise longitudinal e sociodemográfica da sociedade portuguesa leva-nos a concluir sobre a pertinência de se abordar a temática do capital social como instrumento de desenvolvimento sustentável. Neste estudo não se analisa estatisticamente o desenvolvimento sustentável, mas a literatura apresentada releva a importância que o capital social tem na promoção desse desenvolvimento, na medida em que se fomenta a capacidade participativa e cooperativa das pessoas e as responsabiliza pelo desenvolvimento da sua localidade.

Neste sentido, a análise apresentada permite esboçar algumas ideias sobre o nível de envolvimento e responsabilidade social da população portuguesa em prol do bem comum e perceber qual o impacto dessa atitude no desenvolvimento local.

Dos dados apresentados depreende-se que os portugueses ainda não estão sensibilizados para a problemática do desenvolvimento sustentável, pois este requer o envolvimento da população e a sua corresponsabilidade no processo de desenvolvimento económico, social e ambiental da localidade, bem como da sua manutenção para as gerações futuras. Na verdade, o que os dados ostentam é que a sociedade portuguesa vive muito fechada no seu mundo individual, pouco ou nada preocupada com a construção de uma sociedade mais ativa e comprometida com o bem comum. Sobretudo, os dados realçam o facto de os portugueses ainda não terem compreendido de que forma se pode promover o desenvolvimento sustentável.

Sabemos que, nos últimos anos, muito tem sido o investimento feito em políticas nacionais de desenvolvimento sustentável, em medidas de sensibilização da sociedade para as suas mais-valias. Contudo, podemos deduzir desta análise, ainda que não de forma conclusiva, uma vez que o capital social é apenas um dos parâmetros que contribui para o desenvolvimento sustentável, que essas políticas não têm sido suficientemente capazes de transformar a sociedade portuguesa, de a sensibilizar e envolver nesse processo de desenvolvimento. Em jeito de desafio, poderíamos perguntar: haverá políticas de desenvolvimento sustentável em Portugal?

[12] Os resultados revelam diferenças no nível de capital social entre as idades em que os inquiridos pensavam deixar de estudar: em 1990, $F(9, 1097) = 4{,}005$, $p < 0{,}001$, $h2 = 0{,}03$; em 1999, $F(9, 840) = 6{,}569$, $p < 0{,}001$, $h^2 = 0{,}07$, e, em 2008, $F(9, 1444) = 5{,}776$, $p < 0{,}001$, $h^2 = 0{,}04$.

Não obstante esta consciência, há um indicador que nos leva a ver uma luz ao fundo do túnel: os dados aqui apresentados realçam o facto de que, quanto maior o nível de escolaridade ou quanto mais tarde se terminarem os estudos, maior é o capital social desse indivíduo e, quanto maior for o capital social maior será o desenvolvimento. Este indicador permite-nos antever que a sociedade portuguesa poderá vir a ter uma atitude diferente perante o bem comum, na medida em que as gerações portuguesas mais jovens têm tido a oportunidade de estudar até mais tarde e, desta forma, têm a oportunidade de adquirir uma consciência mais alargada e mais bem formada sobre o papel que devem assumir na sociedade.

O que realmente podemos aferir deste estudo é que a sociedade portuguesa ainda não tomou consciência das mais-valias que o investimento pessoal na confiança mútua, nas redes sociais e na reciprocidade poderão trazer ao desenvolvimento económico de uma localidade e consequentemente à prosperidade das gerações futuras. A média em Portugal de capital social de 1,9, em 2008 (numa escala de 1 a 5), evidencia que ainda estamos muito longe de vislumbrar qual a mais-valia do capital social no desenvolvimento sustentável de uma localidade.

Referências bibliográficas

BAKER, W. E. (1990), "Market networks and corporate behaviour", *American Journal of Sociology*, 96: 589-625.

BOURDIEU, P. (1980), "Le capital social: notes provisoires", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31: 2-3.

BOURDIEU, P. (1983), "The forms of capital", *in* A. H. Halsey, *et al.* (Eds.) *Education, Culture Economy and Society,* Oxford: Oxford University Press.

BOURDIEU, P. (1985), "The forms of capital", in J. G. Richardson (org.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, Nova Iorque, Greenwood, pp. 241-258.

BOURDIEU, P.; PASSERON. J. C. (1970), "La reproduction. Paris: Les Editions de Minuit", *in* St., Baron; J. Field; T. Schuller, (Ed.) (2000), *Social Capital: Critical Perspectives*, Oxford: Oxford University Press.

BOWLES, S.; GINTIS, H. (2002), "Social capital and community governance," *Economic Journal*, 112: 419-436.

BURT, R. S. (1992), *Structural Holes: The Social Structure of Competition*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

COLEMAN, J. S. (1990), *Foundations of Social Theory*, Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press.

DIPASQUALE, D.; GLAESER, E. (1999), "Incentives and social capital: are homeowners better citizens?", *Journal of Urban Economics*, 45: 354-384.

DUQUE, E. (2003) "A Identidade na pós-modernidade: um conceito histórico-hipotético", *Cadernos do Noroeste*, 21, 1-2: 39-52.

DURLAUF, S. (2002), "On the empirics of social capital", *Economic Journal*, 112: 459-479.

FUKUYAMA, F. (2000), *A Grande Ruptura. A Natureza Humana e a Reconstituição da Ordem Social*, Lisboa: Quetzal.

GOLDIN, C.; KATZ, L. (2001), "Human capital and social capital: the rise of secondary schooling in America 1910-1940", *in* Rotberg (Ed.), *Patterns of Social Capital*, Cambridge University Press.

GUISO, L.; SAPIENZA, P.; ZINGALES, L. (2004), "The role of social capital in financial development", *American Economic Review*, 94(3): 526.

HELLIWELL, J.; PUTMAN, R. (1995), "Economic Growth and Social Capital in Italy", *Eastern Economic Journal*, 21: 295-307.

KNACK, S.; KEEFER, P. (1997), "Does Social Capital have an Economic Payoff? A Cross-Country Investigation", *Quarterly Journal of Economics*, 112: 1251-1288.

LA PORTA, R. (*et al.*) (1997), "Trust in Large Organizations", *American Economic Review*, Papers and Proceedings: 333-338.

LOURY, G. C. (1981), "Intergenerational transfers and the distribution of earnings", *Econometrica*, 49: 843-67.

PEREIRA, S. B. (2007), "Processos tangíveis e intangíveis do desenvolvimento local", *Revista Económica do Nordeste*, v. 38, n.º 2: 289-305.

PUTMAN, R. (1993), *Making Democracy Work,* Princeton University Press.

PUTMAN, R. (1995), "Bowling Alone: America's Declining Social capital", *Journal of Democracy*, 6 (January), 65-78.

PUTMAN, R. (2000), *Bowling Alone: The collapse and revival of American community*, Nova Iorque: Simon and Schuster.

PUTMAN, R. D. (1993[b]), "The prosperous community: social capital and public life", *American Prospect*, 13: 35-42.

SCHIFF, M. (1992), "Social capital, labor mobility, and welfare", *Rationality and Society,* 4: 157-75.

TOCQUEVILLE, A. (2006), *De la démocratie en Amérique*, Paris: Gallimard.

WOLFE, D. A. (2002), "Social Capital and Cluster Development in Learning Regions", *in* J. Adam Holbrook e David A. Wolfe (eds.) *Knowledge, Clusters and Regional Innovation: Economic Development in Canada*, Montreal and Kingston: McGill-Queen's University Press for the School of Policy Studies, Queen's University.

configurações 11 novo.indb 202 10-01-2014 11:25:03

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 203-223

Medidas para la sustentabilidad, con metodologías participativas

Tomás R. Villasante*

Resumen: En el artículo se comienza criticando los criterios que adoptan los sistemas de medida en ciencias sociales. Se recurre a la "sociología de las ausencias", pero se trata de avanzar con una propuesta de "multi-lemas" superadores. En la segunda parte se intenta ir más allá de las "ecologías de saberes". Se muestra un esquema de las "pirámides" de los poderes frente a los "manglares" de los movimientos, las luchas por los bienes "pro-comunes", y desde los ecosistemas sustentables. Así se plantean articulaciones entre las redes de apoyo mutuo y sus posibles alianzas estratégicas. La "de-construcción" de los enfoques clásicos se muestra con ejemplos de algunos "multi-lemas", tanto para las metodologías sociales, como con ejemplos de la cultura universal. La última parte resume 18 pasos para construir unos procesos participativos concretos, que los muestra en forma de una rueda metodológica, para quién intente construir estas practicas como en las experiencias en que se basan. También se añade una tabla con 15 posiciones teórico-practicas, de las principales tendencias y autores, en los que se basan estas metodologías.

Palabras-clave: sustentabilidad, participación, deconstrucción.

1. Se mide con los Equivalentes Generales de Valor

Las medidas de la sociedad están colonizadas. Se mide con los relojes, con monedas, con prestigio, con títulos. Los poderes son los que nos encierran en los Equivalentes Generales de Valor. Nos encierran con esos sistemas de medida en dilemas de más o menos valor, sin que nos preguntemos porqué se mide así y no de otra forma, o con otros criterios. "La forma equivalente de valor se erige en unidad de medida: los sujetos, los objetos y los mensajes pueden ser medidos -como formas relativas-, de modo intensivo en relación a la forma equivalente, de modo extensivo las formas relativas entre sí (J. Ibáñez, 1994).

> La historia es el dominio de la recta, de la recta ascendente. Comienza con la acumulación: acumulación de objetos como Capital, acumulación de sujetos como

* Profesor Emérito de la Universidad Complutense de Madrid y miembro del Observatorio Internacional CIMAS.

> Estado y acumulación de mensajes como Escritura. Y, en consecuencia, acumulación de tiempo como Historia (J. Ibáñez, 1994).

Cabe pensar, cuando menos, en estos 4 sistemas de medición que nos abarcan, casi sin darnos cuenta de dónde está su juego oculto. Las medidas de los intercambios de espacios-tiempos, contadas en tecnologías rápidas o lentas; las medidas de los intercambios de objetos y bienes, contadas con la moneda de referencia; las medidas de poder-dominación, contadas por la toma de decisiones en la familia o el estado; las medidas de la cultura o del conocer, contadas en títulos, escritos, o palabras señaladas. Estas medidas están relacionadas entre sí, como los propios sistemas. Todos estamos en ellos sumergidos, o fetichizados por las mercancías y sus cuentas, tenemos interiorizados los trabajos y los valores de consumo de los sistemas que nos dominan. En cada sistema de medición hay un Equivalente General, que está relativamente fuera del juego, para que sirva de Valor de Referencia.

Como denuncia de estos valores dominantes B. S. Santos (2005, 2010) construye unos dilemas alternativos, para revalorizar "las ausencias y las emergencias". En su *Sociología de las Ausencias* se construye lo que los Equivalentes Generales de Valor denigran, lo que olvidan, lo que no tiene valor. El "pensamiento abismal" de la modernidad occidental ha construido como ausencias de valor:

1. "Deriva de la monocultura del saber y del rigor del saber…Todo lo que el canon no legitima o reconoce es declarado inexistente. La no existencia asume aquí la forma de ignorancia o de incultura".
2. "La monocultura del tiempo lineal…progreso, revolución, modernización, desarrollo, globalización… La no existencia asume la forma de residualización…lo primitivo… tradicional, lo premoderno, lo simple, lo obsoleto o lo subdesarrollado".
3. "La lógica de la clasificación social…La clasificación racial y la clasificación sexual…la no existencia es producida bajo la forma de una interioridad insuperable en tanto que natural. Quién es inferior…
4. "Lógica de la escala dominante… lo global… todas las otras realidades dependen de contextos y que, por tal razón, son consideradas particulares o vernáculas".
5. "Lógica productivista... la no existencia es producida bajo la forma de lo improductivo, la cual, aplicada a la naturaleza, es esterilidad y, aplicada al trabajo, es pereza o descualificación profesional".

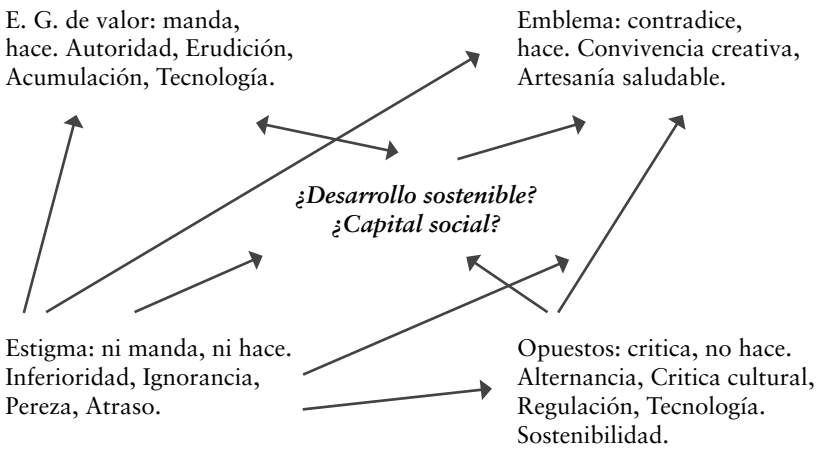
En la construcción de "los dioses" también está la construcción de "los demonios". En la construcción de los E. G. de Valor dominante, también están las construcciones de sus opuestos-dominados. En realidad hay un eje

dominante, un dilema en que tratan de que nos quedemos encerrados, y con respuestas superficiales, dentro del subsistema. Por eso "invisibilizan" y construyen las "ausencias", que solo se puedan ver como lo ridículo, de lo que todas las personas quieren escapar. No se suele cuestionar La Historia y su avance Tecnológico. Y quién lo hace pasa a ser un "atrasado", un "paleto", etc. No se suele cuestionar la Economía, la producción y el valor del oro, del dinero. Y quién lo hace es tachado de "improductivo", "vago", etc. No se suele cuestionar la Autoridad (los padres, las administraciones, que pueden ser unas u otras) pero parece que tiene que haber tal autoridad superior. Por debajo de los ejecutivos y los jefes, los demás aparecemos "minusválidos". No se suele cuestionar el dogma de la Ciencia o el Dios de referencia en cada colectividad. Y quién no aparece como erudito, es un "iletrado", un "ignorante", etc.

Desde un mismo E. G. de Valor suele haber disputas por acaparar esa posición, entre el padre y los que quieren "matar al padre" para ponerse ellos. Entre el capital financiero y el capital productivo, en economía. Entre la ciencia y las creencias en algún dios (religioso, mediático, etc.). Entre el progreso y la conservación, en los ecosistemas e historias que vivimos. Y entre estos valores polares suelen situarse posiciones intermedias. Puede ser un cierto equilibrio, más o menos inclinado a un lado o a otro de los dos polos. También puede ser una expresión abstracta que a poco comprometa, como "desarrollo sostenible", "capital social", que solo es mezclar palabras para quedarnos contentos. Pero ambos polos, y sus posiciones intermedias igualmente minusvaloran las posiciones inferiores, ignorantes, atrasadas o improductivas. Es decir, que estamos distinguiendo varias posiciones en un plano, al menos cinco como en los pentalemas. Porque no se trata solo de criticar a los E. G. de Valor, sino de diferenciar sus oposiciones dentro de la misma escala de valor, y aquellas posiciones que se salen a otros ejes que desbordan las propias mediciones. O sea poder elegir unas "metáforas que nos piensan" (E. Lizcano, 2006) donde las "matemáticas paradójicas" nos enseñan la inclusión del "yin-yang", o como apunta F. Jameson (2002) "la respuesta no es una síntesis de estas dos opciones sino una suerte de unión de los opuestos".

Lo más grave es no saber en qué juego estamos encerrados por esas mediciones. Las ausencias, lo invisibilizado, no cuenta, a veces ni se mide. Pero a veces salta. Por una crisis o por fallos de los propios dominantes. En ese caso aparece, se muestra, lo que ha estado oculto, y entonces empieza la operación de ponerle un "estigma" desde el sistema de poderes. De hecho en lo que llevamos dicho escribimos más estigmas que otra cosa, como "minusvalías". Hacer chistes, estigmatizar, lo que nadie quiere ("paletos") o lo que nadie debería querer ("cínicos"). Pero desde los "estigmas" precisamente se puede construir lo que serían los "emblemas" (R. Reguillo, 1998), también las "ecologías de saberes", el eje emergente donde se pueden construir vías integrales que van más allá de los bloqueos de los dilemas y de los estigmas. Para ello hay que precisar que en

Figura 1. Esquema de razonamiento para las emergencias



lo dominante hay también sus propias contradicciones. Por eso un esquema más completo de razonamiento para las emergencias, debe incluir los dilemas dominantes, la estigmas que ambos rechazan, y los emblemas para poder construir las emergencias que apuntan a lo superador.

Sin querer ser inferiores, ignorantes, perezosos o atrasados, tampoco hay que ser jefes, ni eruditos, ni acaparadores, ni estar a la última. Y tampoco estar solo por la alternancia entre autoridades, solo en la crítica a la cultura dominante, o por la regulación y la sostenibilidad de dentro del sistema. Es posible plantearse y ejercitar una convivencia más horizontal desde abajo, más que la erudición o la crítica, ejercer la creatividad social, producir las artesanías y productos para vivir saludablemente. Saludable en los sentidos de saludar a los amigos y tener salud para ello, con tecnologías apropiadas, que no son necesariamente las últimas de la moda, ni las más sofisticadas. Trabajar para hacer los artefactos necesarios socialmente, no para acaparar o acumular más que los demás. El aprendizaje de la creatividad social con la gente como reto cultural, por el placer de sentir el colectivo e innovar. Y la forma de construir más desde abajo y horizontalmente que querer ser jefes o tratar de mandar. En estos ejes sin duda hay tendencias impresas en nuestra historia evolutiva y cultural, pero también sabemos de experiencias de poder cambiarlas, y sobre ello vamos a ir avanzando en este texto. Pasar de los estigmas a los emblemas son múltiples caminos en unos planos que permiten muchas estrategias.

2. Desbordes Reversivos en las luchas de los Manglares

"Para la ecología de saberes no es central la distinción entre estructura y agencia, como es el caso de las ciencia sociales, sino la distinción entre acción conformista y lo que yo he propuesto llamar acción-con-clinamen." B. S. Santos (2010) toma la expresión de los átomos de Epicuro y Lucrecio: "A diferencia de lo que sucede en la acción revolucionaria, la creatividad de la acción--con-clinamem no está basada en la ruptura dramática sino en un viraje o desviación leve cuyos efectos acumulativos rinden posiblemente a las combinaciones complejas y creativas, entre los átomos por lo tanto también entre seres vivos y grupos sociales. El clinamen no rechaza el pasado; por el contrario, asume y redime el pasado al tiempo que se desvía de él". Matos Mar (1984) había acuñado la expresión "desborde popular" para las formas de hacer los movimientos de base en Perú hace décadas. Jesús Ibáñez (1994) había usado "reversivo" como distinto y más profundo que "revolucionario". Y nosotros mismos solemos usar "desbordes reversivos" para este hacer, más "semilla" que "huracán", más rebeldía permanente que ruptura de un momento. No hay porqué quedarse encerrados en el dilema de reforma o revolución. Hay variadas formas de ruptura con lo establecido que no pasan solo por el cambio de manos del poder, sino por cambiar lo que son las formas del poder-dominación al poder-hacer.

La "desviación leve" que propone B. S. Santos suena, además de a la metáfora del comportamiento de los átomos, al conocido "efecto mariposa" que las ciencias actuales han puesto de moda. Lo que le da en este autor un grado de "espontaneidad", "inexplicabilidad, a la acción creativa que nos parece poco operativa como propuesta. En Desbordes Creativos (2006) ya avanzábamos algunas formas para hacer prácticas estas estrategias de los movimientos populares. El análisis de las contradicciones de los poderes establecidos es básico para poder establecer procesos reversivos. No se trata de esperar a que se produzcan los saltos o huracanes a partir de "los efectos mariposa" de la vida cotidiana, de las "desviaciones leves". Más que las desviaciones (pueden ir en muchas direcciones), se debe tratar de construir desbordes (llevar más lejos y más consecuentemente algunas de las contradicciones que tiene el propio poder). Para ello hay que conocer los puntos débiles, las fracturas entre la comunicación de los dominantes, la incoherencia entre el decir y el hacer, los conjuntos de acción y también los aislamientos de los sectores populares, etc.

Los "desbordes reversivos" no es hacer reformas dentro del sistema, ni romper frontalmente con este sistema desde otro enfrentado. Más bien es romper desde dentro del sistema, llevándolo a contradicciones con él mismo, desde la hipocresía de lo que dice que hace y no es capaz de hacer. Por ejemplo, evidenciar que las acumulaciones (posesiones, finanzas, poderes, dogmas) son las causas últimas de la falta de mínimas seguridades de la gente en sus usos cotidianos. Que las medidas de sus Equivalentes Generales de Valor son las que explotan y

quitan valor a lo que la gente está produciendo, a las democracias deliberativas y participativas, a las soberanías alimentarias, a la creatividad social, etc. Y que los sistemas emergentes que están apareciendo en la sociedad local o regional son los que se muestran más eficientes para los valores de uso de la población, y que deben desbordar a los antiguos valores y poderes. Son procesos convulsos, pero inevitables, en donde las estrategias populares van construyendo con la gente sus propios caminos. Son procesos de acumulación de fuerzas sociales, disputa de la hegemonía desde el ámbito de lo más personal hasta los aspectos más globales. Desde luego se confirma que hay "desbordes reversivos" cuando se cuestionan en los circuitos más generales de comunicación. Es decir, sobre todo cuando acaban por cambiar los Equivalentes Generales de Valor (las reglas hasta entonces incuestionadas).

En los esquemas que venimos refiriendo no solo hay dos posiciones o dilemas, sino varios cruzados. Por lo menos penta-lemas, poli-lemas o multi-lemas, pues de-construir los poderes y los E. G. de Valor, no es como oponer una fuerza a otra, sino saberse situar en un **campo de fuerzas que se mueven con distintas direcciones y sentidos**. Aparecen contradicciones en el decir y en el hacer dentro de cada posición, hay contradicciones entre las posiciones por razones de clase, de formación patriarcal, de ideologías, de generaciones, interétnicas, etc. Pero en vez de quedarnos asegurando que todo es muy complejo, más practico será hacer un mapeo o cartografía de quienes cuentan para el proceso, y en cada objetivo o cuestión central hacer un penta o multilema, para deconstruir (los ejes dominantes) y reconstruir (desde el eje emergente) los caminos en los que priorizar las tareas. En el eje dominante, entre los E. G. de Valor y sus opuestos (rivales dentro del sistema) suele haber varias posiciones intermedias. Saber analizarlas y distinguir las posiciones revolucionarias, o las reversivas, es un buen ejercicio para entenderlas, y ver qué posibilidades existen de que se puedan articular o no entre sí. Se puede salir de los ejes dominantes porque existen los ejes emergentes que van más allá de las dialécticas simples y deterministas.

Esta pluralidad de posiciones se puede considerar para articular posiciones que lo que pretenden en suma es cambiar la situación. En un plano, en torno al cruce de los ejes emergentes con los dominantes, suele haber bastantes posiciones confusas en sí mismas, pues se suele preferir aquellas formas de expresión que tratan de acapararlo todo con dos o tres palabras. Pero cada cual entiende una cosa diferente cuando las enuncia, y sobre todo las prácticas son las que acaban definiendo las distinciones posibles. Paradojas semánticas que encubren engaños y auto-engaños, por la incomodidad de hacer "análisis concretos de las situaciones concretas", o porque se quiere engañar sin más. Hay que tener mucho cuidado en no caer en las frases que parecen que todo lo asumen y que no sirven para practicar casi nada. Pero el que se pretenda tener claridad sobre los posibles caminos emergentes no quiere decir que se desprecien otras

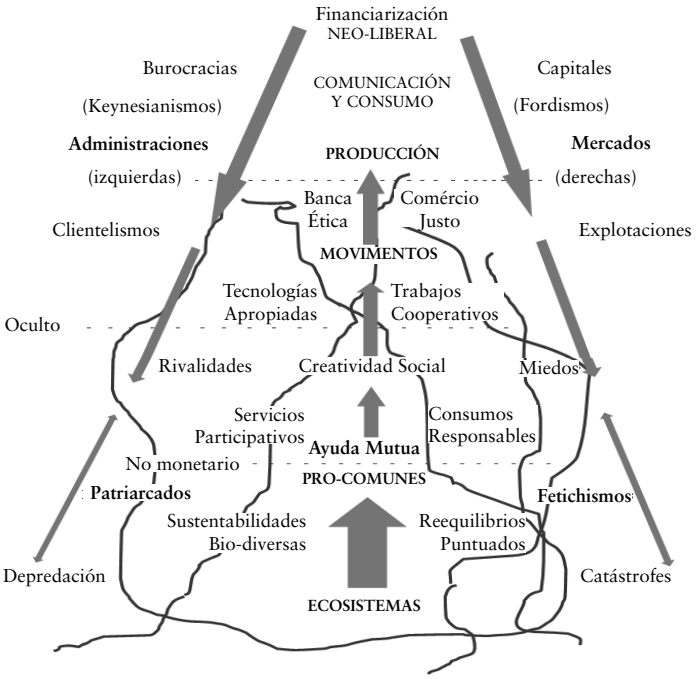
posiciones. Se puede pasar de aquellas "dialécticas excluyentes" a las "dialógicas incluyentes". De las formas de la confrontación por las ideas a la unión de los opuestos, entender los espíritus de la contradicción y hacerlos funcionar inclusivamente. O sea **usar análisis con poli-lemas y multi-praxis para revertir y desbordar los procesos.**

Para ser operativos tratamos de razonar la crítica de los E. G. de V. y sus juegos perversos y fetichistas. Tanto hacia la izquierda, con predominio de las burocracias de las administraciones y sus clientelismos; como hacia la derecha, con sus mercados de capitales y explotaciones. Hace años, en la lógica de J. Galtung, presentamos unos **esquemas que pueden ser un poco rígidos, como las pirámides, a base de triángulos contrapuestos**. Arriba un polo amarillo, donde el Capital y el Estado se sintetizan, y están lo que hoy son los grandes decisores de la globalización, FMI, OMC, etc. Por debajo una línea izquierda-derecha: del rojo de un Estado planificador central, al azul de un Mercado de libre competencia. Este eje horizontal ha sido en el siglo XX la referencia ideológica principal, pero hoy es muy discutible su utilidad para discernir las posiciones de China o de Irán, de Europa o de la India. En aquella pirámide habíamos colocado por abajo la emergencia de los movimientos sociales que se enfrentaban tanto a las administraciones centralistas y clientelares, como a los mercados explotadores de la tierra y de los trabajadores. Incluso, tras los debates mantenidos en el primer Foro Social Mundial, añadimos 6 características para confrontar los E. G. de Valor con otros alternativos: Construir finanzas auto-centradas, tecnologías apropiadas, servicios con participación, consumos responsables, trabajos cooperativos, y comercios más justos.

El esquema que se presenta en Figura 2 también se puede leer como izquierda-derecha y arriba-abajo. La Financiarización Neo-liberal en este esquema ocupa el puesto de lo alto de la pirámide, pues la crisis actual la está mostrando como la verdadera convergencia de los intereses de la acumulación del capital con los poderes supra-estatales. Las luchas entre la izquierda y la derecha, sobre todo electorales, están ahí. Los movimientos, sin embargo, protagonizan mucho más las luchas de los de abajo contra los de arriba, por eso en el esquema se intenta destacar las flechas que bajan con clientelismos y rivalidades, y las de las explotaciones y miedos.

Desde la Pirámide dominante (con su izquierda y su derecha), se intenta manejar la Comunicación y el Consumo. Pero también aparecen los Manglares rizomáticos emergentes (de los movimientos de abajo a arriba). La metáfora de los manglares es porque tienen tierra abajo con raíces rizomáticas, la mar que oculta la mayor parte de los troncos de la vida cotidiana, y una parte aérea que aflora. Las pirámides que conocemos son sólidas, de piedras bien construidas, y muchas de ellas son monumentos funerarios al despilfarro de los poderes dominantes. El ojo de algún dios maneja la comunicación patriarcal para presentarse como un Padre que pone orden en las rivalidades humanas, y

Figura 2. Luchas de la Pirámide dominante y los Manglares rizomáticos emergentes



maneja los fetichismos y los miedos para hacer trabajar para su servicio tanto la explotación de la tierra como la de los humanos. Pero hay unas fuerzas contrapuestas de abajo a arriba, con muchas líneas variables de ejecución, que van abriendo brechas entre las piedras, pues surgen de las profundidades. Son **los Pro-comunes en las bases y fondos de la realidad invisibilizada, y aún más abajo los Ecosistemas, cuya fuerza tampoco es contemplada por la economía política dominante.** Así los Manglares emergentes pueden ser una metáfora útil para ilustrar lo que se quiere decir. Desde el fondo de interacciones cotidianas y muy plurales, desde las ayudas mutuas y desde la creatividad social de los movimientos hay una realidad emergente comunicativa y operativa.

El crecimiento de los manglares es constante y basado en las raíces de forma rizomática (recordamos la metáfora de Guattari) que se entrecruzan y que están invisibles para la dominación económica. Pero bajo el agua van emergiendo como culturas informales, domésticas, populares, dentro de la Pirámide de la economía política convencional. **Suelen quedar ocultas porque no se cuentan en monedas, tanto lo concerniente a las relaciones cotidianas no monetarias, como a los aportes de la naturaleza.** Es decir toda la "economía de cuidados

y solidaridad familiar y comunitaria", y toda la "economía de recursos procomunes" como el agua, la tierra, los saberes, etc. y la misma evolución de la naturaleza, la diversidad de los ecosistemas. Pues aunque no se puedan o deban contar las unidades de vida para ser intercambiadas, son la base de los valores de la vida y de uso humano más imprescindibles.

Por ejemplo en los Andes construir el Buen Vivir (Sumak Kawsay), con el cooperativismo y la ayuda mutua, tiene entonces una serie de elementos que funcionan en red entre ellos desde su propia cultura. Pueden ser como las cadenas de valor o las redes endógenas, en donde cualquier elemento no puede actuar al margen de los otros seis elementos que se citan. Siempre se interactúa con la economía internacional y la local, y toda estrategia está en función de lo que ocurre con las otras partes de la comunicación social, la economía y la política (con la producción, migraciones, comercio, tecnologías, servicios, etc.) Cabe señalar **la importancia de colaborar en las redes de apoyo mutuo** con entidades que defiendan: 1. Trabajos cooperativos, 2. Consumos responsables, 3. Servicios participativos, 4. Tecnologías apropiadas, 5. Los Mercados más justos, y 6. Las Finanzas más éticas. Son claves de algunas de las experiencias que hemos conocido en Latinoamérica para la economía de tipo solidario. De manera que los objetivos del Buen Vivir, o si se quiere de la Calidad de Vida, pueden aterrizar en propuestas concretas y viables.

Las crisis que se provocan con el manejo de las nuevas tecnologías, también son contextos en los que cabe situarse. Por un lado el no reconocimiento de los saberes y tecnologías tradicionales de las localidades es un desperdicio para las economías endógenas y solidarias. Además **se van perdiendo las ayudas mutuas comunitarias, la información no se sabe tanto cómo contrastarla con amigos de confianza, y estamos más a merced de los grandes emporios de información.** Emporios multimedia vinculados a intereses transnacionales que hacen campañas en contra de las iniciativas económicas solidarias o los movimientos sociales que entiendan que les pueden perjudicar. Se trata de una lucha prolongada entre la cúspide de la pirámide con grandes medios y muy concentrados, frente a unas iniciativas dispersas, que se mueven más con la comunicación cara a cara (o a través de internet) y que semejan más una maraña de hilos que un tejido bien articulado. Se crean "informaciones" para estigmatizar movimientos molestos desde la cúspide de la pirámide como una tarea frecuente, y lo que hay que tener en cuenta estratégicamente es cómo prevenirlo y responder desde las propias bases. En estos contextos de crisis hay que situarse, unas luchas donde solo sobreviven quienes tengan previstas estrategias, a partir de la credibilidad ganada en los movimientos porque la gente se sienta más segura en ellos.

No tiene que hacer de todo cada movimiento, otros pueden saber de tecno-política o de ingeniería social, o para que las economías locales progresen; pero sí ha de saber moverse en **alianzas estratégicas para que sus recursos**

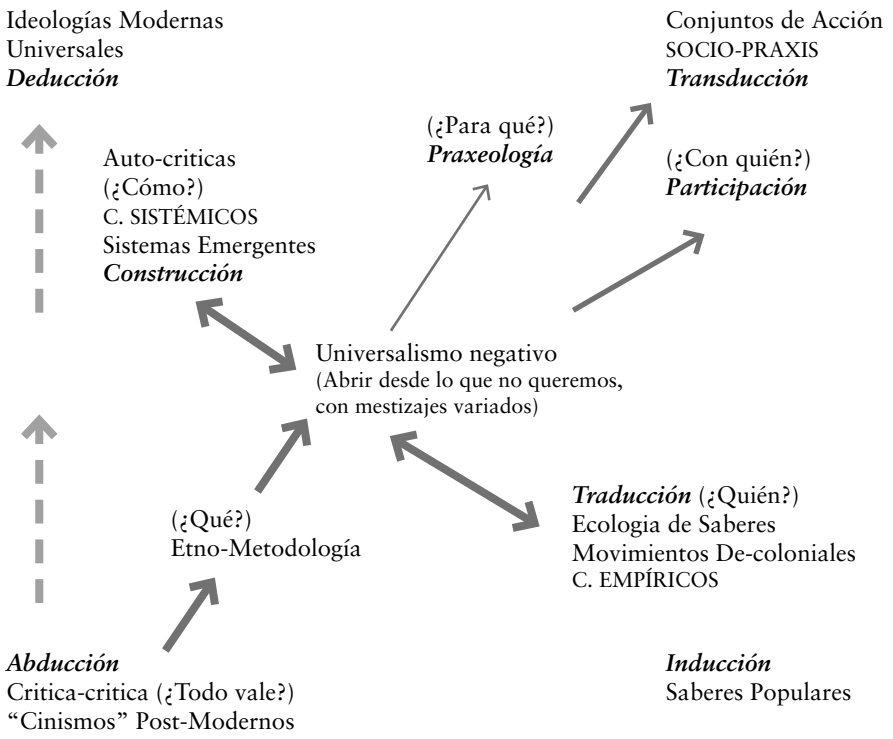
estén en un buen contexto sustentable. Pues solo desde una base colaborativa eficiente se pueden conseguir buenos resultados también para el Buen Vivir, y la Calidad de Vida. No tanto el Nivel de Vida (más consumo) sino de "vivir mejor" con lo que se necesita socialmente. Razonar desde movimientos de protesta, pero más desde propuestas construidas colectivamente, y desde una viabilidad comunicativa y económica para alcanzar lo que pueda llegar a ser una mejor calidad de vida para la mayoría. Y en los términos que decida la gente, que pueda ser el construir "las cuatro redes para Mejor-vivir" (Villasante, 1998), o ese Buen Vivir responsable que ahora está hasta en algunas Constituciones latinas.

3. Para la De-construcción de los dilemas dominantes

Antes de presentar la metodología concreta para la construcción de procesos de comunicación de forma auto-organizada colectivamente, es preciso hacer una breve referencia a los fundamentos teórico-prácticos de donde sale. Hay una referencia en anexo a un cuadro de autores y tendencias de las que hemos partido sobre todo en los últimos 20 años en el CIMAS, pero en síntesis el esquema que sigue ilustra lo fundamental. Este esquema es del tipo de los "penta-lemas" o "praxeología trancend" que suele usar Johan Galtung (2009), aunque aparecen 10 posiciones y no solo las 5 habituales. En el eje vertical está la disputa de las ideologías modernas universalistas con las críticas pos-modernas (que en su extremo pueden ser cinismos del "todo vale"). Superando ambas posiciones, con auto-críticas de las ciencias modernas, aparecen los **construccionismos sistémicos**, sobre todo cuando avanzan los "sistemas emergentes", y cuando pasan del ¿cómo? al ¿para qué? con las "praxeologías transcend". Entre la crítica--crítica y los saberes populares, se puede avanzar hacia la **Etnometodología** preguntándonos por el ¿qué? de los discursos, o pasando a adoptar la posición del ¿quién?, de los movimientos emancipadores o de-coloniales. Estos construccionismos empíricos pasarían de la abducción intuitiva y de la inducción de casos concretos, a la "traducción" como forma de entenderse entre los movimientos y los saberes (por ejemplo, citamos la ecología de saberes). Hay muchas posiciones posibles, donde lo universal solo es "lo que no queremos", y solo en la medida de quienes no lo quieren. Pero es posible pasar a construcciones operativas, de-construyendo con los métodos transcend y de poli-lemas, y usando metodologías participativas. A partir de los Conjuntos de Acción ya se puede saber con quién se puede partir, ahora toca entrar en la "transducción" y la "socio-praxis".

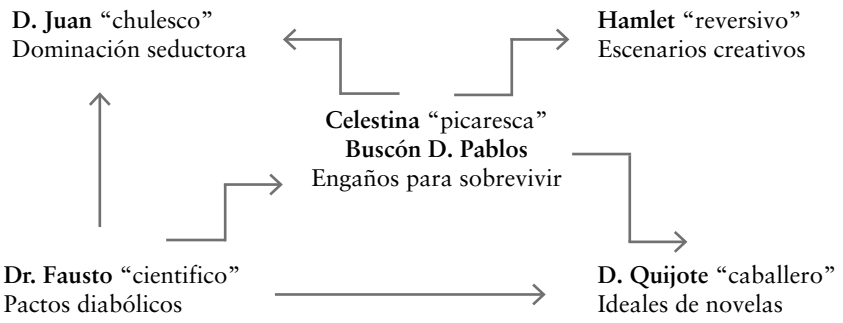
Aplicando este mismo tipo de esquema a casos prácticos de la literatura universal, se pueden ver las luchas de posiciones de referencia que se difunden y contraponen. Por ejemplo, los tipos de personajes que se tratan de estigmatizar o que emergen en las culturas respectivas donde son producidos. Aparte de los

Figura 3. Nuevos avances construyendo con la acción y la auto-reflexividad



discursos morales de cada época, estos personajes han jugado y juegan un papel en la comunicación pública fundamental, son los prototipos que se muestran a favor o en contra, para justificar o rechazar tales o cuales conductas. Ninguno parece perfecto, pero siguen direcciones muy variadas y hasta contrapuestas. D. Quijote se contrapone con D. Juan, pero ambos se alejan del Dr. Fausto. La "picaresca" de la Celestina juega con todas las posiciones, pero no da salida estable a ninguna. Hamlet es el que juega con las fuerzas de los otros, para crear "escenarios creativos" de tal forma que en el propio proceso emerjan soluciones superadoras. No es solo la capacidad de D. Juan para seducir él solo, o la del Dr. Fausto para pactar con el diablo. No es la ensoñación quijotesca, o los engaños para sobrevivir como sea. Pero hay algo de todo eso en el juego reversivo, como lo hay en la "transducción" como forma de integrar y superar los otros procedimientos metodológicos.

Figura 4. Ejemplos de referencia en la Literatura



Podemos deconstruir los contenidos de la comunicación con más ejemplos de penta-lemas. Por ejemplo, los lenguajes ocultos y la picaresca de las clases populares son analizados por J. C. Scott (2003) para distinguir cuatro: El primer "discurso político" de "grupos subordinados" es "el público": "halagador autorretrato de las elites" de contenidos "paternalistas", etc. "Completamente diferente al anterior es el discurso oculto", que corresponde a "una cultura política claramente disidente"; pues solo en la intimidad manifiestan "cólera, sus deseos de venganza, de autoafirmación…". "Un tercer ámbito"… "una política del disfraz y del anonimato, que se ejerce públicamente, pero que está hecha para contener un doble significado o para proteger la identidad de los actores": Los rumores, chismes, chistes, canciones, eufemismos, "los cuentos populares con un protagonista pícaro…astutos ardides y el espíritu vengativo de los débiles". Y la cuarta posición "expresa un desafío y una oposición abierta", que rompe el juego y provoca una "escalada de palabras y actos cada vez más atrevidos". Pero a partir de la mitad del libro aparecen otros ejemplos prácticos con una quinta posición de tipo emergente y superadora de la propia picaresca.

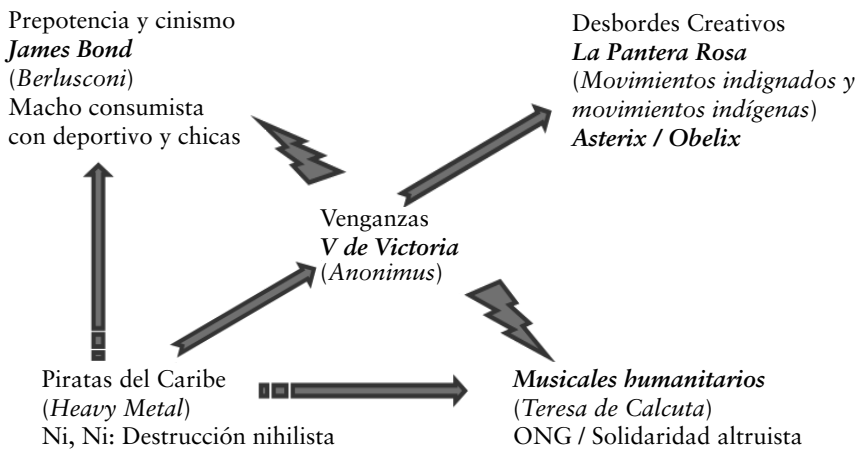
Este autor avanza hasta una tecno-política de la implicación social: "Queremos mostrar que ni las formas cotidianas de resistencia, ni la insurrección ocasional se pueden entender sin tener en cuenta los espacios sociales cerrados en los cuales esa resistencia se alimenta y adquiere sentido. Si se hiciera con la minucia que no podemos utilizar aquí, dicho análisis esbozaría una tecnología y una práctica de la resistencia, similares al análisis que hizo Foucault de la tecnología de la dominación". Scott cita a Eric Hobsbawm: "Los de color han aprendido a hacerse los tontos. Así pueden lograr muchas cosas. Yo mismo en realidad no los conozco. No creo que sea posible conocerlos…" y sigue Scott: "Al hacerse los tontos, los subordinados usan creativamente los estereotipos

que les aplican… Eric Hobsbawn pudo afirmar que "**el rechazo a entender es una manifestación de la lucha de clases**". Y más adelante, como "**el lenguaje se encuentra saturado de relaciones de poder**", nos recuerda que "en Francia los carnavales que originariamente la Iglesia y los ayuntamientos toleraban y hasta autorizaban, fueron posteriormente prohibidos cuando la plebe se apropió de ellos y los utilizó con fines dudosos. Bajtín señala que, por ejemplo, las sociedades populares formadas para crear farsas… fueron muchas veces "el blanco de prohibiciones y persecuciones y se terminó disolviendo a los Basochiens" (Scott, 2003).

Y Scott plantea ejemplos concretos para revertir situaciones: "Una elite dominante trabaja incesantemente para mantener y extender su control material y su presencia simbólica. Por su parte, un grupo subordinado se ingenia estrategias para frustrar y revertir esa apropiación y también para conquistar libertades simbólicas… Ninguna victoria es para siempre… La naturalización de la dominación siempre se pone a prueba en espacios reducidos pero significativos, especialmente en el punto donde se ejerce el poder". Toma como ejemplo de reversión, en Polonia, la lucha del Sindicato Solidaridad: "Toda la situación era una inversión ritual. La clase obrera se había movilizado para enfrentarse abiertamente al partido oficial proletario. Como decía una declaración: "Al partido gobernante lo está juzgando la clase que supuestamente le da su prestigio y en nombre de la cual dice gobernar". La declaración pública del discurso oculto ante los detentadores del poder no fue una figura retórica". Este análisis deconstructivo de lo que dice el poder se juega con las contradicciones del mismo, y con la construcción de una "Idea-fuerza", que va más allá de la oposición formal o de la picaresca.

Siguiendo con estas aplicaciones de penta-lemas podemos hacer un ejercicio más actual, para **deconstruir también las posiciones estéticas de notable éxito en nuestras culturas**. Las películas de J. Bond o de Los Piratas del Caribe tienen su trasfondo y su significación como justificación de actitudes políticas que nos afectan a todas las personas. Las músicas de Musicales o el Heavy Metal forman parte de "hipertextos" que contribuyen a unas u otras actitudes e implicaciones sociales. Las máscaras de Anonimus, los comics de la Aldea Gala, o de La Pantera Rosa (sub-realista muchas veces), son formas distintas de comunicar un eje emergente que desborda los otros ejemplos. Por ejemplo los movimientos indígenas, en defensa de sus territorios, suelen jugar con las contradicciones y mala conciencia de una parte de los colonizadores, revertiendo sus pretensiones "civilizadoras". Los "movimientos indignados" no han caído en el juego de auto-calificarse anti-sistema, sino de señalar al sistema como anti-99% de la población. La inteligencia creativa y colectiva para saber situarse en la comunicación es una de las claves principales para no dejarse atrapar en los juegos de los Equivalentes de Valor dominantes.

Figura 5. Iconos/Estéticas de los estilos comunicativos

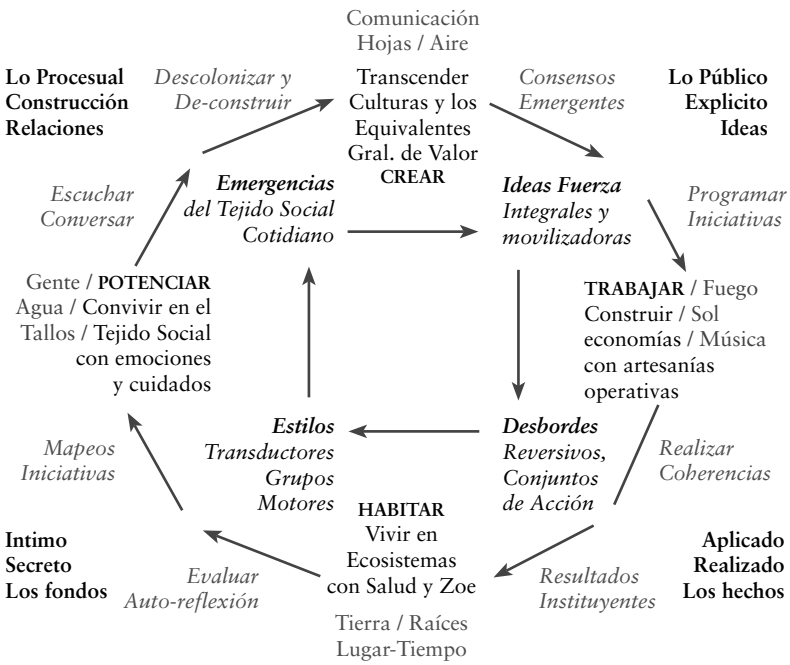


En un plano con muchas posibilidades intermedias, o con agrupaciones de varias de ellas, las soluciones concretas no están prefijadas. Son posibles varias articulaciones o líneas de acción comunicativas, según los intereses en juego y los análisis de los movimientos implicados. Pero es bueno disponer de **un cuadro o esquema que deconstruya los intereses en presencia, para no quedarse reducidos a los dilemas en que suelen atraparnos los Equivalentes Generales de Valor**. A partir de estos análisis de tecno-política implicada es posible construir con la gente lo que llamamos una Idea-fuerza. Es decir, una idea comunicativa que incluya aspectos sustantivos de las otras posiciones, lógicamente los que sean compatibles y superadores de los bloqueos que se estén produciendo. La construcción colectiva de la Idea-Fuerza precisa de un primer paso de saber escuchar, de un análisis deconstructivo del tipo de los que venimos mostrando, y luego de propuestas para una integración de los opuestos. Para ello es útil la "fuerza de las relaciones débiles" (Granovetter, 2000). O sea, la fuerza de quien se puede colocar, con cierta distancia tecno-política, entre las relaciones densas de los movimientos, a partir del "mapeo" de los "conjuntos de acción", con reuniones o talleres que permitan crear espacios y escenarios para la creatividad social.

4. Los "saltos en la rueda" y un proceso concreto en 18 pasos

Pasamos entonces a concretar una de las posibilidades con las que venimos trabajando desde hace un par de décadas en el Observatorio Internacional para la Ciudadanía y el Medio Ambiente Sustentable (CIMAS). Son "ruedas" y fases de una metodología para construir una "espiral a saltos" (más bien trompicones

Figura 6. Rueda para una metodología participativa



porque nunca salen perfectos) contra las actuales relaciones de bloqueo, y a favor de deconstrucciones y creatividades con la gente que se implica, con nuevas relaciones más sinérgicas y alternativas. Una rueda tiene forma para avanzar fácil, también se puede ver de una vez (como un Mandala oriental que integra los elementos), y permite la circulación de los laberintos a las espirales. En la página del CIMAS (www.redcimas.org) hay 6 DVD que van mostrando el proceso, hay un Manual de copia libre, y en la Biblioteca varios artículos para cada uno de los pasos o saltos que se proponen. Aquí solo se trata de presentar una visión rápida de conjunto.

Casi siempre se parte de un hecho de referencia que sea bastante importante para las personas y grupos que se quieren implicar en un proceso social. Esto es, un "analizador" que dispara las preocupaciones, un suceso que sirve para que se ponga en marcha una rueda de pasos y saltos, en los que conviene que nos podamos poner de acuerdo. Siguiendo el sentido a favor de las agujas de un reloj: El "síntoma-analizador" en el **habitar** provoca un desorden local, un grito y "dolor/placer", por lo que algunos **grupos** se preocupan, **auto-reflexionan**, y **evalúan** la situación. Pasan a construir los **mapeos de iniciativas**, a **potenciar, conversar y escuchar**, las **emergencias del tejido social**, y luego a **de-construir** sus contradicciones internas y externas. En las devoluciones participativas se

puede **crear**, profundizar y **consensuar**, una **idea-fuerza** integral e integradora, que a su vez puede lanzar **iniciativas** operativas, que si se **trabajan** y **realizan con coherencia**, se pueden producir los **desbordes reversivos**, que lleven a **resultados instituyentes**, en el **habitar**. Es lo que llamamos la "construcción de acciones y de comunicación (auto-organizada y colectiva)".

En 6 saltos metodológicos, nos diferenciamos de otras metodologías más convencionales (cuantitativas, cualitativas, y también las participativas más habituales). Un 1º salto de enfoque es pasar de la definición del problema y la elección de objetivos, que se hace al principio de un proceso, a la **auto-reflexión** sobre los síntomas (que aún no son los problemas de fondo) y sobre los prejuicios que los propios profesionales y promotores tenemos. Un 2º salto puede ser pasar del listado de los actores y sus características, a los "**mapeos** con conjuntos de acción", es decir las relaciones establecidas de cara a los síntomas detectados. Un 3º salto, después de conversar y escuchar a la gente, es **deconstruir** las posiciones discursivas, y encontrar ejes emergentes superadores del eje dominante de la comunicación. O sea pasar de solo validar los resultados, a profundizar en ellos con la inteligencia creativa de la gente. Un 4º salto, es no quedarnos en informar y difundir los resultados, sino pasar a priorizar confianzas y **consensos** entre la gente para generar más y mejores "ideas-fuerza". El 5º salto puede ser pasar de las consultas, con elementos representativos, a dinamizar y recoger las **iniciativas** de base que puedan construir los grupos motores y las comisiones de trabajo. Con lo que se puede llegar al 6º salto, pasar de hacer planes con metas predefinidas, a procesos de democracias **instituyentes**, es decir, capaces de desbordarse y desbordarnos.

Todo esto se puede concretar en unos 18 pasos claves, presentados de forma resumida, que se pueden seguir para hacer un plan de sustentabilidad de casi cualquier proceso social. Hay aspectos que se pueden preparar "en equipo", es decir como profesionales o como grupo motor (tecno-político implicado), y otros aspectos que se han de realizar abiertamente con la gente. Una primera parte recoge los dos primeros saltos, la reflexividad del equipo y la reflexividad con la gente. Una segunda parte son los saltos de las devoluciones creativas, que coordinan las voluntades consensuadas, Y una tercera parte ya se centra en la planificación con iniciativas de base y las democracias instituyentes para seguir los procesos.

Primera parte. Eco-auto-reflexividad:

1. (con la gente) Iniciar un proceso de Auto-reflexión, con el proto-Grupo Motor (o la proto-Comisión de Seguimiento, en su caso). Se trata de responder a las preguntas primeras ¿Para qué? ¿Con quién? O sea, partir de los síntomas iniciales, para establecer unos primeros objetivos y plan de trabajo.

a) Diferenciar el Grupo Motor cuidador, de la Comisión de Seguimiento de los "notables".

b) Elaborar los primeros objetivos generales y específicos.
c) Diseñar un Plan de actuaciones consensuado, y su metodología básica.

2. (con la gente) Construir los Mapeos de actores necesarios, o Cartografías de Conjuntos de Acción. Auto-análisis de las relaciones de emociones, miedos, y confianzas, estilos de actuación, etc.

a) Sesiones (talleres) para construir los mapeos.
b) Debates sobre relaciones, desconocimientos, y "muestra relacional".
c) Potenciales Conjuntos de Acción y estrategias con "puentes"

3. (en equipo) Superar los falsos dilemas del sistema. Auto-reflexión para encontrar otros ejes emergentes, a partir de algunos sucesos "analizadores".

a) Sesiones de auto-observación (socio-drama, transecto, deriva, teatro-foro, línea del tiempo, DAFO, etc.) para controlar prejuicios.
b) Situar las preguntas básicas y los dilemas dominantes: los Equivalentes Generales de Valor y sus opuestos.
c) Construir otras posiciones intermedias. Los ejes emergentes, posiciones negativas y superadoras.

4. (en equipo) Encontrar las contradicciones de los dominantes y las posiciones "reversivas" potenciales.

a) Además del Equivalente General de Valor, hay otro polo de oposición dentro del eje dominante. Analizar los bloqueos en un plano con ejes emergentes.
b) Analizar las contradicciones internas que mantienen (¿Qué dicen y que hacen? ¿Peleas y protagonismos?, etc.)
c) ¿Qué es aprovechable en ambos lados de los dominantes? ¿Los opuestos pueden ser tenidos en cuenta por algunos aspectos?

5. (en equipo) Escuchar los "fondos" emergentes. Ante sucesos analizadores, partir de los discursos ocultos, resistencias, ausencias y estigmas.

a) Concretar con posiciones (frases, posiciones, imágenes, etc.) lo que se ve y escucha (tanto lo oculto como lo manifiesto).
b) Reflejar ejemplos de posiciones intermedias (sobre eje dominante), y de posiciones negativas (ni, ni) ya en otro eje, y que responden a otras preguntas.
c) Construir un abanico de posiciones superadoras (entre utópicas y diatópicas) a partir de elementos anteriores "revertidos".

6. (con la gente) Recorrer todo el campo con observaciones (participantes y no), y escuchas de lo que se dice (no solo conversaciones, sino también seguir los "analizadores", y las contradicciones populares).

a) Reconocer las posiciones ocultas, actos fallidos, y todo tipo de registros de inter-acciones y posiciones de actores.
b) Comprobar contradicciones. Distinguir ejemplos concretos y diferenciados.

c) Preparar "multi-lemas" y las Devoluciones sociales creativas con el Grupo Motor. Invitaciones previas, esquemas abiertos, tiempos y espacios.

Segunda parte. Devoluciones reflexivas y creativas:

7. (en equipo) Facilitar espacios y tiempos con ambientes que generen confianza, y ética con las informaciones, para construir "poderíos sociales".

a) Facilitar que las personas encuentren espacios y grupos distendidos.
b) Exposición breve del proceso. Poderío y decisiones sobre los contenidos presentados.
c) Aptitud y actitud para recoger y asimilar lo que viene de "abajo", "de fuera", etc.

8. (en equipo) Generar tiempos-espacios explícitos de validación y evaluación (para un avance más científico y contrastado.

a) Exponer (en paredes, oral) los principales consensos recogidos.
b) Prever tiempo y medios para matizar, quitar, ampliar, en el documento.
c) Explicar las divergencias y el procedimiento de los dispositivos deliberativos.

9. (en equipo) Manejar la tensión entre el objetivo de profundizar en las causas y la propensión a las soluciones rápidas. La deliberación de los problemas. Recoger para un Plan los diferentes niveles de las propuestas.

a) Ejecutar los "test" de credibilidad, si se puede, o ponerles fecha al menos.
b) Recoger y delimitar las propuestas por sectores, para poderlas priorizar.
c) Recoger elementos propositivos más generales para la Idea-fuerza.

10. (con la gente) Auto-análisis y profundización en las distinciones planteadas, de tipo de multi-lemas, reversiones, etc.

a) Presentar varias posiciones contrapuestas (con los ejes o sin ellos, según como se vea mejor por los participantes)
b) Deliberar las causas más profundas de forma abierta en grupos pequeños, y en plenario, para no quedarse en los dilemas dominantes.
c) Seleccionar las principales líneas causales, y reconstruirlas de forma lo más consensuada posible.

11. (con la gente) Integrar las causalidades entre sí, con los flujo-gramas y árboles de problemas.

a) Presentar las causas recogidas de diversos ámbitos y/o temáticas.
b) Inter-relacionar causas y efectos entre las problemáticas presentadas.
c) Seleccionar los "nudos críticos" principales, y los actores responsables, de forma que se pueda organizar árboles de problemas para futuras actividades.

configurações 11 novo.indb 220 10-01-2014 11:25:04

12. (con la gente) Priorizar líneas estratégicas con los Conjuntos de Acción posibles, tratando de resolver las contradicciones en el seno del pueblo.

a) No es necesario estar de acuerdo en todo, basta con querer superar algo que la mayoría respalda.
b) Se parte del anonimato de quien propuso cada cuestión. Es para construir entre todas las personas, y por eso da igual quien haya propuesto la cuestión considerada.
c) Al experimentar juntos la construcción colectiva de unos pocos "nudos críticos" se facilita la unión posterior de sectores populares.

Tercera parte. Planes reflexivos y democráticos:

13. (en equipo) Dinamizar Grupos de Trabajo, Mesas Sectoriales, y Mesas Locales.

a) En cada zona puede reunirse un grupo con raíces en el tejido social, para avanzar propuestas de acuerdo con las necesidades más sentidas.
b) En cada temática un grupo mixto (de profesionales y de voluntarios) puede preparar propuestas adecuadas para cada sub-tema.
c) Debe haber sistemas de apoyo y coordinación, para que haya comunicación entre los grupos y las mesas.

14. (en equipo) Elaborar una cartografía de recursos disponibles: tiempos y espacios con los que se cuenta, economías posibles que apoyan, saberes que se pueden incorporar al proceso, etc.

a) Más que soñar, hay que ser realistas con los recursos propios y con los que se pueden conseguir que apoyen.
b) Contar y dinamizar las capacidades y voluntades que se comprometen en el proceso, cuidando su implicación.

15. (con la gente) Realizar Asambleas y Consultas populares.

a) Escuchar los comentarios de calle, de bar, de mercado, e incluso hacer sondeos y consultas para conectar con la vida cotidiana de la gente.
b) Al menos dos Asambleas por año, para validar los compromisos adquiridos, y para debatir y priorizar las propuestas de las Mesas y los grupos de trabajo.
c) Una vez dada la información, las Asambleas deberían dividirse en grupos pequeños para debatir, y luego acabar con un plenario para priorizar.

16. (con la gente) Construir las Ideas-Fuerza diferenciales.

a) Rescatar de los fondos discursivos populares, de los estigmas y las resiliencias, la fuerza emocional para una Idea-fuerza integradora.
b) Construir desde los "nudos críticos" más unitarios los contenidos de las Ideas-fuerza, pocas y concretas.

17. (en equipo) Realizar evaluaciones y seguimientos de los procesos, con sistematizaciones, "coherenciómetros", y otros dispositivos apropiados.

a) Para hacer el seguimiento debe construirse colectivamente un cronograma con tareas, compromisos, y responsables.
b) Para evaluar en cada momento, sin esperar al final de cada parte del proceso, usar un "coherenciometro", que cruce objetivos con tareas concretas.

18. (con la gente) Ejecutar las realizaciones propuestas, y asumir que puede y debe haber desbordes más allá de lo planificado.

a) Las realizaciones, y sus celebraciones, son los mejores "analizadores" de la comunicación con la gente, a través de los comentarios que provocan.
b) Aprender a saber dejarse desbordar por la gente, y aprender de las realizaciones que nunca ajustan del todo, y que abren nuevos caminos.

Bibliografía

ALBA, S. (2007), *Capitalismo y Nihilismo*, Akal: Madrid.

CIMAS (2012), Rede CIMAS [Online] disponible en: www.redcimas.org [Consultado a 12 de Marzo de 2013]

GALTUNG, J. (2009), *50 años, 25 paisajes intelectuales explorados*, México: Transcend University Press, Puebla.

GRANOVETTER, M. S. (2000), "La fuerza de los vínculos débiles. En Análisis de las Redes Sociales.", *Política y Sociedad* nº 33, Madrid: UCM.

AGUILAR, R. Gutiérrez (2012), *Revista Herramientas*, nº 22 y 23. Rivadavia 2772, Buenos Aires: (disponible en revista@herramienta.com.ar)

IBÁÑEZ, J. (1994), *Por una sociología de la vida cotidiana*, Siglo XXI.

JAMESON, F (2002), *Una modernidad singular,* Barcelona, Gedisa.

LIZCANO, E. (2006), *Metáforas que nos piensan. Traficantes de Sueños.* Madrid.

MAR, J. Matos (1984), *Desborde popular y crisis del estado*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

REGUILLO, R. (1998), "Imaginarios globales, miedos locales", *Lugar Común* nº 8. Brasil.

SANTOS, B. S. (2005), *El milenio huérfano*, Madrid. Bogotá: Trotta/ILSA.

SANTOS, B. S. (2010), *Para descolonizar occidente*, B. Aires: Prometeo.

SCOTT, J. (2003), *Los dominados y el arte de la resistencia*, Tafalla (España): Txalaparta.

SUBIRATS, J. (2011), *Otra sociedad. ¿otra política?* Barcelona: Icaria.

VILLASANTE, T. R. (1998), *Cuatro redes para mejor-vivir*, Buenos Aires: Lumen-Humanitas.

VILLASANTE, T. R (2006), *Desbordes creativos*. Madrid: La Catarata.

Anexo
15 posiciones teórico-prácticas de las que hemos aprendido

SOCIO-PRAXIS	**GRUPOS** PERSONA-GRUPO	**COMUNIDADES** GRUPOS-LOCALIDAD	**SOCIEDADES** REGIONAL-GLOBAL
RUPTURAS INICIALES (70/80)	***ANALIZADOR SITUACIONISTA*** (F. Guattari, etc.) SOCIO-ANÁLISIS INSTITUCIONAL	***ESTRATEGIA SUJETO-SUJETO*** (O. Fals Borda, etc.) INVESTIGACIÓN-ACCIÓN-PARTICIPATIVA	***ACCIÓN-REFLEXIÓN--ACCIÓN*** (R. Luxemburg, etc.) FILOSOFÍAS DE LA PRAXIS
ENFOQUES EMERGENTES (80/90)	***ESTILOS TRANSDUCTIVOS*** (J. Ibáñez, etc.) SISTEMAS EMERGENTES	***ENTRAMADOS Y CONJUNTOS DE ACCIÓN*** (N. Elias, etc.) ANÁLISIS DE REDES	***TETRA-LEMAS Y TRANSCEND*** (J. Galtung, etc.) DIALECTICAS ORIENTALES
METODOLOGÍA APLICADA (90/00)	***VINCULOS Y GRUPOS OPERATIVOS*** (E. Pichón-Rivière, etc.) (E.C.R.O) ESQUEMA CONCEPTUAL RELACIONAL OPERATIVO	***VISUALIZACION Y AGRO-ECOLOGÍA*** (R. Chambers, etc.) (D.R.P.) DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO	***CAUSALIDADES INTEGRALES Y NUDOS CRITICOS*** (C. Matus, etc.) (P.E.S) PLANES ESTRATÉGICOS SITUACIONALES
MOVIMIENTOS SIGLO XX (90/00)	***AUTO-EDUCACIÓN REFLEXIVA*** (P. Freire, etc.) PEDAGOGIAS LIBERADORAS	***DEMOCRACIAS COTIDIANAS*** (Vandana Shiva, etc.) ECO-FEMINISMOS	***AUSENCIAS Y EMERGENCIAS*** (B. S. Santos, etc.) DESCOLONIZACIONES
MOVIMIENTOS ACTUALES (00/10)	***DESBORDES POPULARES AUTOORGANIZADOS*** COMUNIDADES EN TRANSICION, COOPERATIVAS INTEGRALES, etc.	***INICIATIVAS DE BASE CON GRUPOS MOTORES*** MOVIMIENTOS PARTICIPATIVOS: MST, INDÍGENAS, KERALA, etc.	***REVERSIONES E IDEAS-FUERZA INCLUSIVAS*** MOVIMIENTOS INDIGNADOS, “MAREAS”, etc.

configurações 11 novo.indb 224 10-01-2014 11:25:04

Configurações, vol. 11, 2013, pp. 225-230

João Areosa, *O lado obscuro dos acidentes de trabalho: um estudo de caso no setor ferroviário,* Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2012

Fernando Bessa Ribeiro*

O livro de João Areosa aborda um tópico que tem suscitado o interesse crescente das ciências sociais, em especial da sociologia e da antropologia: o dos riscos e acidentes laborais. Fazendo parte do campo dos estudos sociais sobre o risco – Ulrick Beck é uma das figuras de proa, cujo *The Risk Society* (Londres, Sage, 1992) é hoje já um clássico; em Portugal, Paulo Granjo é uma das referências, com o seu estudo sobre a refinaria de Sines (*"Trabalhamos sobre um barril de pólvora": homens e perigo na refinaria de Sines*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2004) –, trata-se de um trabalho que interessará, seguindo de perto o que escreve João Freire no prefácio a propósito da "encruzilhada de saberes" (pp. 7-8) que sustenta o corpo teórico do livro, também a psicólogos, médicos, engenheiros e gestores. E, não menos importante, a todos os que vivem do seu trabalho, sobretudo quando ele é cumprido em contextos laborais em que os riscos, incluindo o de morte, estão presentes. Ou seja, como implicitamente foi reconhecido pela própria Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ao conceder a João Areosa uma bolsa de doutoramento em empresa, estamos perante um assunto da maior relevância social, para cuja compreensão e intervenção as ciências sociais, em especial a sociologia, dão um contributo relevante.

Conquanto no livro não se identifique a empresa onde decorreu a investigação – nem a ela se dedique um capítulo de apresentação e análise do seu perfil e trajeto histórico –, estamos face a um estudo de caso realizado numa entidade pública empresarial do transporte ferroviário, onde o autor trabalha – facto que coloca óbvias implicações éticas e metodológicas a discutir mais adiante – e na qual o uso da eletricidade como fonte de energia para a

* Escola de Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (febssa@utad.pt).

configurações 11 novo.indb 225 10-01-2014 11:25:04

circulação dos veículos se faz de forma exclusiva e intensiva, daqui decorrendo problemas, perigos e acidentes analisados com o detalhe e a profundidade que só a observação etnográfica, praticada nesta investigação com manifesta competência, permite alcançar. Tratou-se de uma investigação demorada, realizada entre outubro de 2005 e novembro de 2009, envolvendo centenas de trabalhadores de diferentes sectores da empresa, na qual o autor se confrontou com a curiosidade destes, expressa mormente em interpelações quase "inquisitórias": "O que é que está a escrever aí? Para que servem esses apontamentos escritos?" (p. 62).

O livro está organizado em três partes: (*i*) discussão teórica; (*ii*) apresentação e justificação do método; (*iii*) quotidianos de trabalho, riscos e acidentes. Concretizando, na primeira parte o autor analisa teoricamente o acidente, mobilizando para isso sobretudo as perspetivas sociológicas, sublinhando a importância da ciência para a explicação do acidente; na segunda parte do livro, escrutina com rigor e detalhe as escolhas metodológicas e o modo como as aplicou; na última parte procede a uma descrição minuciosa do quotidiano e dos discursos dos atores sociais observados, abordando tópicos como os dados da sinistralidade na empresa, a sua distribuição pelas diversas categorias profissionais, a perceção dos riscos, as normas e procedimentos, as tarefas e organização do trabalho, bem como as relações sociais nos espaços laborais, os comportamentos e atitudes, a formação, a informação e a prevenção.

Fazendo um exercício arqueológico do modo como a sociedade e os indivíduos foram olhando para o acidente, João Areosa evidencia a rutura com explicações sobrenaturais, nomeadamente de ordem religiosa, em favor de explicações "naturais e/ou de interações humanas", ocorridas com a modernidade, e, mais recentemente, com a importância do fenómeno enquanto construção social (pp. 12-13). Privilegiando uma explicação pluricausal do acidente, considera ser impossível evitá-los de forma absoluta. Dizer isto não permite concluir que todas as causas têm igual peso e importância no acidente, pelo contrário. Como escreve na conclusão, "apesar da multiplicausalidade dos acidentes, é quase sempre possível identificar uma causa 'principal' [,…] o evento que permitiu 'gatilhar' a ocorrência do acidente" (p. 193). O leitor fica, assim, advertido do quadro conceptual em que João Areosa operou ao longo do seu trabalho, refletindo-se de modo assaz significativo nas posições que vai assumindo no livro, designadamente no que se refere às propostas de prevenção que discute já na parte final (pp. 184-188). O autor dá preferência a estratégias teóricas e de intervenção que privilegiem a integração do risco em vez da sua completa erradicação. Os riscos (e os acidentes) a que os trabalhadores estão sujeitos e de que são vítimas têm se ser compreendidos considerando a dimensão técnica, nomeadamente a que se prende com o desenvolvimento da eletricidade. Não fazendo estes riscos parte, segundo a formulação de Beck, na obra acima mencionada, dos perigos globais que

podem levar à destruição coletiva da humanidade, a discussão pode ser iluminada pelas suas propostas, atendendo à importância da sua prevenção, minimização e distribuição e aos problemas que colocam (médicos, psicológicos, sociais e económicos).

Como foi já referido, João Areosa elegeu o método etnográfico, no quadro de uma abordagem metodológica plural. O principal instrumento de inquirição e recolha de informação foi a observação participante, complementada com a análise documental e as entrevistas. Prudente, o autor considera que "não se pode afirmar que existam metodologias melhores do que outras" (p. 59), sendo meu entender que a opção escolhida foi a mais adequada. Tal implicou aprofundar um envolvimento com os atores sociais da empresa, muitos deles conhecidos; logo não se confrontou com a estranheza do contexto e o desconhecimento absoluto das pessoas, sem que tal o eximisse de romper barreiras, ultrapassar desconfianças, sempre presentes e aqui ainda mais fortes, atendendo à posição que o autor ocupa na estrutura organizacional da empresa. Este envolvimento com o contexto observado e seus atores revela uma escolha por parte de João Areosa, que implicou a secundarização de outras abordagens, nomeadamente as que se prendem com o clássico inquérito por questionário. Ainda bem que o fez, pois a compreensão do social exige que se vá para o terreno, quer dizer, para os lugares onde trabalham, habitam, lutam, amam, sofrem e sonham os seres humanos. Também praticante do método etnográfico, quer no campo dos estudos sobre prostituição, quer em outros terrenos mais distantes (Fernando Bessa Ribeiro, *Entre martelos e lâminas: dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique*, 2010), prontamente reconheci e exalto a sua importância para a compreensão das motivações, estratégias e práticas dos atores sociais observados.

Obviamente, e para desespero dos guardiães da "pureza disciplinar", este envolvimento do ator socialinvestigadorautor com os atores sociais observados contamina a visão "pura" da produção de ciência, fundada na neutralidade e na objetividade, aliás reconhecida pelo autor (p. 61). Daqui decorre a recusa do positivismo na produção de conhecimento – severamente criticado por Bourdieu ["Comprendre", *in* Pierre Bourdieu (sous la direction de), *La Misère du monde*. Paris, Seuil, 1999: 1388-1447] –, pois a ciência social é produzida por homens e mulheres que trabalham e, não raro, vivem nos mesmos contextos sociais dos observados, implicando que, como nos lembra Clifford Geertz, "a maior parte da pesquisa em ciências sociais envolve contactos directos, íntimos e mais ou menos perturbadores com os detalhes imediatos da vida contemporânea, contatos de um tipo que dificilmente pode deixar de afetar a sensibilidade das pessoas que o realizam" (*Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2001: 31). Como defendi em outros contextos e em publicação recente [Fernando Bessa Ribeiro, "Ciências sociais, autor e participação no espaço público: Retomando a proposta de Bourdieu por um

saber comprometido", *in* Pedro Gabriel Silva, Octávio Sacramento e José F. G. Portela (coordenadores), *Etnografia e Intervenção Social: por uma praxis reflexiva*. Lisboa, Colibri:229-243, 2011], a ciência social neutra é tão impossível como saltar sobre a própria sombra, segundo a feliz imagem proposta por Donald Donham (*History, Power, Ideology: Central issues in marxism and anthropology.* Berkeley, University of California Press, 1999). Por outras palavras, não existe ciência despida de valores e cientistas sociais rigorosamente descomprometidos com a sociedade.

Esta opção metodológica, trabalhosa, desgastante, não raro perigosa, permite ao leitor um olhar por dentro, ao mesmo tempo denso e circunstanciado do contexto social escrutinado. Tal revela o "poder" da etnografia, em particular no que respeita ao escrutínio das emoções, dos medos, das práticas e de outros aspetos do quotidiano laboral que normalmente escapam à pesquisa social dita objetiva. Conhecedor e praticante experiente deste método, cujos resultados foram vertidos pelo autor para as páginas do livro com especial cuidado e pertinência, esta estratégia metodológica facilitou uma aproximação àquilo que Pierre Bourdieu ("Comprendre" *in La Misère du monde*, 1993: 13881447), na esteira de Max Weber [*Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*, 1993 (1922)] nos propõe: "l'oubli de soi", isto é, proceder ao deslocamento do nosso olhar de forma a colocarmo-nos, em pensamento, no lugar dos outros observados. Mais, João Areosa não é indiferente ao contexto observado e às pessoas que nele trabalham. Nem podia ser, desde logo porque é um membro da organização, passando nela uma parte bem substancial da sua vida. Com os observados partilha um interesse comum sobre o destino e o sucesso da empresa, ainda que os pontos de vista e os compromissos não sejam sempre coincidentes. Assim, ao longo do livro, no quadro de um esforço denso de compreensão da vida quotidiana observada, mostra-se um observador comprometido, tomando partido, ora criticando as chefias intermédias, ora a administração da empresa – assumindo aqui um certo risco decorrente do facto de vivermos numa democracia que acaba, invariavelmente, na porta das empresas –, ora criticando os dirigentes sindicais. Retomando o acima aflorado, e não ignorando as justas observações, por vezes quase denúncias de João Areosa, a sua posição de técnico na empresa não terá deixado de o condicionar. Só atendendo a este fator se pode compreender as razões pelas quais os gestores de topo não foram inquiridos, tanto mais que muito do que ocorre na empresa, nomeadamente no domínio da segurança dos trabalhadores, é consequência de decisões por eles tomadas, todas elas fundadas em critérios económicos. São exemplos: (*i*) "o novo tipo de cabo (sem isolamento) […] colocado em todas as carruagens motoras porque, além de mais barato, tem um 'período de vida' mais longo" (p. 100); (*ii*) o "espigão", dispositivo que conecta o fornecimento de energia ao veículo na zona oficinal, reconhecido como muito perigoso para a segurança dos trabalhadores mas que a administração se recusa a alterar por

ser "tecnicamente difícil e economicamente dispendioso" (p. 119); pressão para manter a "todo o custo" os comboios a circular, afetando "a segurança dos trabalhadores que têm de resolver o problema ou problemas que estiveram na origem da suspensão da circulação" (p. 127), culminando com o facto de "o serviço de segurança no trabalho acaba[r] por ser uma valência pouco considerada pelas restantes áreas da empresa" (p. 191), por os relatórios por ele elaborados não terem carácter vinculativo.

Tudo isto ocorre num contexto marcado pelo "elevado número de dias de trabalho (intervalado com poucas folgas), o prolongamento sucessivo de turnos e a redução do número de horas de descanso" (p. 123) e legitimado por uma cultura de trabalho onde o "brio profissional", isto é, não perder a face no sentido goffmaniano, está presente e é implicitamente valorizado pela hierarquia em sede de avaliação de desempenho (pp. 127 ss). Note-se que a exposição aos riscos (e acidentes deles decorrentes) só não é pior devido à existência de um movimento sindical forte que não hesita em confrontar e exigir à administração alterações de procedimentos em trabalhos perigosos. Foi o caso da limpeza dos carris sem suspensão da circulação de veículos e o desligamento da corrente elétrica (p. 129). Enfim, em Lisboa, em Dhaka ou em qualquer outro lugar do mundo, a situação é sempre a mesma: lesões e morte de trabalhadores, trocados pela busca incessante da redução dos custos de funcionamento e da rentabilidade do negócio. Por outras palavras, estamos perante situações severas de captação de *substance vivante* do trabalhador (Claude Meillassoux, *L'Économie de la vie*. Lausanne, 1997: 2, 13ss) por via da diminuição da saúde devido a doenças profissionais, violação da integridade física sob a forma de acidentes de trabalho e redução da esperança de vida, tanto mais grave quando estamos perante uma empresa pública.

Em suma, este livro proporciona ao leitor uma análise compreensiva do quotidiano dos trabalhadores de um metropolitano, marcado por tensões, pressões, lutas e muitos perigos que permite discutir, interpelar e criticar o modo como, no nosso país, numa empresa pública com uma forte e sofisticada intensidade tecnológica e submetida a um quadro legal minucioso e promotor das melhores e mais elevadas condições de segurança e higiene no trabalho, todos os dias a vida dos trabalhadores é colocada em risco, ora por ação de uma cultura organizacional ainda pouco sensível, ora pela valorização dos resultados, isto é, operação da rede sem perturbação ao menor custo, mesmo que daqui decorram severos prejuízos para os que trabalham nos diferentes sectores. Cumprindo com os objetivos propostos, este é um livro que vai muito para além das fronteiras da academia e dos seus profissionais que trabalham sobre este campo social, antes interessando a todos os cidadãos, sobretudo àqueles que, inquietos com o sofrimento que atinge os trabalhadores em muitos contextos laborais, procuram respostas que possam contribuir para uma maior justiça e felicidade no campo do trabalho. Trata-se, pois, de um livro

incontornável para se identificar e compreender as formas de lesão, sofrimento e até morte que atingem os trabalhadores na sociedade portuguesa contemporânea. E que fazem parte, é bom não esquecer, da velha e nunca terminada luta que opõe o capital ao trabalho, e patrões e gestores aos trabalhadores, cuja expressão assume, como é evidente neste livro, formas lesivas e até criminosas do corpo e da vida dos trabalhadores.

configurações 11 novo.indb 230 10-01-2014 11:25:04

Abstracts / Résumés

João Queirós

Still and always an "object-class"? Brief critical reflection on the role assigned to local populations by policies promoting the "multifunctionality" of rural areas

Returning to a line of reasoning proposed by Pierre Bourdieu in an article originally published in 1977 – a text that has become a classic of sociology, in which the French sociologist discusses the externally determined nature of the production and distribution of images, representations, identities and projects associated with the countryside and farmers – our article presents a very brief critical reflection on the transformations that, in an increasingly "post-agricultural" scenario, the concept of "rurality" has suffered and on the role that, in these transformations, is assigned to local populations, especially those who maintain a relationship with agriculture, through the discourse of "multifunctionality", which in recent years has become the dominant narrative regarding the "future", the "feasibility" and the "sustainable development" of rural areas.

Keywords: agricultural decline, multifunctionality, rural social areas, post-rurality

João Queirós

Encore et toujours une «classe-objet»? Brève réflexion critique sur le rôle assigné aux populations locales par les politiques de promotion de la «multifonctionnalité» des territoires ruraux

Revenant à une ligne de raisonnement proposé par Pierre Bourdieu dans un article initialement publié en 1977 – un texte qui est devenu un classique de la sociologie, dans lequel le sociologue français discute le caractère extérieurement déterminé de la production et de la diffusion des images, des représentations, des identités et des projets associés à la campagne et aux paysans – notre article propose une réflexion critique est très brève sur les transformations qui, dans un scénario de plus en plus «post-agricole», la notion de «ruralité» a subi et le rôle que, dans ces transformations, est assigné aux populations locales, en particulier celles qui maintiennent une relation avec l'agriculture, à travers le discours de la «multifonctionnalité», lequel dans ces dernières années est devenu la narrative dominant en ce qui concerne au «futur», à la «faisabilité» et au «développement durable» de territoires ruraux.

Mots-clés : déclin de l'agriculture, multifonctionnalité, espaces sociaux ruraux, post-ruralité

Domingos M. Vaz

Territorial restructuring and mobility in the context of low density: The region of Beira Interior in Portugal

This text aims at characterizing and analysing the main urban and territorial changes under the influence area of the cities Guarda-Castelo Branco. It is basically intended to know the evolution of these territories concerning their population dynamics, urban occupation and the relations of interdependence between territorial segments, bearing in mind the challenges for the future. The main cities of this area have soon been established as central points that structured the regional territory and in this text have been assumed as crucial parts for the rebalance of the inland territory, in terms of the construction of the regional polycentrism.

Keywords: regional development, regional flows, polycentrism, sustainability.

Domingos M. Vaz

Restructuration territoriale et de la mobilité dans le contexte de bas densité: La région de Beira Interior au Portugal

Cet article vise à caractériser et analyser les grandes transformations urbaines et territoriales de la zone d'influence de l'axe urbain Guarda-Castelo Branco. L'objectif est de connaître l'évolution de ces zones en termes de dynamique de la population et de l'occupation urbaine et les relations d'interdépendance entre les segments territoriales, compte tenu des défis pour l'avenir. Les villes de cet axe urbain constitué dès points nodaux qui ont structuré le territoire régional et dans ce texte sont conceptualisées comme la clé de rééquilibrage du territoire de l'intérieur, dans la construction du polycentrisme régional.

Mots-clés: développement régional; la durabilité; flux régionaux; polycentrisme.

Celso Franca

Dynamic global production and arrangements for family farm: the case of fruit polo Juazeiro-Petrolina in the territory of the Valley of the São Francisco River Lower Basin, north eastern Brazil

This study aims to discuss how agriculture in Northeast Brazil has been modelled by an ideological discourse through the state in implementing reforms and agricultural production arrangements. The perimeter Irrigation – Maria Teresa, located in Petrolina-PE occupied by smallholders was chosen as a case study. The policies imposed by successive governments in this territory favoured large producers over the family farm. The current crisis is related not only to the absence of the state, but mainly the imposition of organizational models from the 70s. All were ignored traditional knowledge, occurring with this, a "descampesinização" (autonomy, cultural identity) that category on behalf of a project of modernity.

Keywords: Globalization; capitalism; public policy; Agriculture Family.

Celso Franca

Production mondiale dynamique et organisation de la ferme de la famille: le cas des fruits polo Juazeiro-Petrolina sur le territoire de la Vallée du fleuve São Francisco bassin inférieur, le nord du Brésil

Cette étude a pour but de discuter de la façon dont l'agriculture dans le Nordeste du Brésil a été modélisé par un discours idéologique par l'Etat dans la mise en œuvre des réformes et des arrangements de production agricole. Le périmètre d'irrigation – Marie-Thérèse, situé dans Petrolina-PE occupé par les petits exploitants a été choisi comme étude de cas. Les politiques imposées par les gouvernements successifs de ce territoire favorisent les grands producteurs au cours de la ferme familiale. La crise actuelle n'est pas seulement liée à l'absence de l'Etat, mais surtout l'imposition de modèles organisationnels des années 70. Tous ont été ignorés connaissances traditionnelles, se produisant avec cela, un « descampesinização » (autonomie, l'identité culturelle) de cette catégorie pour le compte d'un projet de la modernité.

Mots-clés: mondialisation, le capitalisme, la politique publique, de la famille agricole.

Pedro Rapozo
Manuel Carlos Silva

The politics of modernization and development in the Brazilian Amazon: Perspectives on discourse and contemporary environmental issues

In this article intend to reflect on the policies of modernization and development of the Brazilian State by the administrative structure in the course of the twentieth century. We present a discussion of theories of development and its theoretical framework between the environmental and social contradictions pertaining to the development models adopted in the country and in regions like the Brazilian Amazon at the end of the century. These aspects are discussed in that our perspective proposes a theoretical reflection from the debates on environmental issues at the heart of the applicability of the models of Latin American Development and the contemporary dynamics of institutionalization of the management of natural resources.

Keywords: development, environment, State, Brazilian Amazon

Pedro Rapozo
Manuel Carlos Silva

La politique de modernisation et de développement en Amazonie brésilienne: Perspectives sur le discours et les enjeux environnementaux contemporains

Cet article se penche sur les politiques de modernisation et de développement de la structure de l'administration de l'Etat brésilien au cours du XXe siècle. Nous présentons une discussion des théories du développement et de son cadre théorique, les contradictions entre les facteurs sociaux et environnementaux liés aux modèles de développement adoptés dans le pays et dans des régions comme l'Amazonie brésilienne dans ce siècle. Ces aspects sont discutés dans une perspective théorique des débats sur les questions environnementales au centre de l'applicabilité des modèles de développement en Amérique latine et la dynamique de l'institutionnalisation de la gestion des ressources naturelles.

Mots-clés: développement, environnement, Etat, Amazonie brésilienne

configurações 11 novo.indb 234 10-01-2014 11:25:05

Tulio Barbosa
António de Sousa Pedrosa

The Eco-museum as a way of preserving the way of life of faxinais and as a vector for sustainable development of their territories

The Faxinal located in Paraná state corresponds to an area of forest which directs and pastoral livelihoods, as they are linked to community values, particularly the collective creation of animals on common fields. Agricultural practices applied throughout its history contributed to the creation of a cultural landscape of unquestioned value eco-sociological. The work is focused on understanding the practice faxinalense, for which we propose to implement a ecomuseum. Which should establish itself as one of the ways to preserve this way of life and lead to their recovery, especially in the economic and cultural. Besides the efficient maintenance of the cultural systems of the population should want to generate economic resources, with the goal of significantly improving the lives of faxinais

Keywords: faxinais, ecomuseum, cultural landscape, development, cultural heritage.

Tulio Barbosa
António de Sousa Pedrosa

L'éco-musée comme un moyen de préserver le mode de vie des faxinais et comme un vecteur de développement durable de leurs territoires

Faxinal (située dans l'État du Paraná) correspond à une zone sylvo-pastorale délimité dans lequel est situé un règlement, dont la population possédait des habitudes communautaires liées principalement à l'élevage. Les pratiques agricoles appliquées tout au long de son histoire a contribué à la création d'un paysage culturel d'une valeur éco-sociologique. Ce travail est axé sur la compréhension du faxinalense pratiques, pour lequel nous proposons la mise en place d'un écomusée devrait s'imposer comme l'un des moyens de préserver ce mode de vie et, en même temps, conduire à son rétablissement, en particulier en termes économique et culturel. En plus de l'entretien efficace des systèmes culturels de la population devrait se propose de générer des ressources économiques, visant à améliorer sensiblement la vie d'faxinais

Mots-clés: faxinais, écomusée, paysage culturel, développement, le patrimoine culturel.

Cristiana Vale Pires
Antónia Lima

Ecovillage: care practices at global and local level

The globalization processes, the evolution of the communicational and informational systems and the current crisis (environmental, economic and politic) are motivating some people to reflect and build different social organizations and life styles. With this article we aim to introduce the ecovillages social movement, exploring their global dimensions through Global Ecovillage Network and their local practices through Tamera and Los Angeles Ecovillage. With this background we argue that, in this social movement, care is transverse to the design and experimentation of alternative lifestyles to themselves and to the other, so it can be considered a sustainability factor.

Keywords: Globalizations, social movements, environmental ethics, care.

Cristiana Vale Pires
Antónia Lima

Ecovillage: Pratiques de soins aux niveaux mondial et local

Les processus de mondialisation, le développement des systèmes communicationnels et informationnels et les crises actuelles (environnementales, économiques et politiques) ont motivé certaines personnes de réfléchir et de construire des organisations sociales et des styles de vie. Dans cet article nous vous présentons le mouvement social des écovillages, à travers de l'exploration de leurs dimensions mondiales par l'intermédiaire du Global Ecovillage Network, et locales à travers les pratiques de Tamera et Los Angeles Ecovillage. Grâce à la description de ces deux dimensions de ce mouvement nous soutenons que que l'aide sociale est transversale à la conception et à l'expérimentation dans la construction de modèles alternatifs de vie pour eux-mêmes et pour le monde, étant donc un facteur de durabilité.

Mots-clé: mondialisations, mouvements sociaux, éthique environnementale, soins.

Edina Schimanski
Jasmine Cardozo Moreira
Paulo Rogério Moro

The importance of environmental education to preserve natural and cultural heritage: the case of Piraí da Serra – Paraná – Brazil

This essay focus on the importance of developing environmental education practices in the region of the Piraí da Serra (Paraná – Brazil) that takes into consideration transformative actions towards the defence of natural and cultural heritage of the area. The region is characterized by a singular landscape and it is considered by people as an important area of conservation in the Campos Gerais. Despite some efforts to protect the local natural heritage some studies have showed a continuous process of degradation. In this scenario, it is fundamental to develop a critical pedagogic process of environmental education in order to preserve and restore natural and cultural heritage of the region.

Keywords: sustainable development, environmental education, heritage, sustainability.

Edina Schimanski
Jasmine Cardozo Moreira
Paulo Rogério Moro

L'importance de l'education a l'environnement dans le processus de defense du patrimoine naturel et culturel: le cas de la montagne Piraí – Paraná – Brésil

Ce texte se penche sur l'importance d'élaborer des propositions pour l'éducation environnementale dans la région de la Sierra Pirai (Paraná, Brésil) qui prennent en considération les pratiques transformatrices dans la défense du patrimoine naturel et culturel de la région. La région se compose d'un paysage unique est considérée comme un domaine prioritaire pour la conservation, appelée Campos Gerais. Malgré les efforts pour protéger le patrimoine naturel, des études in situ indiquent processus successifs de la dégradation du territoire. Dans ce scénario, les propositions d'éducation environnementale caractère critique pédagogique devenu indispensable à la préservation du patrimoine naturel et culturel de la région.

Mots-clés: développement durable, éducation à l'environnement, patrimoine, développement durable.

Sara María Torres Outón

Urban revitalization and tourist, trading and/or residential expertise

The aim of this work is to know to what extent the strategies undertaken by trade and, in particular, the tradesmen can not only contribute to the local development and revitalization of the area, but also significantly generate shifts in the perceptions of the area, causing changes in land use and territorial specialization.
The longitudinal study of the tradesmen's activities in the historic centre of Pontevedra since their association in 1989 until the present permits the discovery of how one of these processes took place, how this position of local development has emerged and to what extent has it encouraged and/or has been reinforced through other actions of local urban regeneration.

Keywords: historic centres, local development, trade, cultural tourism, historical heritage.

Sara María Torres Outón

Revitalisation urbaine et spécialisation touristique, commerciale et/ou résidentielle

Le but de ce travail est de savoir en quelle mesure les stratégies entreprises par le commerce et, en particulier, par les marchands, peuvent contribuer non seulement au développement local et à la revitalisation de l'espace, mais qu'elles se révèlent aussi significatives quant à la quantité des transformations qu'elles génèrent dans les perceptions de l'espace, ce qui provoque des changements dans les usages et la spécialisation territoriale.
Une étude longitudinale de l›activité des marchands du casque historique de Pontevedra depuis qu'ils se sont associés en 1989 jusqu›à maintenant, permettra de savoir comment s'est déroulé l'un de ces procédés, comment ce pari de développement local a vu le jour et en quelle mesure il a avantagé et/ou s›est vu renforcé par d'autres actions de régénération urbaine locale.

Mots-clés: centres historiques, développement local, commerce, tourisme culturel, patrimoine historique.

María Dolores Sánchez-Fernández

Social responsibility and territory: three stars hotels located in the Euroregion

One objective of this work is to test the reliability of the measurement scale main factor that make the dimensions of Corporate Social Responsibility (CSR). Factor analysis is performed on the three classical dimensions based theoretically accepted the triple dimension. The sample is composed on three star hotels belonging to the North of Portugal and Galicia. You get that, on each of the dimensions of the major factor RSC incorporate reliable indicators (Cronbach's alpha> 0.8). Another objective enshrined in this study is the descriptive analysis of socially responsible behavior on the part of the units under study.

Keywords: CSR, triple bottom line, hotels, Euroregion.

María Dolores Sánchez-Fernández

Responsabilité sociale et territoire: hôtels de trois étoiles situé dans l'Euroregion

Un des objectifs de ce travail est de tester la fiabilité de l'échelle de mesure du facteur principal qui fait partie des dimensions de la Responsabilité Sociale des Entreprises (RSE). L'analyse factorielle est effectuée sur les trois dimensions classiques théoriquement acceptées conformemente aux triples dimensions. L'échantillon est composé par des hôtels de trois étoiles qui appartiennentaux régions Nord du Portugal et de Galice. Le résultat es que chacune des dimensions du facteur de premier RSE incorpore des indicateurs fiables (Alpha de Cronbach> 0,8). Un autre objectif incluí dans cette étude est l›analyse statistique descriptive du comportement socialement responsable de la part des unités étudiées.

Mots-clés: responsabilité sociale des entreprises, trois dimensions, hôtels, Eurorégion

Emília Araújo
Arcília Barreto

Discussing the relationship between time and cultural development

This text is exploratory and aims to problematize the relationship between time and cultural development, emphasizing the kind of implications that derive from the fact that the capitalist time being, normally used as equivalent to economic time. It is thus a reflection on the results of investigations carried out by the authors, including a literature review that focuses predominantly on the effects of global temporalities in regional and local temporalities.

Keywords: capitalist time; temporality; cultural time; development

Emília Araújo
Arcília Barreto

Discuter la relation entre le temps culturel et le développement

Ce texte est exploratoire et vise à problématiser le rapport entre le temps et le développement culturel, en insistant sur le genre de conséquences qui en découlent du fait que le temps capitaliste étant, normalement utilisé comme équivalent à temps économique. C'est donc une réflexion sur les résultats des enquêtes menées par les auteurs, y compris un examen de la littérature qui se concentre principalement sur les effets des temporalités mondiaux sur les modes de vie et les temporalités locales e régionales.

Mots-clés: temps capitaliste; temporalité; temps culturelle; développement

Joel Felizes

Resistance and changes in the Portuguese local "political system": proposal for a research based on international comparison

The text advances a characterization of the general architecture of Portuguese local government, resorting mainly to the analysis of contributions of some authors who attempted to set some criteria for a comparative classification of local and regional governments from different countries. The specificity of the Portuguese case is analyzed based on some of the features that are most commonly recognized: its nature of a level of government somewhat marginalized in the Portuguese political context, deriving in part from its original vocation of a local counterweight of a bureaucratic and centralized political system. In this regard the text refers the cases of the contrasting education levels of workers allocated to central and local administrations and of the adoption of the UN Local Agenda 21 for sustainable development. Finally, it is argued that any change in favor of a larger involvement of local governments in the development policies of the country will be more effective if especially the smaller municipalities see strengthened their resources in order to launch new initiatives which may encourage the citizen's participation.

Keywords: Local government, international comparison, sustainable development.

Joel Felizes

Résistance et des changements dans le «système politique» local portugais: proposition d'analyse fondée sur une comparaison internationale

Le document propose une caractérisation de l'architecture générale du pouvoir local portugais recourant principalement à l'analyse des contributions de auteurs qui ont tenté de fixer des critères pour une classification comparative des autorités locales et régionales de différents pays. La spécificité du cas portugais est analysé à partir de certaines des caractéristiques qui lui sont plus couramment reconnues: la nature d'un pouvoir quelque peu marginalisé au sein du système politique, résultant en partie de sa vocation à constituer un contrepoids d'un système bureaucratique et centralisateur. À cet égard, le texte se réfère à la situation en termes de niveau de scolarité des travailleurs affectés à l'administration centrale et locale et aussi à l'adoption de l'Agenda 21 Local pour le développement durable. Enfin, il est dit qu'un changement possible en faveur d'une plus grande implication du pouvoir local dans les politiques de développement du pays sera plus efficace si les autorités locales (en particulier les petites communes) peuvent voir renforcés leurs ressources afin de lancer de nouvelles initiatives pour encourager la participation des citoyens.

Mots-clés: pouvoir local, comparaison internationale, développement durable.

Eduardo Duque

Social capital as a tool for the sustainable development

In the last decades, there has been a growing concern for an equitable and sustainable social development; hence development policies that have outlined have implied a concern for equity and justice, thus learning from the past to project the future. But those who appreciate the horizon, without diminishing the estate and the memory, live the present moment committed to facilitate the future. This position implies an attitude of citizens committed to the social. It is thus compromised and co-responsible entrepreneurship that comprises social capital as a means of sustainable development.
This study seeks to understand the extent to which social capital is one of the determinants of sustainable development. One wonders, for this, the indicators that best measure social capital.
In more specific, we seek to understand how far society has encouraged the Portuguese capital as a fundamental resource for development.
This point is illustrated from the *European Values Survey* and, in a longitudinal, analyzes the Portuguese behavior between 1990 and 2008.
The results show that the Portuguese are not yet sensitized to the issue of sustainable development, reveal very closed postures, little or nothing concerned with the construction of a more active and committed to the common good.

Keywords: social capital, sustainable development, social intelligence, social networks, identity, values.

Eduardo Duque

Capital social comme instrument du dédeloppement soutenable

Au long de ces dernières décennies, on a constaté une inquiétude croissante envers le développement socialement juste et durable, c'est pourquoi les politiques de développement tracées ont de façon implicite une plus grande préoccupation d'équité et de justice, à partir des leçons apprises du passé pour pouvoir ainsi projeter l'avenir. Cela étant, celui qui apprécie l'horizon, sans mépriser son patrimoine et sa mémoire, vit l'instant présent engagé pour rendre viable l'avenir. Cette attitude implique un (engagement social de la part des citoyens) comportement des citoyens engagés avec le social. C'est de cette forme compromise, engagée et responsable, que l'on comprend le capital social comme moyen de développement durable.
Avec cette étude, on vise comprendre jusqu'à quel point le capital social est un des facteurs déterminants du développement durable. On cherche, pour cela, les indicateurs qui mesurent le mieux le capital social.
Plus spécifiquement, on essaye de comprendre jusqu'où la société portugaise a stimulé le capital social comme ressource fondamentale pour son développement. Cette question est illustrée à partir de l'enquête de l' *European Values Survey*, et d'une façon longitudinale, on analyse le comportement des portugais entre 1990 et 2008.
Les résultats montrent que les portugais ne sont pas encore sensibilisés aux problèmes du développement durable, qu'ils manifestent des comportements très renfermés, qu'ils sont peu ou nullement préoccupés à la construction d'une société plus active et engagée avec le bien commun.

Mots-clés: Capital Social; Développement Durable; Intelligence sociale; Réseaux sociaux; Identité; Valeurs.

configurações 11 novo.indb 242 10-01-2014 11:25:05

Tomás R. Villasante

Measures for sustainability, with participatory methodologies

The article begins by criticizing the criteria adopted by measurement systems in social sciences. It resorts to the "sociology of absences", but it moves forward with a proposal for superseder "multi-mottos". The second part is intended to go beyond the "ecologies of knowledge". It's displayed an outline of the "pyramids" of powers against the "mangrove" movements, the struggle for the "pro-common" goods based on sustainable ecosystems. Thus links between the networks of mutual support and possible strategic alliances arise. The "deconstruction" of traditional approaches is presented using examples from some "multi-mottos", at the levels of social methodologies and of universal culture. The last part of the text summarizes 18 steps to building concrete participatory processes, shown as a methodological wheel, which can help those who try to build these participatory practices similarly to the way it was employed in the experiences where they emerged. It's also added in an annex a table with 15 theoretical and practical positions, on the major trends and authors in which these methodologies are based.

Keywords: sustainability, participation, deconstruction.

Tomás R. Villasante

Mesures pour la durabilité, avec des méthodologies participatives

L'article commence par critiquer les critères adoptés par les systèmes de mesure en sciences sociales. Il recourt à la «sociologie des absences», en avançant la proposition de «multi-devises» dépassantes. La deuxième partie vise à aller au-delà des «écologies de la connaissance». Nous présentons un aperçu des «pyramides» de pouvoirs contre les mouvements de «ramification», la lutte pour les biens «pro-communs» basée sur les écosystèmes durables. Ainsi les liens entre les réseaux de soutien mutuel et de possibles alliances stratégiques se posent. La «déconstruction» des approches traditionnelles est présentée à l›aide d›exemples de quelques «multi-devises», aux niveaux de méthodes sociales et de la culture universelle. La dernière partie du texte résume 18 étapes pour créer des processus participatifs concrets, présentés comme une roue méthodologique, qui peut aider ceux qui essaient de construire ces pratiques participatives de manière similaire à la façon dont il a été utilisé dans les expériences où ils sont apparus. Il est également ajouté en annexe un tableau avec 15 positions théorico-pratiques, sur les grandes tendances et les auteurs dans lesquelles ces méthodes sont fondées.

Mots-clés: durabilité, participation, déconstruction.

configurações 11 novo.indb 244 10-01-2014 11:25:05

Normas para a apresentação de artigos

Indicações gerais

1. *Configurações – Revista de Sociologia* publica trabalhos académicos inéditos em ciências sociais, sob a forma de artigos e recensões de livros, que possam contribuir para enriquecer o conhecimento científico da realidade social, no plano nacional e internacional. Procura-se equilibrar a publicação de trabalhos de investigadores seniores com a disseminação de trabalhos de jovens investigadores, que apresentem qualidade e originalidade.

2. Trabalhos provenientes de áreas afins, considerados com interesse para as ciências sociais, mormente para a Sociologia, poderão ser considerados para publicação. A revista pode aceitar trabalhos já publicados em língua estrangeira, mas inéditos em português. Os trabalhos originais em língua estrangeira deverão ser traduzidos.

3. Seguindo critérios internacionais de excelência, os trabalhos propostos para publicação são submetidos a avaliação independente por especialistas, em regime de anonimato. Com base nos pareceres emitidos, o Conselho de Redação pode sugerir aos autores a revisão dos trabalhos.

4. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não publicar os trabalhos recebidos, sendo a decisão comunicada por escrito aos autores e apoiada em pareceres de especialistas.

5. Os artigos propostos devem vir acompanhados de um *curriculum vitae* resumido do(s) autor(es), contendo: nome, situação profissional, instituição/organização onde desenvolve a sua atividade, endereço, telefone, fax, e-mail.

6. Os trabalhos devem ser remetidos, em duplicado, para a seguinte morada: Revista *Configurações* – Centro de Investigação em Ciências Sociais, A/c Dra. Ângela Matos, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga – Portugal.

Os artigos devem obedecer às seguintes regras formais:

1. Datilografados em páginas A4, a espaço e meio e tamanho de caracteres 12, acompanhados de uma versão em suporte digital com o respetivo ficheiro em Word, com indicação da versão usada.
2. Poderão ter como limite máximo aconselhável cerca de 25 páginas, incluindo notas, bibliografia, quadro, gráficos e figuras. Deve também ser apresentado um resumo do artigo com um limite máximo de 500 caracteres, em português, inglês e francês.

configurações 11 novo.indb 245 10-01-2014 11:25:05

3. As transcrições deverão ser colocadas entre aspas e os vocábulos em língua estrangeira deverão ser formatados em itálico.
4. Quadros, gráficos e figuras deverão ser numerados de forma contínua, com numeração árabe, para cada um dos elementos respetivos.
5. Os ficheiros originais dos quadros, gráficos e figuras devem ser enviados juntamente com o ficheiro do Word, quer sejam ficheiros de Excel, quer sejam ficheiros de outros programas (neste caso devem ser gravados na extensão JPG, GIP ou EPS).
6. As titulações deverão ser apresentadas em numeração árabe.
7. As notas de rodapé serão numeradas, sem parênteses, de forma contínua, do princípio ao fim do artigo.
8. A norma de citação adotada será a anglo-saxónica (autor-data).

   8.1 A bibliografia, apresentada de forma alfabeticamente ordenada e presente no final do artigo, obedecerá às seguintes regras:

   – Apelido, Nome próprio (ano), *Título do livro*, Local de edição, Editor

   – Apelido, Nome próprio (ano), "Título do texto", Nome da revista (em itálico), Volume, número, páginas

   – Apelido, Nome próprio (ano), Título do texto, Nome próprio

   – Apelido (org.), Título da Coletânea, Local de edição, Editor

   Para trabalhos individuais:

   – Autor/editor (ano), Título [Tipo de suporte], Protocolo disponível: Site//Path [data de acesso]

   Artigos de revistas:

   – Autor (ano, mês, dia), Título, Título da revista [Tipo de suporte], volume, páginas ou indicador de extensão, Disponível: Site//Path [data de acesso]

   8.2 Para os recursos eletrónicos, serão usadas as seguintes regras:

   Mensagens de Discussions lists:

   – Autor (ano, mês, dia), assunto da mensagem, Discussions List [Tipo de suporte], E-mail disponível: DISCUSSIONS-LIST@mail.endereço [data de acesso]

configurações 11 novo.indb 246 10-01-2014 11:25:05

Próximo número da revista:

Caminhos desobedientes
– O 'sul' no contexto português de investigação

configurações 11 novo.indb 247 10-01-2014 11:25:05

configurações 11 novo.indb 248 10-01-2014 11:25:05